



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS



ESPORTE NA ESCOLA

OS XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS COMO MARCO REFLEXIVO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Carlos Sant'anna

SECRETÁRIO GERAL
Ubirajara Brito

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

MEC/INEP
SIBE - CIBEC



ESPORTE NA ESCOLA

OS XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS COMO MARCO REFLEXIVO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Manoel José Gomes Tubino

SUBSECRETÁRIO DE DESPORTOS

SÉRGIO LIMA DA GRAÇA

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Katia Cristina Montenegro Passos

Rita Cristina Montenegro Passos
Maneta da Silva Carvalho Moisés

Manuela da Silva Calvário Moisés
Figueiredo de Assunção Paulo

Figueiredo de Assis
Roberto Corbucci

794 Brasil. Ministério da Educação.
B 823 e Secretaria de Educação Física e Desportos.
Esporte na escola: os XVIII jogos escolares brasileiros
como marco reflexivo. — Brasília: MEC/SEED, 1989.

223 p., il.

1. Esporte — educação. 2. Jogos escolares brasileiros.



Carta Brasileira do Esporte na Escola

O Esporte na Escola, cedendo lugar ao esporte de performance e permitindo o direcionamento de suas competições à busca do alto rendimento e de uma frágil revelação de talentos, distanciou-se dos princípios e valores inerentes à manifestação Esporte-Educação.

Educadores de várias regiões do País (professores, dirigentes, árbitros e alunos) a partir de discussões e subsídios veiculados, por ocasião dos XVIII Jogos Escolares Brasileiros, na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, num momento histórico do repensar dessa manifestação esportiva, elaboraram a presente CARTA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA

Os participantes da I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA, uma das atividades, dos XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS,

OBSERVANDO que o conceito de esporte moderno permaneceu na perspectiva do rendimento até os anos 60 deste século, quando surgiram, entre os pensadores contemporâneos, as primeiras contestações a tal visão do Esporte;

PERCEBENDO que o esporte como direito de todos passou a compreender, como formas de exercício deste direito, outras manifestações além das de performance ou de alto rendimento;

CONFIRMANDO que a perspectiva do direito de cada um ao Esporte abrange pessoas comuns e em estados diferenciados, portadores de deficiências e superdotados, e que, em cada manifestação esportiva, estas participações devem obedecer a preceitos distintos;

VERIFICANDO que a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, determina a promoção prioritária do Esporte Educacional;

CONSIDERANDO que, no Brasil, as chamadas manifestações de Esporte-Educação foram, na sua maioria, reproduções do esporte institucionalizado, sem uma preocupação substantiva com o sentido educativo;

CONSIDERANDO, ainda, que aos educadores compete:

- a) ter como referência o sentido educativo emancipador para os praticantes do Esporte na Escola, que ultrapassa o simples domínio corporal e a saúde, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso do ser humano em comunidade;
- b) recusar toda forma de preconceito e a especialização precoce;
- c) favorecer o crescimento pessoal e social dos praticantes do Esporte na Escola, através de uma atuação pedagógica apoiada na ação e na reflexão;
- d) perceber que mesmo as situações de treinamento e competição do Esporte-Educação necessitam continuar referenciadas nos preceitos educacionais do Esporte;

LEMBRANDO que ainda existe uma corrente que entende que as competições esportivas entre escolares devem ser identificadas com os valores e atividades peculiares ao esporte institucionalizado e ao de alto rendimento, em busca do máximo da performance atlética;

ENTENDENDO o Esporte na Escola como contribuição para o desenvolvimento da consciência, da cidadania e da dignidade da pessoa humana;

CONCEBENDO que o Esporte, na atualidade, em suas diversas manifestações, é um dos elementos-chave no processo de permanente educação para o direito inalienável ao lazer,

1 - que em cada Estado, em cada Escola, se desenvolvam estudos e encontros para estabelecer, segundo a situação real de cada caso, as atividades esportivas a serem desenvolvidas nas escolas;

2 - que, na definição do esporte na Escola, seja levado em consideração, não um grupo de modalidades esportivas, mas o fato de que toda atividade escolar implica compromisso inicial com a Educação, fundamentada em princípios pedagógicos;

3 - que o esporte na Escola seja concebido, não como um mero veículo de transmissão de conteúdos mas como uma constante ação de criar e (re)criar a cultura, a partir da qual são constituídos valores e propostas de sociabilidade;

4 - que o Esporte na Escola, enquanto ação criadora e (re)criadora da cultura, na qual a criança, o jovem e o estudante desenvolvam suas capacidades críticas, represente mais um espaço de decisões, de organização, planejamento, estabelecimento de regras e definição de competências;

5 - que seja incentivada a formação adequada dos professores de Educação Física, garantindo-lhes competência técnica, política, pedagógica e científica para a eficiente execução dos programas do Esporte na Escola, atendendo aos interesses e necessidades do desenvolvimento global dos estudantes;

6 - que o princípio de participação seja, em todos os níveis de planejamento, execução e avaliação, um dos pilares básicos das ações do Esporte na Escola;

7 - que o Esporte na Escola desvincule-se, definitivamente, das competições que, superestimando o confronto entre estudantes e subvertendo o espírito de solidariedade, buscam exclusivamente o rendimento;

8 - que, fundamentada na co-responsabilidade e contando com a efetiva participação dos Estados e Municípios, seja formulada, implantada e avaliada uma Política de Esporte na Escola para o Brasil;

9 - que as competições esportivas de caráter municipal, estadual e nacional, enquanto uma das atividades do Esporte na Escola e não apenas de escolares, sejam:

- a) referenciadas no princípio de participação, que contém as idéias de cooperação, co-educação, co-gestão e integração;
- b) integradas a um processo educacional emancipador de caráter inter e transdisciplinar;
- c) caracterizadas por arbitragens de cunho pedagógico, preservando a coerência com os princípios do Esporte na Escola, constantes nesta Carta;
- d) um espaço para a discussão e debate entre professores, alunos, dirigentes e árbitros;
- e) mais uma oportunidade na busca do equilíbrio entre o individual e o coletivo, permitindo que cada um compreenda a contribuição da sua ação individual na construção do coletivo.

Assim, entendendo que esta "CARTA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA" não se esgota nem se apresenta como um produto acabado, que por seu dinamismo e intenção, possibilita sua própria reconstrução em busca da constante recriação de um Esporte que seja compromissado com uma Educação para a democracia.

Conclamamos a participação de todos os que estão compromissados, de uma forma ou de outra, com a educação do brasileiro e com a sociedade do próximo século, a debater, discutir e divulgar as propostas contidas nesta Carta.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7	
MENSAGEM	9	
I. DOCUMENTOS QUE SUBSIDIARAM		
	REPENSAR DO ESPORTE NA ESCOLA.....	11
Introdução	13	
Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro (Indicações 02 e 03 da Comissão de Reformulação do Desporto Nacional)	15	
Constituição Brasileira de 1988 (Art. 217).....	21	
Recomendação CND n.º 01/89.....	23	
A Educação em Primeiro Lugar	25	
Por Uma Carta de Princípios para o Esporte-Educação no Brasil	27	
JEBs, Esporte e Educação	30	
II. A ESTRUTURA DOS XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS COMO MEIO EFETIVO DE INOVAÇÃO E MUDANÇA	31	
Como os Princípios Sócio-Educativos foram concebidos e viabilizados nos XVIII Jogos Escolares Brasileiros.....	33	
Da Estrutura Organizacional	35	
Da Recepção aos Estudantes	37	
Da Substituição do Juramento por uma Declaração dos Alunos	38	
Do Fogo Simbólico	38	
Da Comunicação Social	38	
Do Cartaz	43	
Da Premiação	43	
III. A I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA.....	47	
Introdução	49	
Esporte na Escola e a Educação para a Democracia	51	
A Hora e a Vez do Esporte-Educação.....	51	
Esporte num Projeto de Escola para o Brasil	54	
O Esporte na Escola: Uma Proposta de Renovação.....	55	
A Construção de uma Sociedade Democrática.....	55	
Os Jogos Escolares Brasileiros no Futuro	60	
O Encontro Corpo-Consciência	67	
A Competição e o Esporte na Escola: Valores e Contradições	69	
O Esporte na Escola: Estrutura e Organização	71	
A Ação do Governo: Facilitadora ou Repressora?	71	
O Grêmio Escolar: Gestão Democrática ou Auto-Gestão?	74	
A Formação de Recursos Humanos: O Papel da Universidade	74	
Relatos de Experiência	77	

A Capoeira no Ensino Oficial do Distrito Federal	77
Desporto Escolar	78
Desporto Escolar, Uma Nova Visão	79
Experiência de Redimensionamento do Esporte Escolar em Pernambuco	80
Jogos Escolares do Paraná — Rumo à Democratização	81
Organização Espontânea das Crianças que se Encontram no Estágio Operacional Concreto nos Jogos Tradicionais e Pré-Esportivos	82
Conclusões e Recomendações para o Esporte na Escola	83
Estudantes	83
Árbitros	84
Técnicos	85
Dirigentes	86
Outros	88
Carta Brasileira do Esporte na Escola	89
IV. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS	91

APRESENTAÇÃO

Os Jogos Escolares Brasileiros de 1989, além de mais uma edição nacional desta competição, constituiram-se num grande marco de mudança de sentido, isto é, tornaram-se uma manifestação inequívoca de ação educativa, em vez de apresentarem-se mais uma vez como reprodução do chamado Esporte de Rendimento.

Desse modo, o desenvolvimento desses JEBs foram emoldurados por uma série de ações para que pudessem consolidar-se no sentido proposto. A I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, com a convocação da intelectualidade da Educação Física brasileira, e uma avaliação condizente, realizada por especialistas, foram dois acontecimentos que serviram e servirão de apoio para a discussão da ruptura efetuada.

Assim, depois de desenvolvidos os Jogos na referência de princípios pré-estabelecidos, achou-se necessário, como mais uma etapa essencial do processo de discussão do Esporte-educação, passar-se a limpo toda esta extraordinária experiência vivida em 1989. É com este objetivo que apresentamos a publicação "ESPORTE NA ESCOLA — Os XVIII Jogos Escolares Brasileiros como Marco Reflexivo", a qual consta de partes específicas sobre todos os pontos julgados importantes para o debate.

Finalmente, é com imensa satisfação intelectual que passamos à sociedade brasileira esta publicação, que reflete um grande momento do esporte educacional no país.

MANOEL JOSÉ GOMES TUBINO

*Presidente do Conselho Nacional de Desportos Secretário de Educação
Física e Desportos do Ministério da Educação*

MENSAGEM

Brasília, ao realizar os XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS, mais uma vez, confirma ser o pólo de irradiação da modernidade brasileira, consagrada pela coragem democrática de propor mudanças e programas de reformas.

Os XVIII JEBs, realizados em parceria pelo Governo do Distrito Federal e Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC, constituíram, sem dúvida, acontecimento da mais alta relevância, marcando época histórica no contexto do esporte escolar, através de atividades fundamentadas em princípios sócio-culturais-educativos que, discutidas e divulgadas, contribuirão de forma efetiva na melhoria da qualidade do ensino, e consequentemente, na formação da cidadania dos jovens brasileiros.

Brasília, (DF), julho de 1989.

MARIA LUIZA DORNAS
Diretora de Educação Física e Desportos Estudantis
Fundação Educacional do DF

L

DOCUMENTOS QUE SUBSIDIARAM O REPENSAR DO ESPORTE NA ESCOLA

- Introdução
- Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro (Indicações 2 e 3 da Comissão de Reformulação do Desporto Nacional)
- Constituição Brasileira de 1988 (Art. 217)
- Recomendação nº 01/89 do Conselho Nacional de Desportos
- A Educação em Primeiro Lugar
- Por Uma Carta de Princípios para o Esporte-Educação no Brasil
- JEBs, Esporte e Educação

INTRODUÇÃO

Os documentos que se seguem constituiram-se, dentre outros, em referenciais para as mudanças implementadas nos XVIII Jogos Escolares Brasileiros, na perspectiva da deflagração do processo maior do repensar do Esporte na Escola.

Tais documentos que tratam do Esporte-Educação, como o Artigo 217 do Texto Constitucional e a Recomendação n.º 01/89 do Conselho Nacional de Desportos, entre outros, foram encaminhados aos estados, a fim de que os segmentos envolvidos com a realização dos JEBs pudessem engajar-se nesse processo de mudança.

No mesmo sentido, o documento "Por Uma Carta de Princípios para o Esporte-Educação no Brasil," de autoria do Prof. Manoel José Gomes Tubino, foi distribuído à todos os participantes dos JEBs, e amplamente divulgado por ocasião da I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, constituindo-se, talvez, no ponto de partida para a discussão da problemática do esporte educacional numa escola compromissada com a democracia.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

UMA
NOVA POLÍTICA
PARA O
DESPORTO
BRASILEIRO

Esporte Brasileiro
Questão de Estado

Comissão de Reformulação do Desporto
Relatório Conclusivo

DEZEMBRO/1985

INDICAÇÃO N.º 02

TITULO: DO CONCEITO DE ESPORTE NO BRASIL

A Comissão de Reformulação do Desporto Nacional, instituída pelo Decreto n.º 91.452, de 19 de julho de 1985, e regulamentada pela Portaria Ministerial n.º 598, de 01 de agosto de 1985;

RECONHECENDO que historicamente o esporte no Brasil tem sido entendido numa visão limitada, que muitas vezes levou a opinião pública a vê-lo apenas na perspectiva do esporte de alta competição;

RECONSTITUINDO que muitas vezes o esporte é conceituado como instrumento de sustentação hegemônica, suprimindo a liberdade de criação e manifestação cultural da sociedade brasileira, pelas obstruções do arcabouço jurídico montado em defesa de supremacia do Estado;

CONSIDERANDO que o Esporte, como um dos fenômenos mais importantes deste final de século XX, deva constituir-se num DIREITO DE TODOS;

CONSTATANDO que na Sociedade Contemporânea, o conceito de esporte evoluiu para uma nova abrangência;

CONSIDERANDO que a concepção de esporte modernamente tem admitido manifestações distintas, quando objetiva a educação, a participação e a performance;

INDICA que o esporte no Brasil, para efeito de legislação, deva ser considerado como atividade predominantemente física, que enfatize o caráter formativo-educacional, participativo e competitivo, seja obedecendo a regras pré-estabelecidas ou respeitando normas, respectivamente em condições formais ou não formais.

INDICA que o Esporte para efeito de entendimento e em função da indicação acima, deva ser entendido na abrangência das seguintes manifestações:

- . Esporte-educação; .
- Esporte-participação; .
- Esporte-performance.

INDICA que as manifestações Esporte-educação, Esporte-participação e Esporte-performance sejam concebidas como formas de exercício do direito de todos à prática desportiva.

INDICAÇÃO N.º 03

TITULO: DA MANIFESTAÇÃO ESPORTE-EDUCAÇÃO

A Comissão de Reformulação do Desporto Nacional, instituída pelo Decreto n.º 91.452, de 19 de julho de 1985, e regulamentada pela Portaria Ministerial n.º 598, de 01 de agosto de 1985;

CONSIDERANDO que no conceito de esporte indicado para o Brasil a manifestação Esporte-educação é fundamental, pois é aquela que abrange toda a infância e adolescência da população brasileira;

VERIFICANDO que é justamente nas faixas etárias dos praticantes do Esporte-educação que reside a maior parte da dívida social do país;

CONFIRMANDO que as maiores possibilidades de ação educativa do Esporte incidem no processo educacional;

CONHECENDO que muitas vezes os termos Educação Física e Esporte, se confundem pela sua interdependência, quando utilizados no ambiente educacional;

CONSIDERANDO que existe uma relação entre o caráter capacitador do Esporte-educação e a perspectiva da Educação Permanente;

CONSIDERANDO ainda que o Esporte-educação desperta e possibilita o aparecimento de valores desportivos, ao mesmo tempo que propicia meios para o desenvolvimento adequado do potencial dos mesmos, para uma atuação futura no Esporte-performance;

DIAGNOSTICANDO que no Brasil, o menor carente tem sido um dos maiores problemas sociais;

INDICA que o Esporte-educação, como um dos componentes do conceito de esporte indicado para o Brasil, deve ser entendido como aquela manifestação desportiva que ocorre principalmente na Escola, mas que pode ocorrer em outros ambientes, a qual tem por finalidade o desenvolvimento integral do homem brasileiro como um ser autônomo, democrático e participante, contribuindo para a cidadania;

INDICA que a manifestação Esporte-educação quando exercida na escola, deve sempre integrar-se aos programas de Educação Física;

INDICA que o Esporte-educação deve favorecer um desenvolvimento diversificado, completo e harmonioso do ser humano;

INDICA que um dos objetivos do Esporte-educação seja, não o de criar hábitos de prática desportiva nos seus praticantes, mas o de que tenham condições de perceber os valores dessa prática como um fator de bem-estar e possam exercer, mais tarde, o direito de participar de atividades desportivas;

INDICA que o Esporte-educação, seja também um meio de descoberta e desenvolvimento de futuros participantes do Esporte-performance, propiciando todas as condições favoráveis para que suas capacidades psicomotoras sejam contempladas com programas efetivos e vivências desportivas de acordo com as indicações de suas faixas etárias;

INDICA que os programas desportivos para o menor carente recebam uma atenção especial, sempre na perspectiva da manifestação Esporte-educação.



CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO III DO DESPORTO

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I — a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II — a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III — o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV — a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

RECOMENDAÇÃO CND NP 01/89

RECOMENDA A INCLUSÃO DE DISPOSITIVOS QUE TRATEM DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE EDUCACIONAL NO TEXTO DA NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975, e pelo Decreto n.º 80.228, de 25 de agosto de 1977 e,

CONSIDERANDO que a CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS proclama a fé que tem os povos nos direitos fundamentais do homem;

CONSIDERANDO que a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS dispõe que toda pessoa tem todos os direitos e todas as liberdades por ela proclamados, sem qualquer discriminação baseada especialmente na raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição;

CONSIDERANDO que as práticas do Esporte e da Educação Física integram, no mundo contemporâneo, o efetivo exercício dos direitos humanos que depende do Estado Democrático de Direito e do respeito à cidadania, o que foi consagrado no Art. 1.º da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte (UNESCO, 1979);

CONSIDERANDO que na referida Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, "todo sistema global de educação deve atribuir à Educação Física e ao Esporte o lugar e a importância necessários para estabelecer o equilíbrio entre as atividades físicas e os demais elementos da Educação", e que dentro de um processo de educação global, os programas de Educação Física e Esporte devem contribuir, tanto por seus conteúdos como por seus horários, a criar hábitos e comportamentos favoráveis à plena realização da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a prática da Educação Física e do Esporte é um direito fundamental de todos os brasileiros e que se constitue em um dos elementos essenciais da educação permanente dentro do processo global de educação;

CONSIDERANDO que o homem como ser histórico só se realiza como ser no mundo, ser de um povo e de uma sociedade, na medida em que participa do processo cultural, seja na família, nas organizações, inclusive esportivas formais ou informais, na vida econômica, no sistema educacional, na vida política, intelectual, artística, etc, usando a criatividade da intencionalidade de sua inteligência;

CONSIDERANDO que a Constituição Brasileira de 1988 em seu Art. 217 atribui ao Estado, entre outras responsabilidades, o dever de "fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um, incluindo a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do Desporto Educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento";

CONSIDERANDO que o caráter formativo do esporte educacional, exige que essa manifestação não seja mais uma reprodução do esporte de rendimento, e para esta distinção faz-se necessário prescindir de valorações em aspectos como a seletividade, a hipercompetitividade, privilégio aos talentos, e outros;

CONSIDERANDO também que no Desporto Educacional e na Educação Física deve-se evitar uma concepção acrítica da realidade, a segregação social, a não democratização cultural, as restrições das capacidades de afirmação individual e coletiva, e os cerceamentos à iniciativa e à criatividade do jovem;

CONSIDERANDO ainda que o Desporto Educacional, na perspectiva do direito, deve oportunizar nos seus praticantes: desenvolvimento da formação corporal, da personalidade e das potencialidades; a democratização da cultura; o compromisso com a educação permanente; e a preparação para o lazer;

CONSIDERANDO que na Constituição vigente, pelo Art. 24, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto;

CONSIDERANDO que a Resolução CND n.º 19/85 adota a Recomendação como forma válida de pronunciamento oficial do Conselho, sempre que conveniente ou necessário para oferecer subsídios às decisões de órgãos públicos, e orientação às entidades particulares.

RECOMENDA

1. Que os Congressistas, na elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação adotem o seguinte conceito de Desporto Educacional:

— "O Desporto Educacional, responsabilidade pública assegurada pelo Estado, dentro e fora da Escola, tem como finalidade democratizar e gerar cultura, através de modalidades motrizes de expressão da personalidade do indivíduo em ação, desenvolvendo este indivíduo, numa estrutura de relações sociais recíprocas e com a natureza, a sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, evitando a seletividade, a segregação social e a hipercompetitividade, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária".

2. Que sejam incluídas na LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL os seguintes dispositivos:

Art. — A Educação Física, como componente indissociável da Educação, integrará o núcleo comum obrigatório de âmbito nacional, dos currículos do ensino fundamental e médio.

Parágrafo Único — Os sistemas de ensino fixarão os objetivos da Educação Física ajustados às necessidades biopsicossociais de cada faixa etária da população escolar, através da prescrição do desenvolvimento de condutas motrizes ligadas à expressão da personalidade.

Art. — As práticas desportivas formais e não formais, direito de cada um e dever do Estado, serão ofertadas no ensino fundamental, no ensino médio e em todos os cursos superiores.

Art. — Ao Desporto Educacional serão destinados prioritariamente os recursos do Ministério da Educação para o desporto.

Parágrafo Único — O Desporto Educacional, será entendido como aquela manifestação desportiva que evitando a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, ocorre na Escola e em outros ambientes, tendo como finalidade a formação para a cidadania.

Sala das Sessões, de maio de 1989.

MANOEL JOSÉ GOMES TUBINO
Presidente do CND

A EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR

Manoel Tubino

No Brasil, os eventos que mais caracterizaram as tendências do esporte escolar ou educacional sempre foram os Jogos Escolares Brasileiros, disputados desde 1969.

Pode-se afirmar, que excetuando-se alguns soluções de bom senso, essas competições nada mais foram durante todo esse tempo, que reproduções simplistas do esporte de alta competição desfiguradas de qualquer intenção educativa. As próprias propagandas desse Jogos basearam-se nos atletas renomados de hoje, que disputaram os Jogos de ontem como Joaquim Cruz, Bernard, e alguns outros, que apenas participaram dos JEBs, mas que na verdade nunca foram consequência desta competição. Caso se considerasse essa perspectiva correta, é fácil observar que essas competições anteriormente realizadas não apresentam sequer a eficácia divulgada, pois se em cada evento de aproximadamente 4.000 estudantes-atletas disputantes surgiram somente 4 a 5 talentos por ano, a possível relação custo/benefício permaneceu em níveis reduzidíssimos, e por que não dizer, inexpressivos.

Salvo melhor juízo, o grande equívoco dos JEBs como manifestação de esporte educacional foi direcionar-se para a busca de atletas de rendimento, divorciando-se do único sentido compatível com o esporte educacional, que é o sentido da formação para a cidadania e o lazer. De fato, além dos incommensuráveis recursos utilizados descompromissadamente, perdeu-se a oportunidade ímpar de usar o esporte numa das suas dimensões sociais mais valorizadas: a educação.

Ao assumir a responsabilidade de dirigir a SEED/MEC, recebemos, logo nos primeiros despachos com o ministro Carlos Sant'Anna, a recomendação sobre a necessidade de um resgate do compromisso educacional dos JEBs, pois o próprio Ministro já observara, quando Secretário de Educação da Bahia, a total inadequação educativa desses Jogos. É evidente que a recomendação recebida correspondia à nossa expectativa intelectual sobre o dever-ser do esporte na escola.

Neste momento, quando se aproximam os próximos Jogos Escolares Brasileiros na sua 21.^a edição, pode-se dizer que uma grande revisão conceitual está sendo preparada, corrigindo-se o curso anterior equivocado para um desejável e verdadeiro sentido compromissado com os fins da educação.

Deve-se, inclusive, informar que os JEBs se apoiarão num referencial teórico sustentado por 5 princípios sócio-educativos, que são: o Princípio da Participação; o Princípio da Cooperação; o Princípio da Co-educação; o Princípio da Cos-gestão (Co-responsabilidade); o Princípio da Integração.

Enfatizando-se que o fim principal do esporte como fato social e educacional é o homem, no caso específico dos JEBs, os estudantes serão sempre a razão maior da competição. Nesta perspectiva, pelo Princípio da Participação, os JEBs de julho próximo, serão adaptados quanto à forma para que todos os estudantes que vierem a Brasília possam competir, evitando-se os chamados "titulares" e "reservas".

O Princípio da Cooperação, defendido na literatura principalmente pelo francês Pierre Parlebas, coloca-se em oposição ao individualismo tão marcante nos JEBs anteriores. Isto vale dizer que em 1989 não teremos Campeões individuais, mas sim, equipes vencedoras, onde as participações individuais serão contribuições para as possíveis conquistas grupais. Para que esta proposição ganhasse consistência, dividiu-se alguns esportes em agrupamentos de provas. Por exemplo, no Atletismo, as modalidades serão as Corridas, os Arremessos e Lançamentos, os Saltos e os Revezamentos, todas elas com os resultados se acumulando para extrair-se o Estado campeão de cada modalidade.

A partir destes agrupamentos, emerge também o exercício do Princípio da Co-educação, pois além das provas masculinas somarem-se às provas femininas, ainda ocorrerão várias competições mistas, evidentemente com o devido respeito as diferenças biológicas entre os sexos. Não teremos mais campeões femininos ou masculinos, mas apenas um grupo em cada modalidade, com estudantes de ambos os sexos, inclusive portadores de deficiência física.

Pelo quarto princípio de referência, o Princípio da Co-gestão, será envolvida uma parte considerável de estudantes participantes nas diversas comissões que farão a gestão desta grande festa educativa. Um dos principais trabalhos existentes na literatura internacional, que abordaram a perspectiva educacional do esporte (Melo de Carvalho, 1987), prescreveu a imprescindibilidade de envolver-se os jovens nas funções de direção e no processo decisório das competições que disputaram.

O Princípio da Integração será seguido através de uma das inovações que serão realizadas após as competições por Estados, quando serão desenvolvidas outras competições, agora não mais por Estados, mas com os estudantes misturados, promovendo-se a constituição de novos grupos onde estes jovens terão que apresentar-se uns aos outros e se entenderem sob a necessidade e iminência das decisões estratégicas desportivas que tomarão para as disputas programadas.

Além dos princípios acima sintetizados, outras ocorrências de relevância educativa, comporão este quadro de mudança, como:

1) uma premiação, que sem perder de vista o pressuposto da conquista, será realizada premiando-se as equipes situadas até o 4. lugar e mais aquelas que conseguirem os melhores resultados em suas regiões.

2) o impedimento de que atletas campeões brasileiros juvenis ou de seleções brasileiras possam competir com estudantes que não estejam neste estágio atlético, o que seria a repetição mais uma vez da violência simbólica muitas vezes ocorrida anteriormente.

3) a busca de uma efetividade na discussão do esporte educacional no Brasil através de 3 manifestações, a saber:

a) A edição de uma Carta Brasileira de Princípios do Esporte Escolar, em elaboração, a qual será amplamente divulgada e distribuída durante os JEBs com a intenção de difundir as mudanças efetuadas e abrindo uma reflexão proveitosa sobre os princípios do esporte educacional no país;

b) Uma avaliação dos JEBs por especialistas, condizente com os princípios de referência estabelecidos;

c) O desenvolvimento da I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, permitindo à comunidade educacional a divulgação das experiências estaduais e as discussões naturalmente provocadas pela tomada do sentido educativo no esporte da escola

Finalmente, pode-se concluir preliminarmente que os próximos Jogos Escolares Brasileiros serão disputados tendo como estação de partida a intenção educativa, e que sem abdicar dos caminhos e compromissos determinados por esta premissa, pretendem chegar apenas a ser reconhecidos como uma manifestação legítima e inconfundível de esporte educacional.

POR UMA CARTA DE PRINCÍPIOS PARA O ESPORTE-EDUCAÇÃO NO BRASIL

Manoel José Gomes Tubino

I - INTRODUÇÃO

Os JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS, desde a sua criação, sempre foram reproduções fiéis do chamado esporte de rendimento. Lamentavelmente, o sentido educativo preconizado para as manifestações de Esporte-Educação, invariavelmente cedeu lugar aos apelos da competição de alto nível e às tentativas, pouco eficientes, de descoberta de talentos esportivos.

Entretanto, neste ano de 1989, quando acumulamos as responsabilidades da Presidência do Conselho Nacional de Desportos com a Direção da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação, tivemos a oportunidade histórica de revisar o sentido dos JEBs, promovendo a sua própria reconstrução na perspectiva educacional. Entre as várias providências decididas para a nova roupagem daquela importante competição nacional, surgiu a necessidade de uma CARTA DE PRINCÍPIOS PARA O ESPORTE-EDUCAÇÃO. E é nesta intenção que ora apresentamos o documento inicial desta carta que optamos por chamar "POR UMA CARTA DE PRINCÍPIOS PARA O ESPORTE-EDUCAÇÃO NO BRASIL", a qual certamente será mais uma referência provocativa para o debate, a iniciar-se na I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA, evento do calendário dos Jogos Escolares Brasileiros de 1989.

II - OS CONSIDERANDOS

OBSERVANDO que o conceito de esporte moderno permaneceu na perspectiva do rendimento até os anos sessenta no século XX, quando surgiram as primeiras constatações entre os pensadores contemporâneos do esporte;

RESTABELECENDO que em 1964, o Conseil International Pour L'Education Physique et le Sport (CIEPS) editou o Manifesto do Esporte, assinado pelo prêmio Nobel da Paz PHILLIP NOEL BAKER, no qual a interpretação do fenômeno esportivo ultrapassou o atleta, chegando ao homem comum e ao estudante;

RESSALTANDO que, em 1979, a UNESCO publicou a Carta Internacional de Educação Física e do Esporte, na qual o seu artigo primeiro proclamou o Direito Fundamental de todo ser humano à Educação Física e ao Esporte;

PERCEBENDO que o Esporte, a partir do pressuposto do direito de todos à sua prática, passou a compreender como formas de exercício deste direito as manifestações Esporte-Educação, Esporte-Participação e Esporte-Performance;

CONFIRMANDO que, no Direito de cada um ao Esporte, a abrangência desta perspectiva in-as comuns e em estados diferenciados, portadores de deficiência e talentos esportivos, e que em cada manifestação esportiva estas participações obedecerão a preceitos distintos;

RECORDANDO que, nas disposições da Carta Internacional de Educação Física e do Esporte, ficou compreendido que todo sistema global de Educação deve atribuir à Educação Física e ao Esporte Educacional o lugar e a importância necessários, para estabelecer o equilíbrio entre as atividades físicas e demais componentes de Educação;

VERIFICANDO, inclusive, que a Constituição Brasileira de 1988, determina a promoção prioritária do Esporte Educacional;

CONSIDERANDO finalmente que, no Brasil, as chamadas manifestações de Esporte-Educação foram, na sua maioria, reproduções do esporte institucionalizado, sem uma preocupação substantiva com o sentido educativo;

III -O ENSAIO DA CARTA

SUGERE-SE

A) PARA UM CONCEITO DE ESPORTE-EDUCAÇÃO

O ESPORTE-EDUCAÇÃO DEVE:

CONSTITUIR-SE numa responsabilidade pública, assegurada pelo Estado, dentro e fora da Escola, que tem como finalidade democratizar e gerar cultura através de modalidades motrizes de expressão da personalidade do indivíduo em ação;

DESENVOLVER os indivíduos, numa estrutura de relações recíprocas e com a natureza, sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-os para o lazer e o exercício crítico da cidadania;

EVITAR a seletividade, a segregação social, a hipercompetitividade, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária.

B) O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NO ESPORTE-EDUCAÇÃO

O ESTADO E A SOCIEDADE DEVERÃO:

DESENVOLVER e aumentar as áreas e instalações nos espaços escolares, para as aulas de educação física e práticas esportivas escolares e extra-escolares, formais e não-formais;

PROMOVER a otimização do uso e a manutenção das áreas e instalações esportivas já existentes nas escolas do País;

ESTIMULAR, nas iniciativas de Esporte-Educação, as modalidades esportivas de criação nacional, convertendo-as num elemento essencial de preservação da identidade cultural do País.

AO ESTADO (PODER PÚBLICO), AINDA CABERÁ:

PROMOVER o Esporte-Educação, nas suas políticas educacionais, valorizando as diversidades culturais e considerando os diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico;

FOMENTAR a pesquisa sobre o Esporte-Educação, delimitando-a nos caminhos éticos desta manifestação esportiva, e comprometendo o conhecimento produzido com a realidade social na qual cada estudo está inserido.

C) AS RESPONSABILIDADES DOS EDUCADORES DIANTE DO ESPORTE-EDUCAÇÃO

AOS EDUCADORES COMPETE.

TER sempre como referência o sentido educativo emancipador para os praticantes do Esporte-Educação, que ultrapassa o simples domínio corporal e a saúde, contribuindo para o desenvolvimento pleno, completo e harmonioso do ser humano em comunidade;

FAVORECER o crescimento pessoal e social dos praticantes do Esporte-Educação, através de uma atuação pedagógica apoiada na ação e reflexão, e que tenha como referências, a solidariedade, a cooperação, o respeito mútuo e ao meio ambiente, e os demais valores humanos fundamentais;

PERCEBER que, mesmo as situações de treinamento e competição do Esporte-Educação, necessitam continuar referenciadas nos preceitos educacionais do Esporte.

D) AS REFERÊNCIAS PARA AS COMPETIÇÕES DE ESPORTE-EDUCAÇÃO

AS COMPETIÇÕES DA MANIFESTAÇÃO
ESPORTE-EDUCAÇÃO NO BRASIL DEVEM:

DESENVOLVER-SE, com respeito às condições sociais, culturais e políticas peculiares de cada região:

REFERENCIAR-SE, nos princípios de:

- . Participação
- . Cooperação
- . Co-Educação
- . Co-Responsabilidade
- . Integração para que os praticantes em ação, através da oportunidade de vivência e reflexões, sobre os aspectos positivos do Esporte, possam formar hábitos e comportamentos favoráveis à sua plena realização pessoal.

MANOEL JOSÉ GOMES TUBINO

Presidente do Conselho Nacional de Desportos
do MEC, Responsável pela Secretaria de Educação Física e Desportos
Desportos do MEC, Decano de Ciências Humanas da Uni-
versidade Gama Filho, Doutor em Educação Física pela
Universidade Livre de Bruxelas, Doutor em Educação pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Livre-Docente pela
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Conselheiro da
Associação Internacional de Escolas Superiores de Educa-
ção Física — AIESEP; Membro-Pesquisador do Colégio
Brasileiro de Ciências do Esporte — CBCE.

JEBs, ESPORTE E EDUCAÇÃO

Manoel Tubino

O conceito de esporte permaneceu perspectivado no alto rendimento praticamente até os anos 60 do presente século, quando iniciaram-se as primeiras contestações, principalmente sobre a abrangência do fenômeno esportivo. A manifestação pioneira, que abordou o esporte numa concepção mais ampla, coube ao Manifesto do Esporte, editado em 1964, pelo Conseil International pour l'Education Physique et le Sport (CIEPS), no qual pela primeira vez, relatou-se a existência de um esporte na escola, de um outro esporte para o homem comum, além do esporte de rendimento.

Este debate contestatório à exclusividade do rendimento no entendimento conceitual do esporte, foi evoluindo até que em 1979, a Unesco apresentou a perspectiva do direito de todos à prática desportiva, na memorável Carta Internacional de Educação Física e Desportos.

No Brasil, os JEBs, criados em 1969, passaram a constituir-se na referência principal das manifestações do Esporte-Educação no País. Entretanto, pela discussão internacional do próprio conceito de esporte, verifica-se que o pressuposto do direito de todos à prática esportiva e a nova abrangência, bem mais ampla, tornavam esta importante competição, a partir de 1980, num grande equívoco. Esta afirmação pode ser explicada quando se observa que em toda a década de 80, os JEBs prosseguiram sendo disputados mais como um palco do chamado esporte de alto nível, renegando os preceitos mais elementares da ordem educativa.

Em 1989, quando assumimos a responsabilidade de dirigir a SEED, por indicação do Ministro Carlos Sant'Anna, tomamos a decisão arriscada de revolucionar os JEBs, tentando colocá-los norteados por intenções educacionais. Nesta perspectiva, estabelecemos um referencial teórico apoiado nas experiências internacionais de esporte na escola e nas nossas próprias concepções educacionais, o qual pode ser resumido na interatuação de cinco princípios: o da participação, da cooperação, da co-educação, da co-responsabilidade e da integração.

Por estes princípios foi possível, nestes JEBs, permitir-se que os quase 4.000 estudantes presentes nesta competição competissem, que todas as vitórias fossem coletivas¹ e não individuais, que rapazes e moças competissem conjuntamente, sem separações, que os alunos participantes atuassem em todas as comissões responsáveis pela organização do evento e, ainda, que através de situações conjuntas, se misturassem as delegações presentes em programas esportivos e culturais. Paralelamente, desenvolveu-se a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, onde, na busca de efetividade do debate sobre Esporte-Educação, convocou-se a intelectualidade da Educação Física brasileira e permitiu-se o relato das experiências regionais mais expressivas. A publicação, por outro lado, de uma Carta de Princípios para o Esporte-Educação para o Brasil, sem dúvida, deixará uma referência muito forte desse momento, em que se rompe todo um *status quo* que de certa forma deformava o esporte como fato educacional.

Agora, quando as delegações já retornaram para seus Estados e estamos chegando às primeiras conclusões relativas às mudanças efetuadas, já se pode afirmar que os Jogos Escolares Brasileiros de 1989 conseguiram ultrapassar o próprio evento, passando a se constituir num marco do início de discussão do Esporte-Educação no Brasil.

Manoel Tubino é membro pesquisador do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e Presidente do Conselho Nacional de Desportos.

IL A ESTRUTURA DOS XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS COMO MEIO EFETIVO DE INOVAÇÃO E MUDANÇA

- Como os Princípios Sócio-Educativos foram concebidos e viabilizados nos XVIII Jogos Escolares Brasileiros
- Da Estrutura Organizacional
- Da Recepção aos Estudantes
- Da Substituição do Juramento por uma Declaração dos Alunos
- Do Fogo Simbólico
- Da Comunicação Social
- Do Cartaz
- Da Premiação

COMO OS PRINCÍPIOS SÓCIO-EDUCATIVOS FORAM CONCEBIDOS E VIABILIZADOS NOS XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS

O esporte que se desenvolve na escola, na atualidade, tem se pautado por orientações que emanam do Esporte-Performance (de rendimento). Isto pode ser constatado pela utilização rígida das regras pré-estabelecidas do Esporte de Alto Rendimento, na busca da vitória como objetivo primeiro e, ainda, através de outras exacerbações que se materializam na hiperseletividade, no individualismo, na discriminação da mulher, no autoritarismo, etc.

É certo que tais características resultam dos valores e dos interesses que se estabelecem socialmente, mas, ao vislumbrar-se o Esporte na Escola como parte constitutiva do processo educacional e, portanto, como manifestação distinta em relação ao Esporte de Rendimento, entende-se que tal *praxis* no meio escolar deve orientar-se, no mínimo, pelos princípios da Participação, Cooperação, Co-educação, Co-gestão (Co-responsabilidade) e da Integração.

Princípio da Participação

O Esporte na Escola, por espelhar-se nos objetivos do Esporte-Performance, concorre para a discriminação entre os estudantes, inviabilizando assim a prática desportiva aos alunos ditos "não talentosos", tanto a nível das representações da escola como, principalmente, em relação à atividade esportiva regular do cotidiano de tais alunos.

Assim, nos JEBs 89, as modalidades "coletivas", que notoriamente discriminam titulares de reservas, sofreram uma série de modificações para que esta condição, a seletividade, deixasse de prevalecer. Em todas as modalidades onde a não participação era mais evidente, foi assegurado a cada estudante um tempo mínimo de atuação em cada disputa, em cada jogo. Deste modo, a figura do atleta reserva deixou de existir, uma vez que o primado da seletividade foi substituído pela democratização da prática.

Neste sentido, entende-se que a construção de um esporte realmente educativo poderá ser conquistada, a partir do momento em que administradores, professores e estudantes puderem desenvolver essa *praxis* através da efetiva participação do conjunto da população estudantil.

Princípio da Cooperação

Concebendo-se a vitória como uma conquista coletiva, e vislumbrando-se o surgimento de uma sociedade mais solidária, eliminou-se o caráter individualista das disputas nos Jogos Escolares Brasileiros.

Assim, mesmo naquelas provas que, por tradição, somente apontavam os campeões individuais, prevaleceu o espírito de grupo, uma vez que as classificações decorreram da soma dos resultados individuais em favor da equipe.

Deste modo, deixou de existir o melhor "atleta" nos 100 metros rasos, ou nos 100 metros no nado livre, em favor do surgimento de equipes representando a conjugação dos esforços individuais com vistas a se atingir objetivos coletivos.

Princípio da Co-Educação

Ainda nos dias atuais, prevalece no processo educacional a separação entre homens e mulheres.

Partindo-se da premissa de que a contínua eliminação dos preconceitos e da discriminação em relação à mulher poderá ser atingida no momento em que houver um convívio, uma formação conjunta, entre ela e o homem, buscou-se a nível dos JEBs, viabilizar o princípio da co-educação, através da realização de provas mistas e também pela soma de resultados entre os dois sexos.

Assim sendo, entende-se que apenas as naturais diferenças biológicas deveriam ser salvaguardadas numa *praxis* esportiva escolar do futuro, eliminando-se, pois, quaisquer outras justificações de outra ordem que redundem na separação entre homens e mulheres.

Princípio da Co-Gestão (co-responsabilidade)

Numa sociedade democrática, onde todos são responsáveis, em alguma instância, pelos rumos que se propõe a seguir, torna-se imprescindível a participação dos estudantes não só nos processos decisórios, mas também na execução do projeto de escola que se estabelece no dia-a-dia.

Desse modo, uma *praxis* esportiva escolar que não favoreça a formação de cidadãos aptos a questionar e a propor alternativas, não se coaduna com a referida concepção de democracia.

No intuito de concorrer para esse processo, entendeu-se como legítimo o direito do estudante em tomar parte em cada uma das instâncias e atividades dos JEBs. Neste sentido, formou-se de início uma Comissão de Alunos com vistas a coordenar as diversas participações do segmento estudantil, bem como para estabelecer uma dinâmica de grupo que favorecesse a exercitação do jogo democrático entre eles.

Com isso, os estudantes tiveram a oportunidade não só de conhecer a estrutura organizacional dos Jogos mas, principalmente, puderam avaliar e emitir pareceres sobre diversas questões como, por exemplo, nas sessões da Comissão de Ética.

Princípio da Integração

Apesar do esporte se constituir, por si só, num espaço natural de integração entre os indivíduos, muito embora pouco explorado, buscou-se criar situações que favorecessem ainda mais a consecução deste princípio.

Neste sentido, foram instituídas provas de confraternização entre equipes formadas por estudarítes de vários estados, no intuito de se promover um intercâmbio sócio-cultural entre os participantes, através do rompimento das fronteiras estabelecidas pela representação estadual.

Do mesmo modo, inserem-se as participações dos portadores de deficiência física e dos índios, como cidadãos que compõem o conjunto da sociedade brasileira e, portanto, que requerem a sua integração à mesma.

Assim sendo, o esporte vislumbrado como um dos elementos da cultura, também pode constituir-se num ponto de convergência entre culturas, ou seja, estabelecendo interfaces entre os diversos regionalismos da cultura brasileira.

Face à adoção desses princípios norteadores para o Esporte na Escola, que visaram dar

um sentido educacional aos Jogos e, onde o estudante assumiu a condição de um dos sujeitos do processo, atingiu-se um outro objetivo que foi o de se ter representados todos os estados brasileiros, bem como a Nação Indígena, diferentemente do que vinha ocorrendo em anos anteriores.

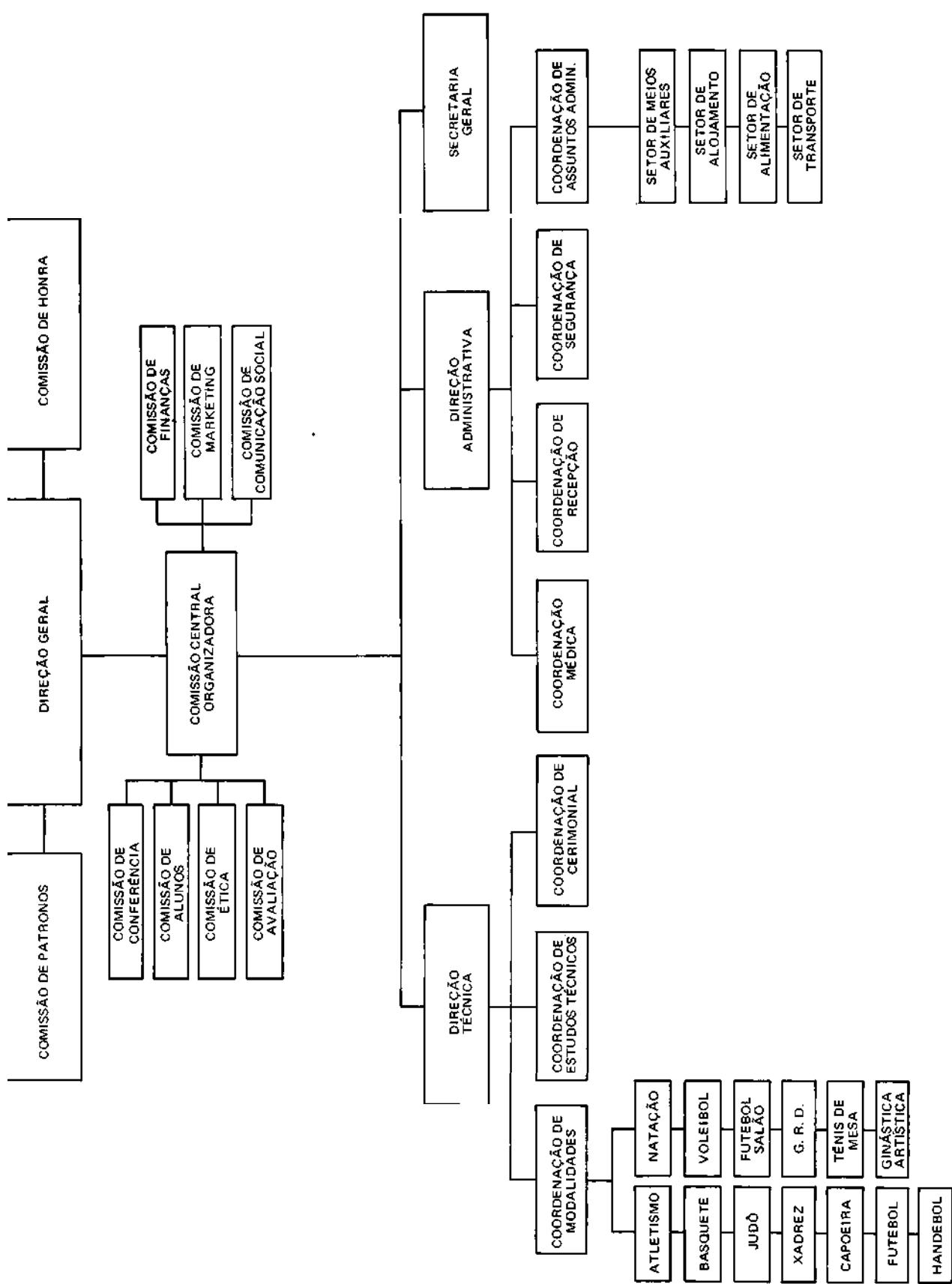
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Face à sua orientação para o sentido educacional, buscou-se desenvolver nos XVIII JEBs o direito do indivíduo existir como cidadão, de posicionar-se e participar integralmente. Para tanto, o conjunto das disposições e a estrutura organizacional dos Jogos sofreram mudanças, para alcançar os objetivos e princípios propostos para os Jogos Escolares Brasileiros, versão 89.

As Comissões de Avaliação, de Comunicação Social e de Ética foram reorientadas; na primeira o objetivo foi o de avaliar os Jogos, segundo os princípios de referência estabelecidos; já na segunda, pretendeu-se criar um sistema de comunicação com uma linguagem adequada aos interesses e expectativas dos estudantes; e na terceira buscou-se viabilizar principalmente a co-responsabilidade, através de um processo democrático entre os vários segmentos participantes dos JEBs, em relação aos pareceres sobre situações que feriam os princípios estabelecidos.

Do mesmo modo, foram instituídas as Comissões de Alunos e da Conferência; a primeira delas buscou concorrer para a efetivação dos princípios da Participação e da Co-gestão (co-responsabilidade) entre os estudantes, ao passo que o objetivo da segunda foi o de garantir a efetividade da discussão do esporte enquanto educação.

A seguir apresenta-se um organograma da estrutura dos JEBs, conforme as modificações apresentadas:



DA RECEPÇÃO AOS ESTUDANTES

No momento em que os Jogos Escolares Brasileiros rompem o elo de ligação com o Esporte de Alto Rendimento, fez-se necessário um maior esclarecimento das novas diretrizes e, consequentemente, criou-se um novo espaço, a ser ocupado pelo estudante, até então condicionado a simplesmente cumprir as ordens de seus dirigentes dentro dos campos de competição.

Assim, com uma linguagem clara e acessível, os estudantes foram recebidos com a "Carta ao Participante dos JEBs", esclarecendo os princípios que nortearam a nova concepção dos Jogos e, principalmente, resgatando o sentido educativo do Esporte na Escola

Carta ao Participante dos JEBs

Bem-vindo aos XVIII JEBs que, ao atingirem sua maioridade, têm uma proposta diferente dos outros que já aconteceram. Uma proposta de fazer com que o esporte na escola, além de divertido e estimulante, seja também um meio de educação.

Calma! Não é nada disso que você está pensando. Não vamos entrar nas quadras, campos e piscinas com lápis e cadernos na mão; nem os árbitros estarão carregando giz e quadro-negro ao invés de apito e súmulas.

A educação de que estamos falando é a formação dos jovens enquanto cidadãos capazes de criar, pensar, votar, viver em grupo, sempre com consciência e solidariedade.

Com este objetivo, os XVIII JEBs vão se desenrolar em um clima de muita participação, cooperação, co-educação, co-gestão e integração. Ou seja, de acordo com as novas regras estabelecidas para este ano:

. Todos os alunos devem participar das competições. É duro viajar tanto para ficar no banco de reservas. Você não acha?

Cada delegação deve trabalhar em ritmo de cooperação. O atleta, individualmente, soma pontos para sua equipe. O estrelismo não tem espaço na convivência em grupo. Com isso, a premiação que antes era individual, contemplando apenas alguns, agora prestigia o esforço do grupo. Com certeza, a união fará a força.

Não existe mais separação entre equipe masculina e feminina. Apesar de, em alguns casos, as diferenças físicas não permitirem formação de times mistos a pontuação e a premiação serão únicas. Afinal, Clube do Bolinha e da Luluzinha poderão participar juntos de um processo de co-educação, ou seja, de uma troca de experiências.

O gerenciamento dos JEBs está se processando com a participação efetiva de comissões de estudantes que deverão interferir nas decisões e ajudar os técnicos responsáveis de cada área. Já que os JEBs são para o jovem, ninguém melhor do que o próprio jovem para apoiar a sua realização.

. Nas horas "vagas", é indispensável a participação de todos nas festas, congações e no grande esquema de comunicação montado por um grupo de jovens, que irá mobilizar todo o JEBs em tomo de questões super interessantes.

. E já que estão participando dos JEBs cerca de 4.500 estudantes, vindos de toda parte do país, está proibido o isolamento. Vamos promover uma grande integração, deixando a amizade fluir. Solte as amarras! É de amor e companheirismo que o Brasil precisa, e não deste individualismo que ronda a vida da nossa gente.

Entre no clima! Esporte é vida, mas a vida é muito mais do que um jogo ou um título de campeão.

"EU ACREDITO É NA RAPAZIADA
QUE VAI EM FRENTE E ENFRENTA O ROJÃO!"

(Gonzaguinha)

DA SUBSTITUIÇÃO DO JURAMENTO POR UMA DECLARAÇÃO DOS ALUNOS

A substituição do juramento do atleta por uma "Declaração dos Alunos", deveu-se à reorientação empreendida aos JEBs, que esteve respaldada segundo os princípios sócio-educativos já enunciados anteriormente. Neste sentido, tornava-se pertinente uma declaração que sensibilizasse a todos em relação ao caráter educacional dos Jogos.

Declaração dos Alunos

No momento em que um número significativo de estudantes do Brasil se reúne, aqui em Brasília, para participar dos Jogos Escolares Brasileiros, torna-se importante:

que exercitemos a cooperação, não somente no âmbito de cada equipe, mas com todos os que se encontram envolvidos, direta ou indiretamente, na realização deste evento;

que seja um momento onde todos os tabus, preconceitos, segregações sejam esquecidos e experimentemos a convivência solidária, a qual, certamente, será um dos principais pilares das sociedades do século XXI;

que o prazer, a alegria de viver, ocupe definitivamente o lugar da falsa obrigação de ser sempre o melhor, de ter que mostrar a todo instante nossos altos desempenhos; nossa irrepreensível produção;

que tenhamos mais que uma reunião e sim um momento de encontro. Encontro com nossos problemas; nossas limitações; nossas qualidades; nossas soluções; nossos medos e ansiedades;

que encontrando a nós mesmos, encontremos o outro, o amigo, o camarada, o companheiro e possamos, assim, discutir nossas idéias, nossos sonhos, nossa utopia e continuar em nosso aprender a ser na busca de uma sociedade que saiba conviver e aceitar as diferenças dos diferentes, a pluralidade de sentidos, a unidade do todo com as partes!

Brasília, julho de 1989.

DO FOGO SIMBÓLICO

O que é o fogo simbólico? Seria uma chama que percorre estádios nas mãos de atletas de renome internacional? Talvez, uma chama cruzando continentes em diferentes mãos atrás de um ideal, ou é um ideal que mantém essa chama acesa há 21 anos renovando-se, quando um estudante e jogador de Basquetebol que participou do I JEBs e hoje chegou à condição de educador, revivendo numa só pessoa, toda a história jebiana, da sua concepção inicial à perspectiva do Esporte-Educacional?

Neste sentido, a condução do fogo simbólico assumiu uma conotação a mais, que, pelo fato do seu condutor ter vivenciado os JEBs desde o seu momento inicial, destaca o papel de um educador contribuindo para a consolidação de um esporte na escola realmente educacional.

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nos XVIII Jogos Escolares Brasileiros, a Comissão de Comunicação Social sofreu profundas modificações. A partir dos novos princípios sócio-educativos estabelecidos, se fez necessário um sistema de comunicação que atendesse ao processo de democratização do esporte na escola e que não estivesse comprometido com o esporte hipercompetitivo, seletivo e segregador.

Dentro destes princípios a SEED/MEC, em conjunto com a Fundação Odebrecht e o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, organizou um sistema de comunicação, onde, pela primeira vez, os JEBs voltaram sua preocupação em adequar uma comunicação em linguagem compatível com a realidade dos adolescentes que vieram participar dos Jogos.

Dentro dos objetivos que permearam os Jogos, o Núcleo de Programas Educativos para Adolescentes da FUNTEVÉ trouxe uma proposta nova, de fazer um programa para e com os adolescentes, num processo de interação em que a diversidade da juventude fosse exposta e debatida.

A fim de criar um sistema de comunicação criativo e atraente aos jovens, três ações diferentes foram implementadas:

- . Os Documentários; .
- A Tribuna Eletrônica; .
- Agência de Notícias.

As ações concentraram-se em trabalhar com temas atuais e do cotidiano dos estudantes e do próprio JEBs, tais como:

- . Esporte na Escola;
- . Escola;
- . A nova proposta dos XVIII JEBs;
- . Direitos da Criança e do Adolescente;
- . Voto aos 16 anos;
- . Drogas;
- . Sexualidade responsável.

O boneco JEBEDEU foi a grande sensação dos Jogos e funcionou como um porta-es-tandarte de uma TV direta e aberta, cuja atração principal foi a espontaneidade do telespectador, seja quando assistindo ou aparecendo na tela. Da mesma forma, JEBEDEU foi o nome escolhido para o jornal diário, elaborado pelos adolescentes da equipe de comunicação social com a contribuição dos estudantes (atletas) que tiveram uma primeira oportunidade de expressar seus pensamentos e críticas através de um jornal feito com jovens e para os jovens.



XVIII Jogos Escolares Brasileiros

Comissão de Comunicação do JEBEs

Brasília
N.º 01

20 de julho de 1989

JEBEDEU: Ele, você e eu

É um pássaro? Um avião? Um caixote com uma TV em cima? Um monte de bobo brincando de jornalista? É o JEBEDEU, uma proposta que visa utilizar as diversas formas de comunicação para promover a participação e integração dos estudantes do XVIII JEBs em torno de questões relacionadas com a juventude. Um grupo de adolescentes, vindos de diversas partes do país, está produzindo um boletim, um programa de TV e um documentário tentando transmitir e captar um pouco da essência dos jogos que, além das competições, envolvem as atividades sócio-culturais, a agitação, a confraternização, o pitoresco, os novos princípios e muitas coisas mais que rolam nos bastidores das quadras e alojamentos.

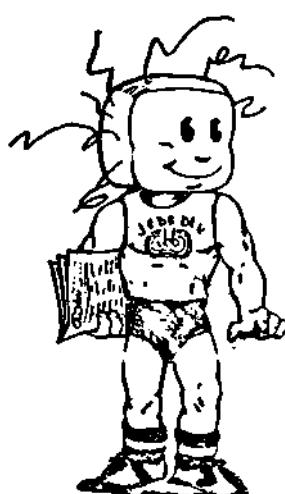
JEBEDEU — o boneco, que estava na abertura dos JEBs já está circulando por aí. Fique atento, pois ele pode ser você.

JEBEDEU — a TV, promoverá brincadeiras e debates a partir de hoje à noite na Festa Junina. Não Perca!

JEBEDEU — o grupo, é formado por 16 aventureiros, loucos por movimento. É fácil encontrá-los, pois estão sempre com caneta na mão, cabelos esvoaçados e olhares curiosos.

Por fim, JEBEDEU — o boletim circula agora em sua primeira edição.

Participe! A sede do JEBEDEU fica na Comissão Central de Organização (C.C.O.) na Escola Parque 314. Mande notícias, apareça, contribua com idéias, afinal, JEBEDEU é ele, você e eu.



ABERTURA EM CLIMA QUENTE

Apesar do frio, o clima estava quentíssimo na noite de abertura dos XVIII Jogos Escolares Brasileiros que aconteceu no último dia 18, a partir das 20 horas, no Ginásio Nilson Nelson. As 28 delegações participantes já chegaram animando o ambiente que fervia de expectativa. Afinal, este JEBs entra para a história como uma competição diferente, e a galera esperava pelas novidades que podiam acontecer. E não houve quem saisse decepcionado.

Mesmo durante o tradicional desfile das delegações, as torcidas marcaram presença fazendo coreografias, balançando os braços, agitando casacos e gritando os nomes de seus estados. No meio do colorido dos uniformes dos alunos-atletas, eis que surgem as penas dos cocares dos representantes da Nação Indígena, que arrancaram aplausos de todos que estavam no ginásio.

Depois da solenidade de erguimento da bandeira, da leitura da carta dos estudantes e de um show de mímica com o ator Mi-quéias Paz, foi a vez da grande surpresa. A Banda de Rock Esquema Seis tocou sucessos nacionais e internacionais e não deixou ninguém sentado nas arquibancadas. Nesta hora, competições a parte, dançaram juntos cariocas e paulistas, candombeiros e mato-gorenses, índios e mulatos, alunos e técnicos. E o clima descontraído fez surgir nos XVIII JEBs a alegria, integração e participação características de todo o povo brasileiro.

EDUARDO: 20 ANOS DE JEBs

O carioca Eduardo D'Albuquerque, 38 anos, participou do 1. JEBs em 1969 como jogador de basquete da delegação do Distrito Federal, em Niterói — Rio de Janeiro. Hoje ele é Coordenador Geral de Basquete do JEBs e diretor do Centro Interescolar de Educação Física de Brasília. Casado, três filhos — Marcelo Garcia Augusto — seu filho de nove anos já pratica futebol de salão e tênis — Eduardo fala do 1.º JEBs, quando haviam poucas modalidades e só oito estados participaram. "Eu acho que a filosofia do JEBs pegou o caminho certo esse ano.

Ainda não está perfeito mas sempre temos que acompanhar o desenvolvimento no mundo.

Acho que se deve colocar isso adiante e o modelo-base deve ser o ano de 1989".

"Esse ano fui convidado para acender a pira e pra mim isso é uma emoção inexplicável, orgulho da profissão e pode ser um exemplo para toda essa garotada", diz Eduardo.

"O esporte tem que ter a obrigação de preparar o jovem, pra mundo, pra vida e é isso que infelizmente algumas pessoas não conseguiram ver", ensinam um dos pioneiros na história do JEBs.

CONFERÊNCIA DISCUTE O ESPORTE NA ESCOLA

A Conferência Brasileira sobre o Esporte na Escola, aberta ontem no Cine Brasília, começou a discutir o que é o novo JEBs e a importância das mudanças em sua estrutura. A abertura da Conferência foi presidida pelo Secretário de Educação Física e Desportos do MEC, Manoel Tubino, com a participação da Diretora Executiva da Fundação Educacional do DF, Malva Queiroz Oliveira, e o Reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque.

De forma geral, a preocupação de todos é de que o esporte se torne parte da formação básica dos adolescentes e que seja praticado e vivenciado com todas as suas emoções e prazeres.

A expectativa é de total entendimento da nova forma de se encarar o JEBs e que, apesar de todas as críticas, o esporte não sofra retrocesso e cresça cada vez mais. Esta é a primeira de uma série de conferências e espera-se no final do encontro, uma conscientização de que o esporte é democrático e não privilégio de poucos.

Notou-se, no primeiro dia da Conferência, a ausência de muitas delegações. Poucos estados estiveram representados. É importante lembrar que para a transformação da estrutura do esporte na escola, todas as delegações devem acompanhar os debates com suas dúvidas e críticas.



Comissão de Comunicação

(VIII Jogos Escolares Brasileiros)

do JEB's

Brasília

26 de julho de 1969

Nº. 09

Lembra do Jebedeu?

Continua o mesmo

A galera que participou aos XVIII Jogos Escolares Brasileiros conviveu com um companheiro diário que espalhava as notícias e estava sempre falando de coisas que interessam aos jovens. O boletim, batizado de JEBEDEU pelos adolescentes que o produziram, circulou-de 20 a 27 de julho em Brasília, com uma tiragem de 1.600 exemplares que eram distribuídos nos lugares onde estavam alojadas as delegações. O jornalzinho lança agora o seu exemplar de número nove, que pretende

continuar promovendo a integração entre os participantes do JEB's 89 e mantendo acesa a discussão sobre esporte na escola.

O JEBEDEU é mais um espaço aberto onde alunos, professores, árbitros e dirigentes poderão expor suas idéias, contar casos interessantes ou mesmo se comunicar com os demais participantes dos Jogos. Neste sentido, manterá todos os estados informados sobre as novidades que estão acontecendo na área do esporte escolar.

é importante que todos con-

tribuam com artigos, notas e notícias que devem ser enviadas para:

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA

Rua da Espanha, s/n, Ed. Instituto de Cacau da Bahia - Comércio Salvador - BA - 40.010

Todo este trabalho está sendo apoiado pela Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC, responsável pela reprodução e distribuição do JEBEDEU.

Carta do Esporte na Escola

No intervalo entre os jogos do XVIII JEB's, algumas pessoas participaram de uma atividade muito especial. No meio de bolas, placares, chuteiras e berimbau, realizou-se a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola. Os professores, alunos, dirigentes e árbitros que estavam neste encontro discutiram várias questões e chegaram a conclusões que formaram um documento chamado Carta Brasileira do Esporte na Escola.

Esta Carta diz que, até os anos 60, o esporte era visto como superação de rendimentos e resultados. Hoje em dia, os desportistas percebem que esta atividade é muito importante para o desenvolvimento de todas as pessoas e, por isso, deve abrir suas portas para atleta comuns, portadores de deficiências ou superdotados. Não é possível colocar o parapléxico para competir com o recordista, mas é muito bom quando eles participam da mesma delegação e marcam pontos juntos.

A nova Constituição Brasileira, promulgada em 1988, deu muito apoio ao esporte educacional. Agora é preciso que os professores contribuam para o desenvolvimento do aluno em sua comunidade, não sejam preconceituosos e não esqueçam que sorte também é lazer.

A Carta fala do esporte como meio de educação, através do qual

as pessoas apredem a conviver em grupo, a ser companheiras, a ajudar, a não ter preconceito, a pensar com clareza. Para que isto aconteça, a Carta recomenda que:

— todos os estados façam encontros para alunos, professores e árbitros decidirem juntos as atividades esportivas que vão desenvolver na escola;

— o esporte na escola seja dado como aula e não treino para competição, a fim de que todos participem;

— o esporte na escola não existe só para ensinar a jogar, mas para tentar construir uma sociedade mais amiga e solidária;

— os professores de educação física sejam competentes para atender os interesses e necessidades dos estudantes;

— todos os alunos, sejam eles magros, gordos, fortes ou deficientes, possam participar igualmente das atividades esportivas na escola;

— o esporte na escola ajude os alunos a saber criticar, decidir e se organizar, preparando os adolescentes para a vida;



— o esporte na escola não esteja mais ligado às competições de alto rendimento;

— uma Política de Esporte na Escola seja criada no Brasil, evitando mudanças a cada troca de Governo;

— as competições esportivas escolares permitam aos jovens participar dos jogos e da integração com os outros adolescentes, tenha objetivo educacional, tenha arbitragem preocupada em educar e não prejudicar os times, seja um espaço para debates, seja uma busca do equilíbrio entre individual e coletivo.

NOTAS

LEI DO INDI

Jogando contra o time de futebol de campo do Paraná, a equipe da Nação Indígena ganhou no placar, mas perdeu no regulamento. Após o jogo, os dirigentes da equipe perdedora observaram que três dos atletas índios tinham inscrições irregulares e recorreram à Comissão de Ética.

Mesmo entendendo que a delegação indígena não havia agido de má fé e que a intensão não era ludibriar o regulamento, a Comissão teve que desclassificar a equipe vencedora, computando os pontos para os vencidos.

O curioso desta história é receber as medalhas de 2º lugar. Mas, que, se por um lado os paranaenses sentiram-se culpados em desclassificar um time por má interpretação de regulamento, por outro sentiram-se agradecidos. Segundo o dirigente da delegação da Nação Indígena, Carlos Tere na, "a desclassificação fez com que nos sentíssemos iguais aos os jogos, fiquei muito amigo brancos, vendo a lei ser cumprida deles."

da forma como gostaríamos que Diante da permissão do secretário, o garoto começou a colocar as medalhas no pescoço dos adversários, ao mesmo tempo em que os cariocas se antecipa e diz:

"—Professor, posso ajudá-lo a premiar os paraenses? É que, durante a premiação, os garotos ficaram muito felizes, abraçavam-se afetuosamente, estabelecendo um clima saudável entre vencido e vencedor. a

Juntos

Quando caminhava ao lado de uma das pistas de atletismo onde estavam acontecendo competições do JEB's, o Professor Tubino foi interpelado por um atleta deficiente físico. O garoto agradeceu a oportunidade que teve ao participar de um torneio, no qual contou pontos juntamente com os garotos normais.

EXPEDIENTE

JEBEDEU Um jornal, uma TV, uma equipe...
Realização do Núcleo de Programas para adolescentes da FUNTEVÉ e Liceu de Artes e Ofícios da Bahia
Apoio: Fundação Emílio Odebrecht

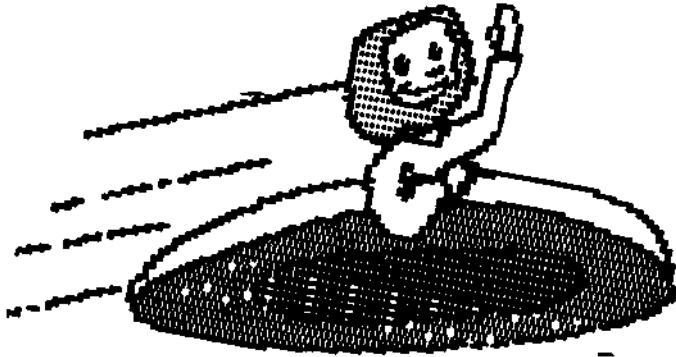
Co Gestão

Os jovens que conseguiram participar da Comissão de Alunos puderam se envolver com toda a organização do JEB's, avaliando a e reivindicando junto aos representantes do Ministério da Educação e das outras Comissões. As conclusões da galera serviram como idéia para a melhoria dos Jogos no ano que vem.

E pena que alguns técnicos não liberaram seus alunos para as reuniões na C.C.O.

INFORMAÇÃO

Alguns alunos do judô não puderam participar das competições no JEB's porque não sabiam que a disputa era por equipe. Esperamos que no próximo ano todos cheguem aos Jogos mais bem informados. A



SEED recomenda que alunos, professores, árbitros e dirigentes continuem se reunindo em seus estados para discutir as questões ligadas ao esporte na escola. **QUESTÃO DE PRINCÍPIOS**

As discussões sobre o Esporte na Escola continuam, e a proposta da Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC é fazer com que, além de divertida e estimulante, esta prática seja vista como meio de educação. Entenda-se por educação a formação de jovens enquanto cidadãos capazes de criar, pensar, votar, viver em grupo, sempre com consciência e solidariedade.

Este foi o objetivo presente nos XVIII Jogos Escolares Brasileiros, que se basearam em cinco princípios fundamentais. A fim de orientar aqueles que não conseguiram informações suficientes para entender as reais mudanças que ocorreram neste JEB's, aqui estão exemplificados os princípios da participação, cooperação, co-educação, co-gestão e integração:

- **PARTICIPAÇÃO** - Todos os atletas que forem ao JEB's devem participar das competições. É duro viajar tanto para ficar no banco de reservas. Você não acha?

- **COOPERAÇÃO** - Acabaram as premiações individuais. Cada delegação deve trabalhar em ritmo de cooperação. O atleta, individualmente, soma pontos para a sua equipe. O estrelismo não tem espaço na convivência em grupo.

- **CO-EDUCAÇÃO** - Não existe mais separação entre equipe masculina e feminina. Apesar de, em alguns casos, as diferenças físicas não permitirem a formação de times mistos, a pontuação e premiação são únicas. Afinal, Clube do Bolinha e da Luluzinha podem participar juntos de um processo de co-educação, ou seja, troca de experiências.

- **CO-GESTÃO** - A organização do JEB's deve se processar com a participação efetiva de comissões de alunos que interferirão nas decisões e ajudarão os responsáveis por cada área da Comissão Central de Organização.

- **INTEGRAÇÃO** - E já que participam do JEB's cerca de 4 mil estudantes de todo o Brasil, fica terminantemente proibido o isolamento. Cada JEB's deve promover uma grande integração, deixando o clima de amizade fluir. É de amor e companheirismo que o Brasil precisa e não deste individualismo que ronda a vida da gente brasileira.

DO CARTAZ

No intuito de se estabelecer uma sintonia com a proposta dos JEBs 89, buscou-se produzir um cartaz que expressasse toda essa reorientação empreendida aos Jogos.

Assim sendo, optou-se pela representação de uma Roda de Capoeira, considerando-se a significação desta manifestação esportivo-cultural na evolução da nação brasileira, e por ter sempre representado:

- um caráter de ruptura frente à dominação;
- um sentimento de integração, de união, entre aqueles que participam da Roda;
- uma estreita relação com as origens do povo brasileiro.

Portanto, a opção pela Capoeira como temática do cartaz, constituiu-se num reconhecimento desta como manifestação histórica de contestação às relações autoritárias e que, a partir dos JEBs de 1986, vem se desenvolvendo com forte vinculação com a perspectiva do Esporte-Educação.

DA PREMIAÇÃO

Em consonância com os princípios sócio-educativos propostos para os JEBs e, em especial, com o sentido coletivo da vitória, estabeleceu-se apenas a premiação por equipes. Entretanto, pelo menos duas novas situações surgiram como merecedoras de valorização.

A primeira delas, refere-se à disputa pelos quatro primeiros lugares onde, neste caso, apenas o quarto colocado não recebia premiação. Assim, entendendo-se que este último chega em condições semelhantes de disputa em relação ao terceiro, buscou-se valorizar os esforços empreendidos pelas equipes que conquistavam essa classificação, através do recebimento da medalha de 4.º lugar.

Considerando-se as dimensões territorial e populacional brasileiras e, principalmente, suas diversidades sócio-econômicas, julgou-se ser pertinente e estimulador um tipo de premiação que valorizasse os esforços e os resultados de cada estado no conjunto de sua região. Deste modo, dividiu-se o país em cinco "regiões sócio-econômicas", para fins de se conceder a premiação de Menção Honrosa ao melhor estado de cada região, a partir da 5^a colocação na classificação geral em cada prova.

ATLETISMO

CONJUNTO I -CORRIDAS

- 1º - São Paulo
- 2º - Distrito Federal
- 3º - Paraná
- 4º - Rio de Janeiro

MENÇÃO HONROSA

- 1^a Região - Amapá
- 2.^a Região — Rio Grande do Norte
- 3.^a Região — Pernambuco
- 4^a Região — Mato Grosso do Sul
- 5^a Região — Rio Grande do Sul

CONJUNTO III - ARREMESOS E LANÇAMENTOS 1

- ? - Mato Grosso do Sul 2? - Distrito Federal 3? — Mato Grosso 4º - São Paulo

MENÇÃO HONROSA 1^a

- Região — Amazonas 2^a
- Região - Ceará 3^a Região
- Pernambuco 4^a Região
- Goiás 5^a Região — Paraná

CONJUNTO II -SALTOS

- 1º - Paraná
- 2. — Rio de Janeiro
- 3.º - São Paulo
- 4? — Pernambuco

MENÇÃO HONROSA 1

- ^a Região — Amazonas
- 2.^a Região — Maranhão
- 3.^a Região — Alagoas
- 4^a Região — Mato Grosso
- 5^a Região — Rio Grande do Sul

CONJUNTO IV - REVEZAMENTOS

- 1? - Rio de Janeiro 2.^º - Distrito Federal 3.^º - São Paulo 4.^º - Paraná

MENÇÃO HONROSA

- 1.^a Região — Roraima
- 2^a Região - Maranhão
- 3^a Região — Pernambuco
- 4^a Região - Mato Grosso
- 5^a Região — Rio Grande do Sul

BASQUETEBOL

MASCULINO

- 1º - Distrito Federal
- 2º - Rio Grande do Sul
- 3º - Amapá
- 4º - Rio de Janeiro

FEMININO

- 1º — Pernambuco
- 2.º - Distrito Federal
- 3.º — Ceará
- 4.º - Paraíba

MENÇÃO HONROSA

- 1ª Região — Rondônia
- 2ª Região — Ceará
- 3.ª Região — Pernambuco
- 4ª Região — Mato Grosso do Sul
- 5ª Região — Santa Catarina

- 1ª Região — Rondônia
- 2ª Região — Maranhão
- 3ª Região - Alagoas
- 4ª Região - Goiás
- 5ª Região — Rio Grande do Sul

CAPOEIRA

- 1º - Goiás 2º - Ceará
- 3º - Paraná 4. —
- Pernambuco

FUTEBOL

- 1º — Maranhão 2?
- Paraná
- 3. — Mato Grosso do Sul
- 4. — Pernambuco

MENÇÃO HONROSA

- 1ª Região - Amapá
- 2ª Região — Piauí e Rio Grande do Norte
- 3ª Região — Sergipe
- 4ª Região — Distrito Federal
- 5ª Região — São Paulo

MENÇÃO HONROSA

- 1. Região — Pará
- 2ª Região - Rio Grande do Norte
- 4ª Região — Distrito Federal
- 5ª Região — Rio Grande do Sul

FUTEBOL DE SALÃO

- 1º - Pará
- 2? — Rio de Janeiro
- 3.º — Pernambuco
- 4.º — Espírito Santo

MENÇÃO HONROSA

- 1ª Região — Roraima
- 2ª Região - Ceará
- 3ª Região — Sergipe
- 4ª Região — Distrito Federal
- 5? Região — Paraná

GINÁSTICA ARTÍSTICA

SOLO

- 1? - São Paulo
- 2? - Distrito Federal
- 3° - Paraíba
- 4. — Santa Catarina

SALTO

- 1.° - São Paulo
- 2? - Distrito Federal
- 3. — Rio de Janeiro
- 4? — Pernambuco

BARRA

- 1? - Distrito Federal
- 2. — São Paulo 3.°
- Pernambuco 4° -
- Pará

MENÇÃO HONROSA

SOLO

- 1^a Região - Pará
- 2^a Região — Rio Grande do Norte
- 3.^a Região — Pernambuco
- 4^a Região — Mato Grosso do Sul
- 5^a Região — Rio de Janeiro

SALTO

- 1^a Região — Pará
- 2^a Região — Maranhão
- 3^a Região - Sergipe
- 4^a Região — Mato Grosso do Sul
- 5^a Região — Rio Grande do Sul

BARRA

- 2^a Região — Rio Grande do Norte
- 3.^a Região — Sergipe 4^a Região
- Mato Grosso do Sul 5^a Região
- Rio de Janeiro

GINÁSTICA RÍTMICA DESPORTIVA

- 1^o - Pará
- 2^o - Distrito Federal
- 2.^o — Rio de Janeiro
- 4.^o - Rio Grande do Sul

MENÇÃO HONROSA

- 2^a Região — Rio Grande do Norte
- 3^a Região — Sergipe
- 5^a Região — Paraná

HANDEBOL

MASCULINO 1 ° -

- Paraná 2^o -
- Sergipe 3^o - Bahia
- 4? — Rondônia

FEMININO

- 1^o - Rio Grande do Sul
- 2^o - Alagoas
- 3.^o — Rio Grande do Norte
- 4.^o — Pernambuco

1

- ^a Região - Acre 2^a Região — Rio Grande do Norte 3^a Região — Pernambuco 4^a Região — Distrito Federal 5^a Região — Santa Catarina
- ## MENÇÃO HONROSA

- 1^a Região — Amazonas 2^a Região — Maranhão 3^a Região - Sergipe 4^a Região — Distrito Federal 5^a Região — Paraná

JUDÔ

- 1. — São Paulo
- 2. — Pernambuco
- 3.^o — Rio de Janeiro
- 4^o - Bahia

MENÇÃO HONROSA

- 1^a Região — Pará
- 2^a Região — Rio Grande do Norte
- 3.^a Região — Sergipe 4^a Região — Goiás 5^a Região - Paraná

NATAÇÃO

CONJUNTO 50 METROS 1º

— Espírito Santo 2.º -
Goiás 3.º — Maranhão 4.º
- Ceará

1 ? Região - Amapá 2^a

Região — Paraíba 3? Região
— Alagoas 4^a Região -
Distrito Federal

CONJUNTO 100/200 METROS

1º — Espírito Santo 2.º —
Maranhão 3.º - Amazonas 4º -
Ceará

CONJUNTO REVEZAMENTOS

1? — Espírito Santo 2? —
Maranhão 3? - Paraíba 4P -
Goiás

MENÇÃO HONROSA

1^a Região — Amapá
2^a Região — Paraíba
3^a Região - Alagoas
4^a Região — Goiás

1^a Região — Amazonas
2^a Região - Piauí
3^a Região — Sergipe
4^a Região - Distrito Federal

VOLEIBOL

MASCULINO

1. — Pernambuco
2º - Paraíba
3º - Rio de Janeiro
4º - Distrito Federal

FEMININO

1º - Rio Grande do Sul
2º — Pernambuco
3º - Pará
4º - Ceará

MENÇÃO HONROSA

1 a Região — Rondônia
2^a Região - Ceará 3^a
Região - Sergipe

1^a Região — Amapá
2^a Região - Paraíba
3^a Região - Sergipe

TÊNIS DE MESA

1º- Goiás
2º- Santa Catarina
3º- São Paulo
4º— Sergipe

MENÇÃO HONROSA

1^a Região — Amazonas 2^a
Região — Paraíba 3^a Região —
Pernambuco 4^a Região —
Distrito Federal 5^a Região -
Paraná

XADREZ

1^a COMPETIÇÃO 1º

- São Paulo 2º -
Sergipe 3.º —
Paraíba 4.º —
Paraná

2^a COMPETIÇÃO 1º -

Sergipe 2º —
Roraima 3º - São
Paulo 4º -
Paraná

MENÇÃO HONROSA

1^a Região — Amazonas
2^a Região - Maranhão 3^a
Região — Pernambuco 4^a
Região - Mato Grosso 5^a
Região - Santa Catarina

1^a Região — Amazonas
2^a Região — Paraíba
3^a Região — Pernambuco
4^a Região — Mato Grosso do Sul
5^a Região — Rio Grande do Sul

III.

A I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA

INTRODUÇÃO

ESPORTE NA ESCOLA E A EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

- A Hora e a Vez do Esporte-Educação: Jogos Escolares Brasileiros 1989
- Esporte num Projeto de Escola para o Brasil

O ESPORTE NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO

- A Construção de uma Sociedade Democrática
- Os Jogos Escolares Brasileiros no Futuro
- O Encontro Corpo-Consciência

A COMPETIÇÃO E O ESPORTE NA ESCOLA: VALORES E CONTRADIÇÕES

O ESPORTE NA ESCOLA: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

- A Ação do Governo: Facilitadora ou Repressora?
- O Grêmio Escolar: Gestão Democrática ou Auto-Gestão?
- A Formação de Recursos Humanos: O Papel da Universidade

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- Capoeira no Ensino Oficial do Distrito Federal
- Desporto Escolar
- Desporto Escolar, Uma Nova Visão
- Experiência de Redimensionamento do Esporte Escolar em Pernambuco
- Jogos Escolares do Paraná — Rumo à Democratização
- Organização Espontânea das Crianças que se encontram no Estágio Operacional Concreto nos Jogos Tradicionais e Pré-Esportivos

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O ESPORTE NA ESCOLA

- Estudantes
- Árbitros
- Técnicos
- Dirigentes
- Outros

CARTA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA

XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS 1
CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA
Esporte na Escola e a Educação para a Democracia

INTRODUÇÃO

No momento que o Esporte na Escola vivência um processo de análise e redefinição de seus princípios, com vistas a resgatar o direito dos jovens à formação da cidadania, baseada na participação e na consciência social, tomou-se necessário criar um espaço para que todos os segmentos da sociedade, engajados com o Esporte na Escola, viesssem a colocar seus posicionamentos e, a partir desses, tornar os JEBs um constante processo de discussão dos valores que vêm conduzindo a prática esportiva, bem como as questões sociais, econômicas e culturais que a envolve.

O Esporte praticado na escola vem se caracterizando pela simples reprodução do esporte institucionalizado (Costa Ferreira, 1984) elitista, segregacionista e não democratizador da cultura (Carvalho, 1987), tendo como principal característica "suprir a referência ao imaginário e à fantasia" (Parlebas, 1980, in Passos, 1989) da criança e dos jovens, alijando até então, talvez, os principais protagonistas dos Jogos Escolares Brasileiros do processo de co-responsabilidade nas transformações sociais pela garantia dos direitos do cidadão.

"A instituição escola criada pelo Estado não dá atenção à maneira como o educando vê o mundo, mas acima de tudo imprime nele a maneira adulta e lógica de ver esse mundo" (Moreira, 1984 in Costa, 1988), "minimizando-se as atividades lúdicas nas quais ele vai se apercebendo da realidade do mundo que o envolve e a realidade de si próprio nesse mundo" (Costa, 1988).

Neste contexto, surge a I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA, no instante em que a sociedade brasileira se organiza e participa diretamente dos destinos da nação e que o esporte é reconhecido como direito de todo cidadão, sendo necessário que se criem espaços para reflexão e proposições de alternativas de ação que estabeleçam compromissos do esporte desenvolvido na escola com a Educação para a Democracia, que teve como objetivos principais:

— Suscitar entre os participantes dos XVIII JEBs, retomada da reflexão acerca do Esporte na Escola, vislumbrando a sua contribuição ao processo de Educação para Democracia, no contexto de um país do Terceiro Mundo, tendo em vista a perspectiva ao século XXI;

— Estabelecer um ponto de encontro que viabilize a troca de idéias, opiniões e experiências entre os diferentes segmentos envolvidos com o Esporte na Escola;

— Discutir a incorporação da democracia e sua utilização por professores, técnicos, estudantes e administradores na gestão do Esporte na Escola;

— Propor princípios e alternativas de ação ao Esporte na Escola, que venham a se constituir em compromissos com a Educação para a Democracia.

Para tanto, a I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA foi planejada, visando às discussões sobre o Esporte na Escola orientadas da seguinte forma:

— Esporte na Escola e Educação para a Democracia:

O enfoque principal diz respeito ao Esporte na Escola, como estratégia do processo educa-

tivo na construção da sociedade democrática, no contexto de um país do Terceiro Mundo, constituindo-se em mais um esforço que privilegie o repensar das relações do homem na sociedade contemporânea.

— **Esporte na Escola: Estrutura e Organização:**

O enfoque está centrado na problemática da gestão do Esporte na Escola como exercício da cidadania, fundamentado no associativismo, num contexto de educação para a democracia, bem como nos compromissos dos segmentos engajados nessa questão.

— **A Competição e o Esporte na Escola: Valores e Contradições:**

Serão debatidos os valores, princípios e contradições subjacentes à competição no esporte e à reprodução da estrutura social atual, enfatizando os seus efeitos no âmbito escolar, suas consequências e a possibilidade do surgimento de valores e princípios indispensáveis a uma sociedade mais cooperativa e solidária.

— **O Esporte na Escola: Uma Proposta de Renovação:**

Já estamos no século XXI?

O Terceiro Milênio é apenas uma questão de tempo num Calendário Gregoriano?

Renovação é sinônimo de reforma ou implica em mudanças radicais em nossas concepções de homem, de mundo, de sociedade ...?

A sociedade democrática é aquela em que todos votam para Presidente da República ou outras questões são fundamentais?

Renovar a proposta atual de Esporte na Escola, para quê? O Esporte é um fato social constitutivo desse nosso ecossistema?

Tais questões serão discutidas neste painel, que representa mais um de nossos apelos aos vivos!

Neste contexto, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- (a) Simpósio
- (b) Palestras
- (c) Painel Integrado
- (d) Sessão de Comunicação — Relatos de Experiências, os quais subsidiaram os debates sobre o Esporte na Escola a partir da prática desenvolvida em algumas das Unidades da Federação.

- (e) Debate por Segmentos (estudantes, professores responsáveis por equipes, dirigentes, árbitros e outros) — visando à discussão conjunta onde foram expostas as atuais dificuldades encontradas no Esporte na Escola e as formas de desenvolver uma Educação para a Democracia, com base nas recomendações de cada segmento envolvido no processo ensino-aprendizagem.

- (f) Assembléia Geral — Onde foram colocadas as conclusões e recomendações produzidas no encontro, entre os segmentos participantes, a fim de elaborar-se uma Carta Brasileira do Esporte na Escola, a qual seria um marco de comprometimento, de todos os elementos que compuseram os Jogos Escolares Brasileiros, na busca da formação da personalidade e da cidadania dos jovens estudantes deste país.

NOTA: os textos que se seguem, e que foram enviados pelos autores à Comissão Organizadora, estão sendo publicados integralmente; os demais, são resumos já divulgados nos Boletins Oficiais dos XVIII Jogos Escolares Brasileiros.

ESPORTE NA ESCOLA E A EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A HORA E A VEZ DO ESPORTE-EDUCAÇÃO:

Jogos Escolares Brasileiros 1989

Manoel José Gomes Tubino

Hoje é um dia muito importante. Faço esta afirmação porque estamos, de fato, começando uma discussão: a do Esporte-educação. Para ponderar melhor esta discussão que se inicia, é essencial relembrar que até hoje, quando se aborda o esporte educacional no Brasil, ainda se pensa no chamado esporte de alto nível. E isto é apenas uma reprodução simplista do Esporte-Performance ou de rendimento no conteúdo do Esporte-Educação.

Todavia, é extremamente relevante que façamos uma viagem retrospectiva sobre a evolução do conceito de esporte, para que possamos perceber o verdadeiro significado do esporte na escola.

Assim, inicialmente relembramos que o esporte moderno nasceu em Rugby, Inglaterra, em meados da década de vinte do século passado, quando Thomas Arnold passou, nas aulas de educação física, a codificar os jogos existentes, fazendo nascer o esporte moderno, tudo envolvido numa concepção pedagógica. A institucionalização veio a seguir, e rapidamente ultrapassou os limites ingleses, estendendo-se para o resto da Europa, chegando inclusive à América do Norte.

Este esporte pedagógico seguiu deste jeito até quase o final do século, quando recebeu um grande impulso, dado por Pierre de Coubertin, ao restaurar o movimento olímpico em 1882. Observa-se que o esporte, mesmo com fins pedagógicos, e depois explicado pelo olimpismo, como meio de paz entre povos e raças, até aquele momento, nunca havia deixado de se referenciar na performance, o que o tornava, desta forma, uma expressão de Esporte-Performance ou Esporte de rendimento.

Com a criação de algumas modalidades desportivas, principalmente coletivas, nos Estados Unidos da América do Norte, pela Associação Cristã de Moços (A. C. M.), este esporte, perspectivado no rendimento, mas com uma ética própria definida e reconhecida, resultante da simbiose dos caminhos pedagógicos de Arnold, com os preceitos ético-olímpicos de Coubertin, seguiu seus caminhos sem maiores incidentes até os anos 30 do nosso século. Foi durante os Jogos Olímpicos de 1936, que Hitler inaugurou um novo uso para o esporte: o político. Tentou fazer das Olimpíadas, uma constatação de uma hipotética supremacia ariana sobre o resto do mundo. A verdade, é que, depois da vitória da Humanidade sobre Hitler, os dirigentes políticos das nações capitalistas e socialistas não deixaram mais que o esporte seguisse a sua vocação ética, reduzindo-o a apenas um eficaz instrumento ideológico-político.

A exacerbação do rendimento e da utilização política chegou a tal ponto, que em 1964, o Prêmio Nobel da Paz de 1959, Sir Noel Baker, assinou pela C. I. E. P. S. (Conseil Internationale d'Education Physique et Sport), o Manifesto do Esporte. Este manifesto, pela primeira vez reconhecia que o esporte não era somente rendimento, e que existia também um esporte da pessoa comum, e um esporte na escola, com conteúdos distintos.

Outras reações se sucederam, devendo-se registrar a Carta Européia de Esporte para

Todos, emitida pelo Conselho da Europa, e o Manifesto da Educação Física, de responsabilidade da F. I. E. P. (Federation Internationale d'Education Physique). O primeiro indicava principalmente a responsabilidade dos governos diante do esporte para todos e o segundo, tentava restabelecer um conceito de Educação Física, no qual o esporte deveria constituir-se apenas num de seus meios.

Por outro lado, a partir de 1970, a UNESCO adotava a Educação Permanente como a sua trajetória fundamental, e ao mesmo tempo incorporava o esporte como uma manifestação efetiva dessa Educação Permanente. Neste compromisso com o movimento de Educação Permanente, a UNESCO editou em 1979, a Carta Internacional de Educação Física e Desportos, a qual, pela primeira vez, colocou a perspectiva do direito de todos à prática esportiva ou atividade física.

A partir daquele momento, a intelectualidade engajada nos estudos do fenômeno esportivo, como Cagigal, Melo de Carvalho, Magnane, e outros, passaram a consolidar a percepção de que na abrangência do conceito de esporte, existia um esporte educacional voltado para a formação, um esporte popular compromissado com o bem-estar e um esporte de rendimento, institucionalizado, voltado para resultados, e principalmente para o espetáculo.

Hoje, estamos inaugurando mais uma edição dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs). Esses Jogos, pretensamente foram sempre organizados para se constituir numa manifestação educacional. Entretanto, pode-se afirmar, que a partir de 1980, isto é, depois da Carta de Educação Física e Desportos da UNESCO, quando o esporte passou a ser direito, os JEBs, nada mais foram do que uma reprodução nada criativa do chamado esporte de alta competitividade, dissociados do caminho educativo efetivo. Ao mesmo tempo, constituíram-se também numa prova irrefutável da desatualização do entendimento do conceito de esporte no Brasil. As próprias propagandas desses Jogos foram as listas dos atletas de alto nível que disputaram JEBs anteriores, isto sem nenhuma referência com qualquer aspecto educativo. Além disto, todos os ritos do esporte institucionalizado foram continuamente reproduzidos, sem a mínima preocupação com quaisquer adaptações para o campo educacional.

Foi neste quadro equivocado que assumimos a Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação (SEED/MEC) há um mês e meio. Sabíamos também, que nenhuma reflexão relevante havia ocorrido sobre esse estado de coisas, a não ser a vírgula colocada pelo notável Bruno da Silveira, quando secretário da SEED/MEC, o qual exclusivou para estudantes não federados, isto é, para aqueles fora do Sistema Desportivo Nacional, a disputa dos JEBs de 1985.

Após um aprofundamento nos estudos realizados principalmente por Pierre Parlebas e Jorge Olímpio Bento, somados às nossas concepções e outras percepções sobre o esporte na escola decidimos inverter o sentido dos JEBs de 1989, do Esporte-performance para o Esporte-educação, oferecendo o caráter educacional para esta importante competição nacional. Para isto, estabeleceu-se um referencial teórico composto de 05 princípios: (a) Princípio da Participação; (b) Princípio da Cooperação; (c) Princípio da Co-educação; (d) Princípio da Co-responsabilidade ou Co-gestão; (e) Princípio da Integração.

Sob a luz desses princípios, profundas alterações foram efetuadas para o desenvolvimento desta grande festa educativa. Estas mudanças e inovações também chegaram à premiação dos Jogos e para uma convocação da intelectualidade brasileira da Educação Física para a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, visando que a discussão que se inicia sobre o Esporte-Educação possa chegar às Universidades e outros ambientes de ciência.

Por sua vez, esta I Conferência Brasileira do Esporte na Escola apresenta-se com a finalidade de discutir idéias e experiências do esporte educacional e editar ao final destes JEBs, uma carta-documento sobre o esporte na escola. Esta carta de diretrizes e indicações faz-se necessária, porque a Constituição Brasileira de 1989 propõe no seu art. 217, inciso II, uma priorização de recursos públicos para o esporte educacional. É lógico projetar, que, caso não seja criada uma consciência do conceito de esporte educacional, os recursos públicos que deveriam ter prioridade de aplicação em situações esportivas educacionais, passarão invariavelmente a contemplar situações reprodutivas do esporte de rendimento.

Sinto-me com muita satisfação intelectual por estar à frente, como protagonista, deste novo processo de discussão de uma das mais valorosas manifestações do esporte, que é o Esporte-Educação.

Mesmo sabendo que a mudança assusta, e que do *status quo* surgirão novos e fortes bolsões de resistência, deixei-me embalar pelas minhas mais sedimentadas convicções de que o Esporte-Educação deve seguir caminhos próprios muito distantes do Esporte-Performance, embora estas duas manifestações esportivas integrem-se na abrangência do conceito contemporâneo de esporte.

Teremos dias intensos, emoções novas, alegrias e até descontentamentos . . . Que todos aqui que acreditaram na proposta inovadora e de mudança destes JEBs, sintam as sensações consequentes do ato de repensar as coisas já pontuadas...

ESPORTE NUM PROJETO DE ESCOLA PARA O BRASIL

Prof. Cristóvam Buarque

RESUMO:

O Professor Cristóvam Buarque iniciou discorrendo sobre o tema: "Esporte num Projeto de Escola para o Brasil". Segundo ele, o processo educacional tem como propósito ampliar o horizonte de "liberdade" do homem, conquistar o "tempo livre" e ensinar a usar esse tempo. Cristóvam Buarque entende a liberdade não só como sintoma de poder falar, mas também nomear a natureza a serviço do homem, melhorar a tecnologia para que se possa usar o "tempo livre". Para que "liberdade" e "tempo livre" ocorram é preciso respeitar sete razões: A busca da verdade, da beleza, a eficiência da dominação da natureza, a busca da justiça, do equilíbrio ecológico, da paz e da aventura.

(Boletim Oficial, n.º 03, p. 64)

O ESPORTE NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO

O ESPORTE NA ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Georgecohama D. A. Archanjo

Alguns estrangeiros que nos tenha visitado em 1974 ou 1981, provavelmente, hoje, retornando a este imenso país, concordaria com Zenão de Eléia e Parmênides que o movimento é aparente. É que aqui no Brasil, substrato político-geográfico do argumento parmenídico, tudo muda, embora tudo fique no mesmo.

É evidente que esta afirmação refere-se ao fato de que estamos em 1989, e ainda em fase de transição para a democracia, fenômeno que aqui se repete ocasionalmente e que sempre é interrompido por um movimento militar, típico da América Latina.

Das duas, uma. Para o brasileiro ou inexiste o movimento, ou se existe, é cíclico.

Portanto, não causa espécie um tema que compreenda uma relação entre o esporte na escola e a construção de uma sociedade democrática, principalmente porque o autoritarismo está tão in-crustado, tão cristalizado no povo brasileiro que se torna necessário que aqueles que conseguiram alcançar o estágio de consciência política organizem, construam e desenvolvam metodologias, práticas educacionais, adequadas à construção de uma sociedade democrática.

Justifica-se, portanto, o tema, repito, vez que no nosso meio, na educação física, no esporte, no campo das atividades recreativas e do lazer, instaurou-se nesse longo período acrítico uma consciência do sim, mecanicista, muito mais opaca e rasa do que nas outras áreas da vida nacional.

Postas essas considerações introdutórias dirijo-me à questão do esporte.

Para ser objetivo e conciso, observo que o homem comum, em qualquer lugar deste planeta, centraliza a sua vida na sobrevivência individual (alimentação, educação/trabalho e saúde), no sexo/amor (procriação, família), na religião e no esporte; enquanto que o Estado centra a sua preocupação no poder, e o esporte é um instrumento utilizado para a manutenção ou conquista do poder.

Há inúmeros significados para o esporte: diversão, exercício físico, obscenidade, jogo, passeio, entretenimento, burla, recreio, fala, amor, distração, festa, jogo amoroso, trabalho, trabalho lúdico ou autogratificante, etc.

Esporte é cultura, é educação, é trabalho, é uma importante atividade econômica, é uma atividade psicológica, terapêutica, política. É responsável pela segurança social, é anti-droga, é vício, é jogo se se admitir que o homem é um ser lúdico.

O certo é que "o esporte compreende vários aspectos da vida e da sociedade, por ser

exercício físico, ter caráter competitivo, cumprir funções relevantes, como a higiênica, a educativa, a hedonística, a biológica, a de promoção social, além de constituir-se numa conduta lúdica de alcance psicossomático" (Callois, apud Tubino/1987).

Mas, por força da mídia eletrônica, um "complexo Je emissoras de televisão e rádio que inclui empresas formadoras e disciplinadoras da opinião pública, jornais, revistas e agências de notícias, de propaganda e de publicidade", o esporte é visto, é considerado apenas como de alta competição, uma atividade fascinante e rentável, compensadora em termos de mercado, enfim, uma extraordinária mercadoria.

Nada escapa ao "fetichismo da mercadoria". Fica difícil livrar-se da teia do esporte capitalista por mais Coubertiniano que se queira ser, por mais revestido de ludicidade e humanismo, se vencer é o que importa.

Ressalte-se o esforço de apreensão ou abstração das categorias esporte-educação e esporte-participação.

Mas tudo se relaciona. Porque, mesmo na escola, ninguém evitará a vitória. Até no jogo há um vencedor. A vitória não é uma abstração, tão pouco a derrota. Mesmo na rua, nas praças, nos bairros, onde e quando estarão todos ou a grande maioria, alguém vencerá, alguns perderão.

O homem ainda é um ser econômico. E enquanto o econômico for determinante, enquanto predominar na vida humana a atividade econômica, tudo a ele se subordinará.

No entanto, é tarefa do próprio homem construir o novo homem, construindo-se.

E como a escola resgatara ou construirá esse novo homem, essa sociedade democrática? De que modo o esporte na escola contribuirá na construção dessa nova sociedade?

Inicialmente, entendemos como tantos outros pedagogos que a educação se constitui numa prática política responsável, em qualquer sociedade humana, pela transmissão de uma filosofia de vida, de uma concepção de sociedade e de homem; prática esta que pode e deve se processar de modo crítico em qualquer instituição sócio-política: escola, sindicato, forças armadas, clubes, associações, jornais, televisão, rádio, etc.

Entendemos também que a escola tem apenas o condão de contribuir para a democratização, para a transformação de qualquer sociedade. Ela tem como objetivo básico "inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa "(Gadotti, 1984).

Idéias, teorias, metodologias, argumentações calçadas em princípios distintos ocorrem em Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, aqui em Brasília, em todo o Brasil, sobre a prática esportiva democrática, de Vera LuciaCosta, João Batista, S. Medina, Paulo Rubem, Celi Taffarel, Joaquim Maurício Cedraz, Antonio Bahia, Luiz Antonio Bahia, Michelli, Caste-llani e tantos outros.

Valter Bracht, no Paraná, exemplifica uma metodologia, através de um ensaio, intitulado "a educação física escolar como campo de vivência social " (Revista Brasileira de Ciências do Esporte, no 3/88).

Os JEBs/89 desenvolvem-se sobre um referencial teórico sustentado por cinco princípios sócio-educativos: o Princípio da Participação; o Princípio da Cooperação; o Princípio da Co-educação; o Princípio da Co-gestão ou Co-responsabilidade; e o Princípio da Integração.

Esses princípios estabelecem:

— que todos os estudantes devem competir, evitando-se os chamados "titulares" e "reservas";

— que não haja campeões individuais, mas sim, equipes vencedoras; as participações individuais implicam apenas em contribuições para as possíveis conquistas grupais;

— que não haverá mais campeões femininos ou masculinos, mas apenas um grupo em cada modalidade, com estudantes de ambos os sexos, inclusive portadores de deficiência física;

— o envolvimento de estudantes na direção e no processo decisório das competições que disputarem;

— o desenvolvimento dos jogos em duas etapas: uma, compreendendo as competições entre os estados; e outra, competições constituídas entre equipes interestaduais.

A "intenção" básica desses jogos é "educativa" devendo "ser reconhecidos como uma manifestação legítima e inconfundível de esporte educacional", é o que esclarece Tubino, em documento publicado no Correio Braziliense, junho/1989.

Como se verifica, não são transformações de fácil receptividade, de simples acolhimento. Não são propostas pacíficas.

Há de se construir o novo esporte construindo-se a nova sociedade.

"A luta pela democratização desportiva deve integrar-se na luta mais geral contra as desigualdades existentes e contra o bloqueamento estrutural ao desenvolvimento", aconselha-nos Manuel Sérgio, em "O poder do desporto ou o desporto do poder" (Filosofia das Atividades Corporais, 1981).

Não se trata de uma revolução porque uma revolução é uma resposta aqui e agora, é a mudança de classe no poder, pela força embora o que se objetive a partir destes JEBs implique numa modificação substancial no esporte brasileiro, através da escola; alterações essenciais, principalmente quanto à gestão, ao gerenciamento, à filosofia e à administração do esporte na escola, no país.

São transformações resultantes de reflexões, estudos, calorosos debates e até conflitos. Transformações lentas e maceradas.

Os questionamentos não têm fim. A perplexidade se instala.

"Se todos devem jogar, se todos devem participar, como serão formadas as equipes?"

"Como será a representação da sala, da série, da escola, da cidade, do estado?"

E se o professor não selecionar os melhores? Porque as equipes têm um número limitado de participantes? Os próprios alunos indicam os melhores, os titulares. Mas no esporte escolar todos são titulares. E o João Saldanha observa, salienta que se o técnico não definir os onze titulares cria-se um clima de insegurança.

E as instituições tipo Departamento, Divisão, Secretaria, Subsecretaria de Esporte ou de Educação Física, como se estruturarão? Como se dará o seu funcionamento? Deverão se subordinar à questão de que educação física é educação?

Sabemos que, para esses órgãos, são definidos objetivos, finalidades, que por desconhecimento, equívoco ou intencionalidade dos seus mentores, revelam-se distorcidos ou omissos quanto ao fim precípua da sua necessidade institucional.

Ressalte-se ainda que as escolas de educação física prevêem número de vagas nos vestibulares diferente para os sexos masculino e feminino. As turmas são separadas. Turma masculina, turma feminina. Como se fossem escolas de formação de atletas, de equipes.

Por outro lado, muitos professores observam que a escola de um modo geral, do 1.º ao 3º grau, não é o lugar de se formar atletas. Para essas competições escolares convida-se os mais assíduos, os estudiosos, ou sorteia-se. Vencer não importa. O que importa é competir, participar.

Em síntese, o que interessa é que as aulas sejam críticas, democráticas, questionadoras. Que se debata sobre as regras do jogo, comparando-as com as regras sociais, morais; questionando sobre os direitos e os deveres da cidadania. Isto requer do professor o desenvolvimento de uma consciência político-critica capaz de pôr em curso uma prática esportiva crítica, democrática.

É importante que todos os alunos participem das atividades esportivas.

Que todos sejam premiados igualmente. Este é o grande salto democrático. A medalha deverá ser igual para todos os participantes, do 1.º ao 50.º, se este for o último.

Quem chegar primeiro sabe que chegou, quem assistiu também sabe. Mas isto não é importante, porque até quem chegou por último é um vencedor, um vencedor do percurso.

Que as turmas sejam mistas, que os jogos as integralizem nas suas programações.

É essencial que se reflita sobre a predominância absoluta do jogo sobre o esporte, que se privilegie a ludicidade.

É possível substituir o estímulo, a motivação, o êmulo de uma competição, de um jogo, de uma partida, que é a sagrada vitória?.

A vitória não resulta do esforço dos concorrentes? da participação do vencido, que sem ele não há vitorioso?

Não são todos os concorrentes que constroem resultado da competição, dentro do campo das probabilidades do próprio jogo?

Como vemos, não é uma questão simples, ela possui o seu grau de complexidade.

"*A priori*, a complexidade assusta, parece suprimir toda fé, tirar toda esperança, toda coragem. O novo real que coloca ao lugar do antigo não é mais certo, mas incerto, deixou de ser substancial e contém o imaginário e o mito. O pensamento complexo parece perder toda vitalidade, toda combatividade maniqueísta por uma nova combatividade: não mais contra as idéias, mas contra a redução, a unidimensionalização, o fechamento, a racionalização, contra a maniqueização e contra a militarização do pensamento político", é o que nos passa Edgar Morin, no seu livro: Para sair do século XX (1986).

Desse modo, o esforço promovido nesta conjuntura pela SEED/MEC, absorvendo os estudos e propostas de um segmento de professores que já desenvolvem uma metodologia na "perspectiva de transformação", ao revés do usual "modelo de reprodução", comprehende, constitui-se no ponto de partida para uma profunda transformação no esporte brasileiro.

Incorporar a prática democrática na gestão do esporte na escola significa que educadores e educandos devem democratizar-se juntos numa praxis educadora, ou juntos se educar numa praxis democratizante.

É preciso que o desporto re-invente, com freqüência, o seu modo de estar-no-mundo, para não se deixar converter em simples instrumento de interiorização da sociedade do rendimento, é o que sabiamente professa o mestre Manuel Sérgio.

Todos desejamos que se estabeleça "um conjunto de regras" (as chamadas "regras do jogo") que permitam a mais ampla e segura participação da maioria dos cidadãos, seja de forma direta, seja de forma indireta, nas decisões de interesse de toda coletividade" (Bobbio, 1979), embora saibamos que a democracia típica da sociedade capitalista é uma democracia burguesa, "com forte desigualdade econômica, social e cultural e com uma alta monopolização pelas classes possuidoras dominantes e por suas elites" (Florestan Fernandes, 1979). É uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o estado constitucional, e onde a liberdade e a igualdade são meramente formais.

Esta é a democracia que a França, o mundo burguês comemora, festeja os seus duzentos anos de existência. E é esta democracia que se encontra em fase de transição no Brasil. E concluir esta transição democrática significa, em síntese, aceitar concretamente o estado de direito, a cidadania, e admitir, assumir a soberania nacional, dando um basta, colocando um ponto final nessa situação de dependência econômica, instaurada desde as capitania hereditárias.

Esta é a tarefa para a qual todos nós fomos convocados, neste tempo presente, no contexto de um país do Terceiro Mundo, concretizar a sociedade democrática como perspectiva de uma sociedade melhor, no terceiro milênio.

Mas para isso, senhores professores de educação física e esportes, é uma exigência dos novos tempos, compreender que a terra se move, mas não como centro, vez que o centro é uma abstração; que o indivíduo é determinado pelo todo ao mesmo tempo que o determina; e que, apesar das escolas de educação física, nesse passado recente, ignorarem a mediação abstrata no processo de conhecimento, transformando o pensar numa relação entre concretos, digo-lhes:

- que o esporte na escola se constitui numa dimensão sagrada;
- que o esporte comprehende um templo de criação e transformação;
- que o esporte é o espaço que possibilita o desenvolvimento; e que, portanto, transforma o homem-criador em transformador do próprio esporte.

Ah! por favor, o tempo de não pensar já passou.

Eia, sus. o novo milênio

OS JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS NO FUTURO

Silvino Santin

1 -PENSAR O FUTURO

Por que estamos preocupados com o futuro? O importante não seria viver o momento presente? Além disto a sabedoria popular desde as sociedades primitivas sempre afirmou que as preocupações com o dia de amanhã são vãs, porque o futuro não nos pertence. Ele está nas mãos de Deus. O homem contemporâneo não pensa assim. A sua compreensão de tempo não é mais a mesma.

Com o surgimento dos humanismos antropocêntricos e com a criação das ciências modernas o homem foi proclamado o senhor de si mesmo, o dominador do mundo e o construtor da história. Esta Proclamação de Independência representou também a declaração do homem como o senhor do tempo. A história das culturas veio fortalecer esta idéia enquanto mostrou que a compreensão do tempo varia de uma cultura para outra. A Proclamação da autonomia do homem como o sujeito da história desenvolveu a consciência do tempo. É no tempo que se concretiza esta autonomia, e no tempo que está por acontecer. O passado já está definido. O tempo futuro, portanto, transformou-se na condição fundamental das decisões humanas. O tempo não é mais visto como uma realidade predeterminada por forças da natureza pela vontade divina, mas a fonte de possibilidades de todas as suas realizações. O passado é o conjunto das realizações da humanidade; o presente é a possibilidade de escrever a história e construir a própria existência; o futuro significa a liberdade das escolhas do homem.

O tempo futuro, na compreensão do homem contemporâneo, contém os espaços da liberdade, onde se pode traçar os planos do homem, onde se acredita concretizar os sonhos de cada pessoa, onde se espera construir um mundo de paz. O futuro deixou de ser a dimensão do tempo colocada na frente da história, como algo definido e determinado, só faltava acontecer, tornar-se realidade. A história estaria escrita, faltava concretizar-se na realidade dos fatos. O futuro tornou-se assim, para o homem contemporâneo, a abertura dos horizontes da esperança e a segurança de que o homem tem possibilidades de traçar seus próprios caminhos.

Mas o futuro não é o nada, o vazio. O futuro está enraizado no passado e constitui-se na motivação fundamental para se viver o presente. O homem do presente olha o futuro sob as óticas condicionantes de sua tradição.

A consciência do tempo, portanto, possibilitou ao homem debruçar-se sobre sua história, relembrá-la e reinterpretá-la. A consciência do tempo acendeu no homem a chama da esperança de um novo mundo mais humano. A consciência do tempo revelou ao homem a importância do presente, deste exato momento. É pela maneira de se viver o presente que se manifesta a nossa compreensão do passado e se desenham os nossos sonhos de futuro. Não são os sofisticados planejamentos, nem os grandes discursos que definem o futuro. O futuro se define nas nossas atitudes cotidianas, em nossas decisões tomadas no dia-a-dia.

A consciência do tempo não só revelou ao homem as possibilidades de fazer escolhas e tomar decisões, revelou também que ele não é o senhor absoluto do tempo. Os fatos ocorrem pela confluência de muitos elementos que escapam ao controle do homem. Por isto, se a perspectiva do futuro deu ao homem o sentimento da esperança de poder construir um mundo de paz e bem-estar, não conseguiu, entretanto, apagar no homem, o sentimento de medo diante do que poderá acontecer amanhã. Outrora o homem temia o futuro porque não sabia o que lhe havia sido estabelecido pela vontade inexorável de um ser superior, ou pelas forças cegas do fatalismo. A preocupação com o futuro continua atormentando o homem da era da ciência, como, outrora, atormentava o homem da era mítica.

O homem, portanto, continua procurando formas de fugir dos riscos e imprevistos do futuro. As maneiras variam segundo a compreensão da história. Há aqueles, e são muitos, que acreditam poder esconjurar os males e atrair os benefícios do futuro através de rituais mágicos. Acredita-se que a posição dos astros, a justaposição das cartas ou a disposição dos búzios têm o poder de antever o que vai acontecer. O homem da ciência, por sua vez, acredita que o futuro poderá ser previsto e controlado através de um planejamento científico. Nos casos em que a previsão falhar, a falha não se deve à impossibilidade de se prever, mas aos cálculos mal conduzidos. Os motivos podem ser múltiplos, por exemplo, a insuficiência de dados.

Diante do futuro, talvez, não se trate de eliminar os imprevistos e os riscos, fontes do sentimento de medo, mas de assumi-los como condição humana de construir o futuro. A manutenção do imprevisto mostra condição humana e revela a dimensão do brinquedo que estaria nas origens do humano do homem, segundo diz Schiller. O importante é tomar consciência dos valores e dos critérios que nos levam a decidir o presente.

A visão científica nos transformou em matemáticos, físicos, calculadores e geômetras do futuro. A visão mística nos oferece crenças e rituais. Por que não podemos ser pessoas que aceitam os riscos do futuro e os vivem como um desafio permanente a ser enfrentado a todo momento. Assim não precisamos nem de mapas, nem de cronogramas, nem de amuletos. Precisamos ser apenas sonhadores, possuídos pela esperança e fortalecidos pela confiança em si mesmos. Assim, o futuro torna-se um engajamento na construção do cotidiano. Um trabalho paciente, atento e contínuo. Uma exigente e constante revisão de critérios e valores. Uma consciência do compromisso consigo e com os outros. A coragem de decidir e assumir a existência e a história. O futuro, portanto, é projetado, pensado e renovado a todo instante, dentro de nosso contexto histórico. É dentro de nossa ordem social que o futuro é traçado segundo nossas aspirações ou desilusões vividas no presente. O futuro não é um objeto distante das pessoas, mas algo que flui, que vai passando continuamente por nós. Será pela revisão e consciência da ordem presente que estaremos traçando a ordem futura.

2-AORDEM PRESENTE

Toda ordem humana representa um esforço do homem e um momento dentro de todo o processo de humanização. A ordem social atual é um destes momentos e um destes esforços. Não existe uma ordem permanente, nem uma ordem universal. Cada cultura, cada etnia, cada época constrói sua própria ordem buscando atender a todos os aspectos da vida em sociedade, o econômico, o político, o familiar, o educacional, o esportivo, o religioso. A ordem estabelecida não só visa atender as necessidades básicas, mas também dar uma solução aos problemas da vida societária. E cada ordem se sustenta sobre um sistema de valores, gerado pela compreensão e interpretação da realidade vivida.

A nossa ordem social atual representa, portanto, uma criação do homem contemporâneo a partir de um sistema de valores, próprio de nossa época. A ordem social contemporânea caracteriza-se como a época da ciência e da tecnologia. Isto significa dizer que a vida humana, individual e social, inspira-se nos princípios da ciência, da técnica. O nosso sistema de valores está construído sobre o conhecimento científico e sobre a ação técnica.

Apesar de cada cultura e cada época caracterizarem-se por uma ordem própria, não se pode dizer que as ordens sejam construídas separadamente sem nenhuma influência mútua. Há sempre vinculações mais ou menos profundas entre o desenvolvimento de uma ordem e outra. Isto porque uma ordem social não é o resultado dado, mas um momento do processo de desenvolvimento cul-

tural e de socialização da humanidade e dos grupos humanos. Ela não nasce do nada, por geração espontânea, pelo contrário, é fruto de uma série de interações de diferentes culturas. As ordens humanas estão entrelaçadas entre si. Cada ordem representa a realização do projeto de um grupo humano dentro do processo global da História. E a história é ação e movimento, mudança e transformação. E o movimento da história é um movimento dialético, onde os elementos agem, interagem e se contrapõem entre si.

A compreensão da história como um processo de mudanças e de transformações nos leva a admitir que toda ordem social não é estática mas dinâmica. Ela está constantemente sujeita à ação e intervenção de seus membros como uma exigência de seu próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento. Hoje, dificilmente alguém aceita a idéia de uma ordem fixa e permanente. Mesmo as instituições chamadas de permanentes estão sujeitas a transformações e variações substanciais. A família, por exemplo, colocada pela civilização ocidental como a célula-mãe de toda ordem social, sofreu modificações profundas. Basta lembrar a introdução do divórcio pela sociedade. O divórcio alterou profundamente a instituição familiar ao tirar-lhe o caráter da indissolubilidade, princípio básico da ordem familiar anterior. Além disso, foi constatado pelas pesquisas etnológicas que a organização familiar não é idêntica nas diferentes sociedades humanas. As pesquisas etnológicas de Pierre Clastres, desenvolvidas juntas às comunidades indígenas do Brasil, revelam que entre algumas comunidades a estrutura familiar é quase imperceptível.

A idéia de mudança na ordem social desencadeia nas pessoas sentimentos variados e até contraditórios. Mudança sempre representa uma desacomodação, uma alteração da rotina e um risco. Uma nova ordem contém imprevistos e pode representar para alguns a perda de privilégios e benefícios, enquanto para outros pode significar a esperança de um futuro melhor. Esses sentimentos contraditórios geram os conflitos sociais frente às propostas de mudanças mas que, no fundo, operacionalizam o movimento dialético da história. Tratar a dinâmica das mudanças sociais nos levaria a um longo e polêmico caminho. No momento, o objetivo é levar a refletir sobre o fenômeno da mudança social, sua possibilidade de acontecer e a intensidade de nossa participação.

Os estudos de sociologia, as pesquisas históricas, os trabalhos de etnologia, a história das culturas mostram claramente que não se pode falar numa ordem social, mas em múltiplas e diferentes ordens sociais, frutos da criatividade de grupos humanos ao longo do processo de auto-humanização. Se a ordem social é uma criação dos homens, coloca-se a questão: quem é o autor desta ordem? Quem participa das decisões? É uma criação coletiva? Ou a ordem social é a imposição de alguns sobre a maioria dos membros? Ainda, sendo a ordem social uma criação supõe-se que ela possa e deva sofrer mudanças para adaptar-se às novas situações, segundo as intenções ou interesses de seus criadores. Mais uma vez pode-se perguntar, essas mudanças dependem da vontade coletiva ou apenas de pequenos grupos dominantes?

Diante do exposto e das várias questões, uma coisa fica clara, a de que podemos, isto é, existe a possibilidade de se realizar mudanças na ordem social. O que é mais importante saber é se também devemos desencadear essas mudanças. Ou seja, termos a convicção que a mudança é necessária. A exigência de mudanças, em geral, nasce quando os membros de uma sociedade se sentem ameaçados ou os seus direitos e necessidades não são satisfeitos. Em outras palavras, a partir do momento em que uma ordem social não corresponde mais aos ideais dos cidadãos começam as exigências e a consciência das mudanças.

É importante lembrar neste momento que a sociedade forma um todo. Todas as instituições estão intimamente ligadas entre si. Por isto, as propostas de mudança devem levar em conta o fato de que toda mudança social repercute no todo da sociedade. Da mesma forma como a dor no dedo minguinho, não é a dor do dedo apenas, mas de todo o organismo. A interdependência das instituições, além de mostrar a complexidade dos projetos de mudanças, mostra que as mesmas estão inspiradas nos mesmos sistemas de valores. No fundo é o sistema de valores que forma o todo social. As instituições são sua manifestação concreta. Por isto, o esforço de mudar deve começar pelas tentativas de alterar o sistema de valores. Enquanto não houver mudança de instância valorativa, seja de uma pessoa, seja de um grupo, a ordem individual ou social continua a mesma. As mudanças são aparentes ou, na expressão em voga, muda-se para deixar as coisas como estão.

Todo esforço, que propõe mudanças para construir um mundo novo e uma sociedade mais justa, só terá êxito se conhecer o sistema de valores que dão sustentação à uma ordem social. É este sistema de valores que inspira e mantém toda e qualquer instituição de uma ordem social. E a mudança, para que não fique apenas no discurso contestador, possa ser válida e constante, precisa ter a proposta de um novo sistema de valores.

3-O MUNDO DO JOGO

Falar do jogo significa entrar num mundo de mistério, de magia, de ilusões e de interesse. Isto porque o jogo se constitui de situações altamente contraditórias, e está enraizado nas origens da humanidade. Os jogos estão envolvidos de sonhos e desilusões, de sorrisos e lágrimas, de alegria e tristeza, de vitórias e derrotas, de festas e lutas. Realmente, o jogo está vinculado à liberdade e à criatividade da brincadeira, mas ao mesmo tempo está amarrado às normas e às regras das organizações esportivas. O jogo pode ser o momento de lazer, de divertimento e de prazer; ao mesmo tempo, pode ser esforço e trabalho. O jogo pode ser o símbolo da autonomia e auto-realização, entretanto ele pode transformar-se em força de dominação e de opressão. Enquanto, para uns, o jogo constitui-se em festa, alegria, abraços e vitória, para outros ele se torna um momento de tristeza, lágrimas e derrota. Para o jogador, que pensa um pouco, percebe que a sua festa está construída sobre o sofrimento do outro, que sua alegria custou o preço das lágrimas do outro. Tal situação é gerada pela própria compreensão do jogo. Nós queremos que haja sempre um vencedor e um perdedor. Esta mentalidade não é necessariamente a do jogo como jogo. As pesquisas revelam que em certas comunidades primitivas o jogo não tem o objetivo de se chegar a um vencedor, mas de evitar que isto aconteça. O jogo é a festa de todos, portanto o empate é a melhor maneira de fazer com que isto aconteça. Levi Strauss cita uma comunidade africana que ao jogar futebol, aprendido dos missionários, fazem tantas partidas quantas necessárias para que no final haja um empate. Nós fazemos exatamente o contrário. Provocamos tantas partidas quantas necessárias para que surja um vencedor.

Por tudo isto, falar em jogo impõe uma reflexão sobre os critérios e valores que a sociedade utiliza para organizar as atividades esportivas. Sabendo que a sociedade constitui uma totalidade, logicamente conclui-se que as organizações esportivas estão calcadas sobre o modelo oficial das demais organizações.

A nossa ordem social é caracterizada pela sociedade industrial. As organizações da sociedade industrial são estabelecidas a partir da idéia de empresa. Toda empresa tem como fundamento o princípio de lucros e perdas, é sustentada pela força do trabalho e regida pelas leis do mercado. Assim, todo cidadão da sociedade industrial é transformado em trabalhador e consumidor.

A ordem empresarial estabelece o econômico como o valor básico. E todo indivíduo é visto sob o prisma do trabalho produtivo. Todo cidadão é acima de tudo um profissional, isto é, um trabalhador qualificado. Por isto, todo trabalho precisa desenvolver-se como uma atividade orientada pelos princípios da técnica. A boa ação é aquela que é executada dentro da técnica exigida. A grande meta do trabalho é a produção, isto é, o resultado que se torna mercadoria. E mercadoria significa dizer um objeto de compra e venda. Tudo é reduzido a mercadoria. O homem passa a ser valorizado pela capacidade de produzir mercadorias. Cada pessoa é identificada, não só pelo que faz, mas especialmente pela técnica que ela domina. O importante é ser um trabalhador especializado, isto é, um técnico. Os técnicos comandam o trabalho. Inclusive o jogo.

A sociedade industrial acabou transformando o trabalho em dogma. O homem torna-se homem pelo trabalho técnico, isto é, pela invenção do instrumento, da ferramenta, da máquina. Para se apontar a grandeza de um homem, basta dizer que ele se manteve a vida toda no trabalho produtivo.

É dentro da ordem social geral que o jogo se desenvolve e se organiza. As iniciativas e as organizações esportivas estão sujeitas aos mesmos princípios de toda organização empresarial. Portanto, os Jogos Escolares Brasileiros, apesar de falar em escolares, não escaparam desta política da ideologia da sociedade industrial. O jogo deixou de ser uma atividade lúdica para tornar-se um trabalho. 0

Jogador, por sua vez, deixou de brincar para trabalhar, tornando-se um trabalhador como qualquer outro. As atividades esportivas são vistas pelo ótica da produtividade econômica. O que vale é a vitória. O jogador não sente mais alegria e prazer pelo fato de jogar, mas só quando alcança a vitória. O jogo deixa de ser o conjunto das atividades, para se tornar apenas o resultado final. Jogar não é jogar, mas vencer. A partida se resume no gol, na cesta, no ponto. As jogadas bonitas, os dribles, as evoluções criativas desaparecem. Só ficam os números dos resultados. O próprio jogador, porque ele é a condição fundamental do jogo, tornou-se uma mercadoria. O jogador, que passa a ser chamado de atleta, entra nas regras de mercado, da oferta e procura. A filosofia é a mesma que inspirava o mercado de escravos. O esporte transformou-se em área de investimentos. As instituições esportivas tornaram-se empresas. Investe-se em jogadores, como se investe em cavalos de corrida, em carros de fórmula um. Mas a sociedade, e, o que é mais, o próprio jogador, parecem aceitar tal fato como normal. A imprensa, por sua vez, entra no esquema e exalta um atleta pelos milhões que ele custou. Uma partida ou um evento esportivo valem pelos rendimentos econômicos. É a mesma situação denunciada por Saint Exupery no livro "O Pequeno Príncipe", uma casa não vale por ter pombos no telhado ou gerânios na janela, mas pelos milhões que ela custa.

Para todos aqueles que sonham com mudanças, precisam convencer-se de que só será possível uma mudança quando conseguirmos romper com o sistema de valores e com os quadros mentais que sustentam esta civilização da ciência da tecnologia, inspiradora da sociedade industrial.

4 _ AS RAIZES DO JOGO

Toda essa mentalidade de produção baseia-se na idéia de que o homem nasceu para o trabalho. Tal tese, porém, parece não estar comprovada nem pela história, nem pela antropologia. Não seria a invenção da ferramenta que tornou o homem humano, mas, segundo diz Schiller, foi a ação de brincar que tornou o homem, um ser humano. Isto porque o ato de brincar é uma atividade totalmente criativa. E a criatividade do brinquedo implica na capacidade de simbolizar, que pertence exclusivamente ao homem.

A História das Culturas nos mostra que o homem não se compreendeu como um ser do trabalho. O trabalho teria sido visto como um passo, uma imposição, uma obrigação penosa e mesmo como um castigo divino.

A cultura grega centrava a condição humana na *scholé* que consistia nas atividades de lazer, de cultura, muito diferentes das ocupações do trabalho. Por isto eles não tinham, em sua linguagem, um termo específico para nomear as ocupações que nós chamamos de trabalho. Eles usavam a forma privativa. O trabalho era designado como *a-Scholé*, que significa privação de *scholé*, ou seja, o não-lazer. O mesmo acontece na cultura romana. Os romanos designavam as atividades de trabalho pelo termo privativo *megetonium*, isto é, o não-ócio, ausência de tempo livre. O humano do homem, portanto, foi vinculado desde a antigüidade ao não trabalho, ao cultivo da arte, às atividades do espírito, fundamentalmente ao repouso. O repouso, para gregos e romanos, não significava não fazer nada. Segundo Joseph Pieper, estar em repouso significava para eles, estar em harmonia consigo mesmo e isto se dá quando a vida corresponde a seu modo de ser. Portanto, o repouso "é a atitude de quem procura entender e aprofundar-se pela contemplação nas profundezas da realidade" (Pieper, p. 107).

As observações de E. Nebinger, por sua vez, revelaram que as brincadeiras dos animais vinculam-se ao modo de ser e de viver dos mesmos. É o próprio instinto de sobrevivência que inspira suas brincadeiras. A natureza mostra os animais herbívoros como as presas naturais dos carnívoros. Desta maneira, diz Nebinger, que entre os herbívoros, o perseguido (presa dos carnívoros) é sempre mais ágil e esforçado que o perseguidor em suas brincadeiras. Entre os carnívoros dá-se o contrário. O mais aplicado é o perseguidor e não o perseguido.

Os jogos e os eventos esportivos, desde as suas origens, nunca estiveram vinculados aos ideais do trabalho, de lucro, do econômico, nem mesmo do político. Todas essas vinculações aconteceram posteriormente obedecendo aos interesses da ordem social vigente. O jogo, originalmente, sur-

ge como criatividade e se desenvolve à sombra da festa religiosa, do culto e dos rituais. Foi à sombra dos tempos que os jogos helênicos se realizavam, longe de interesses políticos, econômicos, longe da influência dos governos. Eles nasceram e se desenvolveram sob a dinâmica do culto, próximos à arte, ao canto, à música e à poesia. O jogo, ao lado da arte, no dizer de Toymbee, constituiu-se na única força capaz de fazer a unidade dos povos helenos. Dentro desta mesma perspectiva de jogo desenvolvida pela cultura grega, Joseph Pieper chega a afirmar que os "gregos nem seriam capazes de entender nossos princípios sobre o trabalho como centro de um mundo" (Pieper, p. 101).

O jogo, portanto, não nasceu com a imagem do trabalho e da produtividade econômica. Ele nasceu como festa, como culto ao sagrado, como repouso. O jogador não nasceu como um atleta trabalhador, mas como um atleta festeiro, brincalhão.

A tentativa de voltar às raízes do jogo pode nos indicar possíveis caminhos de mudança e transformação da sociedade através dos eventos esportivos. É certo que a brincadeira implica numa negação radical da lógica da sociedade industrial.

5-0 DINAMISMO DO JOGO

O jogo e as organizações esportivas atualmente estão sendo dominados pela ideologia da sociedade industrial. Ela tornou-se a instância suprema do poder econômico e do poder político. Transformou o jogo num instrumento de comunicação e de controle das massas. O dinamismo do jogo foi colocado ao serviço de interesses de ideologias e de estratégias massificantes, que só servem para manter a ordem social vigente. Nos últimos anos as atividades esportivas foram utilizadas, especialmente por governos totalitários, como um meio de comunicação com o povo. As próprias olimpíadas, desde a sua realização em Berlim na era do nazismo, cada vez mais, foram se transformando numa negação do dinamismo lúdico do jogo.

A exploração política do jogo é completada pela exploração econômica. O jogo transformou-se numa matéria prima preciosa para os investidores, tanto aqueles que exploram os eventos esportivos, quanto aqueles que produzem sofisticados materiais para qualquer modalidade esportiva.

Desta maneira, o jogo pelo jogo deixou de existir. Os pequenos espaços vazios nos centros urbanos, lugares naturais para as peladas e as brincadeiras infantis, foram transformados em investimentos imobiliários. Em contrapartida a sociedade industrial, inspirada em sua ideologia e em seus objetivos lucrativos e comerciais, oferece escolinhas de futebol, de natação ou basquete, abre academias, lugares onde se pratica a técnica e muitas outras coisas, menos o essencial, a criatividade lúdica.

Mas, apesar desta situação, o dinamismo do jogo pode ressurgir com todo seu poder criativo e operar mudanças e transformações. Portanto, para que se possa pensar em Jogos Escolares Brasileiros para o futuro, é preciso recuperar a energia mágica e original do dinamismo do jogo. O *homo ludens* é a imagem original do homem humano. O *homo faber*, o homem da técnica e do trabalho, é posterior, ele é precedido pelo homem do brinquedo. Lorenz afirma que a ferramenta do homem trabalhador é um objeto que deve sua origem à potência criativa do *homo ludens*, o homem que brinca. (Dem. do homem, p. 65). O homem se manifestou, portanto, em sua condição humana, originalmente como um ser que brincava e não como um ser que trabalhava. É por isto que o brinquedo constitui-se, ainda hoje, numa potência fundamental da criatividade. As próprias ciências diz A. Moles, devem várias descobertas às brincadeiras. É a partir deste seu potencial criativo que Rubem Alves diz que o jogo traz a visão do futuro. "O jogo tem a visão do futuro em primeiro lugar porque seu espírito criativo está nas origens da humanização. Em segundo lugar porque ele está vinculado à criança e ao espírito infantil."

A tradição bíblica, quando quis mostrar o caminho da eternidade, isto é, do futuro, fez um convite para voltar a sermos crianças. Ser criança não significa a fragilidade, a dependência, o desamparo. A vida infantil aponta para o brinquedo da liberdade, da criatividade, pré-condições, segundo R. Alves, da integridade humana e do renascimento social. (A gestação do Futuro, p. 105). Ou então, podemos lembrar a parábola do dragão que aparece na obra Nietzsche, "Assim falava Zaratustra". A parábola diz que o leão mata o dragão e torna-se criança. Por que, a criança? A criança é inocência

e esquecimento, é um novo começo, um jogo ... um sagrado sim. (in R. Alves, p. 105). E por isto que o jogo traz a visão do futuro da mesma forma que o brinquedo é o símbolo da vida infantil. Além de apontar o futuro, o jogo, completa R. Alves, faz do presente, a falta de liberdade, uma experiência mais insuportável e cruel. (A gest. do Futuro). Portanto, o jogo ou o brinquedo se tornam reais quando estiverem livres da opressão. Conseqüentemente, tanto a criança, quanto o brinquedo têm a força de nos lembrar que existem outros valores a serem criados.

Os Jogos Escolares Brasileiros mudarão sua fisionomia quando se libertarem da opressão dos interesses econômicos, se desvincularem das ideologias do poder e abandonarem os valores do esporte guerreiro. E os Jogos Escolares Brasileiros mudarão de fato, quando a atividade esportiva recuperar o espírito criativo da ludicidade e voltar a reconhecer seu parentesco com a arte. É a atividade lúdica e artística que está na raiz dos esportes, na raiz dos jogos de linguagem, o humor e as piadas. Esta mesma criatividade pode ser o grande agente de transformações na ordem social e na ordem esportiva.

Desta maneira, os eventos esportivos não serão mais um instrumento nas mãos de outros interesses, mas uma força de renovação social. Os Jogos Escolares Brasileiros serão encontros de cultura, de arte e do jogo que, apontando para o futuro, gera a esperança, proporciona alegria no seu limitado espaço, cria a certeza de liberdade para todos. Os Jogos Escolares Brasileiros anunciam para toda juventude estudantil brasileira que, apesar de nos encontrarmos cativos no mundo do adulto e na sociedade de consumo, esta não precisa ser a nossa única maneira de viver. E, por fim, eles revelam que existem outras possibilidades para a existência humana.

Ao pensarmos os Jogos Escolares do futuro sentimos que podemos, fundamentalmente, seguir duas linhas de pensamento. Uma, aquela que inspirou os jogos praticamente até agora, funda-se no esporte praticado com tecnologia avançada e com o objetivo do alto rendimento, e dirigido por interesses econômicos, políticos e ideológicos. A outra maneira de pensar, aquela que propõe uma nova alternativa para o futuro, busca recuperar o dinamismo originário do jogo através da potência criativa da ludicidade e do brinquedo.

No segundo caso, os Jogos Escolares não serão mais marcados pelo esporte guerreiro e competitivo, mas como um encontro cultural e festivo da juventude escolar, inspirados na harmonia e no equilíbrio de consciências responsáveis e livres, capazes e abertas para debater e desenvolver as novas dimensões da cidadania brasileira, de justiça e paz social. E, por sua vez, a avaliação dos Jogos Escolares Brasileiros do futuro não se dará mais pelos índices de produção e de custos, mas em termos de harmonia, integração e festividade da juventude brasileira dentro do processo e do conjunto das atividades educacionais.

Esses novos jogos não podem começar amanhã, eles precisam começar hoje, talvez, já começaram ontem, porque há grupos de pessoas, de jovens, de estudantes, que não querem mais ser atletas explorados em seus corpos e em sua juventude, e, por isto, buscam reativar a criatividade, a espontaneidade, os sonhos e a imaginação da criança que dorme em cada um de nós e, que nos pede, para voltar a brincar.

ENCONTRO CORPO - CONSCIÊNCIA Prof. Roberto Crema RESUMO:

No painel "O esporte na escola: uma proposta de renovação", o caminho da democracia seguiu a trilha do esporte, pelas palavras de Roberto Crema, Georgecochama Archanjo e Silvino Santin.

As idéias, como tudo na vida, envelheceram mesmo resistindo fortemente à morte. A idéia de mundo produzida no século XVII pela genialidade de homens como Galileu, Bacon, Descartes e Newton, também envelheceu, segundo as palavras de Roberto Crema. O homem e o universo viraram máquinas, e como tal foram tratados. Crema nos falou da dicotomia ocidental. Nela o corpo foi fragmentado, dividido, cabeça para um lado, corpo para outro. Tão grave e definitivo foi isso durante séculos, que ainda hoje nossa educação e nosso esporte assim se conduzem: nosso esporte é mecânico e nossos alunos são adestrados.

Roberto Crema vai falando e as imagens se sucedendo. Fala de Reich e nos conta como ele está nos ajudando a descobrir o corpo que somos. Fala de conspiração contra o mecanicismo e aponta para o holismo que se vai instaurando. "Eu não tenho um corpo, eu sou um corpo". O universo não é uma máquina, é um oceano de consciência e nós estamos nele. O espaço perde suas fronteiras com a ciência moderna. Do oriente nos chega uma outra forma de fazer a ginástica, na qual existe o espaço para o humano. Oriente e Ocidente não são mais duas regiões geográficas, são estados de consciência. E o que isso tem a ver com a conspiração? E com esporte? Os movimentos precisam ser conscientes. Uma revolução de inteligência. Sejamos conscientes de nossos atos. No esporte, mais educação e menos adestramento, mais cooperação e menos competição. Flexibilidade é vida e rigidez é morte, precisa aprender quem faz o esporte.

(Boletim Oficial, n.º 05, p. 167)

A COMPETIÇÃO E O ESPORTE NA ESCOLA: VALORES E CONTRADIÇÕES

Prof. João Batista Freire da Silva

RESUMO:

Poesia e ciência não são incompatíveis. Nem os dois com o esporte. Na mesa que o Prof. Laércio presidiu sobre "A competição e o esporte na escola: valores e contradições", João Batista Freire, Paulo Rubem e Marcos Terena disseram palavras que, não só trouxeram a teoria até a prática, como também, reascenderam a poesia e trouxeram até aos colegas atletas e professores de Educação Física, um convite cordial e fraterno à mudança. Crítica não é necessariamente rancor e destrutividade. É também construção e fraternidade. Exercitando dessa forma a crítica, palestrantes se envolveram em um clima dos mais favoráveis à mudanças até agora vistos na Educação Física brasileira. Sim, porque não há como negar que os JEBs se constituíram, ao longo de 21 anos, em forte referencial da prática da Educação Física e do Desporto no Brasil. Infelizmente, não se conseguiu que viesse a existir esporte na escola em nosso país. O início da fala do Prof. João Batista Freire começava com estas considerações a respeito dos JEBs.

A função do esporte na escola difere de outras funções que ele exerce em outras instâncias, segundo João Batista Freire. Na escola seu papel é educar, é levar o aluno para adiante no seu conhecimento. Começando por democratizar os meios; que todos façam esporte, e não apenas os mais talentosos. O grande desafio do professor não é ensinar esporte a um ou outro privilegiado que corre ou salta mais que os outros. O desafio é ensinar à todos. E, ensinando à todos, cumprir com os verdadeiros objetivos da escola: formar o cidadão, encarregando-se, com o aluno, da tarefa de produzir o conhecimento.

Ainda segundo o Prof. Freire, a tarefa do professor é muito complexa, na medida em que, na Escola, as incumbências vão além de ensinar as modalidades desportivas. O universo que a escola tem que apresentar ao aluno é muito maior: inteligência, motricidade, afetividade, sexualidade, são dimensões que constróem o humano — nós estamos construindo uma sociedade humana. O esporte tem que poder veicular isso. Cai-se, então, em uma questão metodológica: como ensinar esse esporte. Segundo João Batista Freire, pelo conflito, como deveria ocorrer com qualquer outra disciplina. A cada passo dado, a cada gesto aprendido, a cada regra elaborada, apresentam-se novas propostas que levam o aluno adiante. O professor orienta o aluno que supera seus problemas, suas contradições. No entanto, o que se vê, na realidade, é uma grande reação ao progresso, uma recusa ao conflito. Segundo o Prof. Freire, "Professor é um administrador de conflitos que se tornou conversador e quer que o tempo pare no seu tempo". Mas o tempo não pára e os JEBs não podem parar. Mas só fará sentido quando expressar o esporte como educação, o esporte que se faz em aula.

A dinâmica da mesa consistia em palestra e debates. Debatendo com o Prof. João Batista Freire estavam o Prof. Paulo Rubem e Marcos Terena, representante das nações indígenas. Participando como debatedor, o Prof. Paulo Rubem procurou chamar a atenção para as condições em que se desenvolve o esporte em nossa sociedade, onde menos de 50% da população em idade escolar têm acesso às escolas de 1.º e 2.º graus. Por outro lado, segundo esse professor, nas escolas particulares, que representam quase a metade das vagas no ensino de 2.º grau, os valores e objetivos do esporte estão

muito mais relacionados com a projeção e divulgação das escolas, através da formação de equipes que buscam exclusivamente recordes e medalhas.

Após considerar o momento atual como uma oportunidade importante de analisarmos o esporte na escola, Paulo Rubem alertou para a necessidade de desenvolvermos uma tática que nos permita, a partir de uma nova filosofia e consciência educacional sobre o esporte, enfrentar os inúmeros problemas e dificuldades que hoje fazem com que valores como o individualismo, obcessão pelo recorde e pela performance, entre outros, dominem e impeçam o desenvolvimento de um esporte escolar democrático, criativo e educativo.

Para o Prof. Rubem, mudar o esporte na escola e mudar a própria escola são passos que devem ter como última finalidade contribuir para a mudança da própria sociedade da qual todos, participamos.

O prof. Paulo fala sobre esses assuntos com a convicção de quem está na luta há muito tempo. Com a convicção dos que não desistem. Marcos Terena o segue nas palavras e não sai do tom. Quem pensava que índio não sabia de esporte enganou-se. Vê-se, com ele, que os índios não vieram aos JEBs correr atrás de medalhas. "Viemos correr atrás de vocês, os brancos", disse com humildade Terena. Os índios não se importam se chegam em 2.º ou 10.º lugar na corrida. Quando lutam o Huka-Huka, a luta pára de repente. Um dos competidores sente-se vencido e, sem constrangimentos, pára e reconhece a derrota.

Marcos Terena, que passou por japonês durante muito tempo para viver entre os brancos, conheceu rico e pobre só aqui na "civilização". Na aldeia não havia termos correspondentes. Terena falou de esporte. Os índios gostam dos esportes dos brancos e procuram aprendê-los. Os índios sabem que há coisas da cultura dos brancos que não se pode evitar e algumas até que são aproveitáveis. Terena acha que para combater o alcoolismo, uma cultura dos brancos, pode-se usar outras manifestações dessa cultura, como o futebol, por exemplo.

Marcos teve problemas para vir aos JEBs. Achavam que os índios deveriam representar seus Estados. Mas a escola dos índios fica nas aldeias e as aldeias pertencem às nações indígenas!

A luta dos índios é muito maior para continuarem existindo como nação que para ganharem campeonatos de Atletismo ou Natação. Marcos Terena vai falando no jeito manso e emocionando as pessoas. O "branco" tem muito para aprender com o índio. O índio sabe que o "branco", que se preocupa com a destruição do povo indígena, também está se destruindo.

Quem foi à reunião deste sábado na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola pôde se emocionar com Terena, que é uma forma magnífica de se abrir ao conhecimento. Os JEBs mudaram . . . um pouco!

(Boletim Oficial, n.º 06, p. 214)

O ESPORTE NA ESCOLA: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A AÇÃO DO GOVERNO - FACILITADORA OU REPRESSORA?

Paulo Roberto de Oliveira

Aceitamos com muita satisfação e gostaríamos de agradecer em nome do Estado do Paraná o convite formulado pela SEED/MEC para participarmos dos XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS, especialmente neste espaço criado com o objetivo de oportunizar a reflexão, a troca de idéias e experiências, sempre tendo presente os compromissos com a Educação para a Democracia. Somente alguém como o Prof. Manoel José Gomes Tubino, graças à sua formação científica e visão educacional, político-administrativa, poderia pensar tão abrangemente, propondo a I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA que, no mínimo, como o próprio professor afirma, se-hrá mais uma referência provocativa para o debate, principalmente em nossos Estados. Como já se conhece, a Educação Física brasileira desde muito tempo sofreu influência militaristas com seus métodos e técnicas voltados fundamentalmente para o desenvolvimento das capacidades ou habilidades motoras dos educandos. Os Jogos Escolares Brasileiros, que acompanhamos mais de perto desde 1976, receberam também influências muito marcantes desta visão biológica e mecanicista da Educação Física e até hoje encontra-se difundida no seio da sociedade civil, grande parte das vezes servindo aos interesses econômicos do capitalismo internacional ou políticos de nossos governos.

Evidentemente, gostaríamos de salientar que já faz algum tempo, vários educadores dota-
dos de uma visão política e conceitual muito mais abrangente chamam atenção sobre a necessidade de refletir a Educação Física como "meio", descaracterizando a sua dimensão essencialmente técnica, analisada de forma dissociada de suas raízes políticas e ideológicas sem compromissos de educação na e para a democracia. Tradicionalmente, os JEBs nada mais foram do que reprodução do esporte-rendimento, reprisando os tradicionais Campeonatos Brasileiros Federados em diferentes modalidades. Encarado por muitos como a competição responsável pela revelação de grandes talentos, na verdade, a maioria destes atletas já era conhecida anteriormente a nível nacional e internacional e vinha para esta competição confirmar seus índices. Não somos contra a se criar mais uma oportunidade aos talentos. Na verdade, o que nos preocupa é a ausência de uma estratégia que facilite o crescimento pessoal e social dos escolares, com preocupações voltadas para os princípios de integração, participação, cooperação e responsabilidade. O

que nos preocupa é a intencional manipulação sobre o esportista, sem despertá-lo para a reflexão e automaticamente impedindo que o mesmo perceba o absurdo contraste entre o país que domina a informática, mas até o presente não conseguiu enfrentar com sucesso a tarefa de ensinar a ler e escrever.

Felizmente, o momento é outro e a pesada herança dos governos da revolução tem de servir de aprendizado para **71** partir de agora, cada escola, município, estado busque conectar a teoria e a prática democrática.

Parabenizamos a coragem da **SEED/MEC** em tentar o novo, enfrentando adversários ferrenhos que, embora jamais tenham passado pela experiência que hora Vivenciamos, já a denominam de "COISAS DO REINO DE AVILAN".

É necessário que o profissional de Educação Física deixe de agir corporativamente e que definitivamente assuma seu papel social, e busque em cada segmento que participa as soluções sem depender do paternalismo do Estado social. Precisamos ocupar os espaços com competência.

Ao entrarmos mais especificamente no tema proposto, pretendemos deixar de lado o tema "AÇÃO REPRESSORA DO ESTADO" concentrando a atenção em uma ação de Estado definida pela Política Estadual de Esportes do Paraná e que tem procurado ser facilitadora. Poderíamos neste momento discorrer sobre os conceitos de uma ação repressora ou facilitadora, no entanto, preferimos falar de uma ação concreta que está acontecendo hoje, agora, e embora tenha muito a evoluir, nestes dois anos e meio vem conquistando espaços significativos. Vive-se um momento importante da Educação Física do Estado do Paraná e que, ao invés das eternas lamúrias relacionadas a ausência de uma Política Nacional de Educação Física, optou-se em definir a própria Política e a partir dos seus acertos e erros redefini-la para nos próximos governos, buscar-se sua consolidação e influenciar na formulação da Política Nacional de Desportos. A princípio, através da reunião de um grupo de especialistas, partiu-se para um processo de reflexão com objetivo de buscar soluções e respostas para uma série de dúvidas. Esta reflexão permitiu identificar contradições e problemas fundamentais definidos em um anteprojeto e após discussão com a comunidade paranaense, em 13 reuniões em diferentes regiões do estado firmou-se como a Política Estadual de Esportes. Dentre os problemas detectados pode-se evidenciar:

- existência de modelos técnico-administrativos copiados principalmente de estados econômica e politicamente bem situados;
- existência de um esquema paternalista e clientelista;
- realização de uma série de eventos com um fim em si mesmo, sem qualquer reflexo social permanente, gerando apenas uma situação eminentemente elitista, passageira e operosa ao invés de uma ação que deveria envolver a maior parte da população em um clima de participação contínua e natural;
- repetição, todos os anos, de um calendário de eventos sem mudanças significativas e sem grandes perspectivas, sem levar em conta que a realidade concreta do estado é dinâmica, necessitando ser constantemente criada e recriada;
- inexistência de programas com origem nas situações ambientais, culturais e nas tradições populares, fato provavelmente decorrente da falta de sistematização dos conhecimentos relativos às atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, não possibilitando a percepção de seus valores e reais significados;
- inexistência, enfim, de uma política vista como um curso de ações em busca do poder, criando clima essencial que garantisse mudanças e transformações sociais, através da participação consciente de todos os segmentos do Estado, das federações esportivas especializadas aos pequenos clubes, das escolas aos clubes de serviço e associações de bairro, dos menores aos maiores municípios. Estas premissas, após levadas e discutidas com a comunidade esportiva paranaense, permitiu concluir que o momento exigia e continua a exigir uma mudança radical e rigorosa do sistema esportivo vigente, guiada por diretrizes que possibilitem a democratização da prática das atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, fazendo com que as mesmas deixem de ser um privilégio e passem a constituir um direito inalienável de todo cidadão. Ações ordenadas que ensejam a unidade coerente da teoria e da prática, garantindo o envolvimento de toda a comunidade, necessitam ser estabelecidas com precisão. Para tanto, urge perceber que fazer esporte não é apenas praticá-lo, mas refletir, pensar e sentir as suas consequências sociais, passando a estruturá-lo em bases filosóficas, científicas e principalmente políticas.

Para eliminação das contradições e soluções dos problemas detectados, torna-se fundamental a definição de estratégias que possibilitem efetivas oportunidades de participação e de descentralização do processo de tomada de decisão.

Participação, porque é essencial sair do discurso para a prática, ciente de que constitui um processo, em que todos possam fazer suas propostas, para que todos se conscientizem da importância decisiva de respeitar o direito de se apresentar as mais contundentes críticas e conquistar os recursos materiais e humanos além dos deveres e direitos da participação democrática.

Descentralizar, pois é fundamental que o processo de tomada de decisões seja regionalizado, transferindo responsabilidades, sempre acompanhadas das condições que garantam a efetiva concretização dos fins propostos.

Quantas vezes convidamos dirigentes e especialistas da SEED/MEC para conhecerem de perto a realidade dos nossos estados e a participação nos nossos projetos. Infelizmente, por várias razões, esta integração jamais aconteceu.

Finalmente, parece que o atual grupo de dirigentes estadual e federal, bem como os especialistas responsáveis pela implementação e implantação das Políticas de Esportes, dos diferentes estados, começam a se conscientizar das contradições e problemas existentes, do seu papel e da responsabilidade assumida no processo que ora se inicia e que terá de continuar após este evento. Estamos começando a entender que na atual conjuntura, para renovar e transformar, levar todos à participação, é fundamental pensar alto, ousar, assumir riscos, querer o melhor, criar situações compatíveis com o momento economicamente difícil, lutar para fazer com eficácia, assumir atitudes transparentes e autênticas.

Nessa linha de raciocínio, torna-se necessário assumir algumas posições em termos filosóficos, científicos e políticos, sem as quais as contradições e problemas não serão superados, não permitindo que o Estado saia do bem comum.

a) Filosofia: O Dirigente, o Especialista não deve e não pode mais falar ou discutir filosofia, mais sim "fazer" filosofia, isto é, pensar, sentir e refletir a prática de forma mais profunda e consequente; agir de forma metodologicamente coerente; utilizar a crítica como principal instrumento de aperfeiçoamento, reciclagem e conhecimento;

b) Política: O Dirigente, o Especialista será comprometido profissionalmente com a sociedade. Os envolvidos no processo não poderão esquecer que a sua ação é eminentemente política, isto é, que conscientemente assuma uma posição comprometida com as camadas mais desprotegidas e carentes, em um processo de transformação social. Neste processo não haverá lugar para o dirigente, o profissional que se considera apolítico, descomprometido, indiferente, estranha à sociedade.

Assim, a consciência crítica será fundamental fator de progresso e de desenvolvimento e não haverá ditadura para frear o processo.

Espero que ao regressar para os estados de origem, cada cidadão aqui presente deixe de lado as tradicionais justificativas e baseado nesta corajosa experiência que vivemos, possamos ter subsídios que nos permitam caminhar com um pouco mais de segurança, orientados pela reconhecida necessidade de democratizar a Educação Física e através da Educação Física.

O GRÊMIO ESCOLAR: GESTÃO DEMOCRÁTICA OU AUTO-GESTÃO?

Prof. Laércio Elias Pereira e A FORMAÇÃO DE RECURSOS

HUMANOS:O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Prof. Paulo Roberto Gomes de Lima

RESUMO:

Como está sendo feito o esporte nas escolas brasileiras? É possível que nunca tenha sido feito. Não podemos continuar especulando. Adiar a análise, a reflexão sobre o problema é dar curso aos prejuízos educacionais que isso pode produzir. Existem inúmeras instâncias da prática desportiva. A busca dos grandes rendimentos, a formação de uma elite olímpica tem seus espaços nos campeonatos de federações ou outros com mesmas finalidades. Os Jogos Escolares, sem abrir mão da competição, da performance, tem que condicionar isso a um objetivo maior: participar da educação escolar. Ambições pessoais de técnicos e dirigentes, se existirem, não podem estar acima dos interesses de uma sociedade.

Foi por isso que os organizadores dos JEBs decidiram realizar a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, reunindo profissionais da área de Educação Física, áreas afins e atletas para discutirem os rumos que os JEBs devem tomar. Neste dia 23/07/89 foi discutido: "O Esporte na Escola: Estrutura e Organização". Falaram sobre o assunto o Prof. Laércio Elias Pereira, Prof. Paulo Roberto de Oliveira e Prof. Paulo Roberto Gomes de Lima.

O Simpósio foi iniciado com a exposição do Prof. Laércio sobre o "O Grêmio Escolar: Gestão Democrática ou Auto-gestão?". Há mais de 10 anos atrás as propostas do Prof. Listello, francês, chegaram ao Brasil. O Prof. Laércio foi uma das pessoas que as acolheram e defenderam. Como boa parte das propostas de mudanças no nosso país, algumas atitudes com relação ao livro do Prof. Listello foram do tipo "não li e não gostei". De qualquer maneira, o regime autoritário que vivíamos bloqueava qualquer tentativa de democratizar os meios de ensino. E o grêmio escolar, com propunha aquele professor francês, era uma proposta democrática, democrática demais para a época. No entanto, finda a ditadura, respiraram-se ares mais propícios às mudanças. Por que o aluno não começar a assumir suas próprias organizações? O aluno não pensa? O aluno tem que pensar por si e não pela cabeça do professor na escola ou pela cabeça do técnico nos JEBs. E não basta chegar aos JEBs e perguntar ao aluno o que ele acha disso ou daquilo. Nos poucos dias em que fica distante do seu ambiente familiar e escolar ele pode ser facilmente influenciado pela opinião dos adultos, dos técnicos ou dirigentes, pois o aluno tem vindo aos JEBs apenas para correr, chutar, arremessar e nunca para discutir ou decidir. Ele precisa ser ouvido inicialmente é na sua escola, na sua organização estudantil.

A criação do grêmio estudantil promoveria a emancipação do aluno e ampliaria as

possibilidades de participação no esporte. O aluno já pode votar aos 16 anos, mas não pode decidir sobre seu corpo. Afinal, o corpo que está sendo mexido, às vezes violentado no esporte, é o do aluno e não o do professor, do técnico ou do dirigente.

IAo término da fala do Prof. Laércio, um abaixo-assinado feito por técnicos de Atletismo participantes dos JEBs foi lido aos presentes pela Profa. Vera Lúcia. Os técnicos protestavam contra o regulamento da competição de Atletismo para estes Jogos, que não mais contempla o indivíduo vencedor, mas a equipe vencedora. Desloca o foco da atenção do individual para o coletivo. Em decorrência desse episódio, o Prof. Paulo Roberto de Oliveira começou seu discurso abordando essa questão. Afirmou estar feliz por constatar que, depois de tantos anos de jogos escolares, finalmente havia espaço para discordar, criticar e reivindicar. Pessoalmente ele discordava da opinião dos técnicos de Atletismo mas respeitava suas opiniões. Ao invés de condená-los deveria-se aprofundar a discussão sobre o problema. O palestrante, Prof. Paulo Roberto Gomes de Lima, relatou uma experiência prática que busca concretizar o conhecimento transmitido aos alunos de Educação Física nas Faculdades. Seu tema era "A Formação de Recursos Humanos: O Papel da Universidade". As Faculdades de Educação Física talvez não se façam perguntas que deveriam ser constantes: Formar o que? Sabendo o que? Para fazer o que? Onde? Para o Prof. Paulo, as atividades culturais devem ser a base da sociomotricidade. É a partir delas que o Professor deve formar seu conteúdo. Motricidade seria sua área de conhecimento; o movimento e o jogo a matéria prima desses conteúdos. O conhecimento adquirido nas Faculdades de Educação Física deveria dar condições aos alunos para cumprir com objetivos que não destoem dos programas escolares. A Educação Física não pode ser uma exceção na escola. Na experiência que relatou, o Prof. Paulo afirmou que em uma escola de bairro periférico de Vitória, as crianças conseguiam desenvolver a aula de Educação Física a partir de sua própria experiência cultural. As músicas, as danças, os brinquedos passavam a constituir conteúdos. Os professores de sala foram chamados ao pátio para integrar o que se fazia em sala, com o que se fazia na Educação Física. Para o Prof. Paulo, a aprendizagem tem que ser significativa, isto é, precisa estar ligada ao mundo concreto que as crianças vivenciam no seu dia-a-dia e não um conjunto de abstrações incompreensíveis. Ao final dos trabalhos, alguém do plenário, a respeito do episódio do protesto feito pelos técnicos de Atletismo, citou Gaston de Bachellard, defendendo as mudanças. Segundo aquele pensador, um homem só é útil na primeira metade de sua vida. A segunda metade ele passa justificando o que fez na primeira. (Boletim Oficial, n.º 07, p. 267)

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

I Autor: Antônio Batista Pinto (Mestre Zulu)

Instituição: Fundação Educacional do Distrito

Federal **Título do Trabalho: A CAPOEIRA NO
ENSINO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL**

Após 10 anos de trabalho voluntário e gratuito tivemos um projeto-piloto aprovado em janeiro de 1982; a partir de 1985 iniciou-se o processo de expansão do ensino da Capoeira na Rede Oficial, por indicação da DED/DF, com a aprovação de 10 (dez) outros representantes estaduais, contamos com a anuência da SEED/MEC e a inclusão da Capoeira nos JEBs. Devido à grande abrangência do universo da Capoeira, o seu ensino na escola foi proposto de forma interdisciplinar e sob uma perspectiva vivencial-operativa, ou seja, o "educar através da arte" e o "educar através da inteligência", coadjuvando o construtivismo da inteligência e do comportamento. O projeto tem como proposta atender alunos de 1.º grau de 5.ª à 8.ª série, alunos de 2.º grau e professores de Educação Física. Na sua forma de atendimento está prescrito: como nível fundamental, o ensino de Capoeira ocorre nas aulas de Educação Física de 5.ª série e à semelhança das demais

modalidades; como nível de aprendizagem, a Capoeira é ensinada por mestres ou contramestres, nos Centros de Aprendizagem de Capoeira, devendo cada CAC atender alunos de 6 (seis) escolas. Como nível de treinamento, a Capoeira é trabalhada por um mestre no Centro de Treinamento de Capoeira, onde é preparada a Seleção Escolar; a ⁷⁷ são oferecidos com fins específicos cursos de treinamento e aperfeiçoamento para professores.

Autor: Nilton Agra Vasconcelos Galvão

Instituição: SEED/MEC — Escola de Educação Física de Pernambuco

Título do Trabalho: DESPORTO ESCOLAR

Experiência Prática com o Clube Escolar e Competições Escolares Prof. NILTON AGRA — Escola Superior de Educação Física — Universidade de Pernambuco — FESP Clube Escolar - quando na Direção do DED/PE 1969/75 — senti a necessidade de ter na Escola Pública um órgão que auxiliasse o Prof. de Educação Física nas tarefas da área. Foi instituído o Clube Escolar em 6 (seis) escolas da capital, dirigidos exclusivamente por alunos. A experiência foi excelente e com o tempo assumiu vários encargos que sobrecrejavam o Professor, na Educação Física, no Desporto Escolar e atividades culturais. Posteriormente, em 1976, nos JEBs, como Adjunto da Comissão de Avaliação, durante as propostas, sugeriu a criação de clubes escolares como forma de dar aos alunos atribuições de dirigentes esportivos, principalmente para aqueles que não tinham habilidades física e técnica. Em 1981, o Prof. Ruthênio, Subsecretário de Desportos, resolveu regulamentar o Desporto Escolar. Daí nasceu a Portaria 02/82, revogada em 85. Com a má implantação, o Clube pouco prosperou.

Competição Escolar — Dentro do mesmo planejamento do Clube Escolar, como consequência, as Competições Escolares, em um prazo de 4 anos, gradualmente, a representação nos JEBs não mais seria a seleção e sim a escola campeã da modalidade no Estado, e em seqüência o Clube Escolar. A partir de 1972, instituímos que a representação seria a escola campeada modalidade nos Jogos do Estado. O interesse das Escolas em participar do JEPEs aumentou em mais de 100%. Em 1974, Pernambuco ficou apenas abaixo de São Paulo, dividindo com Rio e Minas as melhores classificações.

Instalações Esportivas — Ao assumir o DED/PE, Pernambuco não possuía instalações esportivas. Existiam apenas 3 (três) ginásios cobertos, 1 (uma) piscina olímpica e 1 (uma) pista de 300 metros. Com o desenvolvimento do Desporto Escolar, em maio, quando deixei o DED, tínhamos no Estado: 16 (dezesseis) ginásios construídos em escolas; 5 (cinco) piscinas semi-olímpicas, também em escolas, 2 (dois) centros de Educação Física na Capital e 2 (dois) no interior do Estado. No Convênio Escola-Clube foram cobertas 3 (três) quadras e construídas 2 (duas) polivalentes.

Autor: Professores da Subsecretaria de Desporto — RS

Instituição: Subsecretaria de Desporto — RS **Título do Trabalho:**

DESPORTO ESCOLAR, UMA NOVA VISÃO O projeto dos Jogos Escolares vem sendo desenvolvido há 17 anos pela SUDESP/RS, com várias denominações. Seus objetivos até 1987 foram elitizantes e discriminatórios, momento em que, através de estudos sistemáticos e numa integração estabelecida com outros componentes curriculares, houve um repensar do projeto e de seus objetivos e finalidades. As ações desencadeadas fortaleceram a visão do desporto socializante como meio de formação integral do aluno. Víamos com bons olhos as oportunidades que os Jogos da Juventude Escolar Gaúcha ofereciam ao aluno para torná-lo crítico e participativo. Ao invés do esporte-espetáculo e ufanista, o esporte educativo, onde se privilegiava o autodomínio, a formação de hábitos, a autovalorização da atividade física ao resgatar as nossas raízes culturais; ao invés do corpo-instrumento, o corpo como ser social. Pensamos em registrar com dados vivos a redimensão dos Jogos da Juventude Escolar Gaúcha e foi dessa maneira que teve

origem o Projeto Vídeo "Desporto Escolar, uma nova visão". Com o objetivo de motivar um repensar do Desporto Escolar, reflexão crítica com finalidade de resgatar o Desporto como elemento fundamental na busca de identidade do aluno como unidade, como totalidade, como realidade que se constrói a si mesmo por meio do outro.

Autor: Prof. Roberto Bukhardt

Instituição: Departamento de Educação Física e Desportos — PE

Título do Trabalho: EXPERIÊNCIA DE REDIMENSIONAMENTO DO ESPORTE ESCOLAR EM I PERNAMBUCO

O Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, coerente com as diretrizes educacionais do governo popular que se instalou em 1987, promoveu ampla discussão sobre o Esporte Escolar e a Educação Física, garantindo o espaço de discussão a todos os segmentos envolvidos.

Consideram-se como princípios:

— Que o Esporte-Educação deve ser entendido como aquela manifestação desportiva que ocorre principalmente na escola, podendo ainda ocorrer em outros ambientes, e que tem por finalidade o desenvolvimento integral do homem brasileiro como um ser autônomo, democrático e participante, aspectos estes que contribuem para o exercício da cidadania.

— Que a manifestação Esporte-Educação quando exercida na escola, deve sempre integrar-se aos programas de Educação Física.

— Que um dos objetivos do Esporte-Educação é possibilitar aos seus praticantes não apenas o desenvolvimento de hábitos de prática desportiva, mas o desenvolvimento de condições para perceber os valores dessa prática, como um fator de bem-estar e de condições que permitam exercer o direito de participação nas atividades desportivas.

Estes princípios foram levados à discussão em encontros abertos à professores, técnicos e representações estudantis, e fundamentaram a nova orientação da prática de Educação Física nas escolas da rede estadual.

Este trabalho pretende promover a discussão das orientações em questão, que se traduzam em:

- A) Inclusão da Educação Física no horário regular.
- B) Revisão da política das aulas de treinamento.
- C) Nova abordagem da proposta curricular.

Autor: René Augusto Otremba Eiras

Instituição: Fundação de Esportes do Paraná

Título do Trabalho: JOGOS ESCOLARES DO PARANÁ - RUMO A DEMOCRATIZAÇÃO

A Política de Esportes do Paraná, caracteriza as atividades esportivas como sendo ação eminentemente competitiva, desenvolvida com a participação efetiva dos diversos segmentos (Rendimento, escolar e popular). O esporte escolar recebe uma atenção especial, por ser na escola onde se encontra o maior contingente populacional em condições de receber uma adequada formação e aquisição de hábitos esportivos.

Tendo como objetivo democratizar a prática esportiva, respeitar a realidade concreta da comunidade escolar e oportunizar o surgimento de novos talentos, a Secretaria Especial de Esportes e Turismo/Fundação de Esportes do Paraná e a Secretaria de Estado da Educação, em ação conjunta vêm desde 1987 otimizando os Jogos Escolares do Paraná, de forma que em 1989 contaram com a participação de 20.673 atletas, 863 escolas e 252 Municípios, números estes expressivos em relação aos anos anteriores, E importante salientar que tal processo só foi possível graças a uma divisão do Estado em 13 regiões, e à realização do evento para 2 faixas etárias (com nascidos a partir de 1972 e 1975).

E preciso deixar claro que, para atingir uma parcela significativa da comunidade escolar, deve-se intensificar o incentivo para a realização da Semana Cultural Esportiva nas Escolas e aos Jogos Escolares Municipais, pois só assim irá se atingir uma verdadeira democratização.

Autor: Jorge Sérgio Pérez Gallardo

Instituição: Departamento Fund. Psico-social da Educação Física. Faculdade de Educação Física da UNICAMP. **Título do Trabalho:** ORGANIZAÇÃO ESPONTÂNEA DAS CRIANÇAS QUE SE ENCONTRAM NO ESTÁGIO OPERACIONAL CONCRETO NOS JOGOS TRADICIONAIS E PRÉ-ESPORTIVOS

Os comportamentos do ser humano obedecem a princípios universais selecionados por pressões evolutivas, o que no homem obedecem a uma função que é primordial, que é a vida em sociedade e/ou comunidade.

O presente estudo teve como objetivo a observação de comportamentos sociais filogeneticamente determinados, que estão presentes nas crianças e que são mostrados nas atividades de jogos e/ou brincadeiras.

Este estudo permitiu observar a existência de modulações comportamentais que favorecem o jogo e/ou brincadeira, ressaltando o significado funcional do jogo e/ou brincadeira no desenvolvimento social, sem a participação e/ou intervenção do adulto.

Sendo de grande interesse para a atuação profissional em Educação Física o conhecimento desses princípios universais, que permitem a sociabilização da criança e o fornecimento de situações que contribuam para a livre iniciativa e organização de atividades de jogos e/ou brincadeiras nas crianças, visando ao seu desenvolvimento social e criando condições propícias para que isto ocorra.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O ESPORTE NA ESCOLA

ESTUDANTES

1. Apoio dos Estados aos Municípios garantindo as condições físicas e técnico-pedagógicas para o desenvolvimento do esporte na escola (ENSINAR ESPORTE FAZENDO ESPORTE-EDU-CAÇÃO), facilitando o intercâmbio sócio-cultural, com a participação de todos os estudantes praticantes no ambiente escolar.
2. Formação adequada dos professores de Educação Física, garantindo-lhes COMPETÊNCIA TECNICO-PEDAGOGICO-CIENTÍFICA para a eficiente execução de programas de esporte na escola, atendendo aos interesses e necessidades do desenvolvimento global dos estudantes no ensino de 1º e 2.º graus, diferenciadamente.
3. Desenvolvimento de competências dos dirigentes, árbitros e professores/técnicos, no sentido de se conceber os estudantes (atletas) como centro do processo esportivo na escola e nos JEBs reconhecidos, pois, como "elemento principal" dos acontecimentos.
4. Participação dos estudantes (atletas) em todas as comissões de organização dos esportes no âmbito escolar inclusive no plano das decisões, considerando em especial o voto igualitário.
5. Manutenção da CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA, criando-se também um momento semelhante para os estudantes (atletas), onde temas elaborados pelos mesmos possam ser discutidos.
6. Valorização do sentimento coletivo premiando por equipes nas disputas desportivas (competições), refletindo um processo de integração social, como também, reconhecendo o esforço individual dos estudantes (atletas), estimulando a contribuição pessoal para o resultado do grupo.
7. Elaboração de critérios justos de seleção dos estudantes para composição das Delegações, com vistas ao trabalho integrativo das equipes frente à expectativa da competição esportiva.
8. Revisão do processo de participação de estudantes (atletas) federados e não-federa-dos nos JEBs, viabilizando a competição em categorias distintas, revendo-se, inclusive, a modalidade de premiação.
9. Realização de competições tradicionais e mistas, nos Estados e nos JEBs, intensificando-se as discussões para avaliação de sua validade nos certames regionais e Nacional.

ÁRBITROS

10. Comprometer pessoas presentes neste encontro, representantes de cada Estado, para desenvolverem a filosofia proposta nesta Conferência.
11. Garantir, a nível regional, a continuidade dos temas e dos estudos desenvolvidos nesta Conferência.
12. Organizar, a nível de SEED, equipes de consultores que possam auxiliar nos Estados e eventos regionais.
13. Garantir a extensão dos debates às instituições de 1.º, 2.º e 3.º graus do ensino público e particular.
14. Articular, a nível estadual, veículos de divulgação dos trabalhos e estudos já realizados.
15. Integrar os JEBs num programa educacional da escola que envolva, além do esporte, manifestações culturais, estudos, debates, preparação de profissionais (técnicos, árbitros), etc.
16. Repensar a participação dos portadores de deficiência.
17. Buscar a adesão de outros segmentos da comunidade às propostas do esporte na escola.
18. Estudar a situação da arbitragem frente a esta nova filosofia dos JEBs.
19. Rever os critérios de avaliação das diferentes atividades desenvolvidas nos JEBs.

20. Aspectos pertinentes aos princípios dos JEBs: — É necessário que seja encontrado um ponto de equilíbrio entre a importância da dimensão COLETIVO e da dimensão INDIVIDUAL, como de fundo do potencial sociabilizador dos Jogos, particularmente no que se refere aos critérios de premiação dos desempenhos dos participantes; — Qual é a essência da proposta dos Jogos? Para responder a esta questão deve-se aprofundar os debates visando definir se teremos JEBs preferencialmente de rendimento ou preferencialmente como evento cultural/participativo, onde o esporte venha a ser o meio para serem atingidos tais objetivos; — Qual o sentido educativo e democrático de termos JEBs com a participação exclusiva de NÃO-FEDERADOS? Que sejam

viabilizados eventos, encontros, debates, etc, para que tal questão possa ser melhor compreendida. 21. Aspectos pertinentes à organização: — Estabelecer uma metodologia que proporcione ampla participação dos segmentos (técnicos, dirigentes, alunos), seja na preparação dos JEBs (a nível da União e Estados), bem como durante o próprio evento; — Os conteúdos a serem tratados a partir dessa metodologia serão particularmente aqueles relacionados com critérios, princípios e valores relativos às premiações, estratégias de composição de equipes / n.º de participantes, relação entre programação desportiva e cultural, etc; — Desenvolvimento de uma programação que permita, a partir desta I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA, um aprofundamento dos debates sobre todas essas questões, no sentido de construirmos uma proposta mais qualitativa e representativa para os próximos Jogos. Essa programação poderá constituir-se de eventos tais como Encontros, Seminários ou mesmo uma nova Conferência com maior preparação regional. 22. Aspectos particulares das modalidades:

Proporcionar nos JEBs um espaço que os técnicos troquem experiência de sua programação pedagógica com as equipes, o treinamento, seu aperfeiçoamento, etc. 85

DIRIGENTES

23. Cada Estado deve organizar suas atividades esportivas segundo suas próprias características.
24. A política nacional referente aos esportes escolares deve ser definida a partir dos Estados.
25. O esporte na escola deve ser definido a partir de princípios pedagógicos da Educação Física, como uma de suas atividades programáticas.
26. Cada Estado deve tentar influenciar na política da L.D.B. e na elaboração das constituições estaduais.
27. Cada Estado deve empenhar-se em investir na formação de recursos humanos.
28. As atividades esportivas devem ser fundamentadas por referenciais teóricos.
29. Deve-se proporcionar a participação efetiva a todos os alunos de 1.º e 2.º graus nos Jogos, independentemente de seus talentos.
30. Deve-se definir os JEBs a partir de princípios filosóficos e pedagógicos, capazes de mantê-los atualizados conforme as exigências da situação social e econômica, tanto regionais quanto nacional.
31. Deve-se definir a concepção de esporte que será praticado nos JEBs.
32. Deve-se passar do discurso teórico para a ação prática.
33. Deve-se aproveitar a experiência dos JEBs para projetar as novas mudanças.
34. Deve-se levar a SEED a sair de seus gabinetes e manter-se democraticamente vinculada às situações das escolas e dos Estados.
35. As modalidades esportivas dos JEBs devem ser definidas a partir das práticas esportivas das escolas.
36. A Carta deve deixar de ser teórica para tornar-se uma prática.
37. Todos devem comprometer-se.
38. O esporte na escola deve ser inserido no contexto do momento social da região.
39. Deve-se definir a política de distribuição dos recursos.

40. Cada escola deve comprometer-se com os JEBs.
41. Deve-se definir a vinculação dos JEBs com o esporte-performance.
42. Deve-se estudar novos critérios de arbitragem para os jogos escolares.

OUTROS (Alunos de Graduação e Profs. de Ed. Física)

O grupo dividiu os trabalhos em dois momentos (reflexões e recomendações):

Reflexões: Respondendo a questão "Até onde o esporte favorece a democracia?", concluiu-se que a cultura de um povo surge de forma lúdica, e em sua primeira instância ela é jogada. Sendo um complexo de fenômenos sociais, do qual fazem parte em condições iguais, a arte, o esporte, o jogo, os rituais, a relação da cultura deve ser procurada sob todas as formas superiores do jogo social, onde existe a ação ordenada de um grupo ou de uma sociedade.

Nossa época cultural perdeu o sentido do jogo, justamente porque uma coisa era manter a história sobre os fatos do passado e outra, era enfrentar a bestialidade do presente.

Não podemos nos enganar, que embora a cultura seja a manifestação de um povo, temos que considerar o quanto isso é dinâmico e influenciado por forças externas, principalmente com relação a países do 3.º Mundo.

Será que a Olimpíada serve como modelo para organização de eventos desportivos nacionais?

Como os valores podem ser difundidos e perpetuados de geração a geração?

Recomendações

43. Buscar e trabalhar com valores inerentes ao aluno.

44. Dar condições aos alunos para que possam refletir sobre suas práticas através do que está sendo proposto.

45. Vincular o conhecimento das práticas da Educação Física no contexto sócio-econômico-cultural -político.

46. Saber aproveitar o esporte com suas características de agregação, solidariedade, cooperação, respeito mútuo, integração e intercâmbio de idéias para a construção democrática.

47. Repensar a ética da Educação Física vinculada a um compromisso social.

Carta Brasileira do Esporte na Escola

O Esporte na Escola, cedendo lugar ao esporte de performance e permitindo o direcionamento de suas competições à busca do alto rendimento e de uma frágil revelação desalentos, distanciou-se dos princípios e valores inerentes à manifestação Esporte-Educação.

Educadores de várias regiões do País (professores, dirigentes, árbitros e alunos) a partir de discussões e subsídios veiculados, por ocasião dos XVIII Jogos Escolares Brasileiros, na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, num momento histórico do repensar dessa manifestação esportiva, elaboraram a presente CARTA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA

Os participantes da I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA, uma das atividades, dos XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS,

08SERVANDO que o conceito de esporte moderno permaneceu na perspectiva do rendimento até os anos 60 deste século, quando surgiram, entre os pensadores contemporâneos, as primeiras contestações a tal visão do Esporte;

PERCEBENDO que o esporte como direito de todos passou a compreender, como formas de exercício deste direito, outras manifestações além das de performance ou de alto rendimento;

CONFIRMANDO que a perspectiva do direito de cada um ao Esporte abrange pessoas comuns e em estados diferenciados, portadores de deficiências e superdotados, e que, em cada manifestação esportiva, estas participações devem obedecer a preceitos distintos;

VERIFICANDO que a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, determina a promoção prioritária do Esporte Educacional;

CONSIDERANDO que, no Brasil, as chamadas manifestações de Esporte-Educação foram, na sua maioria, reproduções do esporte institucionalizado, sem uma preocupação substantiva com o sentido educativo;

CONSIDERANDO, ainda, que aos educadores compete:

- a) ter como referência o sentido educativo emancipador para os praticantes do Esporte na Escola, que ultrapassa o simples domínio corporal e a saúde, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso do ser humano em comunidade;
- b) recusar toda forma de preconceito e a especialização precoce;
- c) favorecer o crescimento pessoal e social dos praticantes do Esporte na Escola, através de uma atuação pedagógica apoiada na ação e na reflexão;
- d) perceber que mesmo as situações de treinamento e competição do Esporte-Educação necessitam continuar referenciadas nos preceitos educacionais do Esporte;

LEMBRANDO que ainda existe uma corrente que entende que as competições esportivas entre escolares devem ser identificadas com os valores e atividades peculiares ao esporte institucionalizado e ao de alto rendimento, em busca do máximo da performance atlética;

ENTENDENDO o Esporte na Escola como contribuição para o desenvolvimento da consciência, da cidadania e da dignidade da pessoa humana;

CONCEBENDO que o Esporte, na atualidade, em suas diversas manifestações, é um dos elementos-chave no processo de permanente educação para o direito inalienável ao lazer,

Recomendamos

1 - que em cada Estado, em cada Escola, se desenvolvam estudos e encontros para estabelecer, segundo a situação real de cada caso, as atividades esportivas a serem desenvolvidas nas escolas;

2 - que, na definição do esporte na Escola, seja levado em consideração, não um grupo de modalidades esportivas, mas o fato de que toda atividade escolar implica compromisso inicial com a Educação, fundamentada em princípios pedagógicos;

3 - que o esporte na Escola seja concebido, não como um mero veículo de transmissão de conteúdos mas como uma constante ação de criar e (re)criar a cultura, a partir da qual são constituídos valores e propostas de sociabilidade;

4 - que o Esporte na Escola, enquanto ação criadora e (re)criadora da cultura, na qual a criança, o jovem e o estudante desenvolvam suas capacidades críticas, represente mais um espaço de decisões, de organização, planejamento, estabelecimento de regras e definição de competências;

5 - que seja incentivada a formação adequada dos professores de Educação Física, garantindo-lhes competência técnica, política, pedagógica e científica para a eficiente execução dos programas do Esporte na Escola, atendendo aos interesses e necessidades do desenvolvimento global dos estudantes;

6 - que o princípio de participação seja, em todos os níveis de planejamento, execução e avaliação, um dos pilares básicos das ações do Esporte na Escola;

7 - que o Esporte na Escola desvincule-se, definitivamente, das competições que, superestimando o confronto entre estudantes e subvertendo o espírito de solidariedade, buscam exclusivamente o rendimento;

8 - que, fundamentada na co-responsabilidade e contando com a efetiva participação dos Estados e Municípios, seja formulada, implantada e avaliada uma Política de Esporte na Escola para o Brasil;

9 - que as competições esportivas de caráter municipal, estadual e nacional, enquanto uma das atividades do Esporte na Escola e não apenas de escolares, sejam:

- a) referenciadas no princípio de participação, que contém as idéias de cooperação, co-educação, co-gestão e integração;
- b) integradas a um processo educacional emancipador de caráter inter e transdisciplinar;
- c) caracterizadas por arbitragens de cunho pedagógico, preservando a coerência com os princípios do Esporte na Escola, constantes nesta Carta;
- d) um espaço para a discussão e debate entre professores, alunos, dirigentes e árbitros;
- e) mais uma oportunidade na busca do equilíbrio entre o individual e o coletivo, permitindo que cada um compreenda a contribuição da sua ação individual na construção do coletivo.

Assim, entendendo que esta "CARTA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA" não se esgota nem se apresenta como um produto acabado, que por seu dinamismo e intenção, possibilita sua própria reconstrução em busca da constante recriação de um Esporte que seja compromissado com uma Educação para a democracia.

Conclamamos a participação de todos os que estão compromissados, de uma forma ou de outra, com a educação do brasileiro e com a sociedade do próximo século. a debater, discutir e divulgar as propostas contidas nesta Carta.

IV
RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO DOS XVIII
JOGOS ESCOLARES
BRASILEIROS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

Vera Lúcia de Menezes Costa — Coordenadora (UnB)
Jake Carvalho do Carmo (UnB)
Marcelo Macedo Corrêa e Castro (VFRJ)
Michelle Ortega Escobar (UFPE)
Pedro Henrique Teixeira Josuá (UFRJ)
Katia Cristina Montenegro Passos (SEED/MEC)
Marieta da Silva Carvalho (SEED/MEC)

SUMARIO

APRESENTAÇÃO.....	95
LISTA DE ANEXOS	97
LISTA DE TABELAS	99
LISTA DE QUADROS.....	101
LISTA DE FIGURAS.....	103
I. Introdução.....	105
II. Análise dos Dados — Questionários	108
. Os Princípios Sócio-Educativos	108
. Os Princípios Sócio-Educativos e as Mudanças no Regulamento.....	108
. Os Participantes	112
III. Análise dos Dados — Entrevistas	116
. As Modalidades Individuais	116
. A Capoeira	123
. A Nação Indígena	124
. Os Esportes Coletivos.....	124
IV. Outros Registros do Evento — Análise de Conteúdo.....	128
. As Comissões de Alunos e de Ética — O Princípio da Co-Gestão	129
V. Conclusões.....	132
BIBLIOGRAFIA	136

APRESENTAÇÃO

O processo avaliativo desenvolvido nos XVIII JEBs trouxe ao grupo de participantes a oportunidade de manifestar os seus pontos-de-vista, levando em consideração os diferentes papéis desempenhados no evento, a expressão de suas opiniões e ideologias, tal como esses indivíduos interpretaram os fatos e suas reações em diferentes situações. Esse processo, segundo Cronbach, parece facilitar aos participantes da avaliação, aprenderem sobre si mesmos e sobre a racionalidade de seus comportamentos.

Nesse campo, os avaliadores conduziram-se como intermédiaários nas trocas de informações entre os diferentes grupos, organizando-as e interpretando-as, assumindo a posição de coordenadores dos trabalhos avaliativos. Desse modo, a ênfase no trabalho coletivo e no diálogo, requereu habilidades de comunicação interpessoal, colocando em evidência os valores fundamentais de uma cidadania consciente e do direito à informação por aqueles que a construíram.

O estudo foi dividido em três fases: (a) planejamento da avaliação e coleta de dados; (b) análise dos dados; e (c) elaboração do relatório. Da primeira fase participaram os professores Vera, Marcelo, Michelle e Pedro Henrique; a análise dos dados ficou por conta dos professores Vera, Jake, Kátia e Marieta; enquanto a interpretação dos dados e elaboração do relatório foram de exclusiva responsabilidade dos professores Vera, Marcelo e Pedro Henrique.

Durante o desenvolvimento do estudo, muitas pessoas se envolveram e, sem elas, certamente, pouco teríamos conseguido. Os nossos sinceros agradecimentos aos licenciados em Educação Física da Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Comissão Central Organizadora dos XVIII JEBs, ao Sr. Ataíde, motorista da Fundação Educacional do Distrito Federal, aos datilógrafos e funcionários da SEED/MEC e CN D, à professora Maria Elvira de Melo Oliveira e ao Dr. Joaquim Carlos S. Neto.

Aos participantes dos XVIII JEBs — professores (dirigentes, técnicos) e estudantes — que se dispuseram a colaborar na construção de uma reflexão coletiva sobre o evento, eis o relatório de nosso trabalho. Esperamos ter sido sensíveis às suas comunicações e capazes de organizá-las com clareza, devolvendo-lhes agora, para que possam subsidiar-lhes futuras ações-reflexões seja junto aos JEBs ou ao Esporte na Escola, com vistas à construção da sociedade democrática que o país está a exigir.

Aos parceiros da Comissão, meu carinho pelos momentos de crescimento. VERA LÚCIA COSTA

Coordenadora da Comissão de Avaliação

LISTA DE ANEXOS

1.	Plano de Avaliação	137
2.	Instrumentos de Medida	153
3.	Quadros 01, 02, 03 e 04	173
4.	Tabela 02 e Figura 02	179
5.	Tabela 03 e Figuras 03, 04, 05, 06, 07, e 08	183
6.	Tabela 04 e Figuras 09, 10, 11, 12, 13 e 14	189
7.	Tabela 05 e Figuras 15, 16, 17, 18, 19 e 20	195
8.	Tabela 06 e Figuras 21, 22, 23 , 24, 25 e 26	201
9.	Tabelas 07,08e Figuras 27, 28, 29, 30, 31,32,33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46	207
10.	Quadro 05	221

LISTA DE TABELAS

1.	Distribuição da Amostra no Universo Total de Participantes dos XVIII JEBs.....	106
2.	Distribuição das Respostas pelos Princípios Sócio-Educativos que Orientaram os XVIII JEBs	181
3.	Distribuição das Respostas do Segmento dos Estudantes pelos Princípios Sócio-Educativos que orientaram os XVIII JEBs	185
4.	Distribuição das Respostas do Segmento dos Técnicos pelos Princípios Sócio-Educativos que Orientaram os XVIII JEBs	191
5.	Distribuição das Respostas do Segmento dos Dirigentes pelos Princípios Sócio-Educativos que Orientaram os XVIII JEBs	197
6.	Distribuição das Respostas do Segmento dos Árbitros pelos Princípios Sócio-Educativos que Orientaram os XVIII JEBs.....	203
7.	Distribuição dos Resultados da Operacionalização dos Princípios que Orientaram os XVIII JEBs	209
8.	Distribuição da Significância da diferença entre percentagens dos Itens da 2 ^a Parte do Questionário	209
9.	Distribuição do Coeficiente de Congruência dos Itens da 1 ^a Parte do Questionário.....	148
10.	Distribuição do Coeficiente de Congruência dos Itens da 2 ^a Parte do Questionário.....	149

LISTA DE QUADROS

1. Distribuição dos Resultados da Operacionalização dos Princípios que Orientaram os XVII! JEBs por Estado	175
2. Distribuição dos Resultados da Operacionalização dos Princípios por Modalidade.....	176
3. Distribuição dos Resultados da Operacionalização dos Princípios por Segmento	177
4. Distribuição dos Entrevistados por Unidade da Federação.....	178
5. Relação entre a Organização de Provas e modalidades por Princípios Sócio-Educativos .	223
6. Distribuição dos Itens da 1 ^a Parte do Questionário segundo as Polaridades (+) e (—) .	146
7. Validação de Conteúdo da 1 ^a Parte do Questionário	147

LISTA DE FIGURAS

1.	Amostra por Segmento Participante dos XVIII JEBs.....	106
2.	Princípios Sócio-Educativos — Percentagem de Respostas.....	181
3.	Princípio da Cooperação e Respostas dos Estudantes	186
4.	Princípio da Participação e Respostas dos Estudantes	186
5.	Princípio da Co-Educação e Respostas dos Estudantes	187
6.	Princípio da Integração e Respostas dos Estudantes.....	187
7.	Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Estudantes	188
8.	Princípio Geral e Respostas dos Estudantes	188
9.	Princípio da Cooperação e Respostas dos Técnicos	192
10.	Princípio de Participação e Respostas dos Técnicos.....	192
11.	Princípio da Co-Educação e Respostas dos Técnicos	193
12.	Princípio da Integração e Respostas dos Técnicos	193
13.	Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Técnicos	194
14.	Princípio Geral e Respostas dos Técnicos.....	194
15.	Princípio da Cooperação e Respostas dos Dirigentes	198
16.	Princípio da Participação e Respostas dos Dirigentes	198
17.	Princípio da Co-Educação e Respostas dos Dirigentes	199
18.	Princípio da Integração e Respostas dos Dirigentes	199
19.	Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Dirigentes	200
20.	Princípio Geral e Respostas dos Dirigentes	200
21.	Princípio da Cooperação e Respostas dos Árbitros.....	204
22.	Princípio da Participação e Respostas dos Árbitros	204
23.	Princípio da Co-Educação e Respostas dos Árbitros.....	205
24.	Princípio da Integração e Respostas dos Árbitros	205
25.	Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Árbitros	206
26.	Princípio Geral e Respostas dos Árbitros.....	206
27.	Divisão dos Jogos em 4 Tempos (freqüência)	210

28. Divisão dos Jogos em 4 Tempos (%)	210
29. Premiação por Equipes (freqüência).....	211
30. Premiação por Equipes (%)	211
31. Obrigatoriedade da Participação (freqüência)	212
32. Obrigatoriedade da Participação (%)	212
33. Somatório de Resultados Masculino e Feminino (freqüência)	213
34. Somatório de Resultados Masculino e Feminino (%)	213
35. Computação de Resultados do Portador de Deficiência Física (freqüência)	214
36. Computação de Resultados do Portador de Deficiência Física (%)	214
37. Competição em Equipes Compostas por Atletas de Estados Diferentes (freqüência)	215
38. Competição em Equipes Compostas por Atletas de Estados Diferentes (%)	215
39. Competição com Equipes Mistas (freqüência)	216
40. Competição com Equipes Mistas (%)	216
41. Direito de Todos Participarem (freqüência)	217
42. Direito de Todos Participarem (%)	217
43. Proibição da Participação de Campeões Nacionais (freqüência)	218
44. Proibição da Participação de Campeões Nacionais (%)	218
45. Proibição da Participação de Integrantes de Seleção Nacional (freqüência)	219
46. Proibição da Participação de Integrantes de Seleção Nacional (%)	219

I. INTRODUÇÃO

Nos primeiros contatos entre a Comissão de Avaliação e a Secretaria de Educação Física e Desportos, entendeu-se que interessava à SEED, saber em que medida as mudanças/inovações implantadas teriam sido ou não compreendidas e aceitas. E mais profundamente, fazer com que os próprios resultados de sua ação modificadora, representados pelas conclusões da Comissão de Avaliação, expressas neste relatório, se prestassem a garantir "**uma efetividade na discussão do esporte educacional no Brasil**" (**Tubino, 1989**). Nesse sentido, passou a ser importante mais do que exclusivamente avaliar o nível de compreensão e aceitação dos princípios sócio-educativos que formavam o referencial teórico que

orientou as inovações, era necessário, avaliar-se também o nível de resistência às modificações propostas. Foi considerando esses objetivos que se fez o plano inicial de avaliação (anexo 01).

Deveria esta comissão, feita a análise dos resultados, fornecer informações úteis, capazes de dar subsídios que auxiliassem a SEED/MEC a tomar decisões racionais e com o mais alto grau possível de segurança sobre a eliminação, a manutenção ou a manutenção com alterações das modificações propostas.

Nesse sentido e considerando-se as características próprias do evento, optou-se por privilegiar o dinamismo inerente ao processo de implantação das mudanças, o que faz com que a coleta de dados quantitativos tenha sua importância no entendimento correto do significado das informações qualitativas, pela busca do não revelado, pela descoberta do que ficava além das aparências. "**O objeto da investigação não é o acontecimento em si, mas a natureza subordinada à maneira humana de pôr o problema**" (**Martins e Bicudo, 1988, p. 75**).

Era preciso, portanto, que a avaliação estivesse centrada no processo de implantação e, por isso, fossem adotados os princípios das abordagens antropológicas e das estratégias da avaliação iluminativa.

No entanto, algumas limitações se impunham ao trabalho dessa comissão. Destacavam-se entre elas, como as mais significativas, as seguintes:

a) dados para a caracterização da população: para ampliar o nível de interpretação dos dados obtidos com os instrumentos aplicados ao longo dos JEBs, seria importante contar com um mapeamento da população investigada, o que permitiria cruzar respostas recebidas com o perfil dos respondentes em termos de: procedência (Estado, escola pública/escola particular); modalidade, escolaridade; sexo; faixa etária; formação profissional de técnicos e dirigentes. Apesar de constarem das Fichas de Inscrição e de terem sido solicitadas, com antecedência, pela Comissão, tais dados não nos foram fornecidos. Trabalhamos, portanto, exclusivamente com os dados apresentados pela Direção Administrativa da Comissão Central Organizadora (C.C.O.), quando do início dos Jogos;

b) prazo curto para coleta de dados: na medida em que era necessário que os sujeitos tivessem pleno conhecimento das mudanças e as vivenciassem na prática, a fim de que suas respostas pudessem

sem ter o mais alto grau de confiabilidade possível, considerou-se que o momento mais adequado para iniciar-se a aplicação dos instrumentos era a partir da 2^a metade, principalmente o terço final, da duração do evento;

c) flutuabilidade da população: um número significativo de integrantes de delegações retornava a seus estados de origem assim que se encerrava sua participação;

d) recursos técnicos: pelas características da estratégia de avaliação escolhida, era necessário que alguns instrumentos, ou parte deles, fossem construídos e validados no decorrer do evento, o que requeria uma infra-estrutura operacional que se viu prejudicada por uma greve das pessoas por ela responsáveis; além disso, algumas ações avaliativas eram determinadas pelos próprios acontecimentos.

As limitações indicadas determinaram o universo a ser considerado, dentro do universo total presente aos Jogos, e a amostra utilizada, distribuindo-se conforme o quadro a seguir:

TABELA 01
DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA NO UNIVERSO TOTAL DE PARTICIPANTES
DOS XVIII JEBs E PERCENTUAL DE RETORNO DOS FORMULÁRIOS

Segmento	Universo Total (UT)	Universo Considerado (UC) 70% DE UT	Formulários Distribuídos (FD) 40% DE UC	Formulários Recebidos	
				N Freqüência	% Retorno
Estudantes	3.026	2.118	847	780	92
Técnicos	334	234	93	85	91
Dirigentes	212	148	59	43	73
Árbitros	168	117	46	14	30
TOTAL	3.740	2.617	1.021	922	90.30

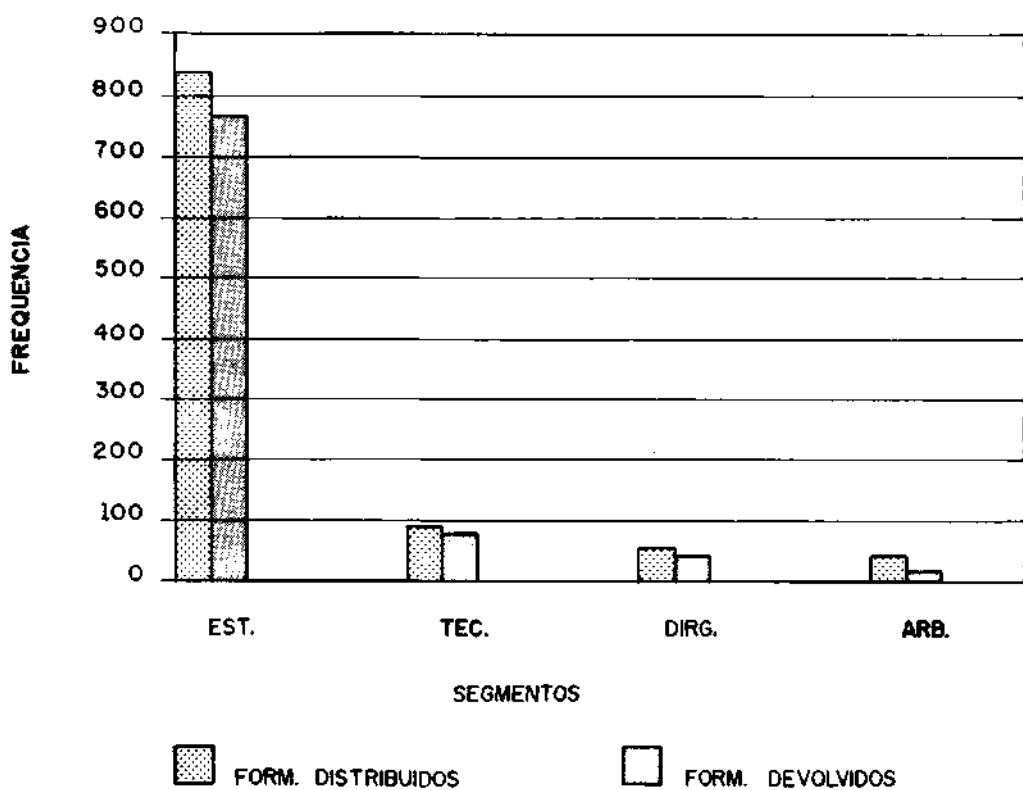


Figura 01 - Amostra por Segmento Participante dos XVIII JEBs

Além desses, há mais cento e quarenta e oito sujeitos de diferentes segmentos, que foram entrevistados. A distribuição dos respondentes por U.F. e por modalidade se encontra no anexo 03. Chama-se a atenção para o cuidado tomado com o aspecto da representatividade. Com a utilização dos instrumentos construídos, há condições de coletar dados de respondentes de todos os segmentos, de todos os estados e de todas as modalidades.

II. COLETA DE DADOS

Foram utilizados dois instrumentos para levantar dados diretamente junto aos participantes (anexo 02):

a) Um questionário, a ser respondido pelos quatro segmentos, dividido em três partes. A primeira, tipo escala, que buscava medir o nível de compreensão e aceitação dos princípios; a segunda, formada por dez questões com respostas do tipo sim ou não e porquê, que indicava o grau de aceitação das mudanças no regulamento e a sua relação com a aceitação do princípio correspondente; e a terceira, que levantou contribuições para a organização do próximo JEBs.

b) uma entrevista, semi-estruturada através de um roteiro, a ser aplicada a professores responsáveis (técnicos), estudantes (atletas) e dirigentes, individualmente ou em pequenos grupos. O propósito da entrevista era identificar, pela análise da comunicação feita, como estavam sendo percebidas as mudanças, já vivenciadas.

Fizeram parte também deste estudo, informações obtidas, indiretamente, pela análise do conteúdo dos Regulamentos, dos relatórios das Comissões de Ética e de Alunos, da Direção Técnica, dos Coordenadores de Modalidades, das Súmulas das Competições, dos Boletins Informativos e dos JEBEDEU.

III. ANÁLISE DOS DADOS - QUESTIONÁRIO III.1

— Os Princípios Sócio-educativos

A finalidade da primeira parte do questionário era identificar os níveis de compreensão e de aceitação dos princípios. Em outras palavras, se houve entendimento e concordância com relação a eles. Portanto, a leitura de seus resultados se fez mais pelo conjunto de todos os 23 itens do que pelo enfoque isolado de cada um deles.

A análise da primeira parte do questionário revela uma tendência à aceitação e compreensão dos princípios da Participação, da Cooperação, da Co-Gestão, da Co-Educação e da Integração. Observados os emparelhamentos entre os itens com polaridades diferentes (anexo 04), pode-se perceber que somente aqueles que representavam o princípio da cooperação não permitiram uma afirmação de tendência geral ou mesmo de cada segmento, professor, estudante, administrador, árbitro, separadamente (anexos 5, 6, 7 e 8). Um exame desses itens mostra que eles guardam uma relação direta com uma das mudanças do regulamento que mais controvérsias gerou: a que tratava das premiações. Os resultados obtidos parecem ser os primeiros indicadores de compreensão do princípio, mas de não aceitação da relação entre ele e as medidas operacionais que o viabilizaram.

Os itens que se propunham a medir o entendimento do esporte na escola, com as polaridades negativa e positiva — indicando as visões tradicional e emancipadora destes, apresentaram resultados que, quando vistos englobando os quatro segmentos, revelaram uma tendência favorável ao entendimento e aceitação do esporte na escola como emancipador; já quando analisados os itens de polaridade negativa, seus resultados se distribuem de forma a não permitir que se afirme, numa primeira análise, uma tendência claramente definida a favor do esporte emancipador tal como foi veiculado pela SEED.

Na verdade, o que fez com que na análise global dos resultados isso ocorresse foram, somente as respostas dos estudantes, único segmento que apresenta, quando considerado isoladamente, esse traço. Ou seja, dos outros segmentos pode-se afirmar a existência de um alto nível de compreensão e aceitação dos princípios, não se podendo fazer o mesmo quando observados os itens de polaridade negativa respondidos pelos estudantes, que, por serem em número muito maior que os outros segmentos, altera o entendimento dos resultados se vistos globalmente. Na verdade, se considerados os itens de polaridade positiva, são inequívocas tanto a compreensão quanto a aceitação dos princípios.

III 1.2 — Os Princípios Sócio-Educativos e as Mudanças no Regulamento

A análise dos dados obtidos com as respostas aos itens da segunda parte do questionário considera o conjunto dos respondentes dos quatro segmentos, apontando as tendências gerais dos setecentos e oitenta estudantes, oitenta e cinco técnicos e quarenta e três dirigentes (grupo em que estão incluídos os árbitros) que compunham a amostra utilizada.

As respostas foram consideradas sob dois aspectos: a escolha do SIM ou do NÃO e a respectiva razão que acompanha esta escolha. O primeiro aspecto permite verificar a aceitação das medidas propostas; o segundo indica tendências do posicionamento dos respondentes em relação aos princípios pedagógicos que as medidas buscaram operacionalizar.

As justificativas apresentadas foram entendidas com base na identificação de dois tipos de argumentação, definidos a partir dos enfoques para o esporte na escola manifestados nas respostas.

O primeiro tipo de argumentação que se apresenta claramente nas justificativas tem por base uma visão do esporte na escola como trabalho a ser desenvolvido em moldes idênticos ao do esporte institucionalizado, confirmando seus valores e seguindo à risca sua prática. Trata-se de reproduzir, no âmbito da escola, o exercício do chamado esporte de alto rendimento, por entender que tal exercício proporciona, por um lado, uma vivência com sentido pedagógico desejável e, por outro, a preparação de futuros atletas. Por ser, historicamente, a que tem predominado na educação brasileira, chamou-se a este tipo de enfoque de perspectiva tradicional conservadora.

O segundo tipo de argumentação aponta para uma visão do esporte na escola enquanto meio para conquistas no terreno pedagógico. Nesta perspectiva não se pretende descaracterizar o esporte de competição, mas sim, configurar uma prática esportiva na escola que, valendo-se do esporte, busque a socialização, a formação de consciência crítica, o exercício livre da expressão, o auto-conhecimento, a quebra de preconceitos e tabus e outras metas essenciais do processo de escolarização voltado para a transformação da sociedade e para a construção de uma vida melhor. A esta visão chamou-se de perspectiva emancipadora, por estar nitidamente ligada à revisão e à consequente mudança das práticas instituídas pela tradição.

Certamente, o estabelecimento de somente duas categorias, situadas em oposição, gera algum risco de reduzir a análise dos dados a uma visão dicotomizada da realidade. De fato, para que determinadas justificativas apresentadas pelos respondentes fossem mais adequadamente identificadas, seria necessária a criação de outras categorias que não a conservadora e a emancipadora. Algumas respostas aparecem sustentadas por alegações que poderiam ser consideradas como de ordem política ou de caráter administrativo/organizacional. Mesmo reconhecendo-se o risco de redução da

I análise, preferiu-se trabalhar com as outras possíveis categorias inserindo-as nos dois tipos básicos de argumentação a que a análise final está relacionada. Esta decisão apóia-se em dois motivos: em primeiro lugar, a incidência de justificativas outras é significativamente inferior à de argumentos nas linhas conservadora e emancipadora; e, em segundo lugar, o objetivo fundamental da análise é apontar tendências da prática do esporte na escola enquanto fato educacional. Considerando-se que as mudanças efetuadas revestiam-se de características de inovação que, por alterarem pressupostos há muito já incorporados pelo esporte institucionalizado, acriticamente transplantado para o esporte na escola, com certeza causariam um impacto de força variável em cada segmento (professores, estudantes, dirigentes), dependendo de sua predisposição para aceitar mudanças estabeleceram-se quatro níveis de resistência às mudanças, definidos das seguintes formas:

Alto Nível de Resistência à Mudança — o indivíduo não admite nenhuma mudança no esporte na escola, devendo este seguir os princípios do esporte institucionalizado internacionalmente.

Í **Resistência Moderada à Mudança** — o indivíduo aceita falar/discutir; aceita mudanças no discurso, desde que não modifiquem os valores essenciais tradicionais da prática oficialmente instituída. **Baixa Resistência à Mudança** — o indivíduo admite e aceita as mudanças que se fazem no discurso (que adota) e na prática (que segue). **Nenhuma Resistência à Mudança** — o indivíduo está comprometido com as mudanças; é elemento agente das mudanças. **O Conjunto das Respostas (anexo 09) ITEM A** O Item A, divisão dos jogos em quatro tempos, teve aceitação por parte de 62% dos respondentes, resultado que indica um bom nível de aprovação do princípio de participação. Por outro lado, a análise das justificativas apresentadas revela que as alegações predominantes para a aceitação do item ligam-se aos efeitos benéficos que a medida nele proposta produz sob o ponto de vista técnico das competições esportivas. A maioria dos respondentes, ao declarar seu apoio à medida, faz afirmações como: *"Facilita o trabalho do técnico"*; *"Permite medir a capacidade dos atletas"*; *"O técnico pode trabalhar mais taticamente"*. A rejeição da medida é justificada pelo mesmo ponto de vista, com declarações deste tipo: *"Quebra o ritmo"*; *"Quando o time está bem, tem que colocar os fracos e aí perde uma peça"*; *"Prejudica o desempenho da equipe e contraria as regras internacionais"*.

Considerados em conjunto, o percentual de aceitação e as justificativas parecem indicar que há, com relação ao item, uma resistência baixa, na medida em que a maior parte dos respon-

tes, ao apontar o acerto da medida proposta, não confirma este acerto pela relação da medida com o princípio de participação.

ITEM B

Fato idêntico ao ocorrido com a divisão em quatro tempos acontece com relação ao Item B. Premiação por equipes: apesar de ser aceito por 58,29% dos respondentes, as justificativas que marcam a sua aprovação ou a sua rejeição têm sustentação em uma perspectiva nitidamente conservadora. A medida é apoiada com afirmações do tipo: "A longo prazo ocorrerá um aumento da qualidade técnica dos atletas"; e negada alegando-se que "O atleta com boa colocação pode ser prejudicado pela soma".

Pelo mesmo raciocínio empregado na análise das respostas ao Item A, pode-se inferir que com relação ao princípio de cooperação, operacionalizado pelo Item B, a população apresenta um nível moderado de resistência, tendendo mais a valorizar as vantagens técnicas do que as pedagógicas que a medida é capaz de produzir.

ITEM C

A obrigatoriedade de todos os estudantes, que vieram, participarem, Item C, foi dentre todas as medidas, a que obteve o segundo maior percentual de aceitação: 83,68%. Neste item, porém, ao contrário do que ocorre com os itens A e B, as justificativas confirmam a aceitação da medida pela aprovação do respectivo princípio, uma vez que as razões apresentadas pelos respondentes que disseram SIM contêm um sentido predominantemente emancipador: "Uma equipe é composta por todos"; "Aumenta o sentido de grupo"; "Talvez seja um caminho para aprendermos a viver em solidariedade"; "Desenvolve o espírito de cooperação". Já para os que responderam NÃO, a recusa da medida apóia-se basicamente em motivos conservadores: "Não temos atletas reservas à altura dos titulares"; "Cai a produção da equipe"; "Os estudantes devem ser usados de acordo com as necessidades do técnico"; "Viemos para ganhar".

No caso do Item C parece, portanto, haver um nível baixo de resistência ao princípio da cooperação.

ITEM D

O mais alto percentual de rejeição, 55,97%, registra-se nas respostas ao Item D, referente ao somatório de resultados masculinos e femininos. A aceitação da medida é respaldada por afirmações de caráter emancipador: "É importante que acabem os preconceitos"; "Permite desmistificar a exaltação da masculinidade e/ou feminilidade"; "Evita a discriminação entre os sexos e promove a união do grupo". A recusa ao somatório de resultados mantém a predominância de argumentos de ordem conservadora: "As equipes masculinas sempre são superiores"; "Prejudica os resultados". Parece claro que, embora tenha havido a recusa à medida concreta, o princípio de co-educação encontra baixa resistência por parte dos respondentes.

ITEM E

Nas respostas ao Item E, computação de resultados dos portadores de deficiência física, foi registrado o terceiro mais alto percentual de aceitação: 76,63%. As justificativas para tão expressivo apoio à medida confirmam a aceitação do princípio que ela busca operacionalizar, visto que são de cunho essencialmente emancipador: "Eles também são normais e devem sentir o gosto da vitória e da derrota"; "São pessoas como nós"; "Não devem ser discriminados"; "Estimula a integração e ajuda a diminuir a discriminação". Por sua vez, a negação do acerto da medida vem fundamentada por razões ligadas à sua perspectiva conservadora: "Se eles fazem seus esportes em separado, devem ter resultados separados"; "Possuem limitações específicas"; "Eles nunca vão se sentir iguais".

Parece haver uma significativa tendência, no geral das respostas, a apresentar baixa resistência ao princípio da co-educação.

ITEM F

O Item F, que está ligado ao princípio da integração, apresentou percentual de 55,21% para a aceitação de competições com equipes compostas por estudantes de estados diferentes. As respostas favoráveis à medida situam-se predominantemente no plano emancipador: "Proporciona a troca de experiências"; "Ajuda a unir os jovens"; "Desenvolve a integração e o respeito mútuo". E as respostas desfavoráveis são sustentadas majoritamente por afirmações de caráter conservador: "Isto não existe internacionalmente"; "Perde o caráter competitivo dos JEBs, que é a rivalidade"; "Deixa de ser competição"; "O atleta vem para representar o seu Estado".

Cumpre observar que, com relação a este item, houve uma presença considerável de justificativas para a recusa que alegavam razões organizacionais, chegando mesmo alguns respondentes a afirmar que tal tipo de competição não havia ocorrido. Desta forma, apesar de percentuais e justificativas apontarem para uma aceitação da medida e do princípio da integração, o que pode indicar que a inovação deve ser mantida, não se pode fazer uma avaliação segura dos seus resultados, já que falhas na organização impediam que o que se previu como operacionalização da mudança acontecesse no nível desejado.

ITEM G

As competições com equipes mistas, Item G, foram recusadas por 51% dos respondentes. Este percentual não é suficientemente alto para que se identifique uma rejeição plena à medida. E a dúvida que a baixa diferença percentual sugere torna-se mais significativa, pela presença predominante de justificativas de ordem conservadora para o Não — "Prejudica o rendimento das equipes" — e de ordem emancipadora para o Sim — "Seria muito educativo"; "Ajuda a derrubar tabus"; "Divide responsabilidades".

O equilíbrio quase perfeito entre os percentuais (51% e 49%) e a coerência entre justificativas e posições tomadas levam a crer que, apesar da rejeição à medida, o princípio da co-educação, no Item G, é recebido com baixo nível de resistência pelos respondentes.

ITEM H

Com 92% de respostas SIM, o Item H, direito de todos participarem, alcançou o mais alto percentual de aceitação dentre todos os itens. As razões apresentadas para confirmá-lo são essencialmente emancipadoras e as alegadas para a sua recusa são, em todos os casos, de ordem conservadora. Os dados indicam, portanto, que não há resistência ao princípio de participação.

É importante salientar que este é o único item que propõe explicitamente o princípio, e não uma operacionalização, fato que torna o resultado ainda mais expressivo em termos de concordar com o princípio em questão.

ITEM I

O item I, proibição de participação de campeões nacionais, foi rejeitado por 53% dos respondentes. As razões para o NÃO prendem-se, na grande maioria dos casos, à perspectiva conservadora: "Eles aumentam o nível da competição"; "É um campeonato brasileiro e os melhores têm que competir". Os motivos para o SIM são quase que exclusivamente os de cunho conservador: "JEBs é para estudantes não para profissionais do esporte"; "As competições ficam mais parelhas"; "Permite que apareçam novos valores".

Tais resultados indicam uma rejeição à medida — embora não se possa considerá-la uma recusa plena, pois os percentuais de SIM (47%) e de NÃO (53%) são bem próximos — e ao princípio da participação, que a ela está diretamente ligado, visto que as justificativas para a recusa defendem que os campeões também têm o direito de participar.

ITEM J

Semelhante fenômeno ocorre com o Item J, proibição de participação de integrantes de seleções nacionais, aceito por 49% e recusado por 51% dos respondentes. Também as justificativas, a exemplo das do Item I, são predominantemente as que se fundamentam em aspectos conservadores, levando a concluir, mais uma vez que o princípio da participação foi aceito, embora sua operacionalização, neste caso, tenha sido recusada por uma diferença pouco expressiva entre os percentuais.

III.3 — Os Participantes

Em outro item do questionário procurou-se identificar a percepção de estudantes, técnicos, dirigentes e árbitros sobre critérios de escolha a serem adotados na indicação de representantes de cada um desses segmentos, sobre as modificações inovadoras implantadas nestes JEBs e até que ponto deveriam ser mantidas ou não para os próximos Jogos e, ainda, se tais modificações haviam provocado alguma mudança nas aulas de Educação Física dos professores responsáveis por equipes presentes aos Jogos de 1989. Para análise, decidiu-se considerar as respostas dos árbitros junto com o segmento dos dirigentes.

O critério para analisar-se as respostas obtidas foi, após listar-se as respostas de maior freqüência de cada um dos segmentos, identificar as que representavam pontos-de-vista comuns a todos os segmentos e aquelas que, mesmo não sendo priorizadas por um ou outro segmento, pudessem ser vir de facilitadoras de compreensão da posição de cada um dos grupos respondentes no que se refere ao Esporte na Escola. Ou seja, mais do que as respostas, objetivas e claramente dadas a cada questão, interessava a esta Comissão o que estava *"escondido"* em cada uma delas, o que estava além das respostas, ou subjacente a elas.

Quando perguntados sobre a forma que acreditavam ser a mais justa para a escolha de alunos para participar dos Jogos Escolares Brasileiros, o critério citado em comum pelos respondentes foi o desempenho verificado nas competições colegiais do Estado. No entanto, quando analisadas em separado, as respostas parecem indicar a presença de outros valores.

Para os professores responsáveis por equipe, deveriam determinar as escolhas de estuda-tes:

1?) Bom desempenho nas aulas de Educação Física e resultados em competições estaduais;

2?) Resultados obtidos nas competições oficiais do Estado;

3?) Desempenho em competições escolares estaduais;

4?) Todos os alunos de escola campeã do Estado deveriam representá-lo na modalidade em que foram campeões.

Pode-se inferir que o principal critério, subjacente às respostas dadas, é o rendimento técnico. Reforçam essa conclusão:

1) A análise anteriormente feita sobre a participação ou não de estudantes federados, representantes de seleções nacionais e campeões brasileiros, e

2) A segunda recomendação de alteração mais solicitada pelos professores-técnicos: *"incluir participação dos que foram excluídos em 1989"*.

Para os estudantes, o que deveria determinar as escolhas de escolares eram:

1?) Bom desempenho no esporte, atleta de verdade;

2.º) O desempenho em competições colegiais;

3.º) Os melhores atletas que jogam em clubes.

Interpretação semelhante à anterior pode ser feita aqui, reforçando o que se pôde observar quando das análises da seção anterior do questionário: a presença da tradição e valores do esporte institucionalizado. Segundo um deles "*o regulamento deveria ser igual ao das Olimpíadas*".

Assim como para os professores-técnicos, dentre as recomendações de alteração, a quarta é a inclusão de campeões nacionais e federados.

No entender dos dirigentes e árbitros que responderam ao instrumento, a forma de seleção deveria considerar:

- 1?) Resultados em competições estaduais e desempenho nas aulas de Educação Física;
- 2?) Resultados obtidos nas competições oficiais estaduais;
- 3?) Realização de seletivas no Estado;
- 4?) Desempenho nas aulas de Educação Física.

O que se pode perceber, da análise dos três conjuntos, de critérios priorizados, é que o desempenho técnico, em aulas de Educação Física, menos, e em competições oficiais interclubes, mais, deveria ser o principal indicador de escolares que participariam dos JEBs.

No entanto, ao observar-se as recomendações de manutenção, encontra-se entre aquelas feitas pelos professores, a de que não têm oportunidade entre os federados. Nas palavras de um deles "*foi ótimo coincidir com o Campeonato Brasileiro de Natação; foi para lá quem é bom e aqui ficaram apenas os só escolares*". Entre os estudantes, a exclusão de campeões nacionais e federados, ainda que em número menor (em torno de 40%) dos que achavam que essa medida foi incorreta (aproximadamente 60%), também foi citada como modificação a ser mantida.

A não definição segura de critérios a serem adotados, refletida pelas contradições internas em cada segmento e entre eles, pode ser entendida como um indicador suficientemente seguro da existência de percepções bastante diferenciadas, opostas mesmo, do esporte na escola.

Outro item do questionário pedia aos respondentes que indicassem as condições que para eles seriam indispensáveis para o exercício da função de professor responsável por equipe (técnico).

Foram critérios comuns aos quatro segmentos:

- 1?) Ser responsável;
- 2?) Ter competência técnica;
- 3?) Ser educador.

Tais critérios indicam que competências técnica e humana (educador) são essenciais aos chamados "*técnicos*". O que em princípio não fica claro é o entendimento que cada grupo respondente tem acerca do "*ser responsável*".

Para os professores responsáveis por equipes as condições priorizadas foram:

- 1.º) Ser responsável;

- 2.º) Ter conhecimento técnico e científico;
- 3?) Ter feito trabalho em desporto escolar reconhecido no Estado;
- 4.º) Ter boa formação profissional;
- 5.º) Ser educador.

Pela ordem de escolha parece que:

- a) a competência técnica está acima da humana;

b) o ser responsável tem uma relação mais próxima com a competência técnica ou, talvez com a aptidão para disciplinar e/ou proteger do que com a dimensão pedagógica. Alguns desses professores justificavam suas ausências à Conferência dizendo que "*temos que ser babás, pai, mãe, médico* ...". Outros criticaram a festa de abertura porque "*os meninos podiam se machucar*".

Os estudantes indicaram as seguintes condições indispesáveis a um professor responsável por equipe (técnico):

- 1.º) Ser responsável;
- 2.º) Ter competência para dirigir;
- 3.º) Ter vários anos de experiência como técnico;
- 4.º) Ser educador;
- 5.º) Ser amigo e companheiro;
- 6.º) Ter sido técnico de seleção.

Também para a maior parte dos estudantes a competência técnica é indispesável, principalmente quando associada a resultados anteriores. Nota-se também que, associada à capacidade técnica, o poder de estabelecer boa relação com jovens é destacado.

Para os dirigentes, o professor deveria reunir as seguintes condições para ser responsável por equipe:

- 1.º) Ser educador e ter conhecimento técnico; 2.º)
- Ser responsável; 3.º) Ter liderança.

Apesar de o entendimento sobre o significado de ser responsável sugerir, pelas outras e; colhas, ser diferente para cada um dos segmentos, e ainda, pela necessidade de equilíbrio entre condições técnicas e humanas, só enfatizada pelos escolares, parece haver uma segura convergência de percepções entre os segmentos.

Quando consultados sobre as condições necessárias a um chefe de delegação, os respondentes manifestaram acordo com relação às seguintes:

- 1.º) Ser responsável;
- 2.º) Ser educador;
- 3.º) Ter liderança;
- 4.º) Ter bom relacionamento com jovens.

As diferenças entre os segmentos foram insignificantes e ficaram muito mais por conta da forma como as condições eram descritas, do que pelo conteúdo que representavam. As exceções, e essas merecem ser destacadas neste relatório, foram a necessidade de "ser equilibrado emocionalmente", indicada pelos professores (técnicos) e "não se preocupar só com resultados, nem ser didator" apontada pelos estudantes.

O que agora destaca é a reafirmação da necessidade de manutenção de uma relação interpessoal inter-grupar que ultrapasse à estabelecida pela competição.

Quando perguntados se tiveram conhecimento das mudanças feitas no regulamento antes de vir aos Jogos e, se tiveram, como isso se deu; os dirigentes responderam afirmativamente. Segundo seus depoimentos, os documentos enviados e as reuniões na SEED foram as formas mais comuns de travarem conhecimento com o regulamento. As críticas ficavam por conta do tempo exíguo entre o recebimento das informações e a data de início do evento. A mais séria delas, no entanto, foi que "*não fomos consultados quanto às mudanças*". Professores e estudantes, quase todos (aproximadamente 90%) disseram ter sido informados por seus dirigentes. Apesar de feito por um pequeno grupo de estudantes que participaram das provas de atletismo, um comentário crítico merece ser destacado, na medida em que facilita o entendimento de outras análises feitas por esta Comissão. Ao se referirem às mudanças, principalmente as que operacionalizavam o princípio da cooperação, observaram que "*isso desvaloriza o trabalho do técnico... que fica um ano inteiro treinando*". Tal comentário visto no conjunto das avaliações feitas pelos professores que participaram das competições de Atletismo, tem especial significado. Dos professores, as observações que se destacaram foram que: "*o regulamento foi imposto*" e que "*a maioria dos talentos do atletismo surgiram aqui... nos JEBs*". Tais comentários reforçam a conclusão de que para alguns professores, principalmente no caso do Atletismo, nada pode ou deve ser mudado. O esporte na escola deve seguir os mesmos princípios e tradições do esporte internacional e oficialmente instituído.

Aos estudantes, perguntou-se também por que tinham sido selecionados, para representar seu Estado. Duas respostas foram as mais freqüentes:

- 1º) Bom desempenho e resultados no clube — 538 ou 68,97%
- 2.º) Fui vencedor em competição do Estado — 497 ou 63,46%.

Em entrevista com um outro grupo de estudantes, que não responderam ao questionário verificaram-se respostas do tipo "*para reforçar a equipe, embora seja de outro clube*" e "*porque obtive bons resultados a nível nacional*" ou "*porque estava faltando atleta*".

IV. ANÁLISE DOS DADOS - ENTREVISTAS -

Esta Comissão, para poder fornecer maiores orientações sobre a implantação das inovações nos JEBs, buscou suas informações não no acontecimento em si, não no fato — XVIII JEBs, mas no fenômeno JEBs, nos sujeitos que vivenciaram os Jogos, isto é, na experiência percebida de modo consciente por aqueles que a executaram (*Bicudo e Martins, 1989, p. 75*).

Procedimentos como a entrevista semi-estruturada e do tipo resposta livre solicitaram dos participantes que descrevessem com sua própria linguagem a vivência desses JEBs. Dessa maneira, a interpretação, ou seja, o aclaramento do sentido e do significado empregados pelos respondentes em suas informações, favoreceu o aspecto iluminativo da intersubjetividade que orientou a investigação.

A interpretação das informações visou apreender, das reações dos entrevistados, a polaridade (favorável ou não) e a natureza dessa polaridade: em relação ao objeto da mudança (XVIII JEBs) e/ou em relação ao sujeito da mudança (Esporte na Escola).

As reações em relação ao objeto (XVIII JEBs) ainda foram identificadas em argumentos de controle administrativo-organizacional, de ordem preconceituosa, de equilíbrio e outros, que evidenciaram apenas satisfação ou não. As reações em relação ao sujeito (Esporte na Escola) mostraram a identificação com a tradição de um esporte institucionalizado ou com um esporte que viabiliza a emancipação.

Tais reações foram categorizadas, tal como a 2^a parte do questionário, em 04 (quatro) níveis de resistência às inovações: alto nível de resistência, resistência moderada, baixa resistência e ne-nenhuma resistência.

De acordo com os princípios sócio-educativos viabilizados nesses JEBs, pelas entrevistas de 148 participantes, distribuídos entre os diferentes segmentos e modalidades, pôde-se identificar o modo próprio de percepção daqueles que executaram a experiência. Os casos que mereceram maior destaque ficaram por conta das modalidades individuais e a capoeira.

IV.1 - As Modalidades - Individuais

O Atletismo, a Natação e a Ginástica Artística, esportes individuais, cujas alterações organizacionais se fizeram necessárias para atender aos princípios sócio-educativos, manifestaram reações, contraditórias às alterações que viabilizaram os Jogos como orientação esportiva educacional voltada para a formação da cidadania e para o lazer. O Atletismo e a Ginástica Artística evidenciaram alta resistência à mudança, enquanto a Natação apresentou reação diferente.

No que se refere ao Atletismo, cujas características no esporte institucionalizado revelam baixa interação motriz de um praticante com o outro, evidenciada apenas em provas de pistas de meio-fundo e fundo, não apresentando nenhuma interação nas provas de campo, logo privilegiando uma ló-

gica motriz antagônica, onde a disputa entre os indivíduos é o mais relevante (Parlebas, 1988), percebeu-se que as alterações organizacionais de agrupamento de provas, somatório de pontos e premiação por equipe se constituíram em procedimentos a nível externo, que orientaram a prática desse esporte coerente com a formação educacional já explicitada anteriormente.

Detentora no Brasil de desempenhos olímpicos, significativos dentro da nossa realidade esportiva, a referida modalidade parece evidenciar, nos depoimentos de seus professores (técnicos) e alunos (atletas), que a orientação dos JEBs deve seguir a tradição do esporte institucionalizado, com seus princípios de desempenho máximo, hierarquia, disciplina autoritária, tecnicismo e individualismo.

"Atletismo é atletismo; individual; depende só dele ..."

"Esporte individual deve ser valorizado no individual".

"Devem retomar as regras internacionais. Voltar as provas retiradas e aumentar o número de dias".

(depoimento de 08 técnicos)

Os estudantes (atletas) no que se refere à participação, expõem o problema à sua maneira:

"Não foi bom; a gente depende dos outros; você dá seu esforço e os outros levam ..."

"Por que as provas técnicas não foram realizadas: barreira, martelo, disco?".

"O técnico sabe quem deve competir; assim tira a moral do técnico"

"Por que um atleta vai vir de longe só para competir? Isso não tem valor para nós. Assim é que é bom — tirar medalha ..."

"No mundo de fora não existe. Se tu não é bom, não vai. Aí é que está a motivação para estudar...".

O tradicionalismo veiculado nos princípios que historicamente têm orientado o esporte institucionalizado, bem como a preservação cultural e ideológica dos preconceitos advindos desse tradicionalismo, também foram expressados em suas falas:

"Premiação: péssima. Segundo e terceiro lugares foram premiados com outra colocação, com medalha de quarto".

"Teve atleta que quis trocar a medalha pois aquela não foi a que ele ganhou"

"Teve atleta que não quis a medalha ..."

"Os pontos não devem ser somados. ...".
(técnicos)

"Premiação coletiva é ruim porque no esporte individual cada um tem sua prova ..."

"Um atleta se pune por um outro. É injustiça. Se tirei primeiro lugar, não mereço medalha?"
(estudante)

Essa identificação com o esporte institucionalizado, manifesta também preconceitos do tipo:

"O deficiente físico não deve participar destes jogos . . . Deve haver uma competição diferente para eles . . .".
(técnico)

"O portador de deficiência não treina para isso
(estudante)

"Não tem nada a ver o índio participar disto. É uma agressão à cultura dele. Podiam fazer uma demonstração dos jogos deles . . ." (dois técnicos)

"O esporte é individual. Não pode misturar homem com mulher..."
(estudante)

"Isso aqui deveria ser chamado Jogos Lúdicos Brasileiros ou Jogos Infantis . . . com caráter humanístico . . . com jogos de estafeta, cabo de guerra, brincadeiras (técnicos)

"Tiraram provas para botar umas brincadeiras..."
(estudantes)

"É uma gincana. Eu vim brincar. . ."
(estudantes)

Essas reações contrariam os princípios sócio-educativos de cooperação e co-gestão.

Tais evidências ficam reforçadas pela ação coletiva organizada numa manifestação contrária à organização, da competição, subscritadas por vinte e dois dos trinta e oito técnicos da modalidade, num percentual aproximado de 57% dos presentes.

"Falta de respeito obrigar o aluno a participar de outra prova (que não fosse a específica dele)".

Essa afirmação de oito técnicos do Atletismo, nos remeteu ao Regulamento da modalidade onde NÃO se encontrou referência quanto a essa obrigatoriedade. Entretanto, pelo número total de atletas permitido na equipe e pela premiação coletiva, nos conduziu a interpretar que aqueles que participassem de todos os conjuntos de provas teriam a possibilidade de marcar maior número de pontos. Esses mesmos oito técnicos declararam na entrevista, desconhecer as mudanças dos JEBs e dos regulamentos, tomando ciência apenas ao chegarem em Brasília, em contradição ao que disseram os dirigentes, como vimos anteriormente na interpretação dos questionários e no comparecimento de todos os Estados.

Por outro lado, observou-se que uma atleta arremesadora de disco, esteve presente ao evento e queixou-se de não haver a prova para a qual havia sido preparada, a competir em provas cujas características diferem da sua especialidade.

Tais evidências nos conduzem a interpretar que a falta de respeito citado trata-se de um argumento voltado para ocultar o verdadeiro sentido de que a vitória deve ser buscada independente das condições para alcançá-la e que o desconhecimento das mudanças citadas, bem como a manifestação de repúdio dos técnicos, revelam uma alta resistência à mudança nos JEBs como expressão do esporte na escola voltado para os princípios sócio-educativos referenciados.

Entretanto, na interpretação das respostas de um dos técnicos entrevistados e das respostas dos estudantes que, num universo de trinta e cinco, dividiam-se entre reações desfavoráveis como as já interpretadas e reações favoráveis aos princípios de participação, cooperação e co-educação, registrou-se:

"Acho super-válido que todos participem, o garoto que colaborou com um pontinho também foi importante
(técnico)

"Nós viemos aqui para competir e não para ganhar, o importante é que todos passem por esta experiência".

(técnico)

*"Teve mais integração
(estudantes)*

*"Dá chance ao reserva se destacar. . .".
(estudante)*

No que tange à cooperação, esse técnico afirma: *"Foi ótimo. Desapareceu o estrela atleta e consequentemente o estrela técnico. Este estrelismo é prejudicial dentro da escola. A gente passou muito tempo em cima do indivíduo, agora há um maior entrosamento entre as pessoas".*

"Dá chance de premiar todos. Pelo esforço e pela dedicação deveriam ser premiados".

Nesse sentido, alguns dos estudantes evidenciaram que a premiação por equipe é um incentivo **e que** é válido esse modo de premiação, mas a individual é importante, e que elas deveriam estar combinadas. O portador de deficiência também é gente e deve competir nos JEBs. Tais reações contradizem os modos tradicionais e preconceituosos das argumentações anteriormente apresentadas.

Ao assistir à premiação coletiva, um membro de equipe de arbitragem manifestou sua satisfação ao presenciar pela primeira vez no Atletismo, uma disputa e uma premiação concorrida enquanto grupo onde cada um dos atletas e técnicos parecia sentir em si e no outro, a própria vitória conquistada. Era o princípio da cooperação evidenciando a solidariedade.

Quanto à co-educação, um dos técnicos evidenciou uma reação favorável quando falou que *"é integração homem/mulher . . ."*, *"As meninas gostaram das mudanças no atletismo"*, enquanto alguns dos estudantes entrevistados consideraram válido o somatório de pontos.

Percebeu-se que esses posicionamentos denotam argumentos tanto de ordem pedagógica emancipadora como técnica e/ou política, alguns até como solução de equilíbrio entre o tradicional e o que se está buscando, outros, não se explicam enquanto argumentação, mas apenas emitem reação satisfatória em relação à operacionalização dos princípios efetivados nos JEBs.

A Ginástica Artística, jogo psicomotor, cujo praticante atua isolado, sem estabelecer qualquer interação instrumental com os outros participantes (Parlebas, 1988), da mesma forma que o Atletismo e a Natação, também recebeu alterações no regulamento, mantendo porém, tal como a Ginástica Rítmica Desportiva, o código oficial de pontuação para a arbitragem.

Os doze técnicos entrevistados, do mesmo modo que os oito do Atletismo, apresentaram de forma homogênea alta resistência à mudança, sendo contrários aos princípios de participação, cooperação, co-educação e co-gestão, aceitando a integração. Dentre esses técnicos, a exceção ficou por conta de um deles, cuja reação em todos os princípios, e na solicitação, foi contrária às dos colegas.

A manutenção do tradicionalismo de organizar esporte na escola pelo modelo institucionalizado, fica reforçada quando onze técnicos e os vinte estudantes entrevistados solicitaram que os JEBs retornem à organização anterior: *"Tudo deve ser regido pelo oficial"*; *"JEBs é encontro só dos melhores"*

Entretanto, os segmentos dos técnicos e dos estudantes — atletas, divergem em relação ao princípio da participação:

*"Prejuízo para a equipe
(técnicos)*

"Está tudo ótimo. Todo mundo compete nas mesmas condições".

*"E legal que todo mundo participe!"
(estudantes)*

No que tange à cooperação, os dois segmentos convergem na solicitação de premiação individual e menção honrosa somente no torneio de integração, pois afirmam que foram premiadas crianças que não mereciam e os bons não receberam seus prêmios.

"A criança deve ser educada para saber perder, que nem sempre vai ganhar. Se todo mundo ganha medalha desmoraliza a premiação, menospreza a competição. O prêmio deve ser para o mé-

(técnicos)

Quanto à co-educação acreditam que *"o esporte tem sexo definido e não pode ser mudado"* e que *"misturar homens e mulheres foi um horror, muito mal feito, cada prova tem uma particularidade para o homem ou mulher. . ."*. Aceitam a soma de pontos somente na integração.

Apenas um, dentre os estudantes diz não ter nenhuma reclamação a respeito disso e achar que os outros estados também não.

Em relação ao princípio da co-gestão, os técnicos, em coerência aos posicionamentos anteriores, dizem que *"os alunos não têm condição de tomar decisões, nem opinar nos critérios de seleção; isso só cabe ao técnico"*, *"para dar opinião a criança deve ter orientação"*

Esses argumentos pedagógicos tradicionais, parecem ignorar o valor de um contrato social, pautado em exigências de reciprocidade de seus sistemas de interação, como desenvolvimento moral da criança, tal como revelaram os estudos de Piaget.

Entretanto, a reação de um dos técnicos da G.A. está de acordo com a dos estudantes, em relação à participação de estudantes em comissões.

"Passo importante. O aluno deve ter chance de tomar decisões".
(técnico)

"Achamos ótimo, pois favorece a experiência nas participações em comissões".
(estudantes)

Revelam também o desconhecimento total das comissões. *"Não estamos indo porque ninguém avisa nada . . ."* e sugeriram que as comissões deveriam ter um de cada estado. A dificuldade do alcance da comunicação aos atletas parece ter sido entrave ao desenvolvimento desse princípio, o que garantiu o princípio disciplinar de coibição da formação política do jovem, mantendo-se a hierarquia dos que sabem, podem e devem decidir sobre os que devem seguir, obedecer e aprender.

A resistência moderada à mudança por parte dos técnicos e dos estudantes ficou por conta do princípio da integração onde aqueles, mesmo dando sugestões, dividem-se entre argumentos de ordem tradicional e paternalística — *"no torneio de integração os seis técnicos devem estar juntos pois as crianças estão acostumadas e isso lhes dá confiança . . ."* e argumentos pedagógicos com caráter emancipador — *"as crianças podem se virar sozinhas e cada uma pode pensar por si mesma . . ."*. Os estudantes-atletas apresentaram reação satisfatória às terceiras fases (equipes de seis componentes de estados diferentes) e propuseram *"realizar uma convenção nacional dos ginastas para resolver os problemas da ginástica"* e um deles, achou *"muita mistura, vira bagunça"*, disse que nos JEBs *"tem equipe de alto nível e isto não pode acontecer porque desequilibra"*

Já a Natação, enquanto esporte institucionalizado, também individual, como o Atletismo, onde a interação motriz entre praticantes em provas disputadas em piscina se mantém presente apenas num nível mínimo em provas de revezamento (Parlebas, 1988), também recebeu alterações no regulamento com vistas ao atendimento aos princípios de um esporte educacional com caráter de formação, dignificando a função social dessa manifestação esportiva na escola. Entretanto, essas modificações parecem vir de encontro às idéias dos oito técnicos e vinte estudantes entrevistados das delegações de BA, ES, CE, PI, DF, GO, AL e TO, que mesmo quando, em reações contrárias, levantam questões sobre o contraditório tema — esporte na escola — seja quanto ao momento que vivenciam ou ao futuro, mas sempre permeiam as falas dos entrevistados contribuições para melhoria da idéia central no sentido da inovação.

A satisfação dos técnicos fica evidenciada nos princípios da participação, co-educação, co-gestão e integração ao considerarem todos válidos, reforçados pelo coordenador da modalidade.

"Sou totalmente de acordo com os princípios para o escolar". "A reação dos técnicos foi favorável. No início foi pouco compreendido, mas esclarecido após o Congresso Técnico e na prática da competição".

"Os princípios foram assegurados no regulamento".

Esses argumentos evidenciam reações favoráveis e procedimentos de controle administrativo-organizacional visando a produtividade da inovação.

Quanto ao princípio da cooperação, técnicos e estudantes gostaram do somatório de pontos, discutiram entre si, por segmentos, a premiação exclusivamente por equipe, sob alegações do tipo tradicional, *"esporte individual é assim mesmo"*, *"é injusta, quem faz o esforço e ganha, deve receber o prêmio"*, alegações do tipo estrutural *"quem trouxe poucos atletas ganhou prova e não levou nada . . ."*. *"É válido se todos vierem completos . . ."*. *"Trouxemos todos, ganhamos todos. O esforço colaborou. . ."* e ambos, tanto técnicos como estudantes, sugeriram que a premiação TAMBÉM deve ser individual.

No entanto, sempre no sentido de reflexão conjunta sobre a vivência da competição, os técnicos falaram:

"Alguém pensou em transformar um esporte individual em coletivo; ele como técnico seria elogiado. Mas, tira a motivação daquele que vem para ganhar tudo . . .". "Competição individual é performance; deixo no ar para reflexão . . .".

"Alguns meninos não entendiam porque não ganharam as medalhas apesar de ganharem as provas . . . mas isso bem explicado é bem aceito".

Estudantes e técnicos aceitaram a competição com os portadores de deficiência, dizendo que proporcionou muita integração entre todos. Uns poucos alunos acham que as pontuações de homens e mulheres devem ser separadas.

Percebe-se que, diante de descrições ingênuas da realidade, esses participantes, mesmo quando favoráveis às medidas implantadas, apresentam baixa resistência à mudança, as quais são mostradas no discurso que adotam e na prática que tentam perseguir, mas que têm como fundo, argumentos funcionalistas.

"A comissão de ética foi: ótima!"
(técnicos)

"É boa a idéia de co-gestão, precisa melhor organização"
(técnico)

"O atleta fica a par, pode cobrar e ajudar a esclarecer".
(estudante)

"Horário de participação deve ser melhor estudado para não chocar com treinamento. . .".
(estudante)

Tais expressões, mesmo com caráter de satisfação ou com caráter pedagógico a favor da emancipação, trazem à tona que treinamento, competição parecem ser incompatíveis com responsabilidade política de participação em processos decisórios por parte de estudantes que, pelo período de vida que atravessam, estando em formação, esta se dá a nível integrado e não num ou outro campo específico de desenvolvimento.

Tanto a resistência como o argumento pedagógico emancipador extraído de um diálogo entre técnicos, mostram concomitantemente a apreensão e o desprendimento diante de uma inovação que viabiliza a democracia, a ação organizada do homem, a liberdade e o direito à palavra:

— *"É um evento desportivo. Foi muito válida a participação, mas criar esse tipo de atividade para esses atletas, a gente vai criar política partidária, porque vai criar estudante que vai reinvindicar. . .".*

— "Eu acho válido. Os meus garotos já querem fazer abaixo-assinado para reivindicar uniforme porque perceberam . . .".

— "Eu quero um nadador líder. . . mas não quero um líder desse tipo que vem só para fazer politicagem. É um alerta para o futuro

Percebe-se sob as falas, que o esporte, mesmo quando proclamado como formativo da personalidade do indivíduo, deixa escapar que está encaminhado no sentido de seguir padrões acríticos, convencionais e isentos de possíveis rebeldias. Fato esse que já conta com reações contrárias, mais esclarecedoras do valor e sentido formativo para o jovem.

Quanto à integração, os estudantes acham:

"Revezamento foi um barato!

"Legal V

"E reclamaram da pouca divulgação dos eventos . . .".

E para controlar a distância que se estabelece entre os segmentos, e até entre as delegações, sugeriram alojamento único, comum às diferentes delegações, idéia também vinculada por um outro estudante, na modalidade Atletismo.

Pode-se perceber pela interpretação dos relatos que, mesmo entre as modalidades individuais que sofreram grandes alterações operacionais, no sentido de buscar um JEBs que evidencie um esporte na escola voltado para os padrões educativos com os quais a escola deveria estar comprometida em sua função social, foram encontradas resistências por parte dos técnicos, estudantes e coordenadores de modalidade que variaram num contínuo de alta resistência, moderada e até à baixa resistência à mudança.

Sem aprofundar as contradições que justificam esta situação, a verdade é que tais reações são esperadas, pois parece difícil ultrapassar um tempo onde a opinião pública pareceu entender que o esporte na escola deveria solucionar os problemas advindos de uma política esportiva educacional identificada com esporte institucionalizado (caça de talentos esportivos) e de uma escola que até então o tem tratado com descaso, receio e até repugnância, uma vez que não consegue sequer ultrapassar sua própria crise enquanto educação, que é segregadora, elitista e contra a emancipação da população.

Da fala da quase totalidade dos respondentes não foi interpretada qualquer referência à educação e esporte na escola, à exceção de dois técnicos que trataram da responsabilidade do educador na formação moral do jovem através do jogo (burlar regras) e da escola em formar o pensamento crítico desses estudantes, perpassando a idéia de que esse esporte é algo externo à instituição-escola, apontando a massificação e a produtividade na prática como viabilização do processo educativo.

"A maioria dos talentos do atletismo surgiram aqui nos JEBs. . .".

"A presença de campeões é importante porque motiva. Qual desses garotos não gostaria de ver um campeão brasileiro nadar?"

"Escolas não têm piscina mesmo! A seleção só pode ser feita entre nadadores de clubes . . ."

Dessa maneira, fica evidenciado que essa situação de confusão, conflito e insegurança se dá, nessas modalidades, junto a um esporte que predominantemente, salvo em raríssimos casos especiais, se desenvolve fora da escola, numa visão metodológica vazia de significado comprometido com a educação emancipadora do jovem. Portanto, essa atividade esportiva escolar ainda terá que caminhar na busca de sua identidade e instrumentalização metodológica, numa escola que reconheça o seu verdadeiro papel social no processo educativo, como uma atividade fisicamente expressa que pode se relacionar a nível externo com um sistema esportivo institucionalizado e, internamente, viabilizar o valor cultural dessa prática para a formação do jovem enquanto cidadão.

"E preciso que os técnicos/professores entendam e se adaptem a essas mudanças, que são educacionais..."

(técnico-Nat.)

IV.2 - A Capoeira

"Em termos de esporte como educação a Capoeira favorece a aproximação ..." "Ali meu corpo vai falar, vai rir, vai chorar ..."

Com essa visão especial de Capoeira, os doze técnicos, responsáveis pela modalidade, que podem ser considerados como apresentando nenhuma resistência à mudança, sentem-na também como integração entre a arte e a luta, uma vez que a roda, ainda que com disciplina, autoridade e respeito, consideram-na mais aberta à organização e nisso, segundo eles, está a visão educacional.

"Na Capoeira todo mundo participa ..."
(estudante)

Quanto à cooperação, embora quatorze alunos achem *"bem legal, de repente tem uma menina fraca e outro bom . . ."*, ambos, professores-responsáveis e estudantes, embora afirmando que, na capoeira, eles já competiam individualmente somando pontos para a equipe, e que *"esse papo do eu--eu, eu, não dá mais ..."* *"O crescimento se dá em equipe . . ."*, solicitam a combinação da premiação individual e em equipe.

"A Capoeira é uma situação de equilíbrio entre o individual e o coletivo porque a penso como equilíbrio entre o psicomotor, o cognitivo, o afetivo e o social..." (técnico)

Frente a esses argumentos interpretados como pedagógicos emancipadores e justificado na equilibração, pode-se perceber preconceito na fala dos estudantes em relação à diferenciação de desempenho entre os rapazes e as moças, uma insatisfação revelada pelos técnicos em relação à exclusividade da premiação coletiva, porém referenciada na recompensa ao esforço do aluno e não no ganhar pelo ganhar como foi visto no esporte que se identificou com o de alto rendimento, que está institucionalizado.

"É importante a premiação, individuam. Não importa a qualidade do material; não por nós técnicos, mas pelo aluno: Ele veio buscar uma recompensa ao seu esforço ..."

Quanto à co-educação, tanto os segmentos dos técnicos como o dos alunos está de acordo com a soma de pontos, procedimento positivo que já era comum em suas competições escolares. *"Não somos pessoas que tamos aqui para competir. Tamos aqui para participar. . ."*. Entretanto apontam a dificuldade da presença feminina na prática do esporte, devido a padrões culturais de algumas regiões, fato esse que parece constituir-se em luta e desafio educacional emancipador de quem acredita no encaminhamento do esporte com essa intencionalidade: *"mulher luta pelo espaço que ela acha que é válido .. . Nunca vi mulher disputar espaço para jogar pedra em ninguém . . . Vamos colocar a Capoeira na escola que o preconceito vai desaparecer*

No que se refere à participação do portador de deficiência, os estudantes acham que é importante porque é um atleta tal como eles. E complementam:

"Nenhum estado traz deficiente; a partir do momento que um traga, outros trarão . . . Nos outros esportes eles trazem ..."

Os princípios de integração e co-gestão foram plenamente aceitos pelos professores/técnicos e estudantes, argumentando segundo uma pedagogia emancipadora: *"Abertura boa porque vai facilitar a garotada se soltar . . ."* *"Facilita a formação crítica e a interdisciplinaridade . . ."* e, justificando como quem reconhece as próprias limitações em lidar com o novo: *"aceitação é pequena, mas até nós mesmos ainda não estamos acostumados".*

(técnicos)

"Na época da competição a gente se preocupa mais em competir. A gente devia se interessar mais, mas não se interessa ... O que está por trás dos JEBs? A gente quase não vem participar..." (estudantes). "Positiva a participação dos estudantes nas comissões e deve continuar". "Todos os alunos têm capacidade de ter opiniões". "Os estudantes adolescentes têm cabeça para saber o que querem . . ."

Os segmentos queixaram-se da desinformação dentro da delegação e grande parte dos alunos não soube da possibilidade de estarem em comissões mas concordaram com os depoimentos anteriores. Sugeriram manter a idéia geral deste XVIII JEBs e percebeu-se um orgulho em relação no seu aspecto educacional, ao se referirem à Comissão de Ética: *"Não houve nada até agora em relação à Capoeira desmerecesse a sua dignidade ..."*

(técnico)

IV.3 — A Nação Indígena

Tal como os praticantes da Capoeira, também a Nação Indígena, através dos depoimentos de dois dirigentes manifestaram-se favoráveis às inovações por que estes praticantes compreendem o esporte como um segmento de sua luta política, um meio pacífico de integração e participação de toda a nação brasileira, como sadia formação do jovem, evitando os males da sociedade moderna que os vêm atingindo: o alcoolismo, e a droga.

Da cultura diferente, onde o coletivismo a espontaneidade, a fantasia e o compromisso são dominantes, assim se expressaram em relação ao direito/obrigação de competir: *"a escolha do jovem indígena é através da comunidade. Tem que cumprir..."*

Justificaram suas participações, segundo uma perspectiva de esporte educacional como emancipação: *"Trabalho que a gente quis foi não ter aquela guerra do adversário entrar em campo e ter aquela ânsia de ganhar". "Este tipo de educação deve partir das escolas, dos próprios professores; é o trabalho que a gente quer fazer, seja indígena ou não ..." "Esses objetivos serão atentidos de acordo com o que foi desenvolvido na escola e deve partir das escolas municipais, do professor..."*

Quanto à participação nas Comissões, justificaram a ausência falando de sua dificuldade porque a maioria dos estudantes — atletas não entendia português, assim como no baile de abertura, porque os encontros, a gritaria (som de rock) não fazem parte de sua cultura, mas que estiveram integrados em outras programações sócio-culturais.

Tanto no depoimento dos Capoeiristas quanto, o depoimento dos dirigentes da Nação Indígena foi observada a intenção do desenvolvimento do esporte, a partir da instituição escolar, como forma de estruturação da personalidade do jovem, afirmando-se com autonomia em meio à coletividade. Essa visão está coerente com o pensamento veiculado pela SEED/MEC durante os XVIII JEBs, onde o esporte na escola começa a investigar sua própria identidade na busca de um referencial teórico para sua orientação.

"Acima de tudo está o homem, depois vem o esporte. . . Queremos fazer um homem-atle-ta e não um atleta que é homem ..." (dirigente indígena)

IV.4 — Os Esportes Coletivos

Essas modalidades são chamadas por Parlebas (1988) de jogos sociomotores, onde a presença dos participantes provoca intercâmbios motrizes tanto entre companheiros como entre adversários, levando-os a interpretar, compreender e antecipar as mensagens veiculadas durante a partida. Organizados segundo os pressupostos do mini-basquete, favoreceram a ativação dos princípios sócio-edu-cativos.

Desses esportes coletivos foram entrevistados três professores-responsáveis-técnicos, quatorze estudantes e três coordenadores de modalidades.

A mais efetiva reação contraria se deu na premiação, e por parte desses professores no que refere ao princípio da participação; o que contraria tanto a visão dos estudantes como a dos coordenadores de modalidades que entendem, de modo técnico, que os professores-responsáveis são estimulados a trabalhar todos os atletas e que houve maior integração, "pelo incentivo de titulares e reservas"

No que tange á co-gestão, os técnicos, sob argumento tradicional negam o princípio, dizendo que, "os jovens não sabem ainda decidir. Tem que ser como a vida. Eu vim primeiro como atleta, depois como técnico e agora estou aqui também como dirigente". Quatro estudantes discordam, mas acham que na parte técnica esse procedimento deve prevalecer. "Só o técnico sabe ..." Enquanto outros dez, têm argumentos mais emancipadores:

"Está certo que a gente decida porque assim se faz responsável".

"Os estudantes devem fazer seus próprios jogos ..."

"O jovem deve opinar sobre o que vai fazer. Participar da responsabilidade".

"Também os estudantes devem dar idéias nos critérios de seleção porque eles sabem, por exemplo, quais os colegas que verdadeiramente fazem força e os que devem ser cortados ..."

"O adulto que pensa que o atleta não sabe das coisas está com a cabeça atrasada ..."

Os coordenadores de modalidades acharam a mudança positiva. Dentre as argumentações uma delas valoriza a medida pelo aspecto técnico-operacional, enquanto uma outra valoriza o aspecto educacional emancipador.

"Válido. Para sentirem como funciona; para verem que não é só chegar e jogar, que é preciso uma infra-estrutura. Também porque prepara para o futuro. No futuro, eles é que organizarão os JEBs. "

"Importante porque não marginaliza o aluno do processo social/coletivo. Aluno tem sido levado a alienação..."

Em relação á co-educação, os professores e estudantes/atletas entrevistados convergem suas opiniões desfavoráveis às medidas relativas à premiação por equipe, somatório de pontos do masculino, feminino e portador de deficiência. Os argumentos tradicionais de identificação com o esporte institucionalizado distribuem-se dentre os preconceituosos segregacionistas:

"Juntar homem e mulher é errado porque os homens são mais fortes do que as mulheres. O homem tem mais potencial. A mulher só foi educada de jeito inferior ao homem ..." (estudantes)

"Os portadores de deficiência devem ter seus próprios jogos."
(estudantes)

Em relação ao portador de deficiência, esses técnicos acham bom juntá-los aos JEBs, "porém ainda em grupos separados por deficiências"

Entretanto, os coordenadores de modalidade, parecem aprovar o princípio: "Favorece a integração. Masculino passa a se preocupar com os resultados femininos". E advertem, "íssó só será válido no momento que todos os segmentos tiverem conscientes (árbitros, jogadores, médicos, dirigentes, e outros)". Tanto estudantes quanto coordenadores de modalidades sugeriram, segundo um argumento de equilíbrio, a premiação coletiva e por sexo: "É preciso preservar a diferenciação. Valorizar também o resultado por sexo", (coordenador de modalidade). Tal argumento nos permite apreender uma resistência moderada à inovação, aceitando a discussão, desde que se preserve os valores tradicionais da prática do esporte institucionalizado.

"Nas provas individuais não deveria ser aplicado. É cada um na sua ..." (coordenador de modalidade).

Todos os segmentos acharam satisfatória a premiação do quarto lugar alegando que trouxe motivação aos participantes. (Argumento que confirma o relatório da Direção Técnica).

No que se refere à integração, já valorizada na fala de um dos coordenadores de modalidade, é vista por outro, de modo contrário, distribuindo argumentos entre aspectos técnico e administra-tivo-organizacional:

"Não funcionou porque os técnicos não iam expor seus atletas, tendo que jogar à tarde... No dia que houve isso, não deveria ter jogo

Os técnicos (dois) acharam interessante, enquanto o outro alegou falta de informação — "não sabia quem poderia participar" — e dificuldade de transporte.

No entanto, os estudantes (quatorze), acharam:

— *"Muito bom! a melhor idéia!"*

"Legal! Mas o jogo é para lutar e ganhar e por isso o torneio de integração não deve ter premiação. A premiação deve ser a motivação!"

Aí vale o somatório de pontos: "Só nos jogos de integração. Não no jogo sério. O esporte é assim, provas separadas, porque homens e mulheres são diferentes".

Essas manifestações reforçam as evidências no princípio anterior; a interpretação conduz a duas manifestações de esporte: uma onde o jovem deve render, produzindo trabalho com eficácia e seriedade e outra onde ele permite alegria, humor, festas e integração e que a integração entre essas duas manifestações, em sua formação pessoal e social está impossibilitada devido à rigidez dos códigos e valores ideologicamente introjetados.

Um dos coordenadores sugere, num argumento bem emancipador, que o torneio de amizade não deveria ser atividade obrigatória. *"Criam-se as condições, as circunstâncias e deixa que aconteça naturalmente"*

Um dos técnicos solicita o alojamento conjunto, tal como já aconteceu em outro JEBs, para viabilizar a naturalidade da integração (medida já sugerida também por estudantes de atletismo e natação)."

Ressalta também, o mesmo coordenador a relevância do encaminhamento pedagógico da arbitragem para atuar junto à formação da juventude no esporte, bem como essa ação educativa junto às torcidas. Sugere medidas operacionais como reuniões periódicas durante o evento já viabilizadas **em** sua modalidade com sucesso.

As controvérsias até então evidenciadas permitem extrair o impacto que as medidas adotadas nos XVIII JEBs que visam a reorientação do esporte na escola para a educação do cidadão, causaram nos diferentes segmentos que participaram dos XVIII JEBs. Pelas interpretações pode-se perceber que:

a) a premiação coletiva, contida no princípio da cooperação foi o ponto de mais alta resistência, na maioria dos esportes individuais e nos coletivos, exigindo alterações em sua operacionalização;

b) o princípio da participação ficou no geral com uma baixa resistência, rejeitado apenas pelo atletismo e ginástica;

c) a co-educação, aceita sem nenhuma resistência pela natação, capoeira, nação indígena, foi controvertida entre os esportes coletivos, apresentou alta resistência por parte do atletismo e ginástica;

d) os princípios de co-gestão e integração apresentaram baixa resistência, no entanto sua prática evidenciou satisfatoriedade entre os estudantes que participaram das atividades que ativaram os princípios;

e) há entraves na comunicação que circula entre os participantes dos JEBs, dificultando a apreensão pelos diferentes segmentos dentro de algumas delegações;

f) a operacionalização dos princípios sócio-educativos causou impacto entre os participantes, gerando controvérsias e discussões que variaram do compromisso com um esporte educacional com caráter emancipador a um esporte tradicionalmente identificado com valores e códigos formais institucionalizados.

V. OUTROS REGISTROS DO EVENTO - ANALISE DE CONTEÚDO -

Examinando os registros do evento, pode-se perceber que o comparecimento de 100% das representações estaduais estudantis ao evento, denota um indício de satisfatoriedade quanto às inovações propostas segundo uma orientação educacional do esporte voltado para a formação da cidadania e do lazer. Entretanto, esse comparecimento, por si só, não garante essa satisfatoriedade, já que tal reação pode variar desde o engajamento na idéia até o puro e simples cumprimento da medida.

Após a análise do Regulamento Geral e das Modalidades do XVIII JEBs no que concerne à organização de provas e modalidades pode-se perceber que 100% delas estiveram orientadas segundo os princípios sócio-educativos de participação e cooperação, 53,84% ativaram o princípio de co-educação e 46,15% oportunizaram a integração sob a forma de torneios, cursos e conferências com a participação dos diferentes segmentos, acontecendo de acordo com o planejado. Os desvios acontecidos foram corrigidos em Congressos Técnicos, guardando, portanto, 74,99% de congruência com o previsto (anexo 10). O princípio de co-gestão foi atendido nas Comissões de Ética e de Alunos.

Em relação à distribuição das equipes por modalidades coletivas, a análise das súmulas e relatório da Comissão de Ética, revelou apenas um único caso de infração, evidenciando, assim, no atributo da congruência, nenhuma resistência à inovação.

A análise dos relatórios da Direção Técnica e dos Coordenadores de Modalidades dos XVIII JEBs revelou:

a) aceitação dos princípios;

b) que a organização, a despeito de dificuldades de ordem técnico-operacional no que se refere principalmente a local, material, transporte e limitação de recursos humanos de algumas modalidades, não mediou esforços para superá-las conforme suas possibilidades (relatório coordenador de modalidade);

c) entrosamento adequado entre Direção Técnica, DED, SEED, Direção Administrativa, Coordenadores e adjuntos de modalidades *"que não mediram esforços para que tivéssemos uma competição dentro das normas técnicas exigidas"* (relatório Direção Técnica);

d) adaptação da equipe de arbitragem às alterações ocorridas — *"... tivemos um grupo totalmente homogêneo em todos os aspectos, seja de caráter técnico, como também ético e educativo"*... (relatório Direção Técnica). Esse segmento, segundo o relatório de um dos coordenadores de modalidades tem *"função muito maior que a de simples juizes dos jogos ... e sim de assumir uma postura e função maiores quais sejam de orientadores e condutores da partida mediante uma postura didático-pedagógica..."*;

e) aprovação e manutenção da premiação de quarto lugar;

f) necessidade de revisão da regulamentação da menção honrosa (ver relatório Direção Técnica);

g) oportunismo de alguns técnicos e dirigentes, que descomprometidos com os aspectos educacionais desses XVIII JEBs, tentaram aproveitar-se de situação não esclarecida no regulamento técnico;

h)que a formação em Educação Física deve ser prioritária, se não imprescindível devido à ausência, em algumas modalidades, de profissionais graduados para atuar como coordenadores técnicos, adjuntos e árbitros, a fim de assegurar a ação pedagógica no rumo da orientação dos JEBs como esporte educacional;

i) manutenção da Comissão de Ética com a participação dos diferentes segmentos, de modo igualitário, sugerindo sua composição permanente.

A interpretação da relação entre princípios sócio-educativos, regulamento geral e relatórios, conduz esta Comissão a afirmar que os atributos de congruência e produtividade aqui analisados apresentaram padrões aceitáveis na dimensão de satisfatoriedade do processo de implantação das inovações nos XVIII JEBs.

O desenvolvimento das ações complementares, planejadas para assegurar que, na prática, fossem viabilizados os princípios orientadores que garantiriam a efetividade dos instrumentos de ação ante a discussão do esporte como educação, podem ser considerados como ações que contribuíram para ampliar a percepção de dirigentes, técnicos, árbitros e estudantes sobre as alterações implementadas.

As reuniões entre SEED/MEC e dirigentes estaduais podem ter facilitado o comparecimento de 100% das representações; os Congressos Técnicos das diferentes modalidades certamente asseguraram ajustes necessários nos regulamentos; a Comissão de Ética e as atividades de Integração, asseguraram os princípios de co-gestão (co-responsabilidade), cooperação e integração.

A comunicação oficial dos XVIII JEBs, veiculada pelos onze Boletins Informativos, foi rigorosamente distribuída diariamente, em horário matutino, em quantidade adequada, fazendo uso de linguagem clara e objetiva, cuidando de, em caso de erros, corrigi-los imediatamente, no Boletim posterior. A comunicação inovadora nestes XVIII JEBs ficou por conta do JEBEDEU, organizada por uma equipe de jovens orientados por profissionais de comunicação social, registro documentário cujo público-alvo foi o estudante, que pôs em debate além do esporte educacional e seus princípios de organização dos XVIII JEBs, temas como: Voto aos dezesseis anos, AIDS, Democracia, Direitos da Criança e do Adolescente e Sexualidade Responsável.

A observação da prática dessas ações complementares e a análise do conteúdo dos Boletins Informativos e dos oito números do JEBEDEU permitem a Comissão de Avaliação dizer que essas ações foram aceitas no atributo de congruências, ficando a produtividade para ser analisada, juntamente com as interpretações dos dados dos questionários e das entrevistas.

V.1 — As Comissões de Alunos e de Ética — O Princípio da Co-Gestão —

"Nós acreditamos na mudança ...".
(comissão de alunos)

As Comissões de Alunos e de Ética foram idealizadas para viabilizar o princípio da co-gestão, proporcionando aos estudantes/atletas oportunidades de, por meio de participação desenvolver a responsabilidade, isto é, a prática de dialogar, criticar e intervir em decisões junto à administração, "para obtermos um crescimento integrado, onde indivíduos autônomos possam participar do exercício

livre da cidadania". Entretanto, a comissão de alunos, embora com um comparecimento total de representações de dezoito Estados, teve um comparecimento médio de representantes de oito Estados, somente seis dessas delegações, estiveram presentes em mais de 50% das reuniões, num total de cinco.

Do ponto de vista da Coordenadoria da Comissão, os professores não conseguiram entender a importância da co-gestão. A maior dificuldade ficou por conta da falta de tempo dos alunos para participar, uma vez que estavam sempre envolvidos com treinamentos, jogos e outros eventos. Além disto, as comissões foram instaladas e avançaram bastante em seus trabalhos, sem que houvesse oportunidade de integrar os estudantes antes do início do evento, carecendo, portanto, de uma orientação pedagógica mais consistente.

A nível do segmento dos professores-responsáveis/técnicos a reação mostrou-se totalmente favorável à idéia, porém muitos declararam desconhecimento da comissão e outros acharam, tal como apontou a coordenadora, que houve incompatibilidade entre os horários de reunião e **as** atividades esportivas.

Todos os alunos mostraram-se favoráveis à idéia, mas a maioria também desconhecia a existência de tal possibilidade de participação, e somente os que vivenciaram a experiência, puderam usufruir do espaço que lhes foi dedicado para reflexão sobre sua própria condição e a do esporte **que** praticam.

Após discutir a Carta dos Estudantes, os princípios sócio-educativos que orientaram os XVIII Jogos Escolares Brasileiros, sugeriram à **Carta de Princípios do Esporte na Escola:**

- a) garantia de espaço para encontro e discussão de problemas dos alunos, tanto **nos** JEBs co/no nos Estados;
- b) participação de todos nas comissões e na Conferência, que deve permanecer;
- c) discussões anteriores aos JEBs, com os atletas para que se tomem resoluções conjuntas com os outros segmentos e diferentes modalidades, que seriam enviadas por relatório, ao órgão competente, com representantes dos estados, em reuniões nacionais;
- d) premiação individual e por equipe nos JEBs; (contagem de pontos tanto no coletivo como no individual);
- e) o estado responsabilizar-se pela atualização do Professor de Educação Física e por sua adequada formação em relação ao conhecimento integral (global) do indivíduo — "para evitar erros graves; os professores não atualizados ensinam coisas desatualizadas" (**estudantes**) ;
- f) valor igualitário da decisão dos alunos à dos outros segmentos.

Essa medida inovadora, com intenções pedagógicas emancipadoras, logrou um êxito qualitativo em relação à formação política do futuro cidadão, como se pode apreender da fala dos estudantes, não alcançando, porém, a maioria dos participantes dos XVIII JEBs.

Apenas a Comissão ética teve condições de respeitar e aceitar a participação dos alunos em suas reuniões; visando a reflexão sobre os atos de infração.

"Os pareceres emitidos por aquela comissão tiveram via de regra, um caráter de orientação".

O aspecto mais significativo da comissão, além da ação integrada de todos os segmentos, segundo o coordenador foi *"oportunizar, aos envolvidos nas ocorrências, um momento para o repensar e redimir-se publicamente de seus atos"*. Foram debatidas apenas doze ocorrências, num total de sete reuniões.

I Dentre os segmentos, os que mais estiveram presentes foram os chefes de delegação, e os

que menos compareceram foram os árbitros. Também a ausência de alunos quando se fez notar, se deu em função do pequeno espaço de tempo entre a convocação e a sessão, o que levou esses alunos a sempre justificarem suas ausências manifestando a preocupação com a responsabilidade assumida.

Todos os participantes dos XVIII JEBs foram unâimes em aprovar a idéia da Comissão de Ética e alguns coordenadores de modalidade sugeriram a necessidade de fixar os elementos dessa comissão para evitar discrepância nos critérios de julgamento. Esse argumento é revidado pelo coordenador da comissão, uma vez que a rotatividade oportunizou o exercício da participação e a experiência humana de colaborar na solução dos impasses a um maior número de pessoas, atendendo à finalidade pedagógica para a qual foi criada.

Na percepção do coordenador da comissão, "os estudantes ainda estavam acanhados de participar, pareciam até um pouco constrangidos em emitir parecer não só sobre seus pares mas também sobre pessoas que tradicionalmente sempre lhes foram superiores". Entretanto, o uso desse espaço político mesmo sendo satisfatório, por que "professores e dirigentes se mantiveram naturais, indiferentes quanto a facilitar ou dificultar a ação dos alunos ...", o Coordenador da Comissão de Ética lamenta que o uso do espaço não foi pleno por ausência de tempo para discutir mais sobre a importância da participação do estudante.

Sintetizando o pensamento dos diferentes segmentos que se manifestaram sobre a co-gestão, as palavras da coordenadora da comissão são congruentes com as idéias da SEED/MEC:

"Considerando que os JEBs/89 representaram o rompimento necessário para implantação de uma proposta transformadora gerando debate, e considerando que essa proposta só se concretizará efetivamente a partir de unidades básicas", sugere que,

"o envolvimento do aluno comece a ser estimulado imediatamente, através da participação em suas próprias organizações, como grêmios ou comissões criadas para este fim, com realização de eventos menores, a nível de escola, cidade ou UF, gerenciados por estudantes que seriam posteriormente trazidos à organização de eventos nacionais".

Como se pode desvelar, pelas limitações das ações dessas comissões, o verdadeiro argumento oculto parece ser a dificuldade de ultrapassar a tradição de um esporte que sempre foi predominante rendimento físico, hierárquico e codificado, para um esporte com caráter educativo integral do jovem, que, sem descaracterizá-lo, re-orienta-o com vistas a emancipação. Dentre os argumentos de ordem administrativo-organizacionais que puderam ser evidenciados, o mais poderoso é o vazio de comunicação entre as infrações veiculadas pelo Regulamento e Boletim Oficial da Coordenação e o alcance aos diferentes segmentos dentro das delegações, bem como a alegação de concomitância de horários que foram deixados livres e, na realidade, usados por muitos para treinamento. Outro argumento dessa natureza foi a distância entre alojamentos e C. C. O., dificultado pela falta de disponibilidade do transporte para esses poucos estudantes.

Considera-se, pois, que a participação em comissões, segundo o princípio da co-gestão, foi uma medida aceitável, necessitando, porém, de alterações de ordem administrativo-organizacionais e principalmente, ter seu valor discutido junto ao Esporte na Escola pelos diferentes Estados nos segmentos dos árbitros, dirigentes, professores, técnicos e estudantes, com vistas à formação do jovem para a cidadania e o lazer.

VI. CONCLUSÕES

Pode-se considerar que os princípios e as medidas propostas representam uma opção radical em favor da perspectiva emancipadora para o esporte na escola. Certamente, tal radicalização não pode perdurar, a não ser enquanto uma estratégia conscientemente traçada para gerar um questionamento da linha tradicional, tão profundamente enraizada em nossas escolas e, portanto, resistente ao confronto com propostas moderada ou levemente inovadoras. Sob este aspecto, a estratégia teve êxito pleno, pois parece ter havido a crítica ao já estabelecido e o confronto deste com o novo, criando-se um impulso poderoso para a revisão dos fundamentos e das consequências pedagógicas da prática do esporte na escola.

Uma vez revitalizada a discussão que a SEED pretendia levar ao meio educacional, seria talvez o momento de atenuar a estratégia geral de ação e reaproximar as tendências ora postas em confronto. A análise dos dados revelou, porém, que haveria precipitação ao se abandonar a estratégia adotada, julgando-se assegurada de forma irreversível a continuidade do processo de mudança na prática do esporte na escola.

É verdade, por um lado, que princípios e medidas foram aceitos, merecendo apenas alguns reparos que sugerem a soma dos benefícios da nova forma de organização e disputa dos JEBs com as vantagens advindas da forma anteriormente adotada. Por outro lado, contudo, esta aceitação pareceu situar-se mais com uma ausência de significativa resistência às mudanças do que, necessariamente, como uma opção consciente pelo novo. A população investigada demonstra aceitar o **discurso** da mudança e mesmo a sua prática, desde que isso não altere as bases tradicionais: admite-se a valorização do coletivo, desde que, primordialmente, esteja assegurado o prêmio ao individual; apóia-se a democratização como forma de aperfeiçoar **tecnicamente** as competições. É possível inferir, portanto, que a necessidade do confronto não está suficientemente preenchida, uma vez que a questão fundamental não é a aproximação diplomática entre tendências que se opõem nem a soma de todas as vantagens, mas escolher, priorizar propostas, assumindo integralmente seus benefícios e seu ônus.

Neste sentido, cabe manter e, talvez, intensificar a estratégia de afirmar radicalmente o novo, levando a um movimento que ultrapasse o nível do discurso — tão esvaziado de compromisso real no meio da Educação — e revele fundamentos e valores que sustentam a prática do esporte na escola e sua ligação com o povo e o país que se deseja construir de fato e de direito.

Cabe-nos, portanto, sugerir à SEED/MEC informações úteis como alternativas que viabilizem tomadas de decisões:

a) quanto às inovações implantadas no JEBs:

Decisão	Sugestões/Comentários
D1 —Continuar tal como nos XVIII JEBs	. Tais medidas parecem estar inviabilizadas porque a primeira (D-1) seria radicalizar uma proposta cujos dados avaliativos sugerem alteração e as seguintes (D4) e (D5) estão impossibilitadas pela deflagração do processo reflexivo acerca dos reais propósitos e compromissos que devem orientar o esporte na escola como educação para a democracia.
D4 — Suspender	
D5 — Substituir as inovações	
D2 — Acentuar as inovações	<p>. Orientar a organização dos JEBs pelas recomendações da Carta Brasileira do Esporte na Escola.</p> <p>. Divulgar os resultados da avaliação entre os diferentes segmentos participantes dos JEBs; tal procedimento seria caracterizado como iniciativa séria, transparente e democrática.</p> <p>. Viabilizar o alcance da comunicação a todos os segmentos participantes, dentro das delegações, veiculando, além dos informativos oficiais e o JEBEDEU, outros procedimentos como visitas, entrevistas informais, pequenos encontros e reuniões, murais, refeições nas delegações, etc...</p> <p>. Divulgar em tempo hábil critérios para seleção de professores (técnicos, árbitros, dirigentes e coordenadores) e estudantes (atletas) adequados e coerentes com a proposta de um esporte educacional veiculada nos JEBs.</p> <p>. Ativar em 100% das modalidades e provas de competição o princípio da participação (que contém as idéias de cooperação, co-educação, co-gestão e integração).</p> <p>. Preparar, com antecedência, todas as Comissões para receber e orientar os estudantes, ativando a idéia da co-gestão.</p> <p>. Alojar em conjunto todas as delegações para fortalecer o princípio da integração.</p> <p>Viabilizar com racionalidade o transporte das delegações de modo a oportunizar e garantir a freqüência às atividades sócio-culturais bem como a participação em Comissões.</p> <p>. Selecionar equipe administrativa para atuar na C. C. O., de compromisso com a educação emancipadora e competência, tal como a que agilizou os XVIII JEBs,</p>

Decisão

Sugestões/Comentários

D3 — Modificar as inovações

. Rever a premiação coletiva, contida na idéia da cooperação.

Rever a operacionalização da co-educação, fazendo valer o princípio em todas as modalidades, acentuando a congruência.

Efetivar as atividades de integração em todas as modalidades de competição.

Rever a idéia de participação de campeões nacionais e integrantes de seleção nacional, orientando seu desempenho a outras funções ou encaminhando a outra organização de Jogos a ser discutida e criada.

. Alterar horário de reuniões das Comissões de Alunos e de Ética, evitando coincidir com horários de treinamentos, jogos, atividades sócio-culturais e Conferência.

Rever horários e distribuição de competições noturnas.

. Viabilizar procedimentos **que** favoreçam a educação para o lazer físico e esportivo tais como vídeos, palestras, artes cênicas, exposições, caminhadas, travessias e outras, durante os JEBs, favorecendo o esclarecimento da importância do exercício físico na sociedade moderna e suas relações com o meio ambiente, e evitando a visão reducionista de que apenas a oportunização da prática viabiliza a educação para o lazer.

Introduzir também na programação sócio-cultural, espaço para festivais de danças folclóricas, populares, música, poesia e folguedos e outros para fortalecer a integração.

b) quanto à efetividade da discussão sobre o Esporte na Escola

Decisão

Sugestões/Comentários

D₁ Continuar
D₄ Suspender
D₅ Substituir

. **Não se aplicam ao caso.**

D2 — Acentuar

. Viabilizar a divulgação (distribuição e discussão) da Carta Brasileira do Esporte na Escola.

. Fomentar, de modo contextualizado, encontros, seminários e discussões sobre o Esporte na Escola com a participação de estudantes (atletas e não atletas) e professores (técnicos, árbitros, dirigentes esportivos e educacionais) pelas diferentes regiões do País com vistas a favorecer-lhes a conscientização.

D2 — Acentuar

. Fomentar a produção científica, técnica, literária e artística sobre o tema Esporte na Escola, sob a forma de prêmios e/ou financiamentos, bem como garantir-lhe publicação e divulgação.

Fomentar a produção de material instrucional, sob a forma de vídeo, que sugira, reflexões sobre o Esporte na Escola, comprometidos com a educação para a cidadania e o lazer, sua ética, seus princípios orientadores e formas de ação, distribuindo esse material pelas unidades de ensino.

. Divulgar os resultados da Avaliação dos XVIII JEBs, fomentando um fórum de debates com a participação de estudantes (atletas) e professores (técnicos, árbitros e dirigentes).

Elaborar, promover, coordenar, e avaliar políticas de formação de recursos humanos (árbitros, técnicos e dirigentes) para atuar junto ao Esporte na Escola comprometido com a Educação para a Democracia, em convênio com as Universidades onde haja Curso de Graduação em Educação Física.

. Concentrar os esforços da discussão sobre o Esporte na Escola nos segmentos dos técnicos e árbitros em função do potencial desses segmentos na conjuntura de ação.

. Apoiada nas discussões efetivadas, pelas regiões, formular, promover, coordenar e avaliar uma Política de Esporte na Escola com vistas à Educação para a Democracia.

D3 — Modificar

. Dar efetividade à Conferência Brasileira do Esporte na Escola durante os JEBs, alterando o período de realização de modo a não coincidir com as competições e treinamentos, garantindo espaços aos diferentes segmentos para exposição e discussões de problemáticas específicas, sem perder a integração entre eles.

BIBLIOGRAFIA

- Abramowicz, Mere. (1980). O impacto de um projeto de avaliação de tipo iluminativo sobre um sistema educacional. São Paulo. **Educação e Avaliação**, (n.º 1) p. 48-53.
- Bardin, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Portugal, Edições 70. Comissão de Avaliação Institucional (março/89). II Teste da Metodologia — relatório preliminar. Universidade de Brasília.
- De Landsheere, G. (1976). **Introduction a la recherche en education**. Paris: Armand Colin-Bourrelier.
- Demo, Pedro (1987). **Avaliação qualitativa** — São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Durhan, E. R. (1978). **A reconstituição da realidade**. Ensaios 54. São Paulo. Ed. Ática.
- Goldemberg, M. A. A. & Souza, C. P. de. (1979). **A prática da avaliação**. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Hagquette, T. M. F. (1987). **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis. Ed. Vozes.
- Malvezzi, Sigmar. (1981). A avaliação no processo decisório. São Paulo. (n.º 2) p. 131-139. **Educação e Avaliação**.
- Martins, J. & Bicudo M. A. V. (1989). **A pesquisa qualitativa em psicologia — Fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Editora Moraes: EDUC - Editora da PUC/SP.
- Martins, J. & Bicudo, M. A. V. (1989). **A pesquisa qualitativa em Psicologia — Fundamentos e Recursos Básicos**. São Paulo. Editora Moraes Ltda.
- Menga, L. & André, M. (1986). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.
- Millman, J. (1975). Selecting educational researches and evaluators. **ERIC Clearinghouse on tests, measurement and evaluation**. ETS, Princeton, New Jersey.
- Parlebas, P. (1986). **Perspectivas para una educación física moderna**. Málaga: Junta de Andalucia-Universidade Internacional.
- Parlebas, p. (1988). **Elementdel Sociologie**. Málaga: Junta de Andalucia - Universidad Internacional.
- Parlett, M. & Hamilton, S. (1975). L'évaluation **iluminative**. Instituú Internaciona de Planification de l'Education. Paris.
- Phillips, P. C. (1974). Pesquisa social. Rio de Janeiro, Agir.
- Saul, Ana M. (1988). **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Selltiz, Wrightsman & Cook. (1978). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU (1).
- Serafini, O. (1981). Indicadores avaliativos de la distancia evaluativa: coeficientes y congruencia simples y ponderada. Brasília.
- Stake, R. E. (1983). Pesquisa qualitativa/naturalista — problemas epistemológicos. **Educação e Seleção**, (7), p. 19-27.
- Stufflebeam D. L. et al. (1971). **Educational evaluation and decision making**. Itasca, Illinois, F. E. Peacock.
- Thiollent, M. J. M. (1984). Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 49.
- Vianna, H. M. (1982). Avaliação educacional — problemas gerais e formação do avaliador. **Educação e Seleção** (n? 5), p. 9-14.

ANEXO 1

PLANO DE AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE INOVAÇÕES NOS XVIII JEBs - 1989

INTRODUÇÃO

A importância da avaliação como área de investigação científica vem se constituindo em forma de preservação da qualidade das decisões que devem ser tomadas quando da aplicação de investimentos sejam de ordem financeira ou de idéias, visando a promoção da eficiência do processo que se deseja desencadear (Vianna, 1982).

Freqüentemente confundida com pesquisa ou apenas identificada com procedimentos de medida, a avaliação educacional, diferente disso, busca, a partir também de investigação científica, descrever um fenômeno, identificar as prováveis causas que aí intervêm, julgar seu valor ou utilidade, a qualidade das relações entre as variáveis consideradas mais relevantes para a compreensão do fenômeno que está sendo investigado, centrando seu interesse em produzir alternativas que viabilizem as tomadas de decisões, podendo oferecer contribuições significativas para a concretização das mudanças educacionais que se deseja alcançar.

Assim sendo, a SEED/MEC diante das alterações que realizou na organização dos XVIII JEBs, houve por bem submeter essas alterações aos procedimentos de uma avaliação com especialistas da área, como forma de garantia da eficiência das ações promovidas.

O trabalho da Comissão de Avaliação, considerando suas funções específicas para a elaboração do modelo teórico, tratou de ser sensível à natureza do problema a ser investigado, de identificar os recursos disponíveis e a sua própria situação pessoal, com vistas a dimensionar o planejamento da avaliação, evitando possíveis inadequações que pudessem conduzir a falsas alternativas para decisões. Para tal, tratou de levantar informações sobre os JEBs e suas alterações, analisar possíveis implicações de avaliações já realizadas anteriormente sobre o evento, elaborar e desenvolver planejamento apropriado, interpretar, concluir e apresentar relatório discutindo o resultado da avaliação e, objetivando o êxito do programa avaliativo, segundo Millman (1975), desenvolver relações interpessoais adequadas ao funcionamento do grupo de avaliação e do grupo administrativo dos XVIII JEBs.

O plano de avaliação orientou-se pelas questões: (a) o quê avaliar?; (b) para quê avaliar? e (c) como avaliar? **A. O QUÊ AVALIAR?** A etapa inicial levou a Comissão a colocar a problemática da avaliação, de acordo com a solicitação da SEED/MEC, e definir as investigações que se sucederiam para lograr o êxito do estudo avaliativo.

Percebeu-se, mediante encontro com o Secretário da SEED/MEC e análise do conteúdo do artigo — JEBs: da Reprodução do Esporte de Rendimento ao Sentido Educativo, **Tubino (1989)** que o objeto da avaliação seriam as inovações dos XVIII JEBs, orientado pelas questões:

(a) o grau de implantação das inovações no evento é satisfatório no que se refere a detectar o nível de relação existente entre princípios e ação? (b) o impacto das inovações pode predizer a efetividade da discussão do esporte na escola como educação?

ANALISANDO O PROJETO DOS XVIII JEBs ...

1. Orientações da Inovação (pressupostos do problema):

- (a) Orientar o evento no sentido educacional do esporte como formação para a cidadania e o lazer;
- (b) privilegiar os aspectos do esporte como fato social, destacando e valorizando o coletivismo através da participação, cooperação, co-gestão (co-responsabilidade), co-educação e da integração;
- (c) ressaltar a perspectiva do direito do indivíduo a existir como pessoa, garantindo-lhe espaço que lhe favoreça a palavra, a justificativa (**defesa**) e o poder de decisão;
- (d) orientar a organização por uma lógica predominantemente de solidariedade.

2. A fim de garantir resultados satisfatórios no que se refere a intenções de efetividade da discussão do esporte na escola como educação foram definidos três instrumentos de ação (manifestações):

- (a) Carta Brasileira de Princípios do Esporte na Escola —com a intenção de difundir as mudanças efetuadas e iniciando uma reflexão proveitosa sobre o tema;
- (b) Avaliação dos JEBs por especialistas condizente com os princípios de referências estabelecidos, visando detectar o nível de relação existente entre os princípios e ação (**a qualidade da apreensão dos mesmos**);
- (c) I Conferência Brasileira do Esporte na Escola com vistas à reflexão sobre as experiências desenvolvidas no esporte na escola (**ver objetivo da I conferência**).

3. Resultado esperado — a médio prazo:

"Apenas ser reconhecido como uma manifestação legítima e inconfundível de esporte educacional" (Tubino, 1989).

4. A efetividade dos instrumentos de ação planejados, isto é, a capacidade de assegurar os resultados esperados, depende do desenvolvimento de ações complementares que foram delineadas posteriormente:

Reunião entre SEED/MEC e Dirigentes Estaduais .
Congresso Técnico . Comissão de Ética . Torneio de
Integração . Registro Documentário (**JEBEDEU**) .
Boletim Informativo

DELIMITAÇÃO DOS ASPECTOS (OU ELEMENTOS) A SEREM AVALIADOS:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Qual o objeto específico a ser enfocado no modelo de avaliação? | <p>Comentários</p> |
| <ul style="list-style-type: none"><ul style="list-style-type: none">a) apenas os resultados das inovações introduzidas nos JEBs: | <p>a) pressupõe comparação <i>ex-ante</i> e <i>ex-post</i>, o que não seria possível em função da historicidade (divulgação prévia dos pressupostos que traria um grupo já contaminado pela inovação), e do pressuposto dominante identificado com esporte de rendimento, institucionalizado; é insuficiente.</p> |
| <ul style="list-style-type: none"><ul style="list-style-type: none">b) apenas durante o processo de implantação dos instrumentos de ação definidos no projeto: | <p>b) mais relevante, mas insuficiente; porém a mais viável em função de prazo, custo e recursos humanos disponíveis:</p> <p>. pode clarificar o processo pedagógico da implantação demonstrando através da medida de variáveis de processo a explicação e predição da discussão do esporte na escola como educação;</p> |
| <ul style="list-style-type: none"><ul style="list-style-type: none">c) avaliar processo e produto. | <p>c) mais abrangente; inviabilizada por razão de tempo.</p> |

SUGESTÃO PARA DECISÃO:

Objetivo específico da avaliação:

- Alternativa (b)
- Avaliação em processo, dos instrumentos de ação propostos para o Projeto dos XVIII JEBs, visando detectar a qualidade da apreensão dos princípios, bem como predizer a discussão do esporte na escola como educação.

ATRIBUTOS DO OBJETO A SER AVALIADO PARA INDICAR SATISFATORIEDADE:

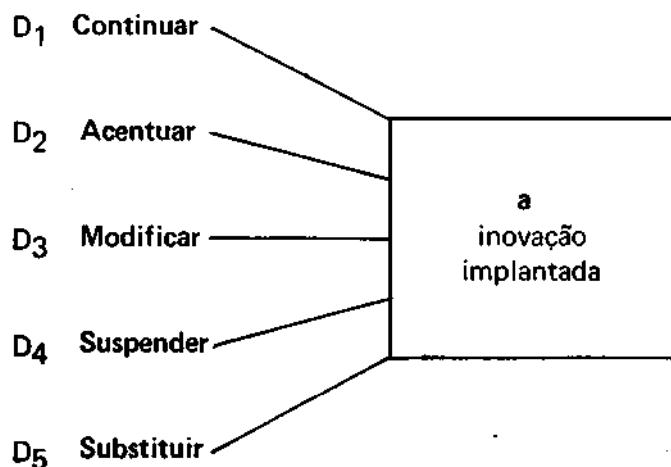
- **Congruência** (verificar se a execução acontece de acordo com o planejamento).

- **Produtividade** (é revestida de características desejáveis quanto ao investimento em termos de esforço, tempo e custo).

A produtividade será interpretada segundo níveis de resistência às mudanças, categorizadas em: nenhuma, baixa, moderada e alta resistência.

B. PARA QUE AVALIAR?

Controlar a qualidade da implantação da concepção orientadora dos XVIII JEBs; fornecer informações úteis capazes de auxiliar a SEED/MEC a tomar decisões a respeito dos instrumentos de ação definidos no Projeto JEBs.



C. COMO AVALIAR?

(definindo investigações)

— Elementos a serem considerados:

- **Objetivos da Avaliação:** detectar a qualidade da apreensão dos princípios, veiculados nos XVIII JEBs.
 - . predizer a efetividade da discussão sobre Esporte na Escola.
- **Função da Avaliação:** aperfeiçoar decisões a respeito dos JEBs e dos instrumentos de ação (Carta; Avaliação; Conferência).
- **Amplitude Administrativa de Decisões da própria SEED/MEC:** o que lhe permite elaborar programas de ações políticas junto aos diferentes estados, permitindo-lhe fomentar o movimento de reflexão do esporte na escola.
- **Potencial de recursos humanos:** (em número; de qualificação técnica). A SEED/MEC pôde contar para execução da avaliação com:
 - . 3 especialistas em Avaliação Educacional
 - . 1 especialista em Currículo
 - . 1 especialista em Informática Aplicada à Educação Física
 - . 2 representantes da SEED/MEC
 - . 5 auxiliares para coleta dos dados.

OBS.: Todos são professores, sendo 06 de Educação Física e um de Português e Literatura; os 05 auxiliares são os estudantes dos Cursos de Graduação em Educação Física da UnB e **UFRJ**.

— **Pressupostos do Modelo de Avaliação:**

- a) Deve ser uma avaliação no grau de satisfatoriedade do processo de implantação de inovações nos XVIII JEBs.

- b) Deve ser uma avaliação que permita aos responsáveis pelas ações inovadoras decidir com racionalidade e segurança sobre a manutenção, alteração ou eliminação das mesmas.
- c) Deve ser uma avaliação estruturada por um processo semi-controlado de investigação, concebido para responder a problemática especificada e possibilitar uma tomada ulterior de decisões e/ou fluxo de tomadas de decisão no que se refere aos JEBs e ao Esporte na Escola.

— **Características do Modelo:**

- a) Em decorrência do pressuposto a metodologia precisa estar centrada no processo de implantação das inovações, usando como estratégia a avaliação iluminativa que estudará o programa da inovação dos JEBs, como parte integrante do esporte na Escola: como ele está funcionando, como está influenciado pelas diferentes situações que se apresentam; vantagens e desvantagens para os interessados (alunos, professores responsáveis pelas equipes, dirigentes, árbitros ...); consequências inesperadas que podem afetar a inovação (mudar a forma, moderar seu impacto ...); "Os segredos da implantação...".

A avaliação iluminativa, segundo **Parlet & Hamilton** (1972) objetiva fornecer compreensão sobre a realidade estudada em sua totalidade. Verifica o impacto, a validade e a eficácia das inovações. Este tipo de avaliação possibilita identificar como funciona o programa, as possíveis influências, vantagens e inconveniências de seu desenvolvimento.

- b) Em função da necessidade de subsidiar decisões, o modelo deverá ter também uma orientação gerencial em cuja racionalidade está o processo e execução de decisões: (**Stufflebeam, 1971**).

- b.1 — Definir:** identifica informações necessárias; levanta indicação e define padrões de aceitação;
- b.2 — levantar:** coleta, organização e análise de dados.
 - . procedimentos e controle de dados; identificação de estatísticas; estabelecimento de cronograma; indica resposta pela coleta. identifica fontes, instrumentos e cronograma.
- b.3 — fornecer:** organiza a apresentação dos dados de modo a comunicar adequadamente às audiências.
- b.4 — informações —** informações úteis — dados descritivos e/ou interpretativos sobre o projeto.

IDENTIFICANDO AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS ...

Que Informações Buscar?	Dimensão de Satisfatoriedade Congruência Produtividade	Informação Buscada?	Indicador	Dimensão da Indicador	Padrão de Aceitação
Caracterização da Abordagem Político-Filosófica Veiculada no Evento XVIII JEBs	Congruência	Como e com que está identificada essa abordagem nos regulamentos?	Operacionalização dos princípios a nível de regulamentos.	Qualitativo	Presente em 60% dos regulamentos.
Concretização na Prática da Organização – Os Princípios dos JEBs como Manifestação do Esporte Educacional.	Produtividade	Como professores, alunos, dirigentes e árbitros perceberam a inovação nos JEBs no que se refere à orientação educativa para a cidadania e o lazer, aos princípios e à lógica da solidariedade?	Opinião dos diferentes segmentos após a inovação.	Quantitativo	60% de cada segmento no nível moderado de resistência à mudança.
	Congruência	Como se organizaram as provas e modalidades de competição em relação aos princípios?	Relação entre a organização das provas e modalidades e as orientações da inovação.	Qualidade/ Quantitativo	60% dos princípios ativados por modalidade. 60% no geral das modalidades
	Congruência	Como os participantes foram selecionados?	Relação entre seleção dos alunos nas modalidades e as orientações elaboradas pela SEE D.	Qualidade	Predominância de alunos praticantes nas escolas.
	Produtividade	O que os técnicos, alunos e dirigentes consideraram a respeito da organização das modalidades e provas?	Relação entre a consideração de alunos e técnicos e sua adequação	Qualidade	Nível moderado de resistência à mudança
E V E N T O J E B S	Relação entre os princípios e a ação	A. a sua necessidade B. adequação ao que se propõe C. adequação às características dos alunos D. nível de explicitação no regulamento e no Congresso Técnico	Operacionalização e adequação dos regulamentos; (relatório dos Coordenadores)	Qualidade	Adequação e sentido de viabilizar inovação
	Congruência	Como os técnicos desenvolveram (distribuíram) a organização das equipes durante a competição?	Ocorrência em simulas	Quantitativo	30% infrações
			Relato dos técnicos e entrevistas	Quantitativo e Qualitativo	

(Continua)

IDENTIFICANDO AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS ...

Que Informações Buscar?	Dimensão da Satisfatoriedade Congruência Produtividade	Informação Buscada?	Indicador	Dimensão do Indicador	Padrão de Aceitação
Relação entre os princípios e a ação	Congruência	<ul style="list-style-type: none"> Como foram sendo utilizadas as horas/atividades? Qual a carga horária dispensada em treinamentos, atividades livres, atividades recreativas e culturais? 	<ul style="list-style-type: none"> Opinião dos alunos, técnicos e dirigentes Relação entre a carga horária e os princípios 	Qualitativo	<ul style="list-style-type: none"> Participação em atividades extra-competições
	Produtividade	<ul style="list-style-type: none"> Como professores (técnicos), alunos, dirigentes compreenderam a premiação? Quais as dificuldades para a aplicação da atual proposta no que tange ao sistema de premiação? Quais as razões das dificuldades constatadas? <ul style="list-style-type: none"> A. experiências anteriores B. resistência à mudança C. outra. 	<ul style="list-style-type: none"> Relação entre o que a SEED propôs e o que professores, alunos e técnicos perceberam Opinião de professores/ técnicos/direção técnica 	Qualitativo	<ul style="list-style-type: none"> Nível moderado de resistência à mudança
	Produtividade	<ul style="list-style-type: none"> Dirigentes, árbitros, técnicos e alunos que participaram em comissões Quais as necessidades e dificuldades sentidas por dirigentes, técnicos, alunos acerca da orientação para aplicar e desenvolver o sistema de competição? 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório das Comissões 	Quantitativo	<ul style="list-style-type: none"> Nível moderado de resistência à mudança
	Produtividade	<ul style="list-style-type: none"> Opinião de dirigentes, técnicos e alunos 		Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> Nível moderado de resistência por segmento
Efetividade dos Instrumentos de Ação	Predição	<ul style="list-style-type: none"> Qual a efetividade potencial dos JEBs, da Conferência e da Carta no que se refere à discussão, do esporte na escola? (interesse; dificuldade; utilidade para o lazer). Questões de caráter reflexivos sobre o tema. 	<ul style="list-style-type: none"> Opinião dos participantes da Conferência; dos JEBs. Questões de caráter reflexivos sobre o tema. 	Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> Nível moderado de resistência à mudança

ELABORANDO OS INSTRUMENTOS ...

A Comissão de Avaliação utilizou como procedimentos para levantar os dados junto à clientela aplicação de entrevista semi-estruturada tanto individual como coletiva, e um questionário individual para os segmentos: dos alunos; dos professores responsáveis por equipes; professores responsáveis por delegação; e dos árbitros. Para exame dos documentos, regulamentos, relatórios, boletins oficiais e informativos empregou-se a análise de conteúdo no que se refere ao aspecto da congruência.

A entrevista, semi-estruturada (anexo 02), explorou eventualmente o tema apresentado. Realizada tanto de modo individual como coletiva, permitiu simultaneamente reunir informações relacionadas aos XVIII JEBs e observar a conduta das pessoas entrevistadas diante das inovações. Tal procedimento define um processo de interação social entre pessoas, no qual o entrevistador tem por objetivo obter informações significativas.

O questionário (anexo 02) foi dividido em três partes: a 1^a, com o objetivo de medir a compreensão e aceitação, constou de 23 itens, cujas respostas distribuídas segundo uma escala de Likert de 4 pontos, permitiu verificar a natureza da atitude (positiva ou negativa) em relação aos XVIII JEBs e à intensidade de atitude (concordo muito, concordo, discordo e discordo muito).

Foram construídas inicialmente 26 proposições, distribuídas em polaridades positiva (+) e negativa (—) segundo os princípios sócio-educativos e o esporte na escola em geral.

QUADRO 06
DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA 1^a PARTE DO QUESTIONÁRIO
SEGUNDO AS POLARIDADES (+) e (-)

Princípio	UO	Itens	
		Polaridade (+)	Polaridade (—)
Participação	(P)	15	04
Cooperação	(c)	13	01; 26
Co-educação	(Ce)	02; 23	09; 25
Co-gestão	(Cg)	07; 16;20	18;22;24
Integração	(i)	10; 14	08;11;17
Geral	(x)	03;06;21	05;12;19

Essas proposições tiveram seus conteúdos validados por 5 especialistas, sendo analisada a consistência interna e % de acordo entre os especialistas.

QUADRO 07 VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO
DA PRIMEIRA PARTE DO QUESTIONÁRIO

Polaridade*	Item	Especialistas												N.º AC	Constante Item	
		(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
(A)	c	Ce	x	p	x	x	Cg	Cg	Cg	x	Cg	p	Cg	Cg	Cg	Cg
(B)	c	Ce	x	c	x	x	Cg	Cg	Cg	x	Cg	x	Cg	x	Cg	Cg
(C)	c	i	p	p	x	x	Cg	i	x	c	i	Cg	i	Cg	x	Cg
(D)	c	Ce	x	c	x	x	Cg	i	Cg	i	Cg	i	Cg	x	Cg	Cg
(E)	c	Ce	x	p	x	x	Cg	i	Cg	i	Cg	i	Cg	x	Cg	Cg
Resposta Esperada	(c)	(Ce)	(x)	(p)	(x)	(x)	(Cg)	(i)	(Ce)	(i)	(Ce)	(i)	(Ce)	(x)	(Cg)	(Ce)
% acordo	100	80	80	60	100	100	60	80	80	100	60	80	80	100	100	80

Também foi calculado o coeficiente de congruência simples (c) por segmento para verificar em que medida havia coincidência entre a resposta obtida e a resposta desejável, representada pelo valor mais alto da escala no que se refere a cada um dos aspectos que se pretendeu medir. Esse coeficiente (c) pode variar de 0 a 1.

Para interpretação do coeficiente (c) adotou-se:

Valores do Coeficiente	Interpretação
0,85 - 1,0	Congruência perfeita (avaliação do item é positiva)
0,68 - 0,84	Congruência alta (avaliação é positiva, cabendo algumas modificações para aprimoramento)
0,51 - 0,67	Congruência moderada (exige modificações substanciais)
0,34 - 0,50	Congruência baixa (avaliação é negativa; modificação profunda é necessária)
0,17-0,33	Congruência baixíssima (avaliação é negativa; modificações profundas; convém rejeitar)
0-0,16	Congruência nula (avaliação é negativa; deve ser rejeitado).

TABELA 09
DISTRIBUIÇÃO DOS COEFICIENTES DE CONGRUÊNCIA (c) DOS ITENS DA 1.ª PARTE DO QUESTIONÁRIO, POR SEGMENTO

Segm.	Item 01	Item 02	Item 03	Item 04	Item 05	Item 06	Item 07	Item 08	Item 09	Item 10	Item 11	Item 12	Item 13
EST.	0,42	0,77	0,81	0,72	0,65	0,84	0,85	0,80	0,71 0,65	0,78	0,64	0,54	0,66
TEC. DIR.	0,49 0,40	0,68 0,79	0,68	0,76	0,71	0,86	0,33	0,84 0,77	0,74	0,70	0,72	0,66	0,60 0,75
ARB.	0,45	0,79	0,75	0,77	0,80	0,82	0,89	0,70	0,77	0,75	0,67	0,70	0,79

Segm.	Item 14	Item 15	Item 16	Item 17	Item 18	Item 19	Item 20	Item 21	Item 22	Item 23	Item 24	Item 25	Item 26
EST	0,76	0,78	0,82	0,65	0,73	0,59	0,80	0,72	0,55	0,67	0,66	0,69	0,42
TEC.	0,68	0,77	0,83	0,73	0,74	0,70	0,77	0,74	0,61	0,65	0,71	0,71	0,43
DIR.	0,76	0,87	0,81	0,65	0,77	0,70	0,79	0,76 0,73	0,65 0,54	0,70	0,72	0,72	0,52
ARB.	0,70	0,86	0,84	0,66	0,73	0,68	0,77		0,61	0,66	0,70		0,40

Da forma final da 1.ª parte do instrumento foram excluídos os itens 01, 17, 22; item 26, mesmo com (c) baixo, sofreu modificação e foi aproveitado por ser um item negativo que mediou o princípio de cooperação.

A 2^a parte do questionário, composta de dez itens, objetivou medir o grau de aceitação das medidas propostas. Essa parte do instrumento combinou respostas dos tipos fechada e aberta.

As respostas do tipo aberta, bem como os dados das entrevistas associados aos dados quantitativos, facilitaram o controle de qualidade dos dados obtidos, evitando possíveis vieses oriundos dos informantes e até dos próprios avaliadores, garantindo a consistência e a validade das informações.

Essa 2^a parte, tal como a 1.^a, também foi submetida ao mesmo procedimento de validação, sendo calculado o coeficiente de congruência simples de cada item.

TABELA 10
COEFICIENTE DE CONGRUÊNCIA (c) DOS ITENS DA 2^a PARTE DO
QUESTIONÁRIO POR SEGMENTO CONSULTADO

Segm.	Item A	Item B	Item C	Item D	Item E	Item F	Item G	Item H	Item I	Item J
EST.	0,54	0,56	0,81	0,40	0,75	0,55	0,44	0,87	0,49	0,49
TEC	0,68	0,55	0,84	0,41	0,54	0,41	0,48	0,86	0,48	0,41
DIRG.	0,79	0,79	0,86	0,71	0,68	0,57	0,61	0,89	0,25	0,32
ARB.	0,82	0,73	0,91	0,73	0,64	0,45	0,73	1,00	0,27	0,36

A 3^a parte do questionário buscou coletar opiniões e contribuições para a organização dos próximos Jogos. Foram solicitadas respostas fechadas e abertas para melhor apreensão da informação.

A última parte tratou da caracterização do respondente, na qual a maioria omitiu grande parte das informações, obrigando-nos a aceitar apenas aquelas que não interferiam nos resultados conduzindo-nos a interpretações equivocadas.

A AMOSTRA

Para avaliar a implantação da inovação, a Comissão optou por considerar como válida cerca de 70% da população presente ao XVIII JEBs, por já ter participado da terça parte do evento.

A amostra do tipo não-probalística, foi selecionada, por quotas de 40% de cada segmento do universo considerado para responder aos questionários. Foi devolvido um percentual de formulários superior a 70% em quase todos os segmentos, salvo no segmento dos árbitros, cujo retorno foi de apenas 30%. Entretanto, ao considerar-se a totalidade dos 922 respondentes, a mortalidade foi apenas 9,7%.

Dentre os questionários não foram identificadas respostas do Amapá, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Tocantins e Nação Indígena. Entretanto, não se pode afirmar que não fizeram parte da amostra, uma vez que foram distribuídos formulários e que muitos deixaram em branco os dados de caracterização do respondente.

Para as entrevistas, a amostra do tipo não-probabilística, foi intencional e accidental, na medida em que os sujeitos eram convidados a participar após o término de suas competições e foram registrados os casos que apareceram, num total de 148.

Não foram registradas entrevistas das representações de Minas Gerais, Pará e Roraima.

PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO

Após a análise e interpretação, os resultados poderão ser divulgados sob a forma de:

- (a) relatório
- (b) "posters" (síntese)
- (c) divulgação das conclusões por mala direta às diferentes audiências envolvidas
- (d) fórum de debates.

PLANO DA AVALIAÇÃO - XVIII JEBs - ETAPAS DO MODELO -

Introdução

A. Colocação da problemática e definição das investigações (O que avaliar? / Para quê? / Como avaliar?)

B. Orientações para investigação da problemática.

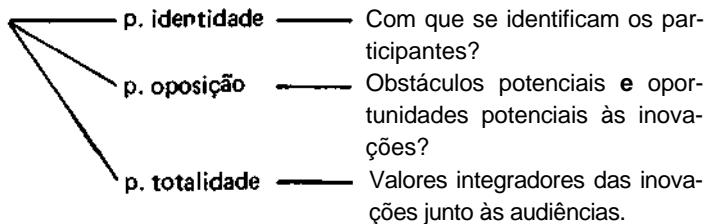
1. Expressão e descrição da realidade, (a)

Os JEBs.

- . Abordagem filosófica
- Caracterização das estruturas sociais e globais do evento. — que grupo social tem maior importância.

(b) Situação da Organização dos XVIII JEBs

- . Os objetivos e seu contexto . Os objetivos que são declarados e os c Os objetivos e as estruturas internas Os objetivos e os métodos utilizados



Quem são? Que formação possuem? Como O corpo de coordenação, técnicos, foram selecionados? Em que acreditam? administradores, árbitros.

Onde se formaram? Escola? Clube? Como foram selecionados? Em que acreditam?

Situação dos estudantes enquanto praticante de esporte.

(c) A Caracterização da Estrutura, Organização e os Pólos de Tensão:

- . A organização atende às necessidades básicas de seus participantes em relação à prática do esporte na escola?

autoridade (legitimação do poder) segredo (ligado à autoridade; à mistificação) dinheiro

- . Tolerância interna ou externa para outros padrões e estilos de conduta em relação às inovações.

Dialética dos grupos:

—formas de integração

—ortodoxias relativas aos problemas de inclusão e exclusão de participantes (indígenas, portador de deficiência física, mulheres)

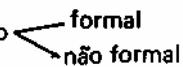
(d) A Caracterização da Estrutura e Mecanismos Internos da Organização:

Processos sociais conflitantes . Processo de redução cognitiva (ocultação da esfera política pela esfera psicológica — distingue o que é emocional do que é político) . Emprego de analisadores para ajudar a revelar a estrutura interna dos grupos: catalizador de pessoas e instituições; pode ser um fato, uma pessoa, uma ação específica, ou um incidente qualquer.

C. A Expressão da Realidade

Chaves de Leitura:

(produtividade) (a) qual é a percepção de alunos, coordenadores, árbitros, técnicos e dirigentes a respeito das inovações implantadas? **(congruência)** (b) o que não andou bem na implantação das inovações?

- relevância social das inovações
- compromissos sociais e políticos
- a estrutura organizacional do evento 
 - formal
 - não formal
- organização do evento
- sistematica de comunicação
- os segredos do evento, (dirige muitas ações; faz parte da cultura do grupo; revelado por vezes em depoimentos).

D. Subsídios para a Construção Coletiva:

Alternativas para tomadas de decisão pela SEED/MEC, quanto à implantação das inovações nos JEBs e quanto à efetividade da discussão do esporte na escola.

ANEXO 2

INSTRUMENTOS DE MEDIDA

XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS

REGISTRO DE ENTREVISTA DATA: /JULHO/89

PRINCIPIO DE PARTICIPAÇÃO

I: Direito/
Obrigaçao de
Competir

PRINCIPIO DE COOPERAÇÃO

I: Campeões por
Equipe
. Titular/Reserva .
Premiação

PRINCIPIO DE CO- EDUCAÇÃO

I: Soma de Pontos
Provas Masc. e
Fem. e Port. Defic.
Física.

PRINCÍPIO DE COG ESTÃO

I: Participação do
Estudante em Todas as
Comissões. Tomada de
Decisão

PRINCIPIO DE INTEGRAÇÃO

I: Constituição de Grupos
Misturados Para
Competir.
Iniciativa/Tomada de
Decisão.

OUTROS: I: . Manutenção/Alteração

da Idéia

CARACTERIZAÇÃO DO(S) RESPONDENTE(S):

- (A) Condição do Participante:
() ESTUDANTE () TÉCNICO () DIRIGENTE () ÁRBITRO () OUTRA
- (B) Estado (UF): _____
- (C) Idade: _____
- (D) Sexo: () **MASC.** () FEM.
- (E) Número de Participações em JEBs: _____

ENTREVISTADOR: _____

XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS

QUESTIONÁRIO

Este questionário é um meio de você expressar sua opinião sobre os JEBs. Para os organizadores destes Jogos suas respostas são de fundamental importância, afinal, a intenção primeira era proporcionar uma experiência positiva para você.

A sua opinião sincera sobre os JEBs é o que mais pesará no momento de avaliarmos esse trabalho.

Uma última coisa, concordamos que este questionário é grande, mas não se espante, logo, você verá que o tamanho se deve à preocupação que tivemos de fazer uma apresentação que permitisse uma leitura clara dos itens, a fim justamente de que você não gaste muito tempo para respondê-lo.

MUITO OBRIGADA,

Comissão de Avaliação.

PRIMEIRA PARTE

INSTRUÇÕES

ASSINALE COM UM X O QUANTO VOCÊ CONCORDA OU NÃO COM CADA UMA DAS AFIRMATIVAS NUMERADAS DE 1 A 28, APRESENTADAS A PARTIR DA PRÓXIMA PÁGINA.

EXEMPLO 1

Se você concorda muito com a afirmativa:

38. É preciso escolher com consciência o próximo Presidente da República.

MARQUE ASSIM:

~~CONCORDO MUITO~~ CONCORDO DISCORDO DISCORTO MUITO

EXEMPLO 2

Se você discorda, mas não totalmente, da afirmativa:

30. Para escolher com consciência o melhor candidato, basta conhecer o passado de cada um.

MARQUE ASSIM:

CONCORDO MUITO CONCORDO ~~DISCORDO~~ DISCORTO MUITO

1. No esporte em que há disputas entre indivíduos e não entre equipes, os esforços individuais devem ser recompensados por uma premiação conferida a quem obtém o melhor resultado.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

2. A ocorrência de competições mistas proporcionou uma troca desejável da experiência e ensinamentos entre os estudantes.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

3. Estes JEBs estão sendo momento de encontro que favorece o relacionamento entre estudantes e professores, onde a integração e o prazer de jogar, com todos participando, é mais importante do que a vitória pessoal.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

4. A participação obrigatória de reservas é negativa porque aumentou o nível de tensão que normalmente já existe na relação entre os integrantes de uma equipe.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

5. O esporte na escola deve considerar em sua prática apenas jogos, modalidades e provas que têm regras e aceitação internacional, mesmo que não sejam populares no Brasil.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

6. A função básica do esporte na escola é sua contribuição para o crescimento social e pessoal dos alunos.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

7. Tomar decisões é uma forma de prática da cidadania, por isto foi importante a participação dos estudantes nas comissões que organizaram os JEBs.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

8. As competições misturando estudantes de diversos Estados estão promovendo significativa integração entre eles.

CONCORDO MUITO

CONCORDO

DISCORDO

DISCORDO MUITO

9. A soma de resultados masculinos com resultados femininos, nas modalidades e provas em que isto não é habitualmente feito, prejudicou o relacionamento entre os estudantes.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

10. A realização de competições organizadas, dirigidas e realizadas pelos próprios estudantes, independentemente do Estado que estejam representando, tem mostrado a necessidade das pessoas agirem em conjunto para que se possa atender aos desejos de todos.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

11. As competições misturando estudantes de diversos Estados apenas transferiu o espírito competitivo para outros grupos.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

12. Estes JEBs estão sendo um momento de encontro de esportistas escolares e técnicos desportivos, em que o mais importante das competições tem sido a superação dos índices de rendimento e o aprimoramento técnico demonstrado.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

13. No esporte na escola a vitória individual só é importante na medida em que contribui para a vitória da equipe como um todo, devendo esta ser a premiada.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

14. A realização de competições organizadas, dirigidas e realizadas pelos próprios estudantes, independentemente da delegação a que pertencessem, possibilitou a aproximação entre os alunos que vieram aos Jogos.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

15. A obrigatoriedade de participação de todos os estudantes que vieram aos Jogos foi positiva porque eliminou os aspectos indesejáveis consequentes da distinção entre titulares e reservas.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

16. A presença de estudantes em comissões encarregadas de dirigir e tomar decisões contribuiu para ajudar os jovens a desenvolver o sentido de responsabilidade e compromisso com sua realidade.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

17. As competições e torneios organizados facilitaram a integração apenas entre os estudantes de diferentes modalidades de uma mesma delegação.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

18. A presença de estudantes em comissões encarregadas de dirigir e tomar decisões atribuiu aos jovens responsabilidades e compromissos prejudiciais a seus desempenhos nos Jogos.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

19. O sucesso do esporte na escola é determinado pelo maior número possível de vitórias em competições escolares oficiais.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

20. O esporte educativo é aquele que estimula o aluno a jogar, mas tomando decisões sobre o por quê, para que e com que regras jogar.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

21. O esporte na escola deve considerar, em sua prática, os jogos, modalidades e provas populares no Brasil, mesmo que não sejam reconhecidos ou praticados internacionalmente.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

22. Os processos decisórios que dão sentido à organização e realização dos JEBs devem ser responsabilidades das autoridades oficialmente estabelecidas.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

23. A soma dos resultados masculinos com resultados femininos, nas modalidades em que isto não é habitualmente feito, proporcionou uma troca desejável de experiências e ensinamentos entre os estudantes.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

24. A presença de estudantes em comissões encarregadas de dirigir e tomar decisões atribuiu aos jovens uma responsabilidade e um compromisso incompatíveis com suas condições.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

25. A ocorrência de competições mistas gerou constrangimento entre os estudantes.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

26. Se, no esporte na escola, uma modalidade ou prova é praticada individualmente, os esforços individuais devem ser recompensados por uma premiação a quem obteve o melhor resultado.

CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
-----------------------	-----------------	-----------------	-----------------------

SEGUNDA PARTE

- I. DÊ A SUA OPINIÃO SOBRE ALGUMAS MUDANÇAS FEITAS NOS JOGOS, ASSINALANDO **SIM**, SE VOCÊ CONCORDA COM A MUDANÇA, OU **NÃO**, SE VOCÊ É CONTRA ELA, E JUSTIFIQUE RESUMIDAMENTE SUA OPÇÃO.

- a. Divisão dos Jogos em 4 tempos.

() SIM

() NÃO

PORQUE. _____

- b. Premiação por equipes.

() SIM

() NÃO

PORQUE. _____

- c. Obrigatoriedade de

todos os

estudantes, que vieram, participarem.

() SIM

() NÃO

PORQUE. _____

- d. Somatório de

resultados

masculinos e femininos.

() SIM

() NÃO

PORQUE. _____

- e. Computação de

resultados dos

portadores de deficiência física.

() SIM

() NÃO

PORQUE. _____

f. Competições com equipes compostas por atletas de Estados diferentes.

() SIM

() NÃO

PORQUE

g. Competições com equipes mistas.

() SIM

() NÃO

PORQUE

h. Direito de todos participarem.

() SIM

() NÃO

PORQUE.

i. Proibição de

participação de

campeões nacionais.

() SIM

() NÃO

PORQUE

j. Proibição de

participação de

integrantes de seleção nacional.

() SIM

() NÃO

PORQUE

II. ASSINALE A OPÇÃO QUE MELHOR EXPRESSA A FORMA QUE VOCÊ CONSIDERA A MAIS JUSTA PARA SELECIONAR ALUNOS PARA PARTICIPAREM DOS JEBs.

() resultados obtidos nas competições oficiais do Estado.

() desempenho nas aulas de Educação Física.

() desempenho nas aulas de Educação Física e resultados em competições estaduais.

() sorteio entre todos os alunos que quisessem participar.

() sorteio somente entre os alunos que fossem atletas.

() outra forma. Qual?

III. NA SUA OPINIÃO, AS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA UM (A)PROFESSOR (A)SER ESCOLHIDO(A) COMO RESPONSÁVEL POR EQUIPE SÃO:

IV. COM RELAÇÃO AO CHEFE DE DELEGAÇÃO, AS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS SÃO:

NO ITEM QUE VEM A SEGUIR (V), VOCÊ PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO, SE ACHAR QUE DEVE.

V. FUI SELECIONADO PARA COMPOR A DELEGAÇÃO DO MEU ESTADO PORQUE:

- tive bom desempenho e/ou resultados em meu clube.
 tire boas notas em tudo e não tenho problema de disciplina na escola.
 já tenho vindo a outros JEBs, e obtido bons resultados.
 o professor responsável pela equipe é meu técnico no clube.
 o professor responsável pela equipe é também meu professor na escola.
 fui vencedor em competições no meu Estado.
 outro motivo. Qual? _____

VI. VOCÊ TEVE CONHECIMENTO DAS MUDANÇAS NO REGULAMENTO DOS JEBs ANTES DE VIR PARA OS JOGOS?

- SIM. COMO? _____
-
-
-

VII. HOUVE MUDANÇAS EM SUAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA POR CAUSA DAS MUDANÇAS NO REGULAMENTO DOS JEBs?

- NÃO.
SIM. QUAL/QUAIS? _____
-
-
-

VIII. NO QUE SE REFERE AO REGULAMENTO PARA OS PRÓXIMOS JEBs, VOCÊ RECOMENDA:

TERCEIRA PARTE

PARA TERMINAR, GOSTARÍAMOS DE SABER ALGUNS DADOS PESSOAIS:

PARTICIPA DOS XVIII JEBs, NA CONDIÇÃO DE:

() atleta

() membro da comissão ()

representante na conferência ()

outra. Qual?

INTEGRA A DELEGAÇÃO DO ESTADO

MODALIDADE(S) DE QUE PARTICIPOU:

() Atletismo

() Handebol

() Basquetebol

() Judô

() Capoeira

() Natação

() Futebol de Campo

() Tênis de Mesa

() Futebol de Salão

() Voleibol

() Ginástica Artística

() Xadrez

() Ginástica Rítmica

() Não partici

PRATICA SUA MODALIDADE COMO ATLETA:

() Federado

() Não federado

IDADE: SEXO: MASCULINO FEMININO

ESCOLARIDADE:

() Primeiro Grau _____ Série

() Segundo Grau _____ Série

SUA ESCOLA:

Pertence à rede:

localizada em:

() particular () capital, zona urbana

() municipal () capital, periferia

() estadual () interior

Número de participações em JEBs: _____ anos

PARTE DIVERSIFICADA PARA SER RESPONDIDA POR TÉCNICOS/DIRIGENTES

IV. COM RELAÇÃO AO CHEFE DE DELEGAÇÃO, AS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS SÃO:

V. VOCÊ TEVE CONHECIMENTO DAS MUDANÇAS NO REGULAMENTO DOS JEBS ANTES DE VIR PARA OS JOGOS?

() NÃO.

() SIM. COMO? _____

VI. HOUVE MUDANÇAS EM SUAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA POR CAUSA DAS MUDANÇAS NO REGULAMENTO DOS JEBS?

() NÃO.

() SIM. QUAL/QUAIS? _____

VIM. NO QUE SE REFERE AO REGULAMENTO PARA OS PRÓXIMOS JEBs, VOCÊ RECOMENDA:

TERCEIRA PARTE

PARA TERMINAR, GOSTARÍAMOS DE SABER ALGUNS DADOS PESSOAIS:

PARTICIPA DOS XVIII JEBs NA CONDIÇÃO DE:

- () técnico
() chefe de delegação
() dirigente
() árbitro
() outra. Qual? _____

NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES EM JEBs.

- como atleta _____ como técnico _____
como árbitro _____ como dirigente _____
como chefe de delegação _____
outra. Qual? _____

SE VOCÊ PARTICIPA DOS XVIII JEBs COMO TÉCNICO, ESPECIFIQUE QUAL É A MODALIDADE: _____

ESPAÇO DE ATUAÇÃO EM QUE CONCENTRA MAIOR NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO:

- () escola da rede particular () clube
() escola da rede pública () academia
() outro. Qual? _____

FORMAÇÃO:

() Licenciatura em _____

() Pós-graduação:

Especialização em: _____

Mestrado em: _____

Doutorado em: _____

() Outra formação: _____

TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA DE FORMAÇÃO: _____ ANOS

ANEXO 3

QUADRO 01 DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PRINCIPIOS DA ORIENTAÇÃO OS XVIII IFRE DOP ESTADÃO

EST.	ITEM A		ITEM B		ITEM C		ITEM D		ITEM E		ITEM F		ITEM G		ITEM H		ITEM I		ITEM J	
	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
AM	12	27	15	27	33	9	14	31	30	10	33	12	15	23	39	1	6	38	18	27
RR	27	17	31	14	36	6	18	24	15	27	13	23	24	12	41	4	27	18	32	13
AC	26	13	21	18	21	17	9	30	27	6	18	18	30	10	30	9	18	18	25	14
RO	3	3	3	2	5	1	2	4	3	2	4	2	1	5	5	1	5	1	5	0
PI	27	2	21	6	30	0	15	15	30	0	23	7	18	12	30	0	15	15	15	15
CE	29	7	21	18	36	2	12	27	39	0	26	10	21	18	36	4	18	21	15	21
PB	6	6	0	12	11	1	6	6	10	2	12	0	9	3	12	0	3	9	3	9
PE	33	30	24	35	57	5	21	30	41	4	36	22	41	22	59	4	15	48	9	57
SE	9	3	12	0	11	1	6	6	3	9	8	4	9	3	10	2	6	6	6	6
AL	15	2	12	6	18	0	15	2	16	2	3	15	9	9	18	0	5	13	3	14
BA	30	17	9	39	42	3	6	36	15	12	11	28	9	28	39	0	10	38	18	27
ES	18	14	18	15	12	18	15	15	26	4	18	8	18	9	20	7	24	6	24	3
SP	9	12	17	4	20	1	18	3	16	2	6	15	15	3	21	6	15	9	18	9
MG	9	3	21	3	14	12	3	24	27	0	8	19	2	22	21	21	0	14	7	12
GO	18	6	15	9	20	4	11	10	16	2	6	12	9	14	22	2	12	12	9	12
DF	12	20	15	21	27	9	18	30	4	18	12	4	29	27	7	9	27	4	31	
MT	3	3	6	3	3	0	4	3	0	1	3	1	4	0	3	0	5	1	3	0
MS	12	15	27	4	24	0	10	17	15	9	15	10	12	12	24	0	13	11	12	12
PR	15	11	24	15	39	0	13	23	30	0	30	4	9	24	33	6	25	14	21	15
RS	30	10	24	21	45	0	16	29	32	7	18	18	12	33	39	1	30	15	39	6
	177	97	171	98	234	50	131	143	202	41	151	106	130	261	12	139	132	126	133	
TOTAL	520	318	507	372	738	139	362	496	623	144	460	346	397	421	789	66	414	459	417	430

*Indivíduos que responderam os itens mas não informaram estado.

**QUADRO 02 DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DA OPERACIONALIZAÇÃO
DOS PRINCÍPIOS QUE ORIENTARAM OS XVIII JEBs. POR MODALIDADE**

MOD.	ITEM A		ITEM B		ITEM C		ITEM D		ITEM E		ITEM F		ITEM G		ITEM H		ITEM I		ITEM J	
	\$	N	\$	N	\$	N	\$	N												
ATL.	18	15	12	21	18	15	6	27	21	12	18	21	12	18	15	21	12	21	12	12
BASQ.	87	45	81	42	126	6	48	72	96	24	57	54	42	75	120	3	108	24	96	27
CAP.	21	6	18	9	24	3	21	6	15	9	9	15	12	9	27	0	12	15	6	15
FUT. CAMP.	24	57	57	27	69	3	33	33	30	18	39	24	42	24	72	0	33	42	24	48
FUT. SAL.	39	39	45	33	57	21	27	51	63	3	45	30	51	27	66	9	24	51	30	48
G.A.	4	2	15	6	15	6	0	21	9	0	21	0	0	16	21	0	21	0	18	3
GRD	0	0	2	1	3	0	0	0	3	1	2	3	0	0	3	2	1	2	0	3
HAND.	132	57	93	90	180	12	69	117	114	39	81	90	66	105	174	3	39	150	72	117
JUDÔ	36	15	12	45	33	12	19	35	36	15	27	18	15	33	35	10	18	36	12	33
NAT.	19	8	21	9	21	9	26	4	20	10	27	0	27	3	30	0	12	18	12	15
TÉN. MESA	12	6	9	6	18	0	13	5	17	1	9	9	12	6	18	0	6	12	6	12
VOL.	66	18	63	39	66	36	27	75	102	3	57	42	39	60	90	15	45	54	51	51
XADR.	6	6	12	9	15	5	12	9	17	4	6	15	15	6	21	0	12	9	16	5
NÃO COMP.	1	2	3	0	3	0	2	1	3	0	3	0	2	1	3	0	3	0	3	0
TOTAL	520	318	507	372	738	139	362	496	623	144	480	346	397	421	789	66	414	459	417	430

* Indivíduos que responderam os itens mas não informaram modalidade.

QUADRO 03 DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DA
OPERACIONALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GUIF ORIENTARAM OS XVIII.IFRs POR SEGMENTO

SEGMENTO	ITEM A		ITEM B		ITEM C		ITEM D		ITEM E		ITEM F		ITEM G		ITEM H		ITEM I		ITEM J	
	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
EST.	420	285	423	318	624	114	294	429	546	99	396	285	330	357	686	54	336	399	342	372
TEC.	57	21	44	37	66	16	31	47	43	29	34	38	36	39	71	6	43	39	44	34
DIRG.	32	10	31	12	36	7	28	15	26	14	24	16	22	21	38	5	27	15	24	18
ARB.	11	2	9	5	12	2	9	4	8	2	6	7	9	4	14	0	8	6	7	6
TOT.	530	318	507	372	738	139	362	496	623	144	460	346	397	421	789	65	414	459	417	430

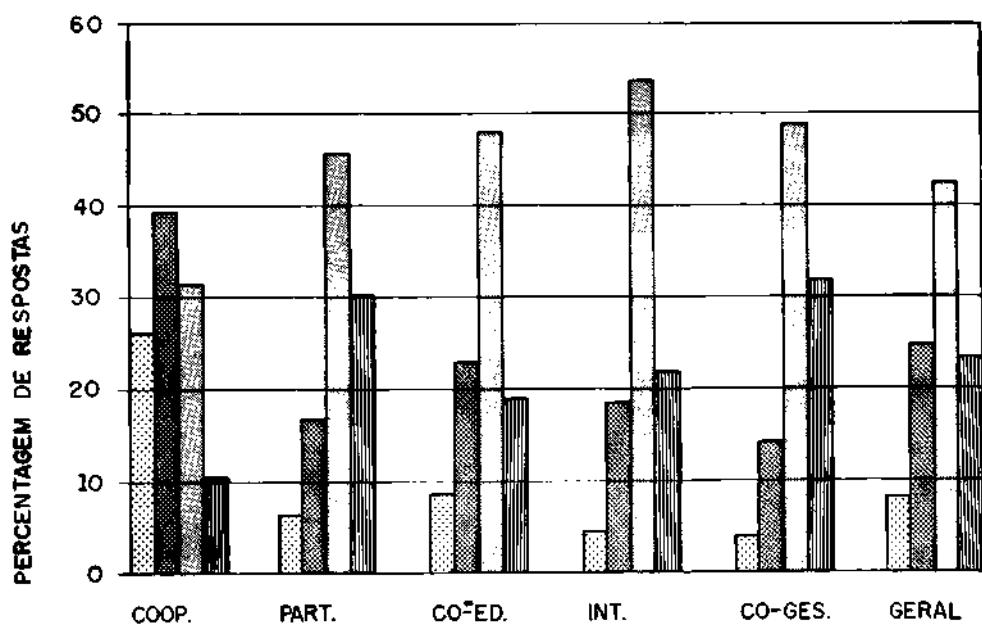
QUADRO 04 DISTRIBUIÇÃO
NOSE ENTRE ENTREVISTADOS DPO II E

Modalidade/ Função U.F.	Atletismo			Natação			Capoeira			G.A.			Handebol			Basq. Cnord. Modai.	Fut. Salão T	Fut. Campo T	Comissão Alunos Coord.	Nação Ind. Dirig.	Médico	TOTAL GERAL		
	T	E	T	E	Coord. Modai.	T	E	T	E	T	E	T	E	T	E									
AC																								
AL																								
AP																								
AM																								
BA																								
CE																								
DF																								
ES																								
GO																								
MA																								
MG																								
MS																								
NI																								
PA																								
PB																								
PE																								
PI																								
PR																								
RJ																								
RN																								
MT																								
RR																								
RS																								
SC																								
SE																								
SP																								
TO																								
Total	09	35	08	13	01	12	16	12	20	01	14	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	148	

ANEXO 4

TABELA 02
DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS PELOS PRINCÍPIOS SÓCIO-EDUCATIVOS
QUE ORIENTARAM OS XVIII JEBs

PRINCÍPIO	POLAR.	1		2		3		4	
		N	%	N	%	N	%	N	%
COOPER.	(+)	113	12,4	301	33,0	328	36,0	170	18,6
	(-)	370	40,8	424	46,8	91	10,1	21	2,3
	TOTAL	483	26,6	725	39,9	419	23,0	191	10,5
PARTIC.	(+)	48	5,3	139	15,3	388	42,6	335	36,8
	(-)	66	7,3	171	19,0	450	50,1	212	23,6
	TOTAL	114	6,3	310	17,1	838	46,1	554	30,5
CO-EDUC.	(+)	143	7,9	434	24,1	872	48,5	350	19,5
	(-)	173	9,8	395	22,3	859	48,5	344	19,4
	TOTAL	316	8,9	829	23,2	1731	48,5	694	19,4
INTEGR.	(+)	57	3,2	294	16,7	1048	59,4	365	20,7
	(-)	94	5,3	376	21,1	877	49,3	431	24,3
	TOTAL	151	4,3	670	18,9	1925	54,3	796	22,5
CO-GEST.	(+)	57	2,1	215	7,9	1.362	50,4	1071	39,6
	(-)	128	7,2	427	24,6	847	47,6	376	21,1
	TOTAL	185	4,1	642	14,3	2209	49,3	1447	32,3
GERAL	(+)	82	3,0	394	14,5	1337	49,2	903	33,3
	(-)	364	13,4	987	36,4	992	36,6	370	13,6
	TOTAL	446	8,2	1381	25,4	2329	42,9	1273	23,5



PRINCÍPIOS Figura 02 —

Princípios Sócio-educativos — Percentagem de Respostas

ANEXO 5

TABELA 03
DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DO SEGMENTO DOS ESTUDANTES PELOS PRÍNCIPIOS SÓCIO-EDUCATIVOS QUE ORIENTARAM OS XVIII JEBs

	Item 13 (+)				Item 26 (-)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	Item 15 (+)				Item 04 (-)			
	1	2	3	4	T	1	2	3
Co-Educação	45	110	340	276	771	62	159	398
	45	110	340	276	771	62	159	398
Integração	Item 02 (+)				Item 23 (+)			
	1	2	3	4	T	1	2	3
Co-Gestão	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Geral	Item 10 (+)				Item 14 (+)			
	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
	11	82	471	186	750	36	114	429
	Item 07 (+)				Item 16 (+)			
	23	34	351	360	768	10	59	384
	Item 03 (+)				Item 06 (+)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (-)				Item 06 (-)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (-)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (+)				Item 06 (-)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (-)				Item 06 (+)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (+)				Item 06 (-)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (-)				Item 06 (+)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (-)				Item 06 (+)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (-)				Item 06 (+)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	398
Co-Educação	20	118	384	234	756	78	231	354
	20	118	384	234	756	78	231	354
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	11	82	471	186	750	36	114	429
Co-Gestão	23	34	351	360	768	10	59	384
	23	34	351	360	768	10	59	384
Geral	Item 03 (-)				Item 06 (+)			
	9	129	315	318	771	10	44	341
	Item 13 (-)				Item 26 (+)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	87	261	279	142	769	336	354	54
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	45	110	340	276	771	62	159	

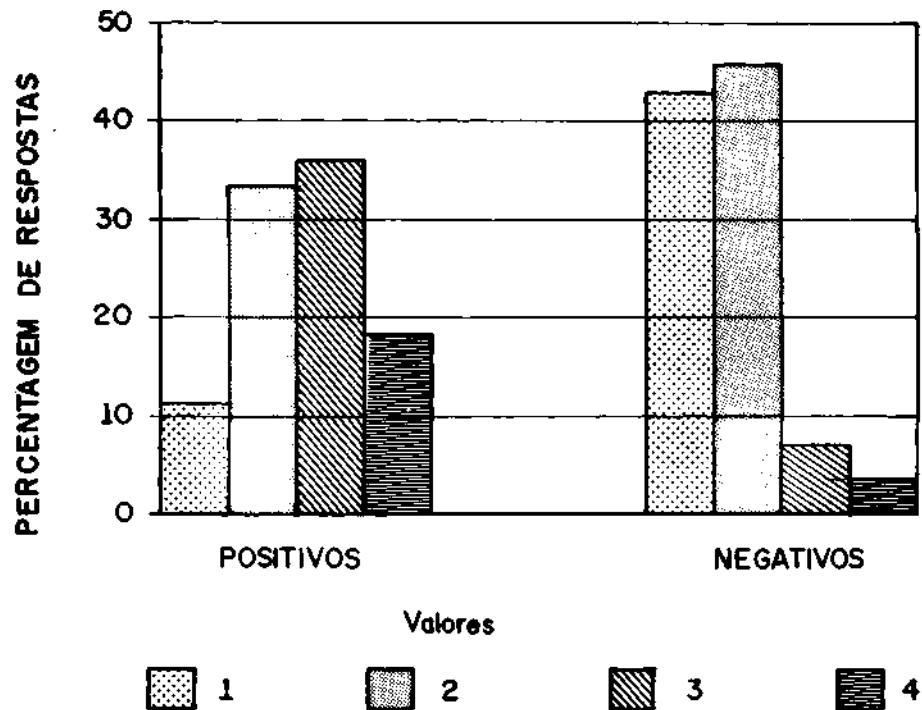


Figura 03 – Princípio da Cooperação e Respostas dos Estudantes

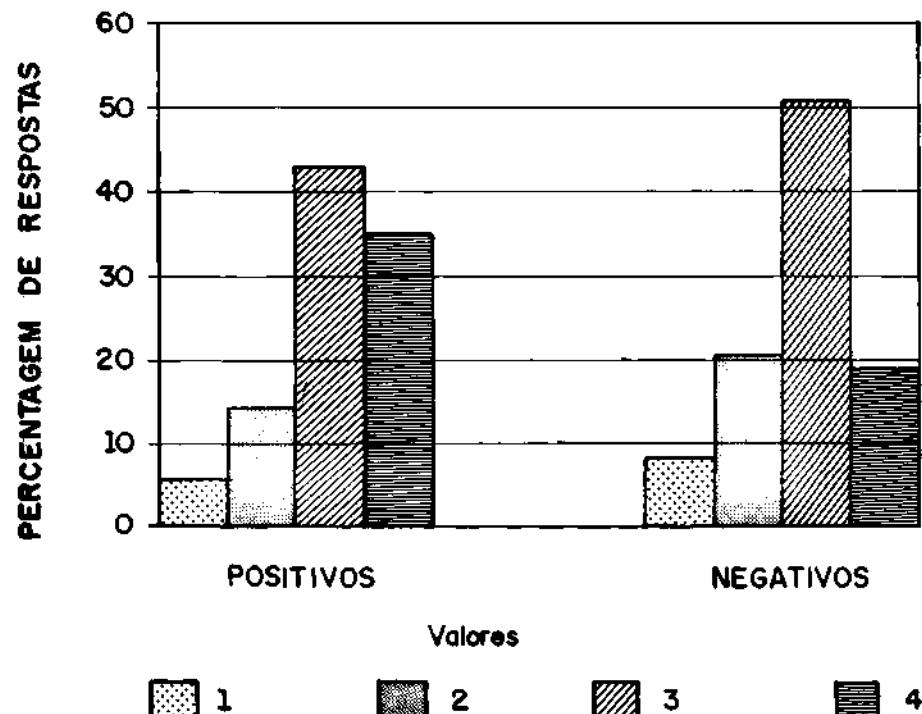


Figura 04 – Princípio da Participação e Respostas dos Estudantes

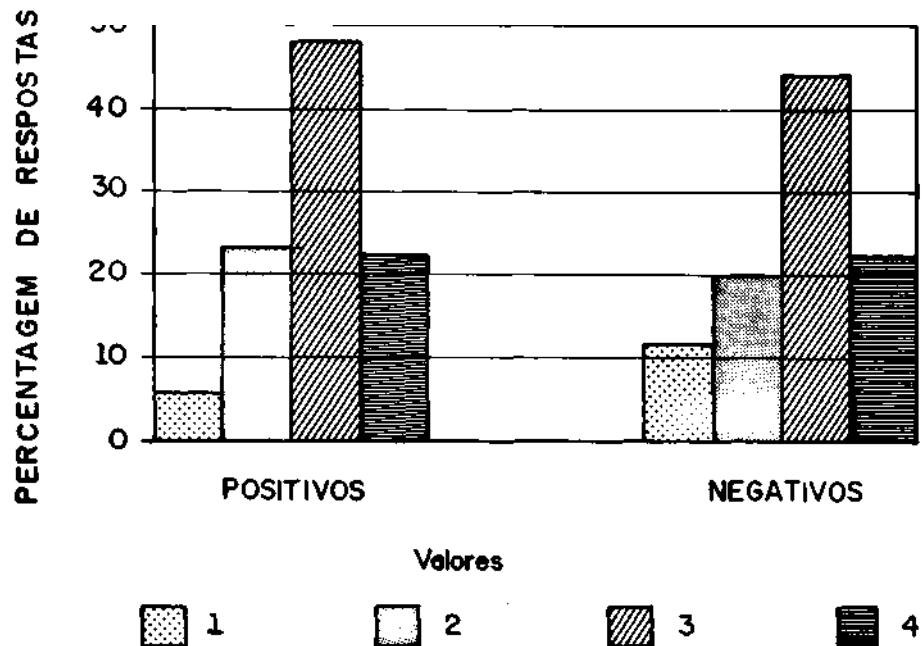


Figura 05 – Princípio da Co-Educação e Respostas dos Estudantes

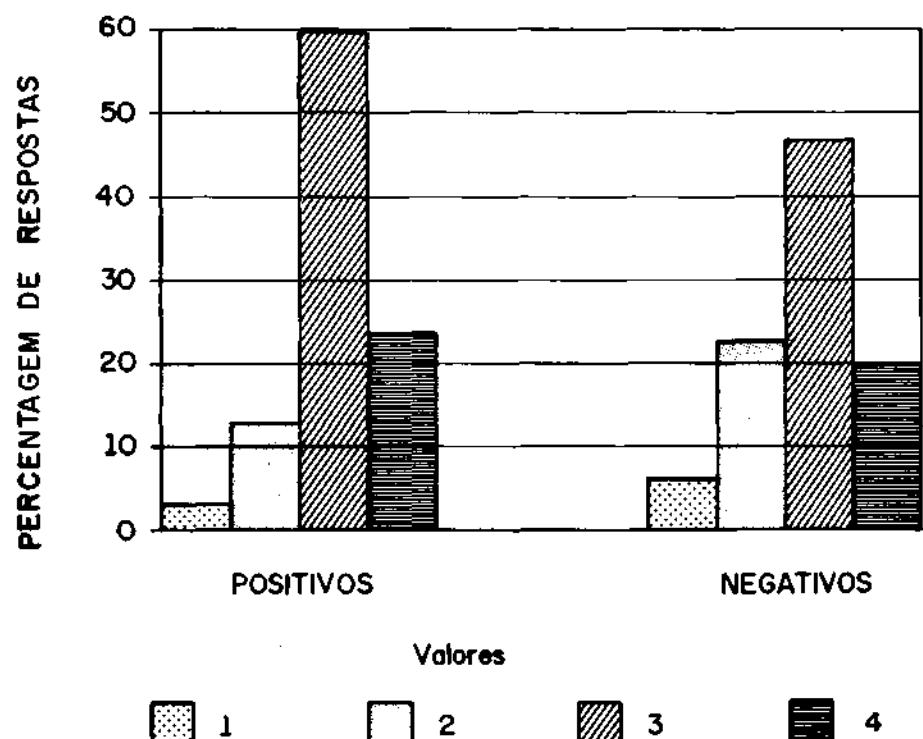


Figura 06 – Princípio da Integração e Respostas dos Estudantes

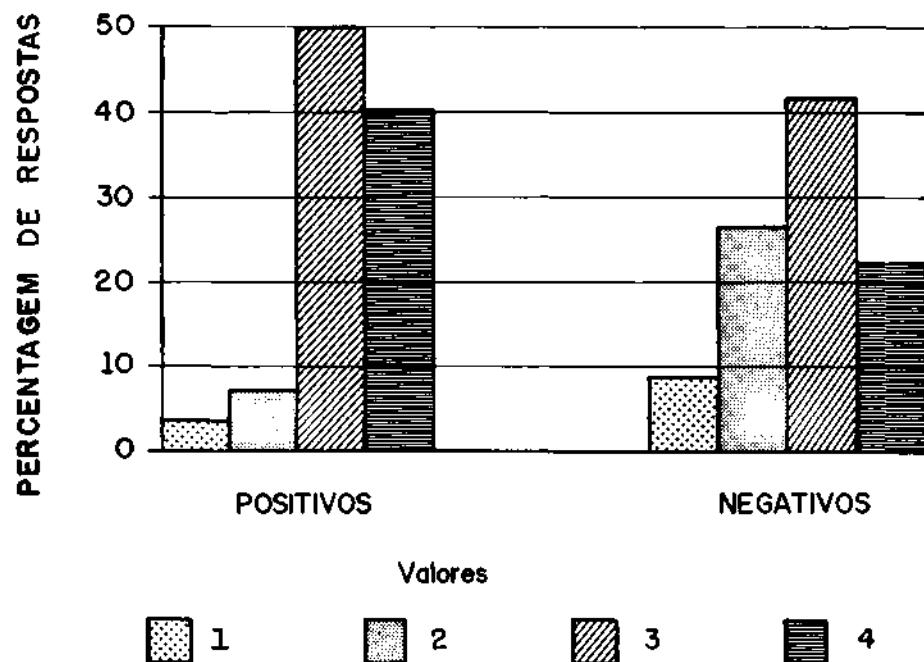


Figura 07 – Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Estudantes

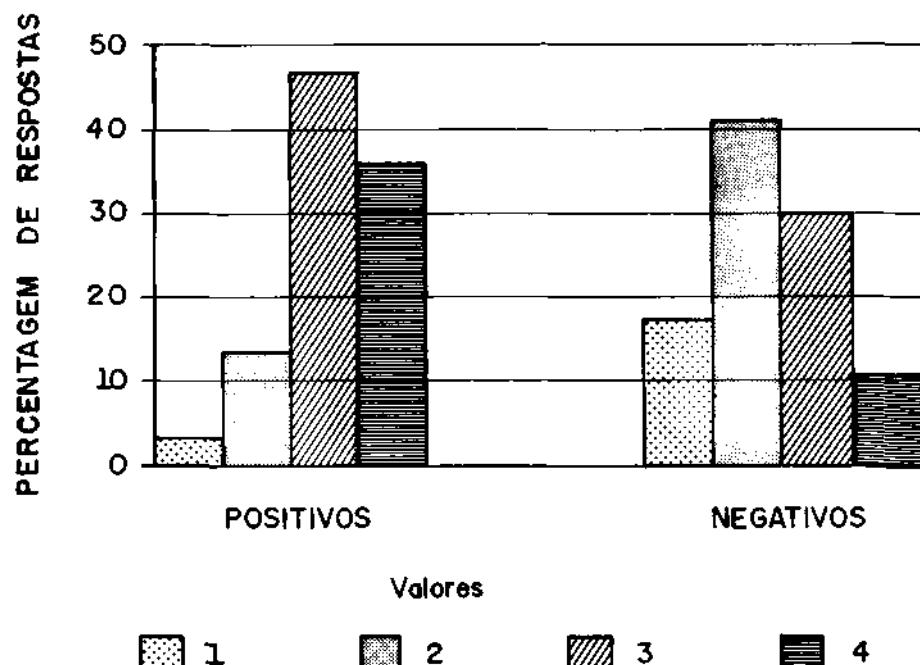


Figura 08 – Princípio Geral e Respostas dos Estudantes

ANEXO 6

**TABELA 04 DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DO SEGMENTO DOS TÉCNICOS
PELOS PRINCÍPIOS SÓCIO EDUCATIVOS QUE ORIENTARAM OS XVIII JEBs**

	Item 13 (+)				Item 26 (-)				
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3	
	15	33	22	13	83	31	40	12	
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3	
	4	17	38	25	84	4	16	29	
Co-Educação	Item 02 (+)				Item 23 (+)				
	1	2	3	4	T	1	2	3	
Integração	9	21	34	13	77	9	29	37	
	3	23	45	9	80	4	21	45	
Co-Gestão	Item 07 (+)				Item 16 (+)				
	1	2	3	4	T	1	2	3	
Geral	6	29	33	16	84	0	5	38	
	1	2	3	4	T	1	2	3	
Item 03 (+)				Item 06 (+)				Item 21 (+)	
Item 05 (-)				Item 24 (-)				Item 19 (-)	
Item 12 (-)				Item 20 (+)				Item 18 (-)	
Item 23 (-)				Item 26 (-)				Item 11 (-)	
Item 28 (-)				Item 09 (-)				Item 25 (-)	
Item 30 (-)				Item 27 (-)				Item 29 (-)	
Item 31 (-)				Item 32 (-)				Item 33 (-)	
Item 34 (-)				Item 35 (-)				Item 36 (-)	
Item 37 (-)				Item 38 (-)				Item 39 (-)	

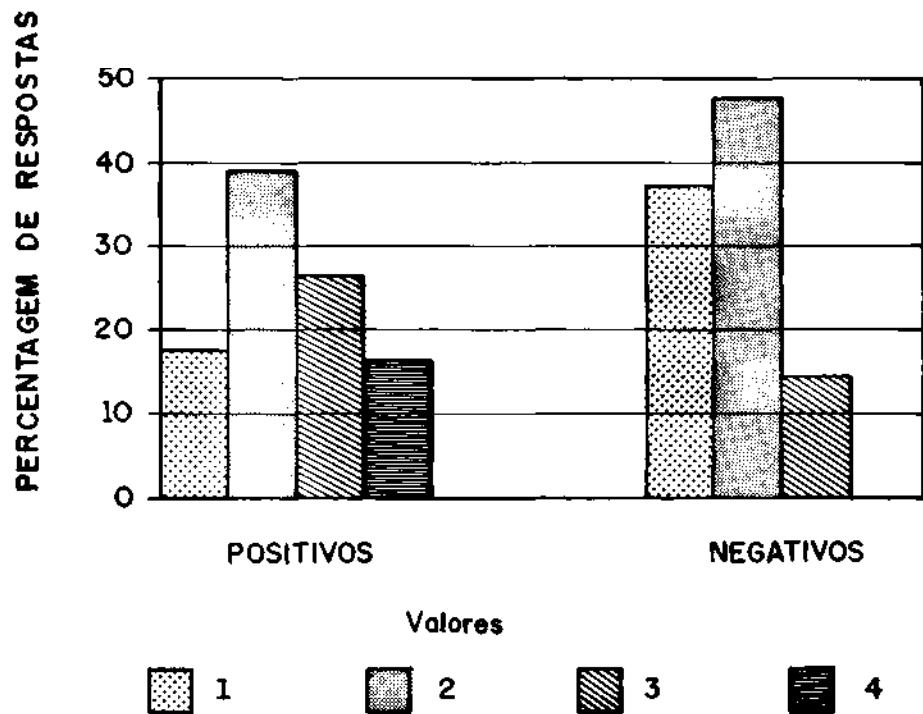


Figura 09 – Princípio da Cooperação e Respostas dos Técnicos

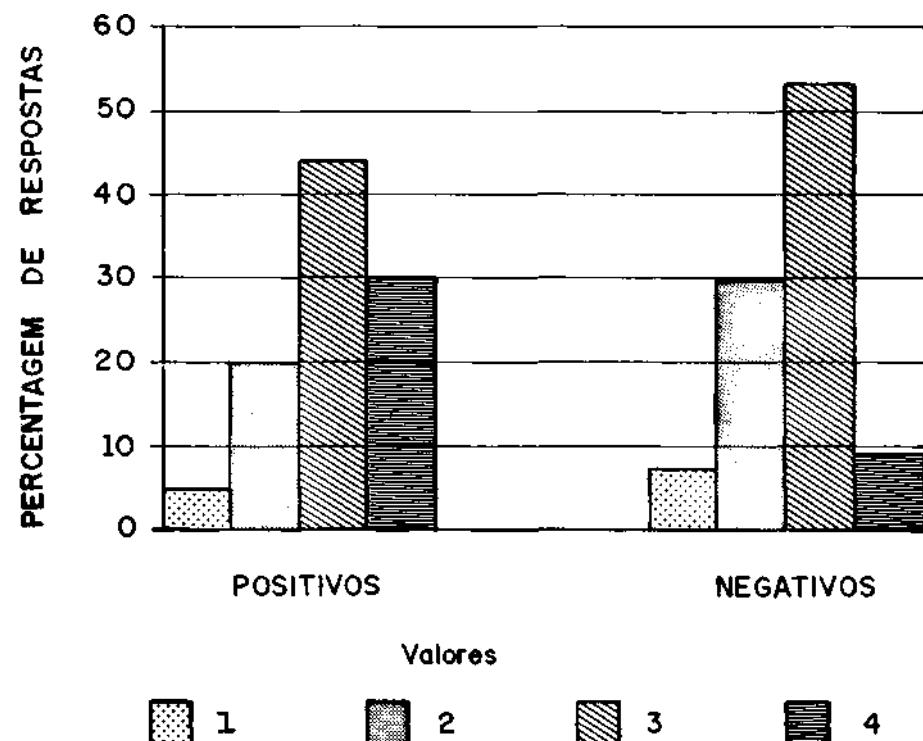


Figura 10 – Princípio da Participação e Respostas dos Técnicos

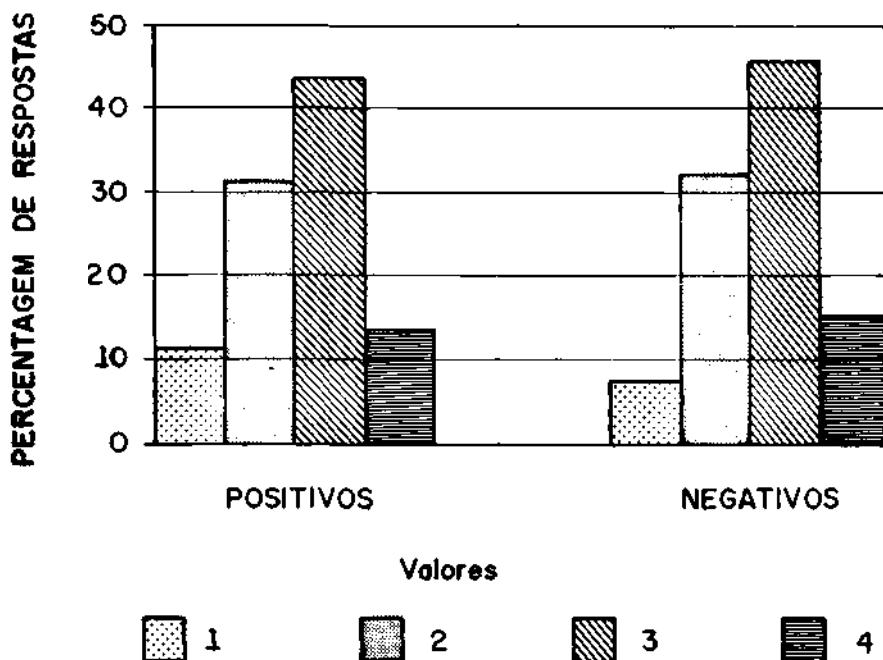


Figura 11 – Princípio da Co-educação e Respostas dos Técnicos

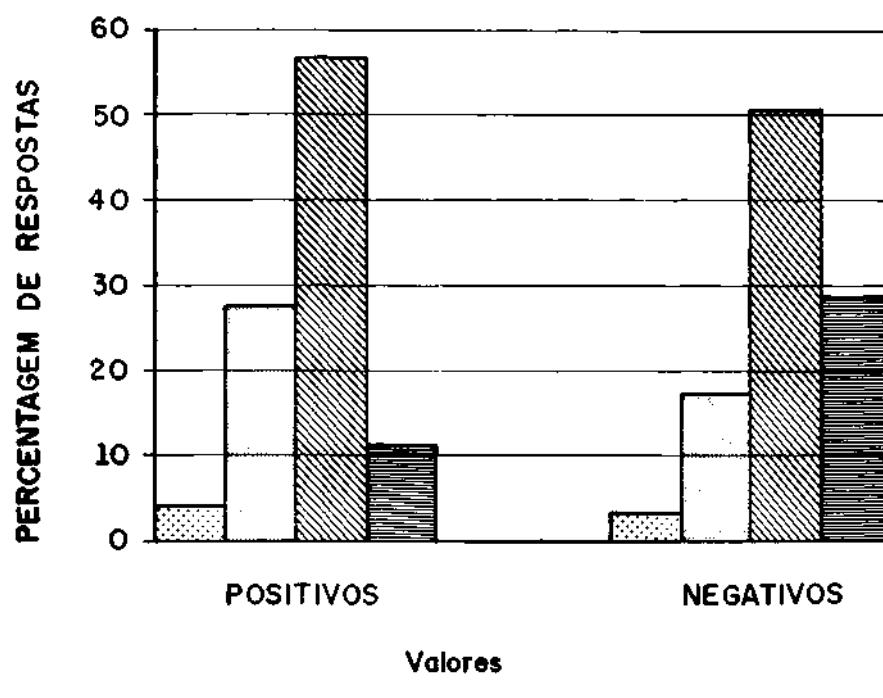


Figura 12 – Princípio da Integração e Respostas dos Técnicos

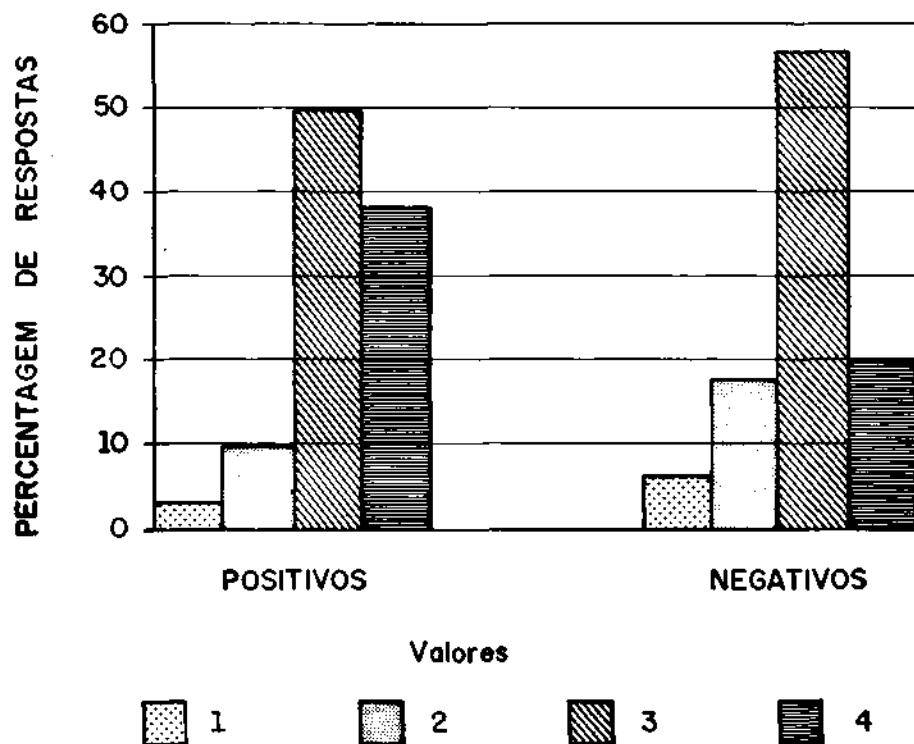


Figura 13 – Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Técnicos

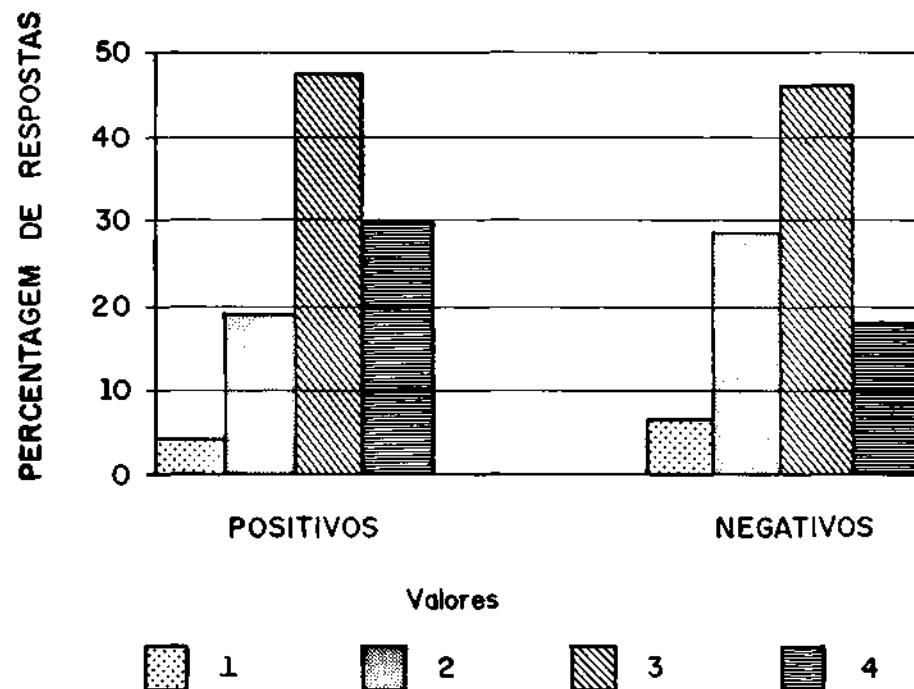


Figura 14 – Princípio Geral e Respostas dos Técnicos

ANEXO 7

TABELA 05 DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DO SEGMENTO DOS
DIRIGENTES PELOS PRINCÍPIOS SÓCIO-EDUCATIVOS QUE ORIENTARAM OS XVIII JEBs

		Item 13 (+)				Item 26 (-)			
Cooperativo	1	2	3	4	T	1	2	3	4
	5	9	20	9	43	1	22	9	1
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3	4
	1	6	15	21	43	4	6	17	16
		Item 02 (+)				Item 09 (-)			
Co-Educação	1	2	3	4	T	1	2	3	4
	2	10	18	13	43	7	9	23	4
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3	4
	1	7	26	9	43	1	8	22	7
		Item 07 (+)				Item 16 (+)			
Co-Gestão	1	2	3	4	T	1	2	3	4
	0	3	16	33	42	1	5	25	12
Geral	1	2	3	4	T	1	2	3	4
	1	11	23	7	42	1	4	19	20
		Item 10 (+)				Item 14 (+)			
		Item 03 (+)				Item 06 (+)			
		Item 21 (+)				Item 05 (-)			
		Item 20 (+)				Item 18 (-)			
		Item 09 (-)				Item 24 (-)			
		Item 12 (-)				Item 19 (-)			

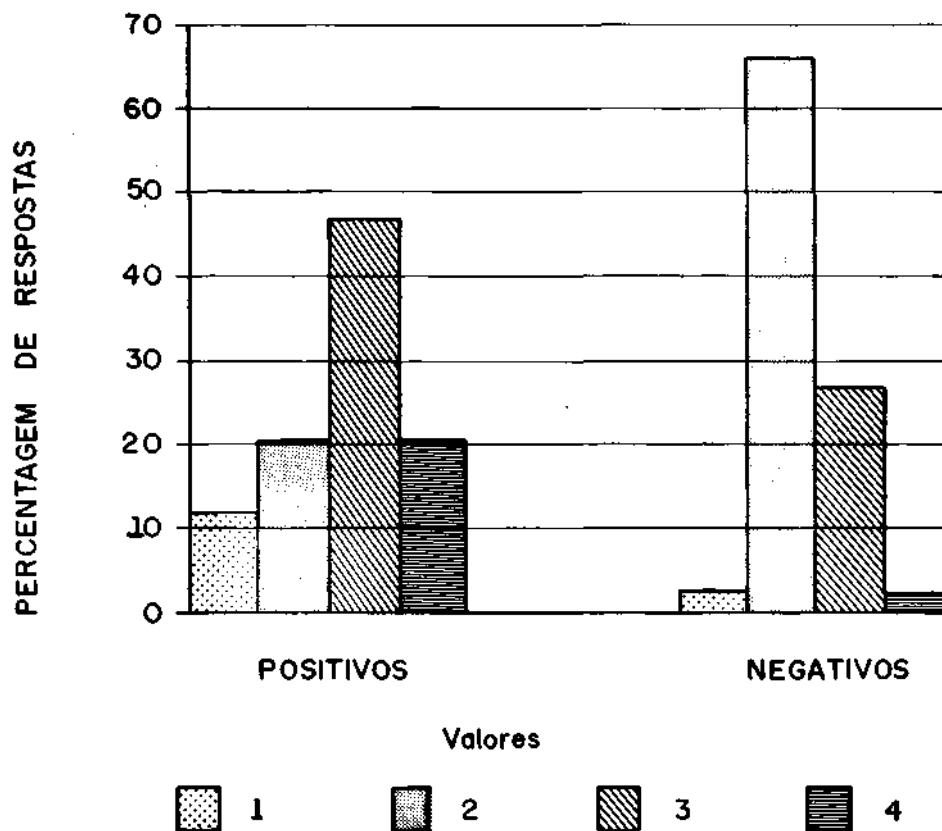


Figura 15 – Princípio da Cooperação e Respostas dos Dirigentes

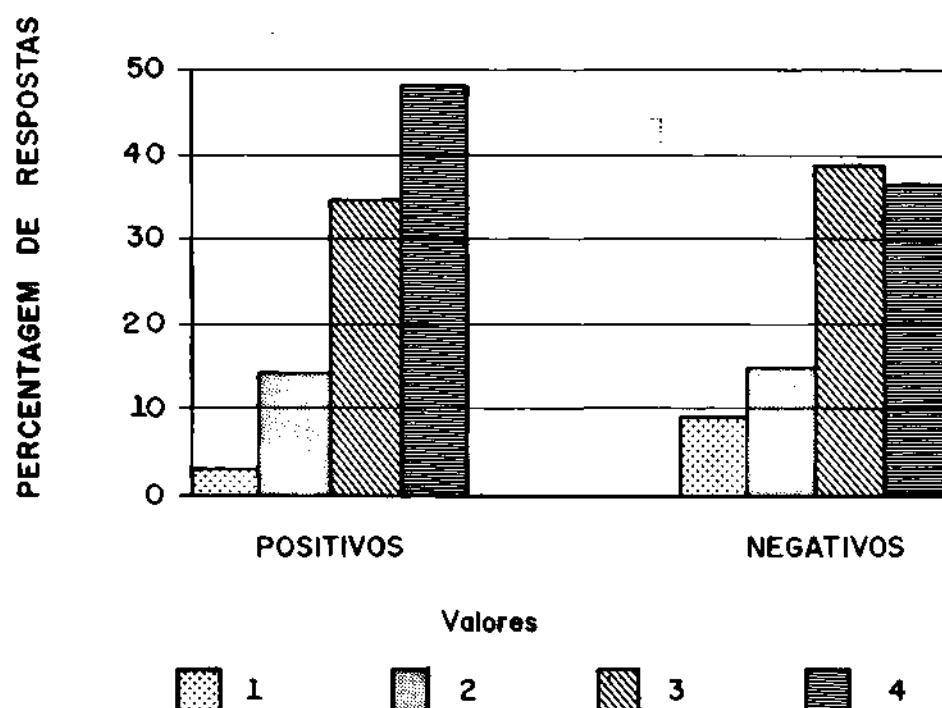


Figura 16 – Princípio da Participação e Respostas dos Dirigentes

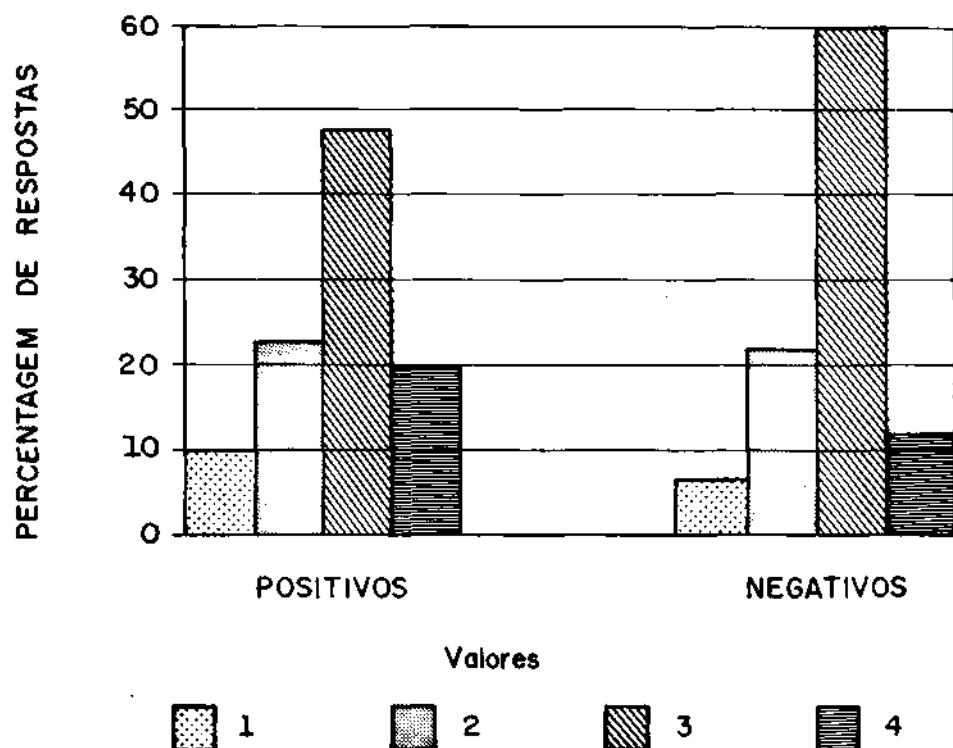


Figura 17 – Princípio da Co-educação e Respostas dos Dirigentes

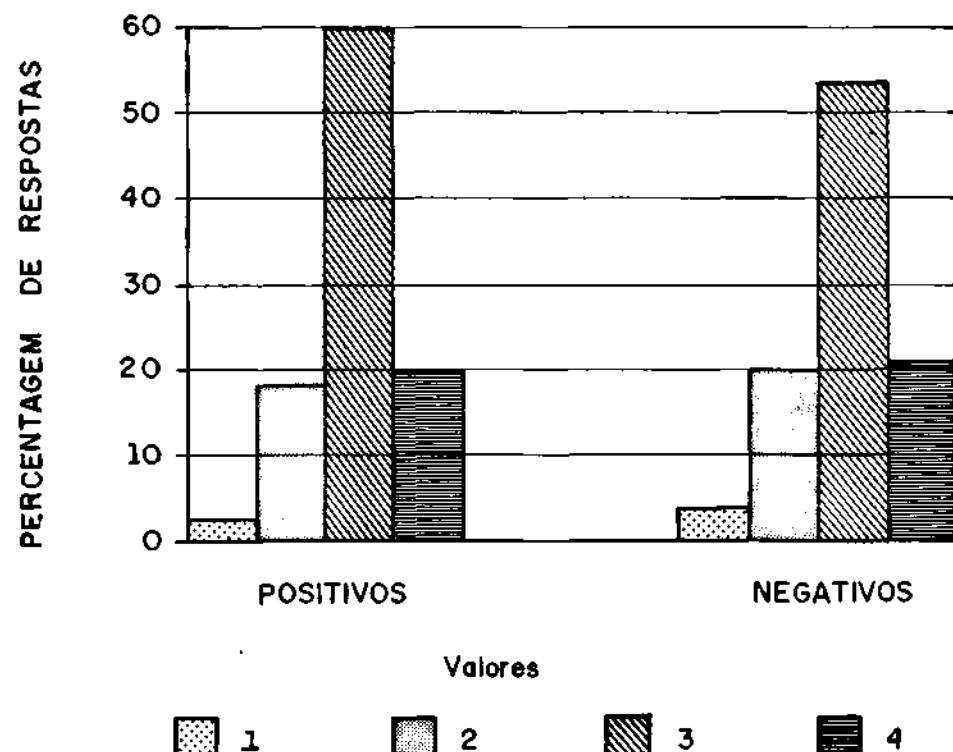


Figura 18 – Princípio da Integração e Respostas dos Dirigentes

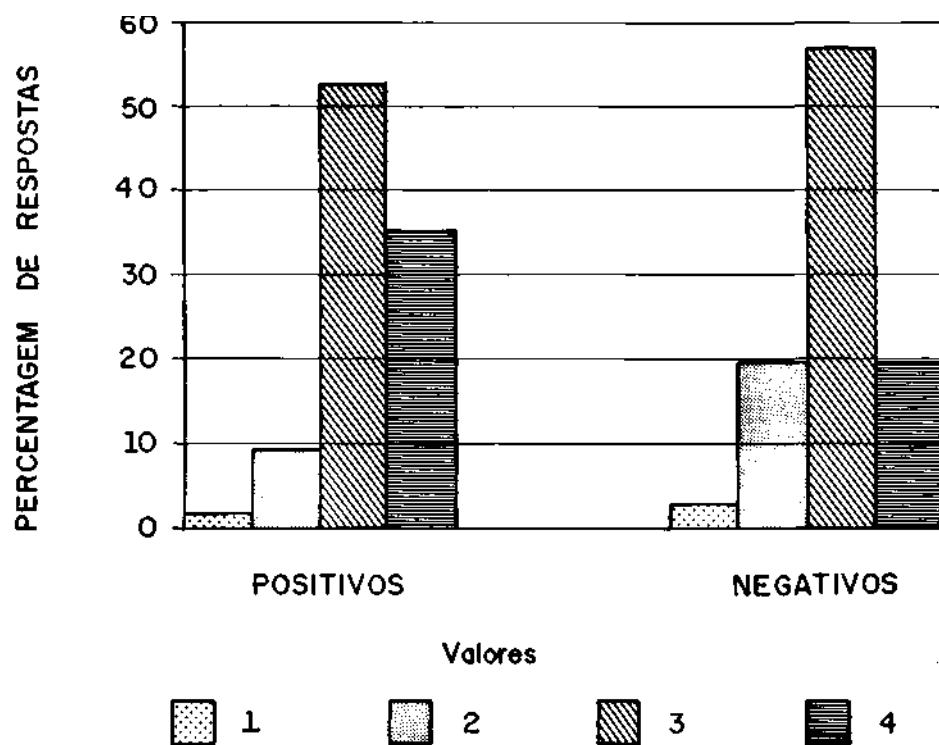


Figura 19 – Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Dirigentes

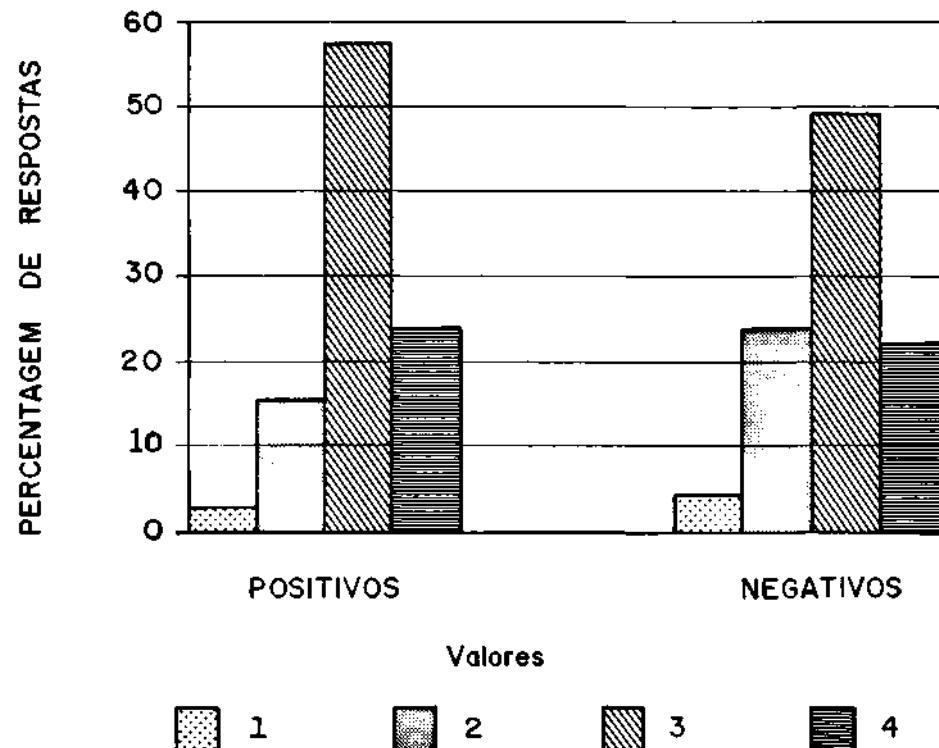


Figura 20 – Princípio Geral e Respostas dos Dirigentes

ANEXO 8

TABELA 06 DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DO SEGMENTO DOS ÁRBITROS PELOS PRÍNCIPIOS SÓCIO-EDUCATIVOS QUE ORIENTARAM OS XVIII-JEBs

	Item 13 (+)				Item 26 (-)			
Cooperação	1	2	3	4	T	1	2	3
	0	2	8	4	14	1	6	1
Participação	1	2	3	4	T	1	2	3
	1	1	4	8	14	0	0	8
	Item 02 (+)				Item 23 (+)			
Co-Educação	1	2	3	4	T	1	2	3
	0	0	11	3	14	0	0	11
	Item 10 (+)				Item 14 (+)			
Integração	1	2	3	4	T	1	2	3
	0	1	12	1	14	0	4	8
	Item 07 (+)				Item 16 (+)			
Co-Gestão	1	2	3	4	T	1	2	3
	0	0	6	7	13	0	0	8
	Item 03 (+)				Item 06 (+)			
Geral	1	2	3	4	T	1	2	3
	1	2	8	3	14	0	0	6
	Item 21 (+)				Item 05 (-)			
	Item 12 (-)				Item 24 (-)			
	Item 19 (-)							

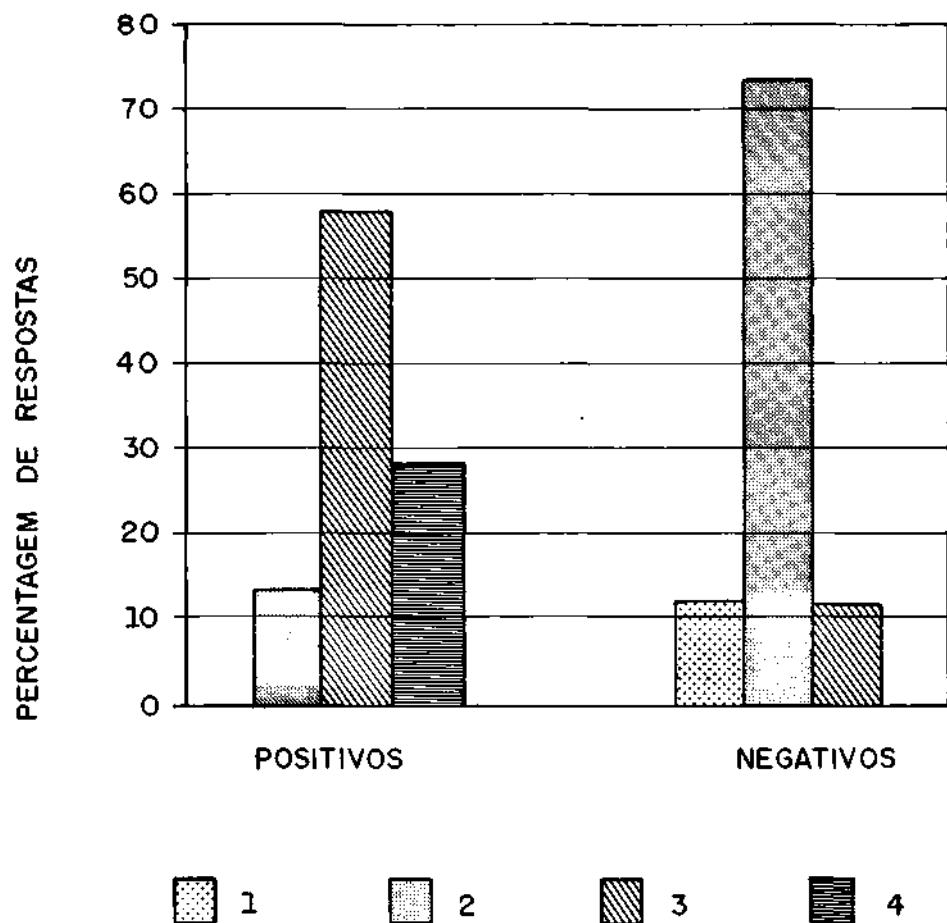


Figura 21 — Princípio da Cooperação e Respostas dos Árbitros

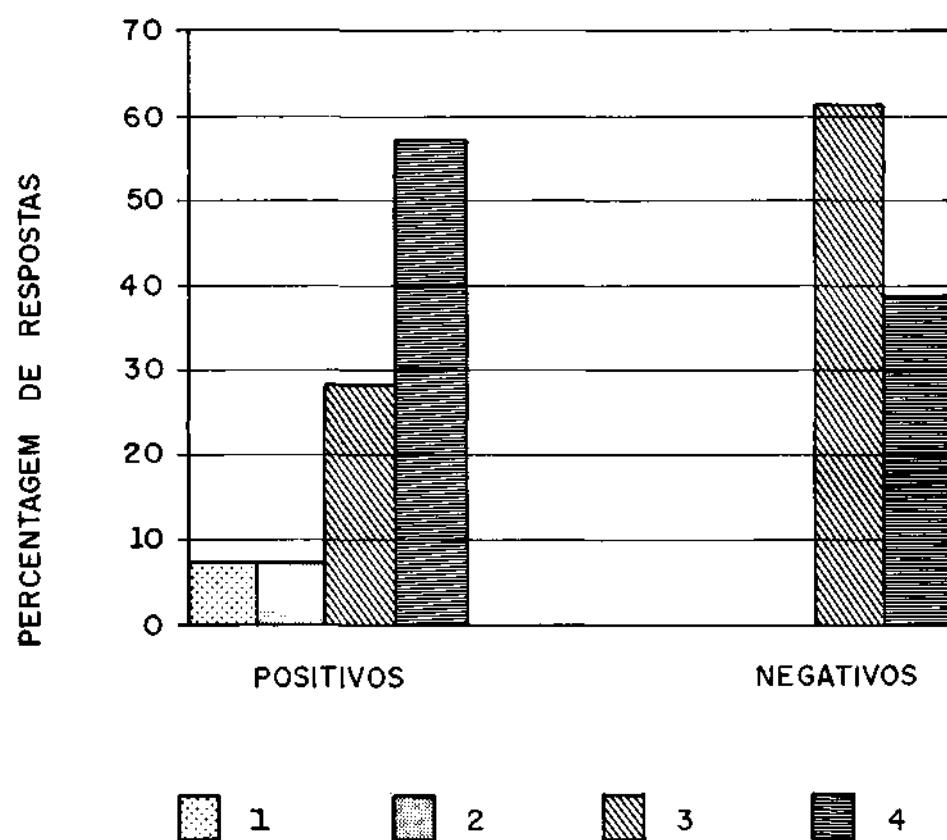


Figura 22 - Princípio da Participação e Respostas dos Árbitros

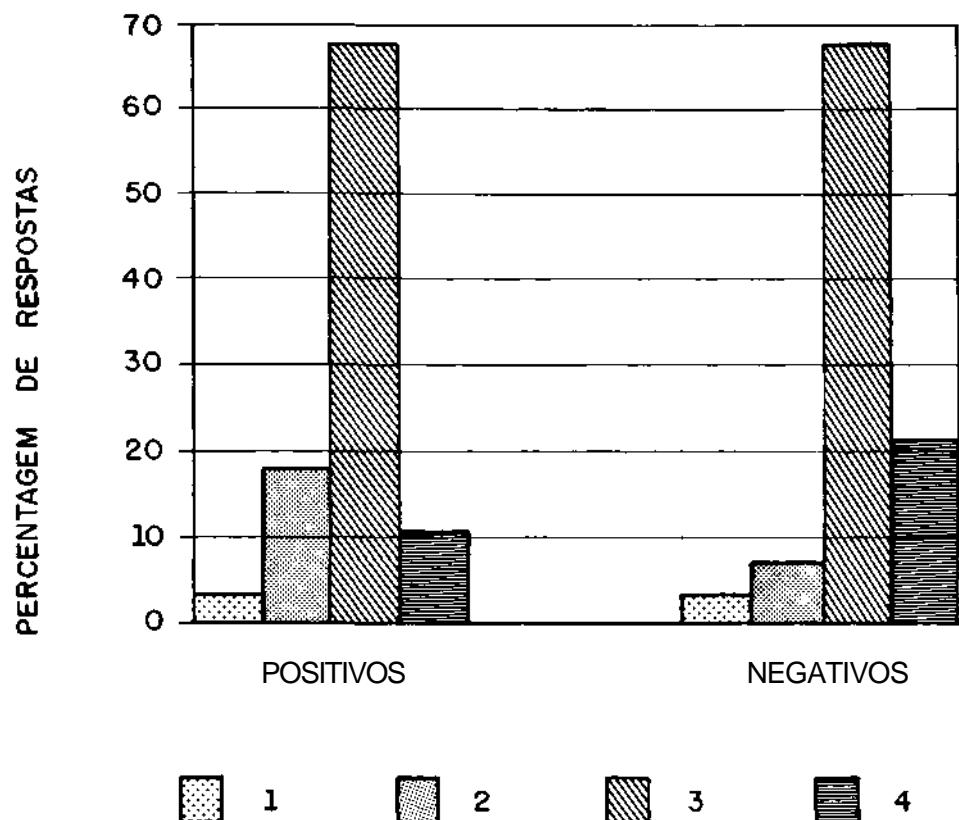


Figura 23 — Princípio da Co-educação e Respostas dos Árbitros

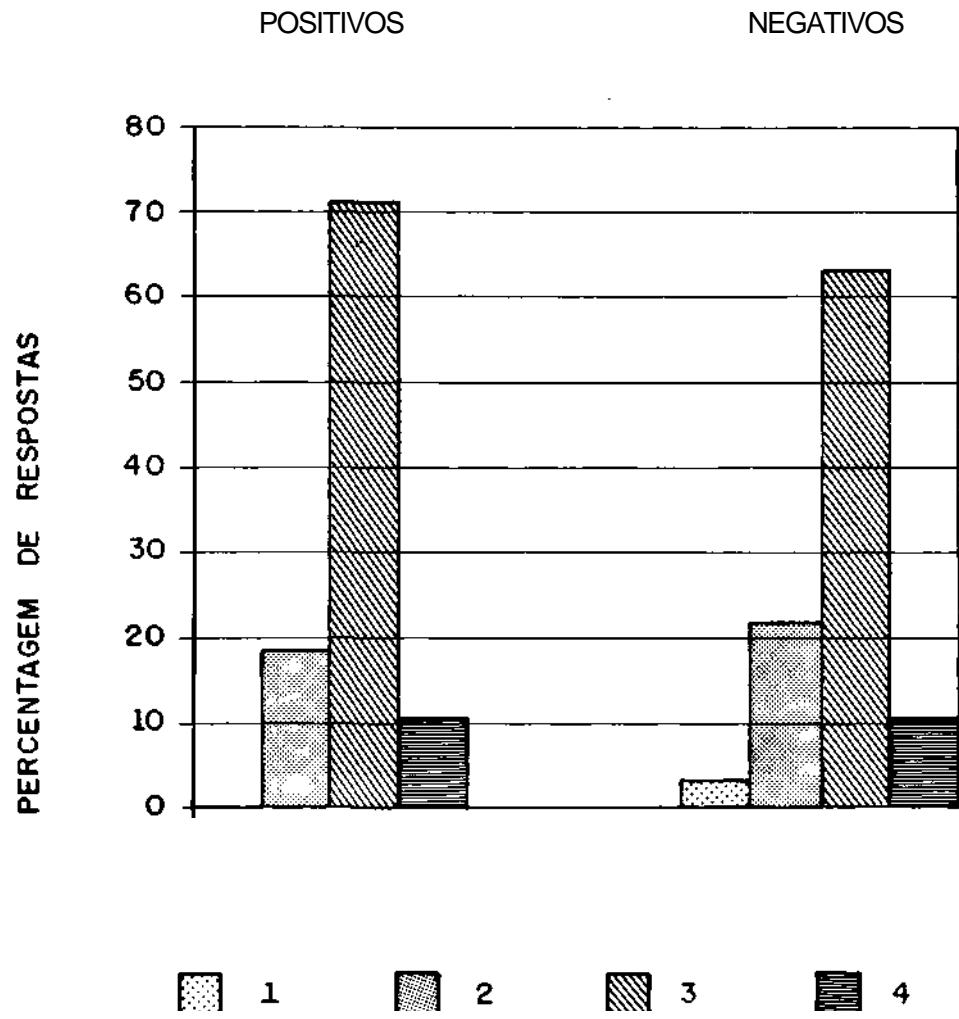


Figura 24 — Princípio da Integração e Respostas dos Árbitros

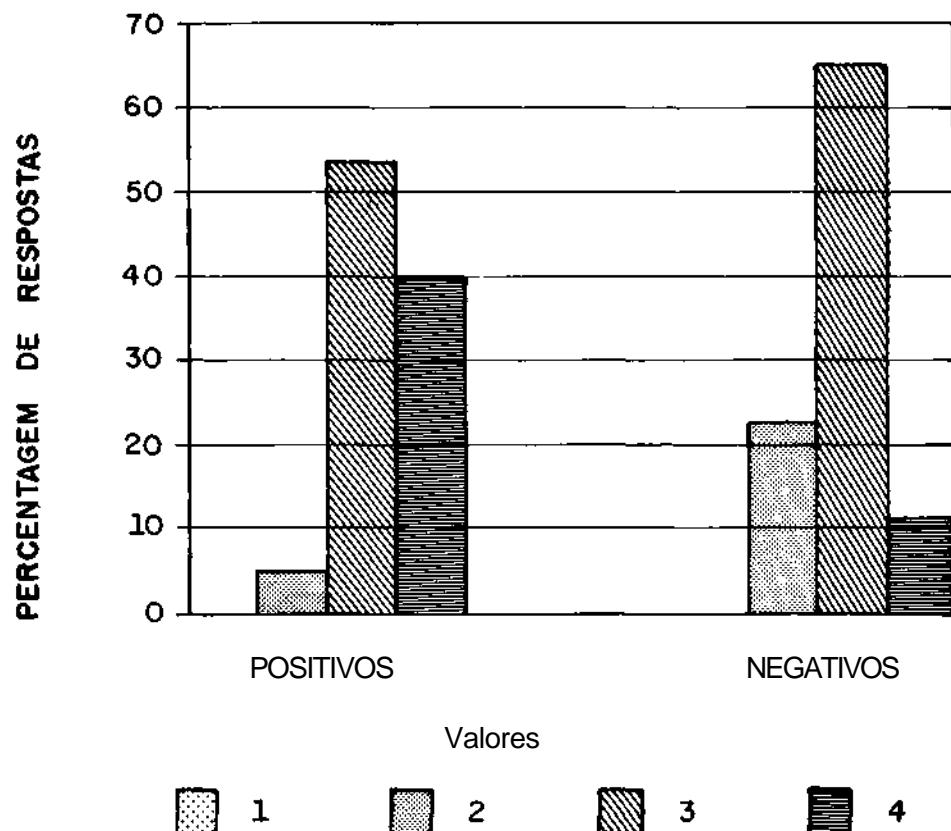


Figura 25 — Princípio da Co-Gestão e Respostas dos Árbitros

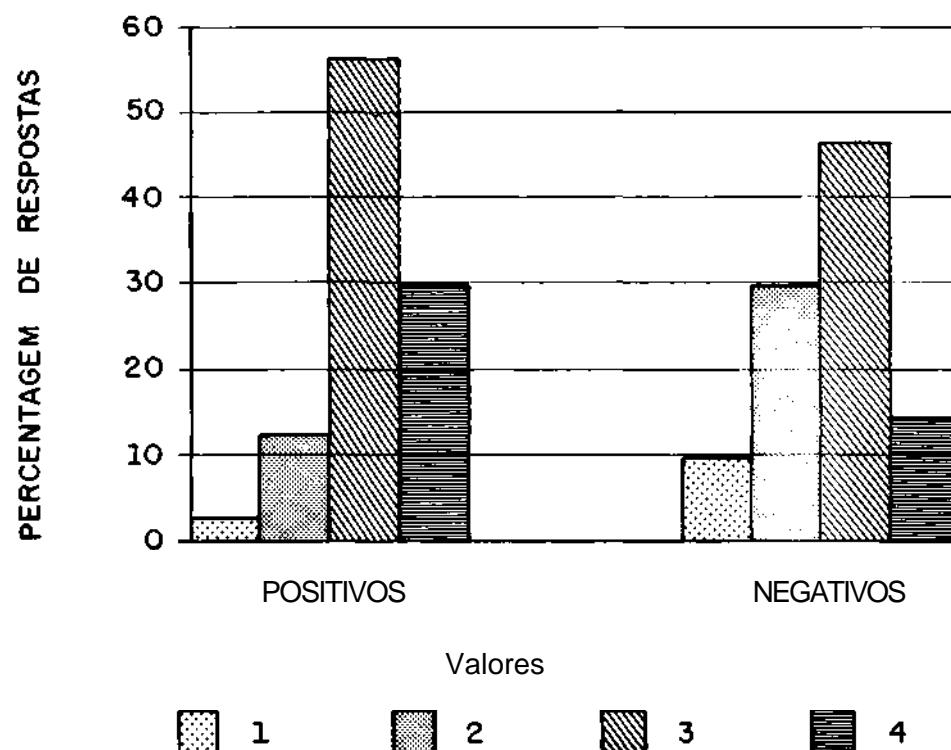


Figura 26 — Princípio Geral e Respostas dos Árbitros

ANEXO 9

TABELA 07 DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS QUE ORIENTARAM OS XVIII JEBs - DADOS GERAIS

	ITEM A		ITEM B		ITEM C		ITEM D		ITEM E		ITEM F		ITEM G		ITEM H		ITEM I		ITEM J	
	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
TOTAL	520	318	507	372	738	139	362	492	623	144	460	346	397	421	789	66	414	459	417	430
PERC. (%)	62	38	58	42	84	16	42	58	81	19	57	43	49	51	92	8	47	53	49	51

TABELA 08
DISTRIBUIÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA DA DIFERENÇA ENTRE
PERCENTAGENS DOS ITENS DA 2^a PARTE DO QUESTIONÁRIO

Item	Razão Crítica	t	
		0,01	0,05
A	6,754	2,33	2,58
B	- 8,235	2,33	2,58
C	16,609	2,33	2,58
D	- 4,630	2,33	2,58
E	14,545	2,33	2,58
F	3,935	2,33	2,58
G	-0,572 **	2,33	2,58
H	18,627	2,33	2,58
I	-1,770**	2,33	2,58
J	- 0,582	2,33	2,58

* As razões críticas não foram significativas a 0,01. **

As razões críticas não foram significativas a 0,05.

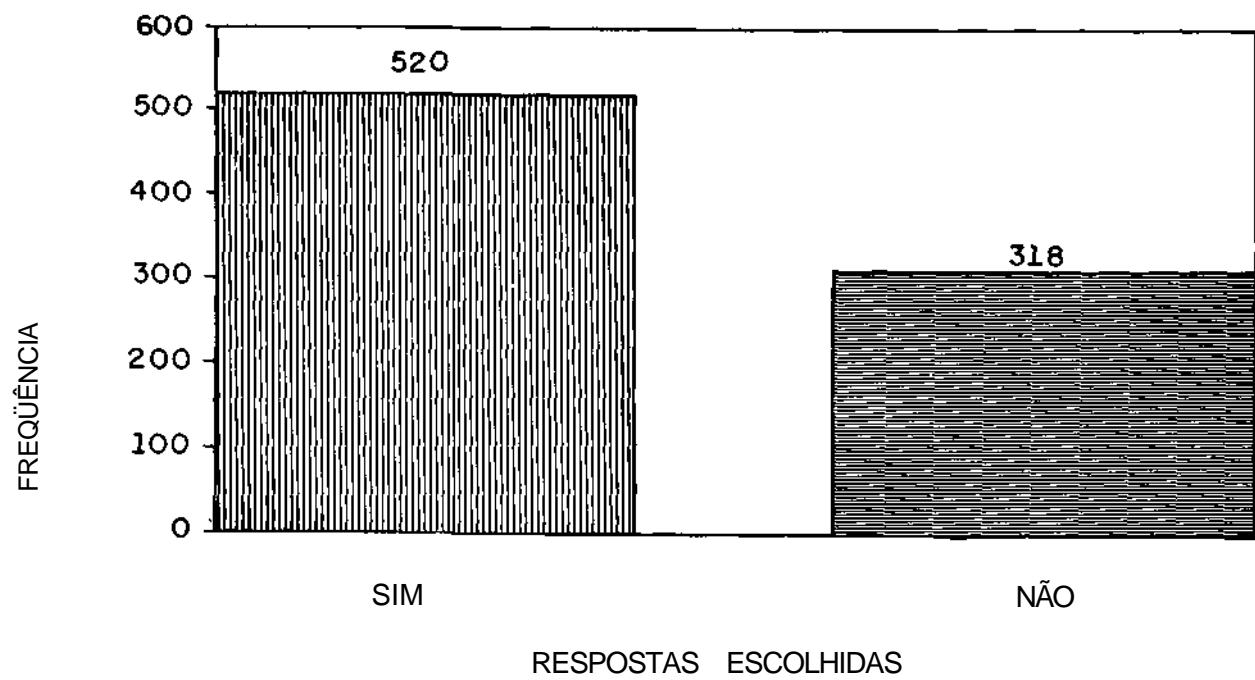


Figura 27 - Divisão dos Jogos em 4 Tempos (Freq.)

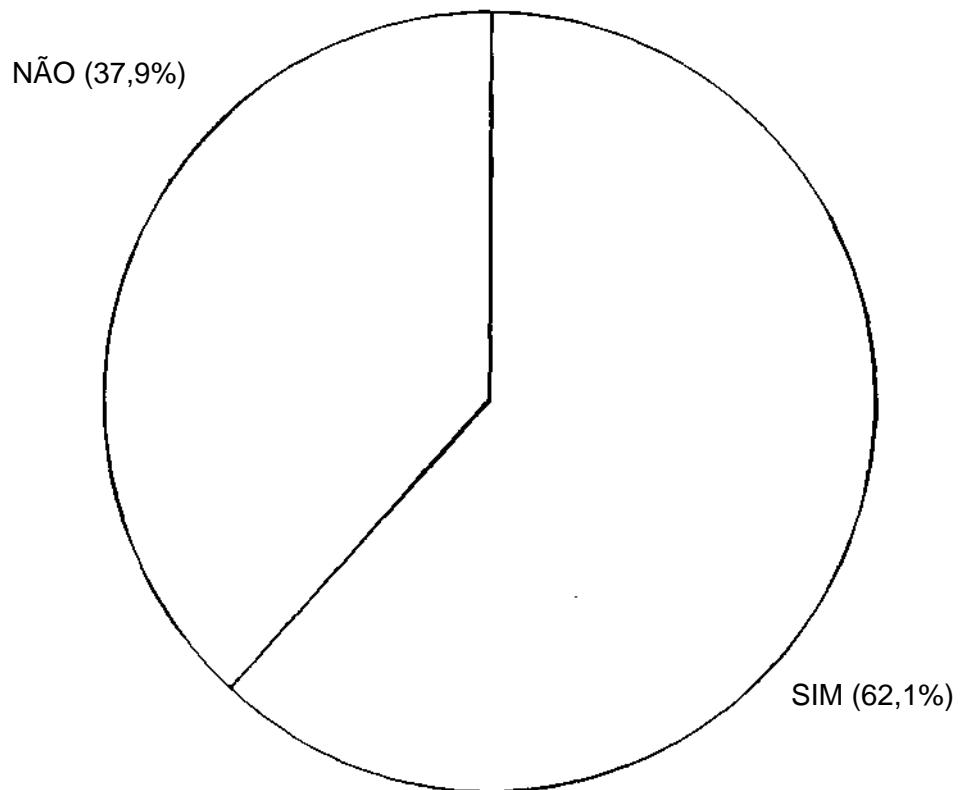
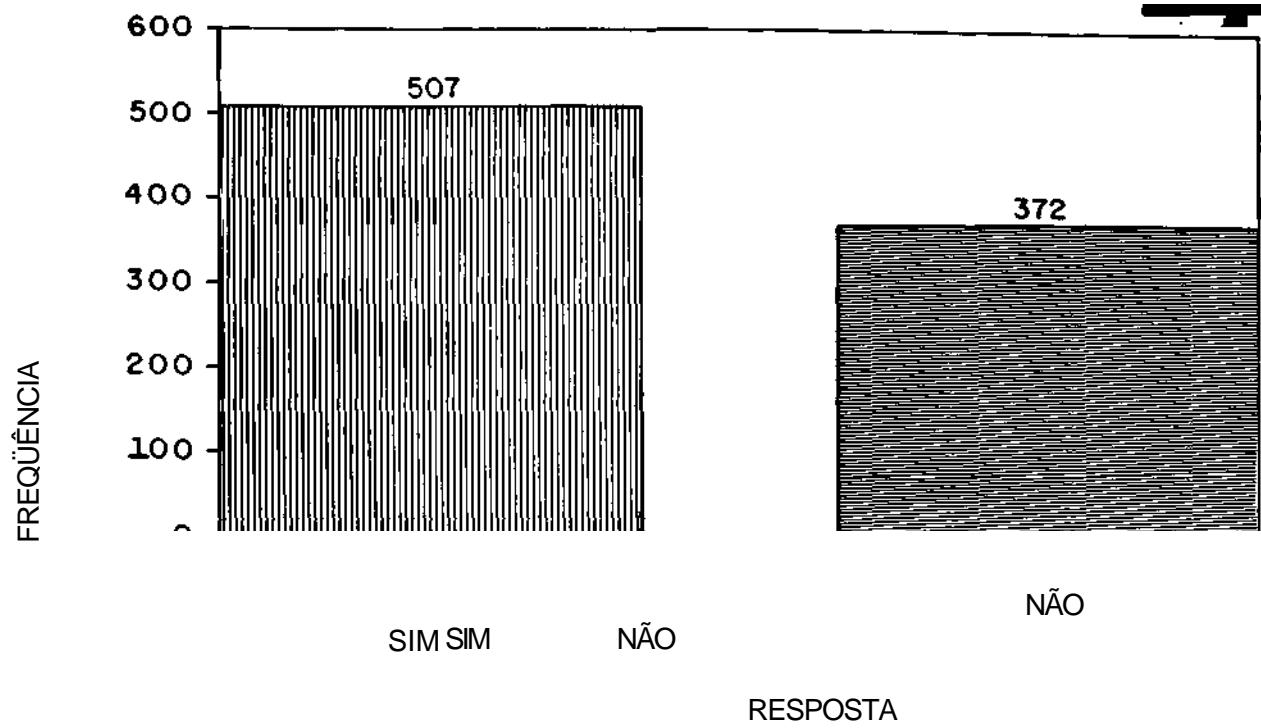


Figura 28 - Divisão dos Jogos em 4 Tempos (%)



S ESCOLHIDAS **Figura 29 — Premiação por Equipes**
(Freq.)

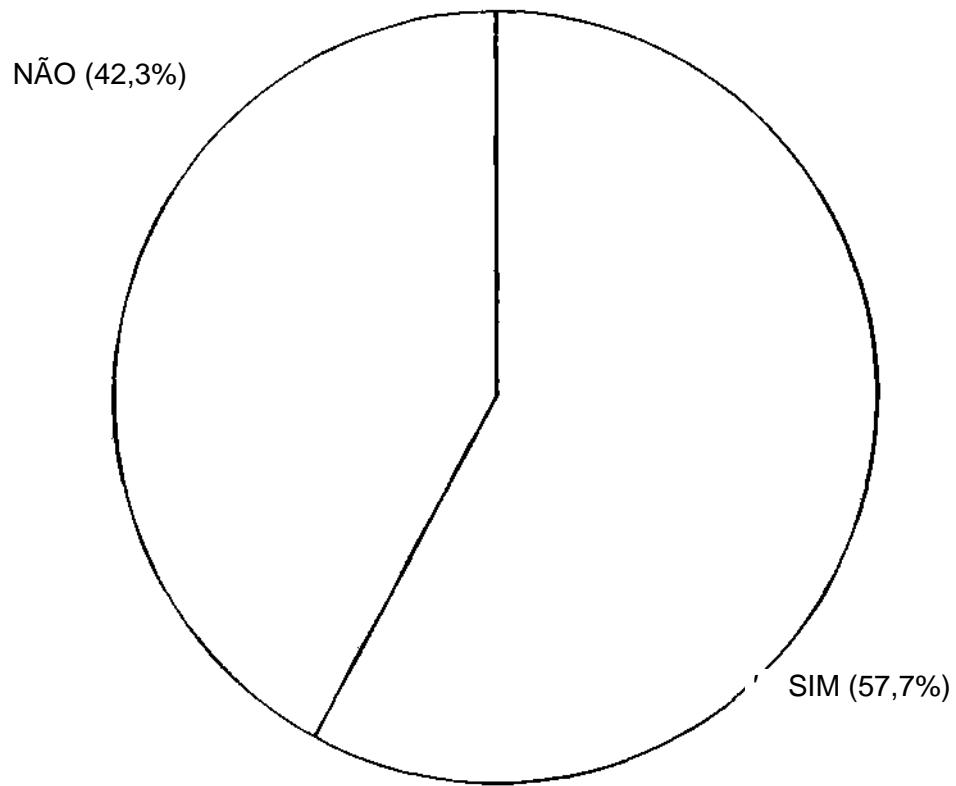


Figura 30 — Premiação por Equipes (%)

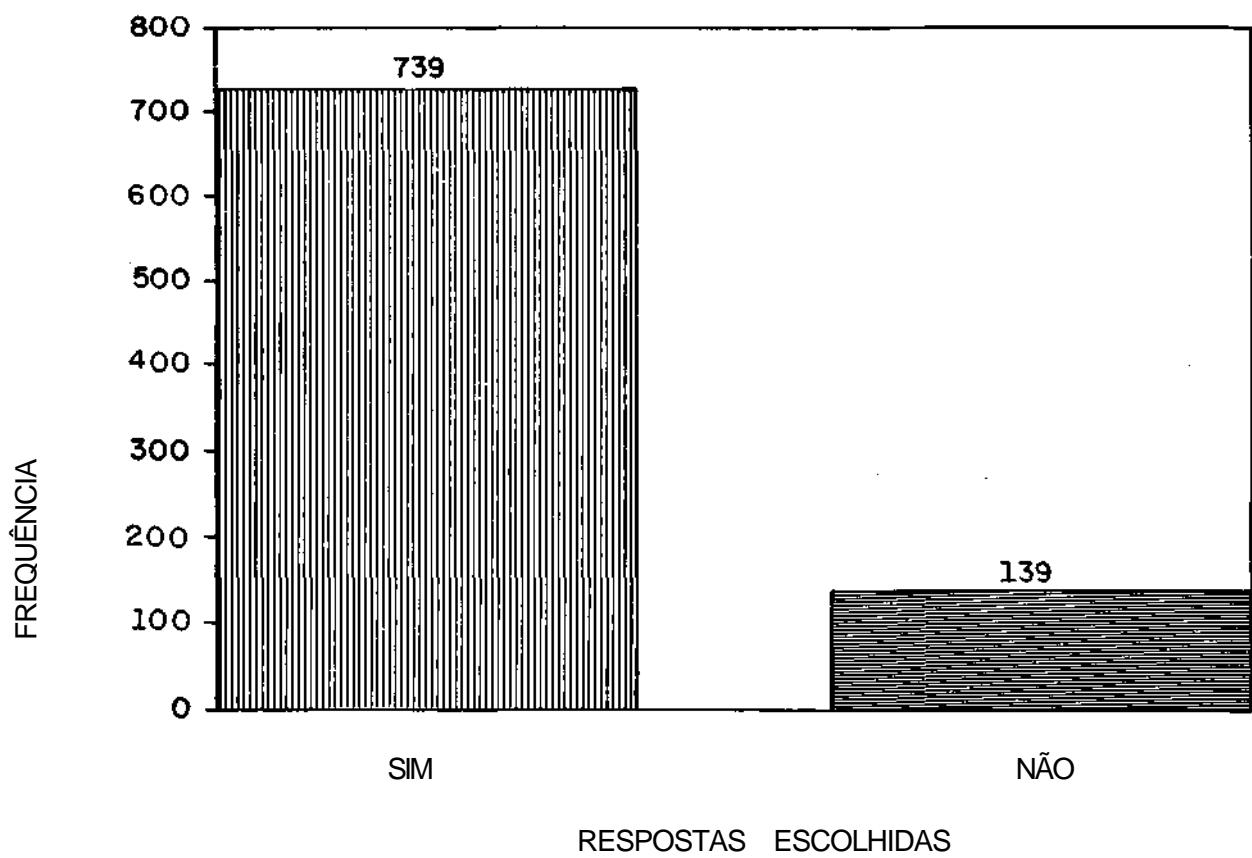


Figura 31 — Obrigatoriedade da Participação (Freq.)

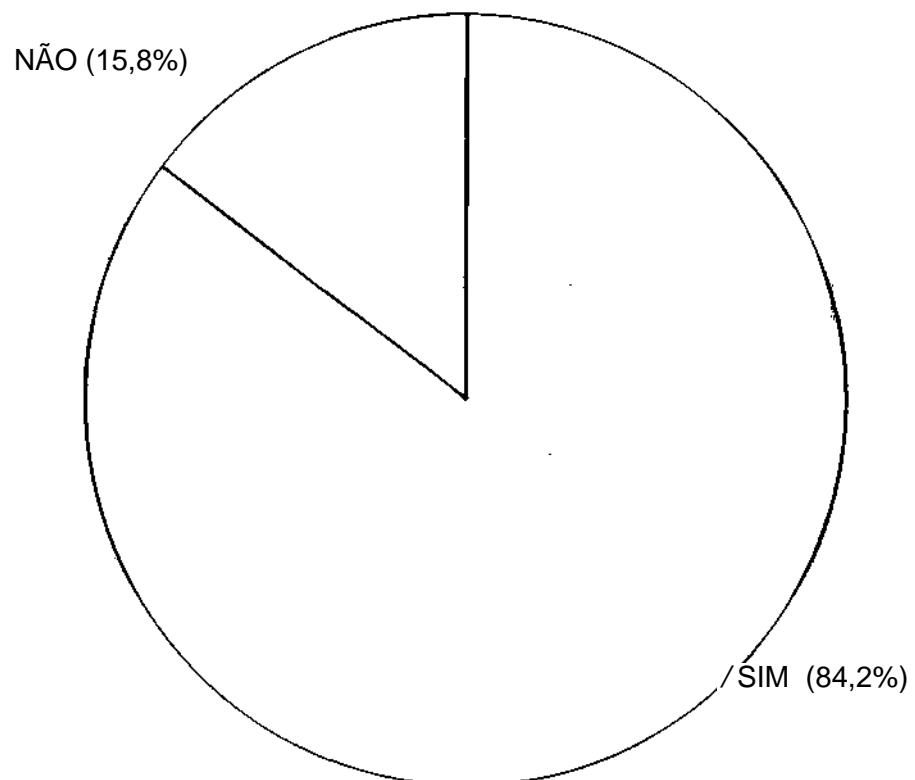


Figura 32 - Obrigatoriedade da Participação (%)

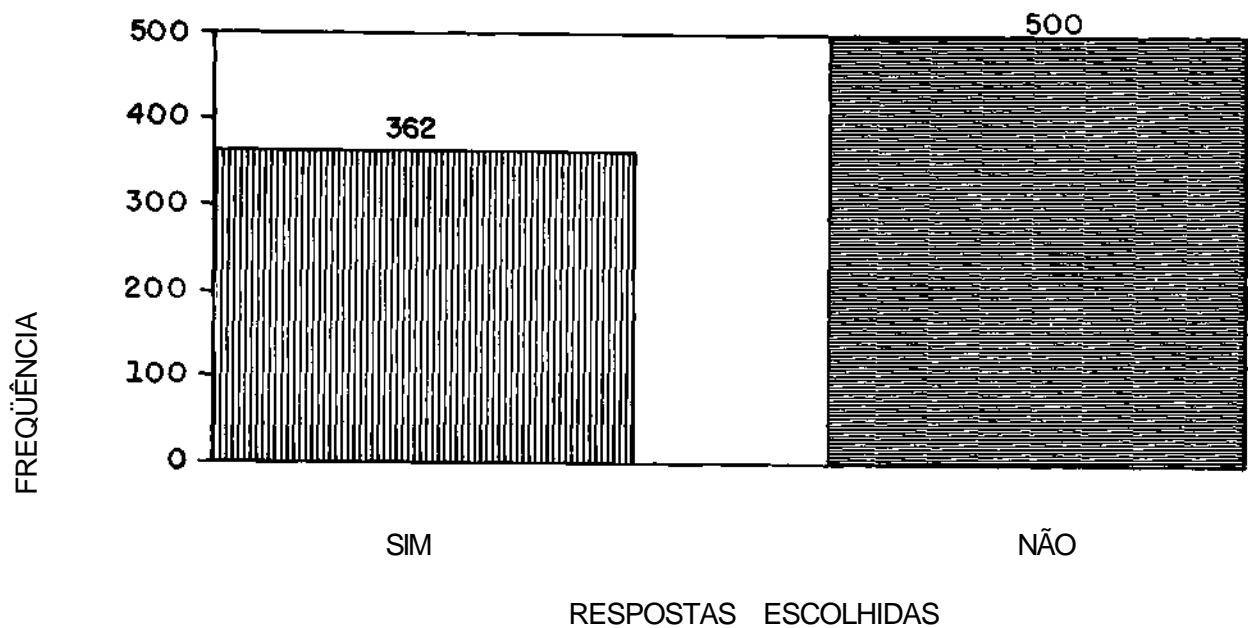


Figura 33 - Somatório de Resultados Masculinos e Femininos (Freq.)

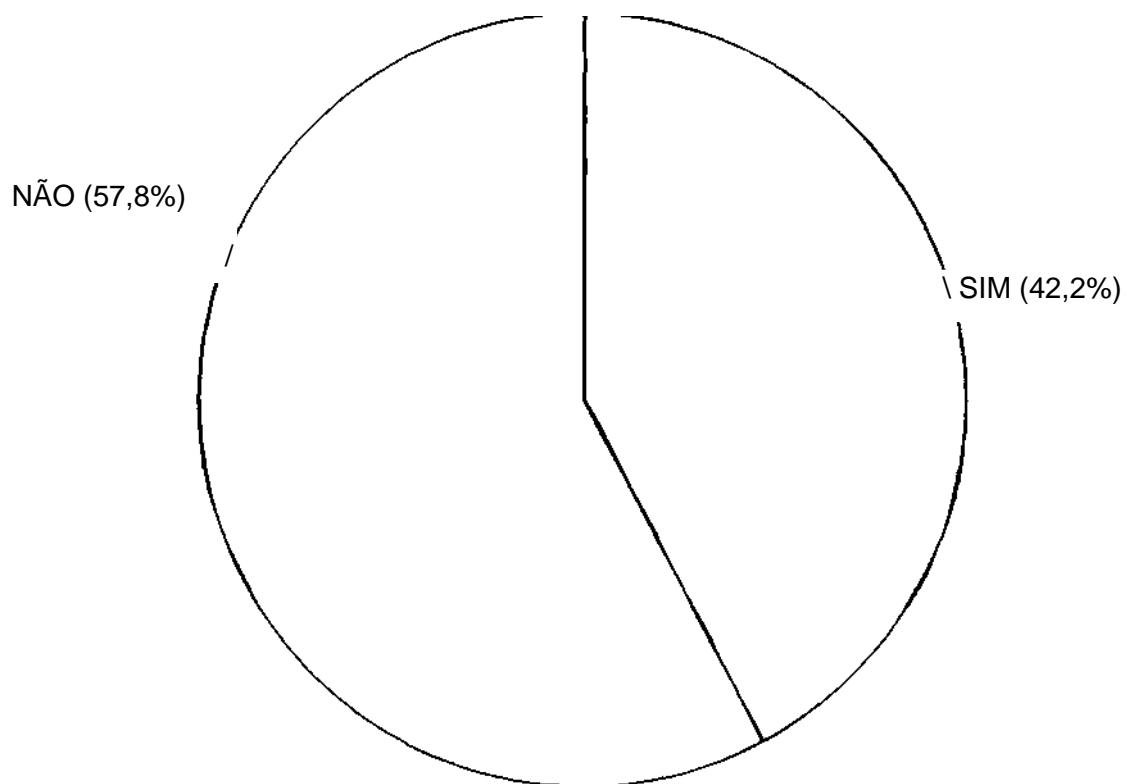
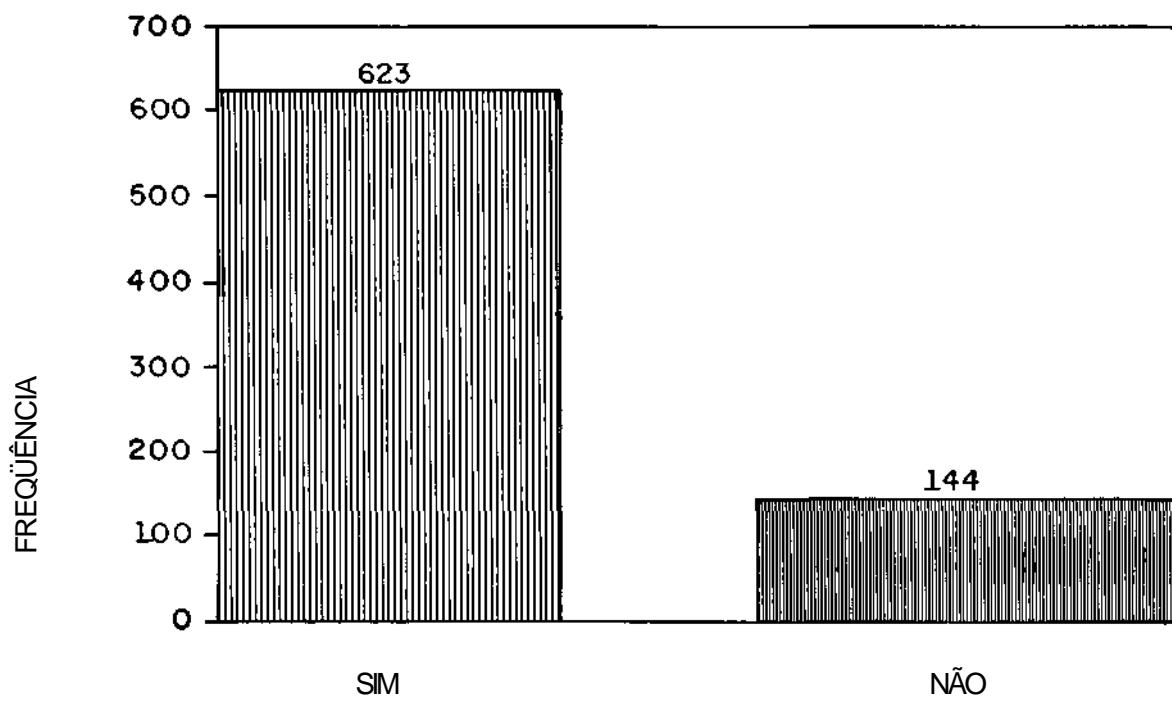


Figura 34 — Somatório de Resultados Masculinos e Femininos (%)



RESPOSTAS ESCOLHIDAS Figura 35—

Computação de Resultados de Portadores de Deficiência Física (Freq.)

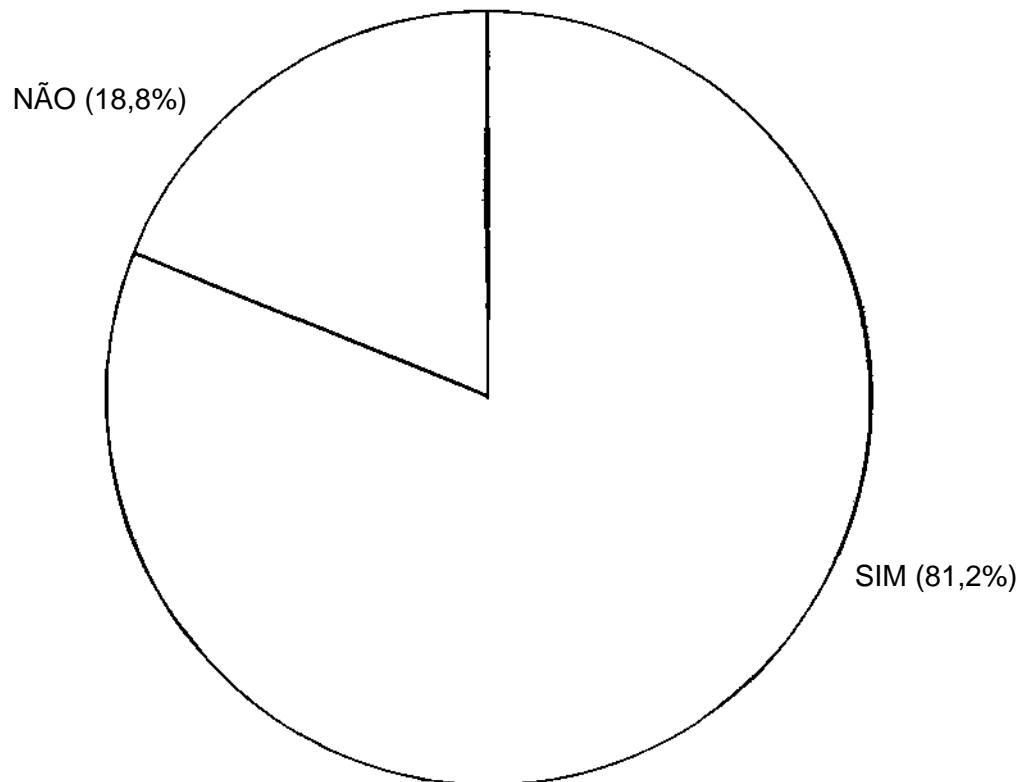


Figura 36 - Computação de Resultados de Portadores de Deficiência Física (%)

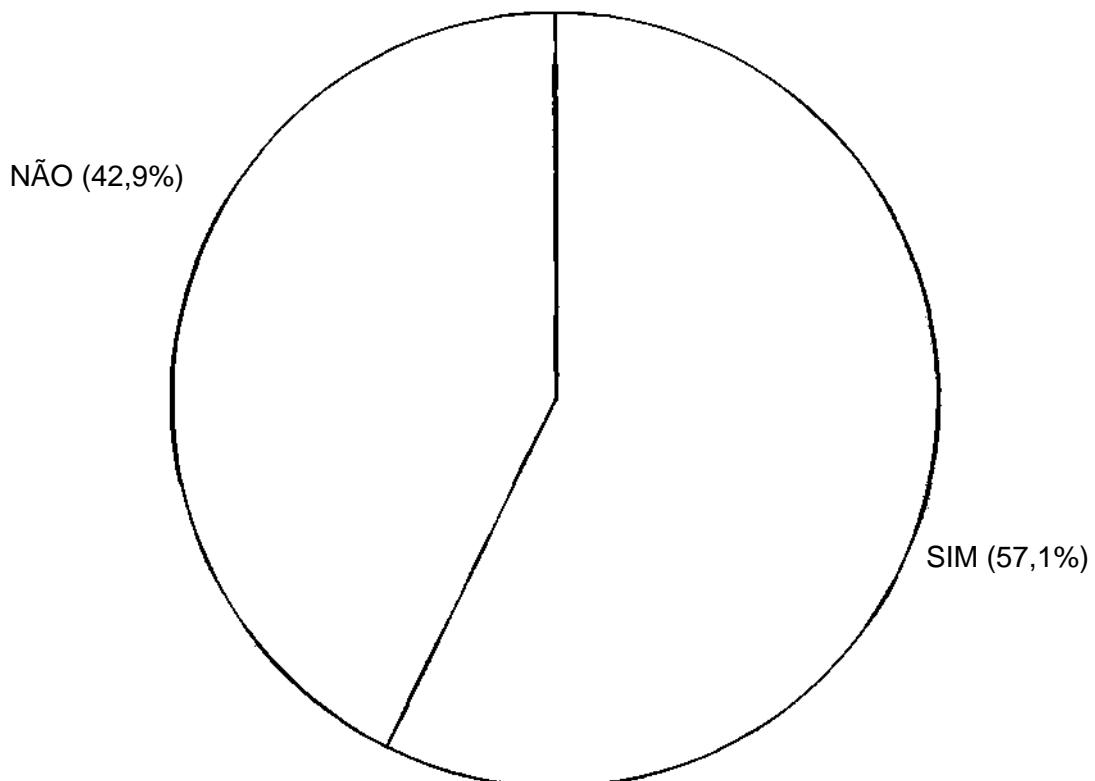
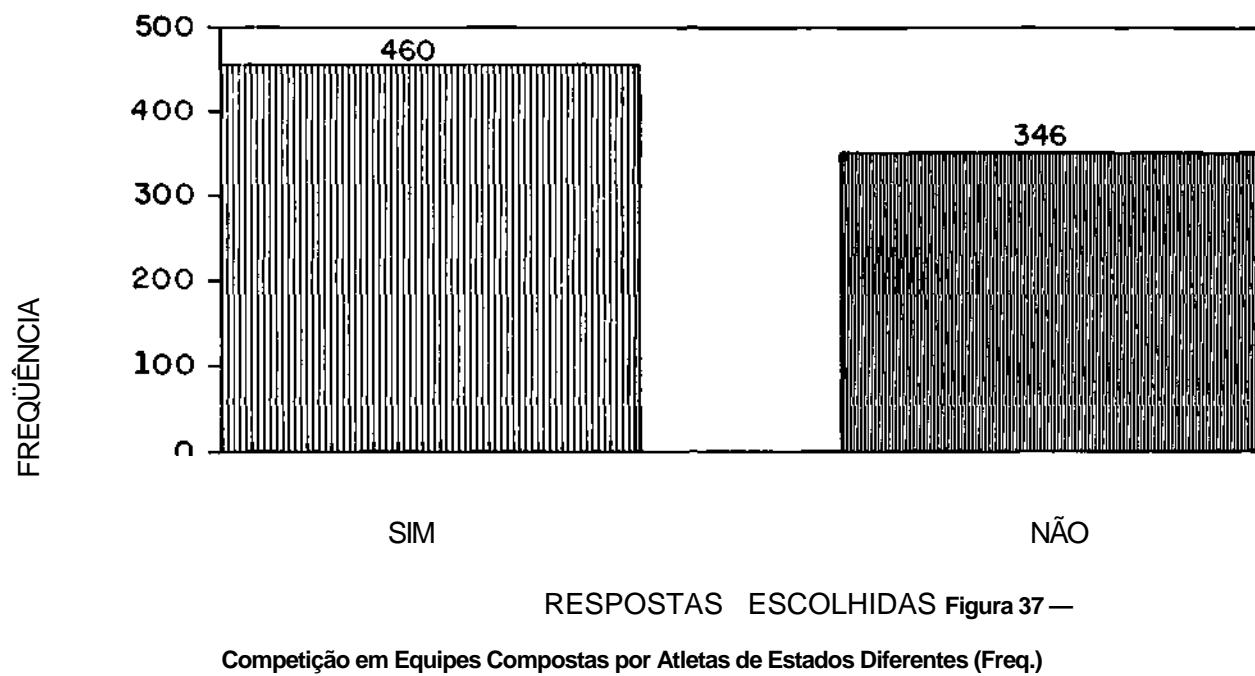


Figura 38 — Competição em Equipes Compostas por Atletas de Estados Diferentes (%)

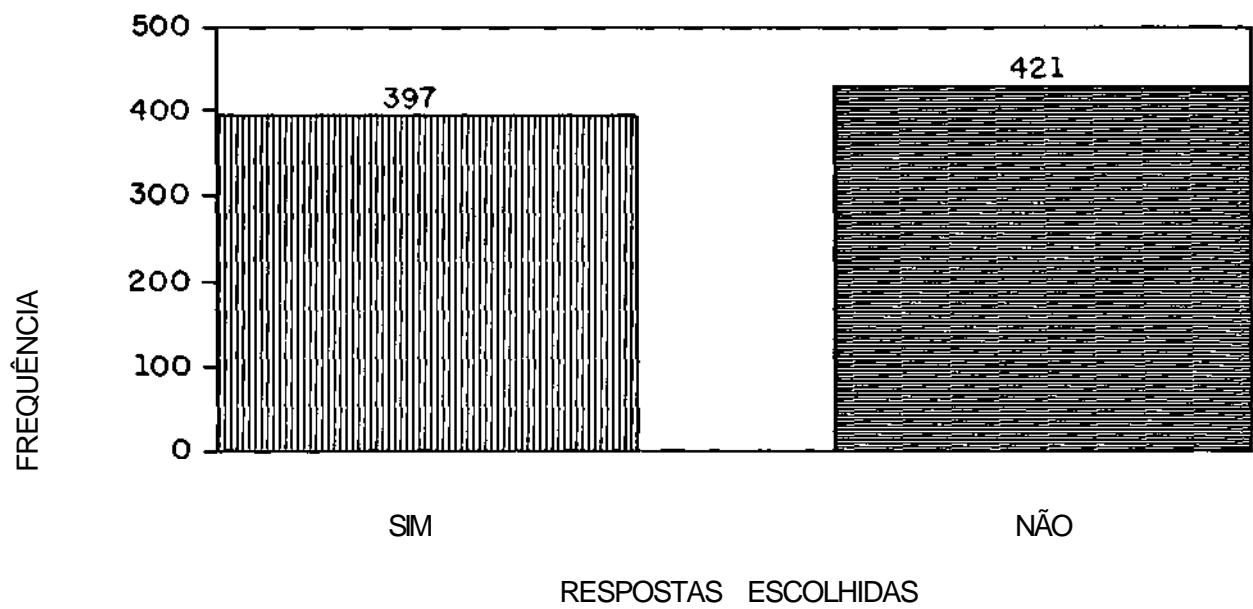


Figura 39 — Competição com Equipes Mistas (Freq.)

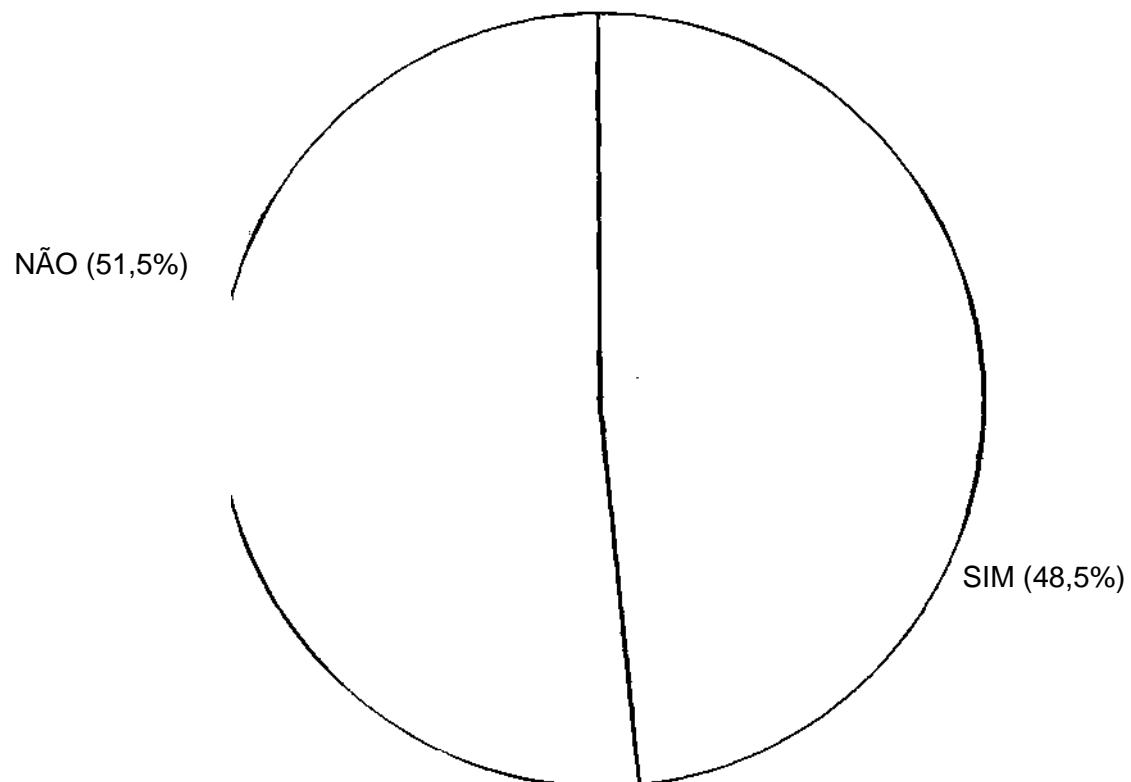


Figura 40 — Competição com Equipes Mistas (%)

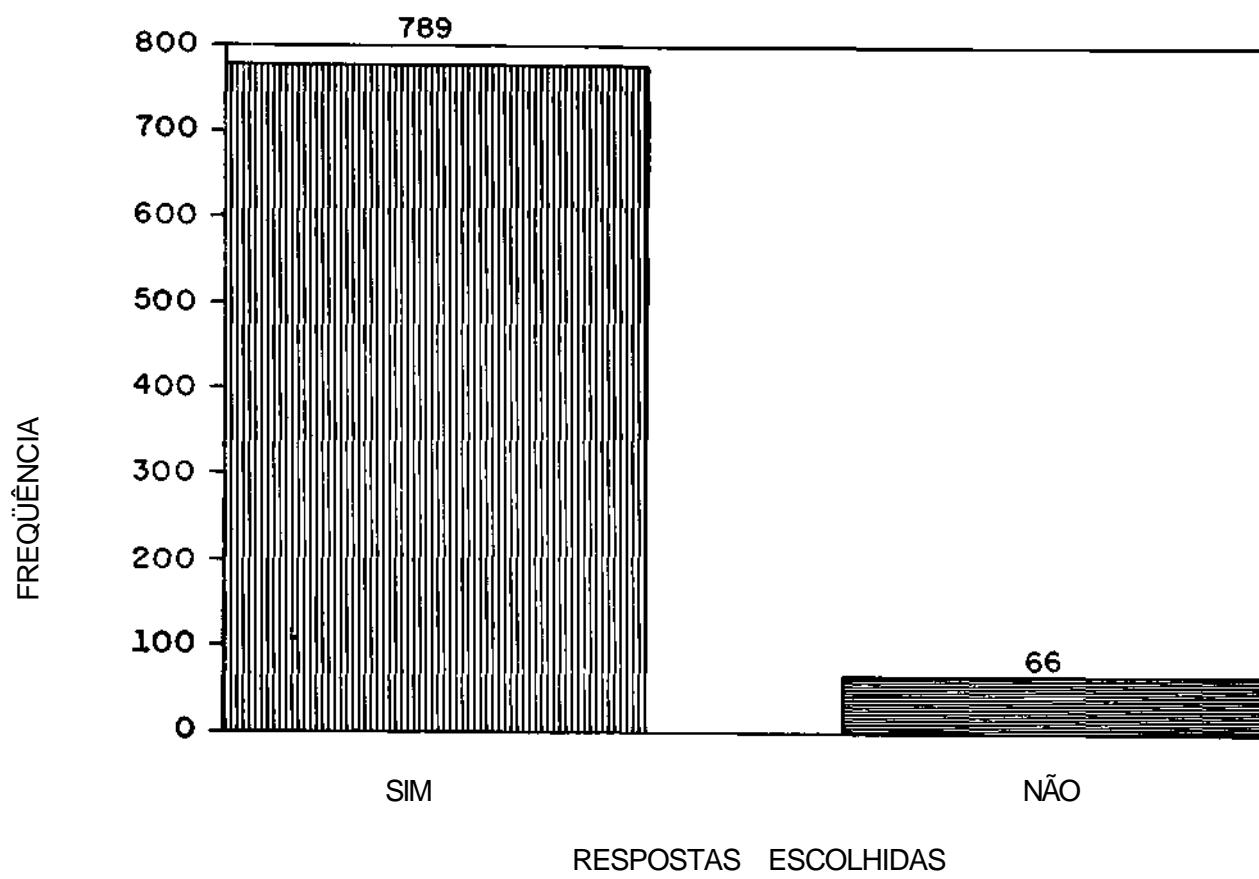
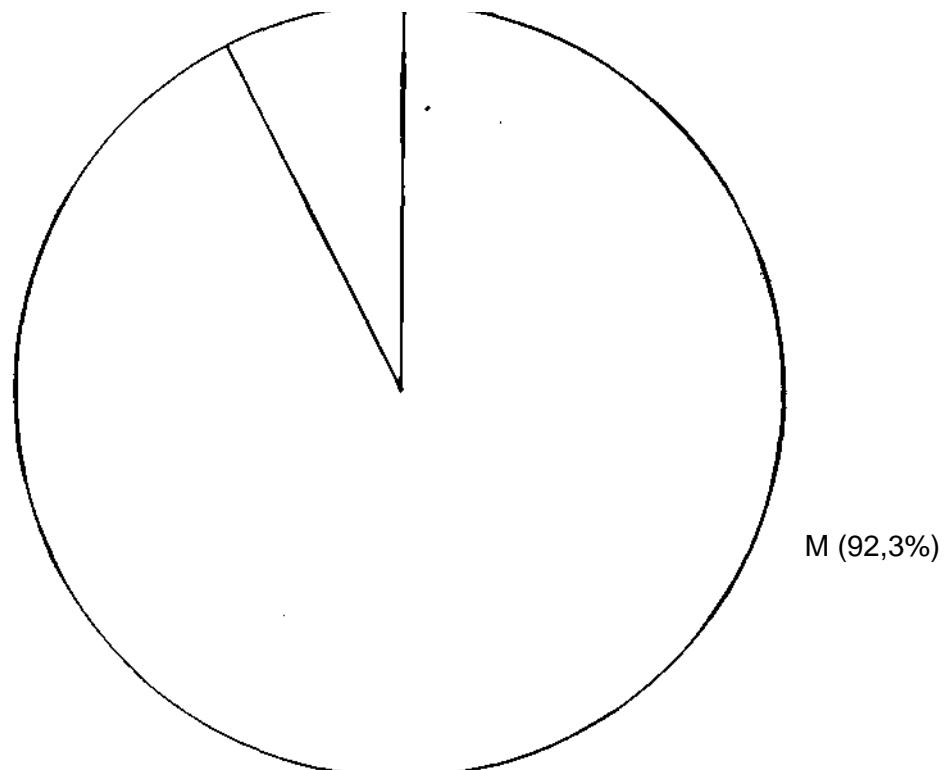


Figura 41 - Direito de Todos Participarem (Freq.)



NÃO (7,7%)

Figura 42 - Direito de Todos Participarem (%)

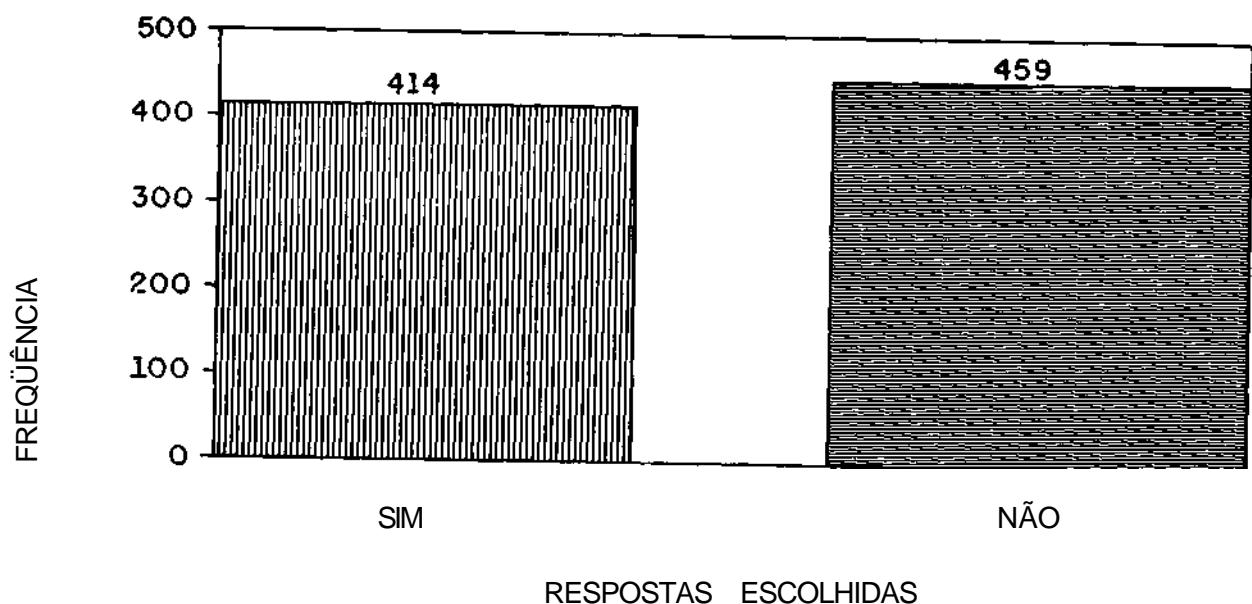


Figura 43 - Proibição da Participação de Campeões Nacionais (Freq.)

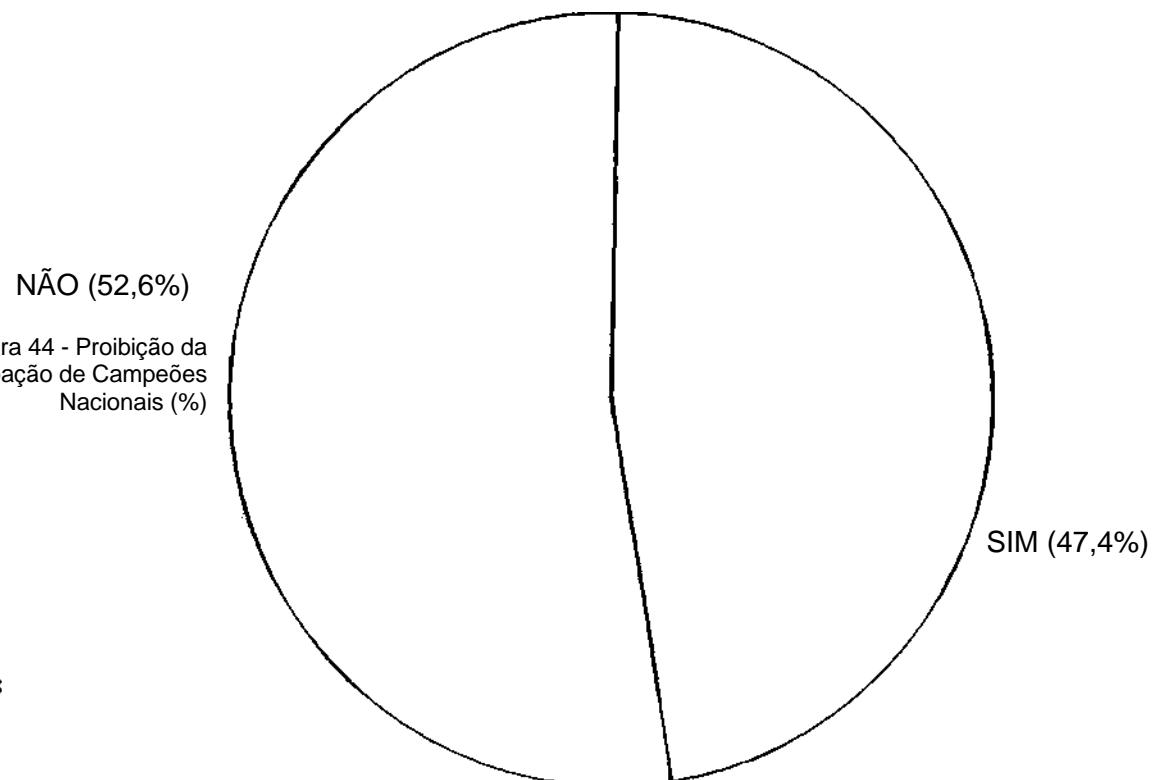
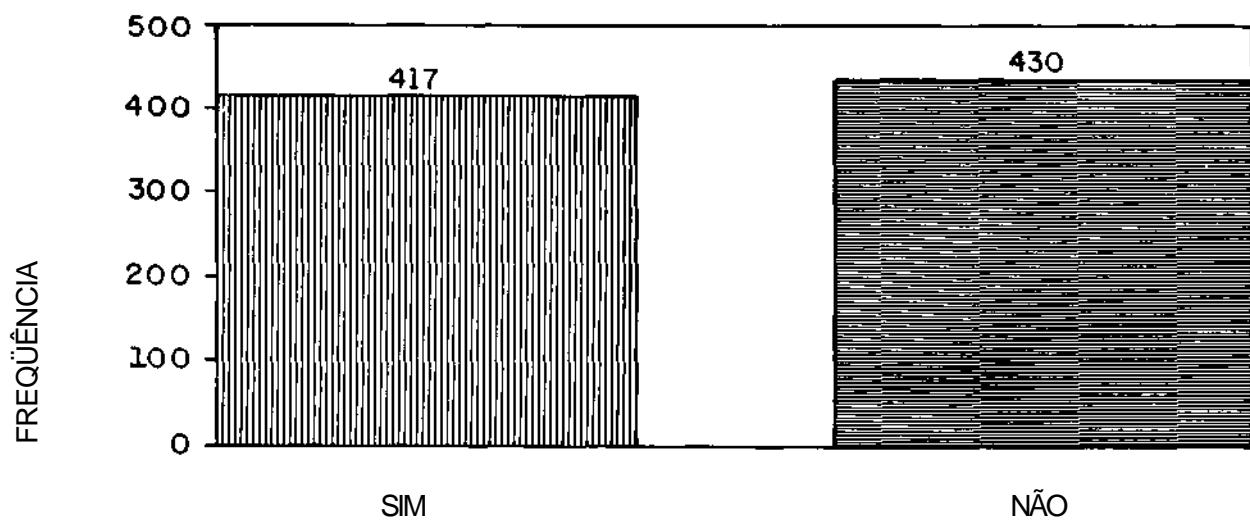


Figura 44 - Proibição da Participação de Campeões Nacionais (%)



RESPOSTAS ESCOLHIDAS Figura 45 -
Proibição da Participação de Integrantes de Seleção Nacional (Freq.)

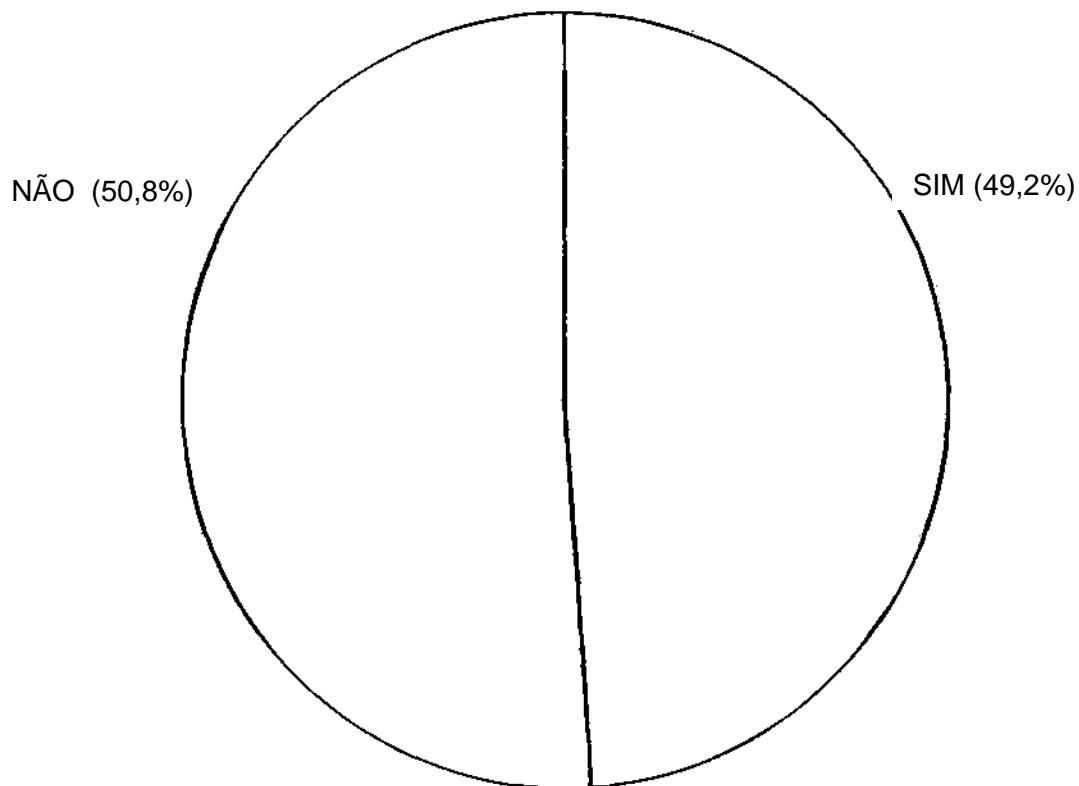


Figura 46 — Proibição da Participação de Integrantes de Seleção Nacional (%)

ANEXO 10.

**QUADRO 05 RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DE PROVAS
E MODALIDADES POR PRINCÍPIOS SÓCIO-EDUCATIVOS**
(análise dos regulamentos)

Princípios	Modalidades	Nat.	Atlet.	Cap.	G.A.	GRD	Judô	Tênis de Mesa	Basq.	Hand.	Vol.	Fut. Salão	Fut. Campo	Xad.	Total	%
Participação	*	●	*	*	*	*	*	*	*	*	*	●	*	*	13	100,00
Co-Educação	*	*	*	#	-	*	*	-	-	-	-	-	-	*	07	53,84
Cooperação	*	*	*	*	●	*	*	*	*	*	*	*	*	*	13	100,00
Integração	*	*	*	*	-	*	*	-	-	-	-	-	-	-	06	46,15
%	100	100	100	100	50	100	100	50	50	50	50	50	75	X =	74,99	75,00